

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS  
DOUTORADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

**JOÃO RICARDO COSTA SILVA**

**PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO: os desafios para a preservação do  
Centro Histórico de São Luís**

São Luís  
2016

JOÃO RICARDO COSTA SILVA

**PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO: os desafios para a preservação do**  
Centro Histórico de São Luís

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão para obtenção do título de Doutor em Ciências Sociais.

Orientador: Prof<sup>o</sup> Dr. José O. Alcântara Júnior

São Luís  
2016

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).  
Núcleo Integrado de Bibliotecas/UFMA

Silva, João Ricardo Costa.

PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO : os desafios para a  
preservação do Centro Histórico de São Luís / João Ricardo  
Costa Silva. - 2016.

325 f.

Orientador(a): José Odval Alcântara Júnior.

Tese (Doutorado) - Programa de Pós-graduação em  
Ciências Sociais/cch, Universidade Federal do Maranhão,  
São Luís, 2016.

1. Intervenções urbanas. 2. Patrimônio histórico. 3.  
Preservação. I. Alcântara Júnior, José Odval. II. Título.

**JOÃO RICARDO COSTA SILVA**

**PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO: os desafios para a preservação do Centro  
Histórico de São Luís**

Tese apresentada ao Programa de Pós-  
Graduação em Ciências Sociais da  
Universidade Federal do Maranhão para a  
obtenção do título de Doutor em Ciências  
Sociais

Aprovada em 21 / 09 / 2016.

**BANCA EXAMINADORA**

---

**Prof. Dr. José Odval Alcântara Júnior** - Orientador  
Universidade Federal do Maranhão

---

**Prof. Dr. Sérgio Figueiredo Ferretti** - Interno ao Programa  
Universidade Federal do Maranhão

---

**Prof. Dr. Túlio Cunha Rossi** - Interno ao Programa  
Universidade Federal do Maranhão

---

**Prof. Dr. Alexandre Guida Navarro** - Externo ao Programa  
Universidade Federal do Maranhão

---

**Prof. Dr. Wheriston Silva Neris** - Externo ao Programa  
Universidade Federal do Maranhão

Com todo amor à minha adorável esposa  
Virgínia Batista de Oliveira Freire Silva.

## AGRADECIMENTOS

Ao bom Deus por me conceder a graça de ter condições de experimentar o dom da vida e com ela todos os seus desafios e realizações.

Ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais por permitir uma formação completa *stricto sensu* o que colaborou de forma marcante na minha trajetória profissional. Dedico agradecimento especial ao professor José Alcântara, meu orientador, por sua dedicação e paciência no decorrer de todo o processo de construção da tese.

Agradeço a toda minha família, em especial a meus pais Adalberto Silva Pereira e Raimunda Barbosa Costa Silva Pereira, bem como aos meus irmãos Ana Raquel e João Vitor por serem pessoas sempre presentes na minha vida.

Aos grandes amigos da infância e da universidade, pois são pessoas que sempre contribuíram em minha caminhada nesta vida.

Por fim, mas não menos importante, meu agradecimento ao IBGE, especialmente aos amigos com os quais labuto atualmente na Supervisão de Documentação e Disseminação de Informações da Unidade Estadual do Maranhão.

O culto que se rende hoje ao patrimônio histórico deve merecer de nós mais do que simples aprovação. Ele requer um questionamento, porque se constitui num elemento revelador, negligenciado mas brilhante, de uma condição da sociedade e das questões que ela encerra.

*Françoise Choay*

## RESUMO

A presente tese tem como objetivo analisar através de uma sociologia das práticas patrimoniais as ações e políticas efetivadas pelos órgãos de gestão do patrimônio especificamente o IPHAN (União), o DPHAP-MA (Estado), a FUMPH (Município), organismos administrativos responsáveis pela preservação do patrimônio arquitetônico, desenvolvidas no centro histórico de São Luís. Para situar o tema de estudo foi feita uma explanação sobre a evolução teórica da preservação do patrimônio histórico e dos aspectos históricos de formação do espaço urbano. Para mensurar a atuação das ações de preservação do patrimônio foi elaborada uma série de gráficos com informações sociodemográficas de mais de três décadas. Os mesmos foram criados por meio da classificação de variáveis populacionais e domiciliares da área com dados oriundos do IBGE. A pesquisa faz uma reflexão como as sucessivas etapas de intervenções conseguiram preservar parte considerável do conjunto urbano de tipologia portuguesa, contudo também é possível depreender a existência de problemas para a plena proteção do patrimônio histórico de São Luís. Conclui-se, que apesar da grande ênfase da inserção na Lista do Patrimônio Mundial da Humanidade, os desafios existentes para reutilização do patrimônio arquitetônico ainda são um grande entrave para sua preservação.

**Palavras-chave:** Patrimônio histórico. Intervenções urbanas. Preservação.



## ABSTRACT

This thesis aims to analyze through a sociology of patrimonial practices actions and policies effected by heritage management agencies specifically IPHAN (Union), DPHAP-MA (State), the FUMPH (Municipality), administrative agencies responsible for preservation of architectural heritage, developed in the historic center of São Luís. For situate the study theme was made an explanation about the history of reflections on the preservation of historical heritage and historical aspects of formation of urban space. To measure the performance of actions to preserve the heritage a series of graphs was developed with sociodemographic information from more than three decades. They were created by the classification of population and household variables area with data from the IBGE. The research is a reflection as the successive stages of interventions have managed to preserve a considerable part of the urban complex of Portuguese type, but it is also possible to infer the existence of several problems for the full protection of historical heritage of São Luís. It is concluded that despite the great emphasis the inclusion on the List of World Heritage, the differing challenges for reuse of architectural heritage are still a major obstacle to their preservation.

**Keywords:** Heritage. Urban interventions. Preservation.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Adro da Catedral de Notre-Dame Séc. XVII	p. 36
Figura 02 – Mapa do Patrimônio Mundial	p. 117
Figura 03 – Buda de Bamiyan	p. 125
Figura 04 – Templo de Baalshamin na cidade de Palmira	p. 127
Figura 05 – Praça da Praia Grande	p. 160
Figura 06 – Casarão em ruínas	p. 171
Figura 07 – Imóvel abandonado em processo de arruinamento	p. 174
Figura 08 – Beco da Prensa	p. 175
Figura 09 – Casarão em demolição	p. 179
Figura 10 – Imóvel em ruínas	p. 201
Figura 11 – Carros nas ruas tombadas	p. 205
Figura 12 – Carros na Rua do Giz	p. 207
Figura 13 – Ônibus circulando no centro histórico	p. 209
Figura 14 – Fiação elétrica aérea	p. 212
Figura 15 – Fábrica São Luís	p. 216
Figura 16 – Ruínas da Fábrica Irmãos Martins	p. 217
Figura 17 – Mapa de localização dos setores censitários	p. 223
Figura 18 – Perímetro de tombamento federal	p. 225
Figura 19 – Dona Laura e seus felinos	p. 239
Figura 20 – Cortiço na zona histórica	p. 246
Figura 21 – Casarões em processo de arruinamento	p. 283
Figura 22 – Fábrica Santa Amélia restaurada	p. 286
Figura 23 – Prédio do antigo SIOGE	p. 288
Figura 24 – Casarão restaurado	p. 290
Figura 25 – Restauração de imóvel para utilização como museu	p. 294
Figura 26 – Casarão em ruínas estabilizado Rua do Giz	p. 296
Figura 27 – Rua do Giz	p. 301

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico nº 01 - População Residente por Sexo 1991	p. 227
Gráfico nº 02 - População Residente por Sexo 2000	p. 228
Gráfico nº 03 - População Residente por Sexo 2010	p. 229
Gráfico nº 04 - Variação do número de residentes	p. 230
Gráfico nº 05 - Variação do número de residentes por Sexo	p. 232
Gráfico nº 06 - Alfabetizados e não alfabetizados 1991	p. 233
Gráfico nº 07 - Alfabetizados e não alfabetizados 2000	p. 234
Gráfico nº 08 - Alfabetizados e não alfabetizados 2010	p. 235
Gráfico nº 09 – Variação percentual de não alfabetizados	p. 236
Gráfico nº 10 - Faixas etárias 1991	p. 237
Gráfico nº 11 - Faixas etárias 2000	p. 238
Gráfico nº 12 - Faixas etárias 2010	p. 241
Gráfico nº 13 - Variação dos grupos etários	p. 242
Gráfico nº 14 - Residentes por cor/raça	p. 243
Gráfico nº 15 - Tipo de domicílio 1991	p. 244
Gráfico nº 16 - Tipo de domicílio 2000	p. 245
Gráfico nº 17 - Tipo de domicílio 2010	p. 248
Gráfico nº 18 - Variação do número de domicílios	p. 249
Gráfico nº 19 - Variação do tipo de domicílio	p. 250
Gráfico nº 20 - Condição de ocupação do domicílio 1991	p. 251
Gráfico nº 21 - Condição de ocupação do domicílio 2000	p. 252
Gráfico nº 22 - Condição de ocupação do domicílio 2010	p. 253
Gráfico nº 23 - Variação da condição de ocupação do domicílio	p. 254
Gráfico nº 24 - Número de moradores por domicílio 1991	p. 255

Gráfico nº 25 - Percentual de moradores por domicílio 1991	p. 256
Gráfico nº 26 - Número de moradores por domicílio 2000	p. 257
Gráfico nº 27 - Percentual de moradores por domicílio 2000	p. 257
Gráfico nº 28 - Número de moradores por domicílio 2010	p. 258
Gráfico nº 29 - Percentual de moradores por domicílio 2010	p. 259
Gráfico nº 30 - Variação do número de moradores por domicílio	p. 260
Gráfico nº 31 - Anos de estudo do responsável pelo domicílio 1991	p. 262
Gráfico nº 32 - Anos de estudo do responsável pelo domicílio 2000	p. 263
Gráfico nº 33 - Sexo do responsável pelo domicílio 2000	p. 264
Gráfico nº 34 - Responsável pelo domicílio e alfabetização 2000	p. 265
Gráfico nº 35 - Responsável masculino e situação de alfabetização 2000	p. 266
Gráfico nº 36 - Responsável feminino e situação de alfabetização 2000	p. 266
Gráfico nº 37 - Sexo do responsável pelo domicílio 2010	p. 267
Gráfico nº 38 - Responsável pelo domicílio e alfabetização 2010	p. 268
Gráfico nº 39 - Responsável masculino e situação de alfabetização 2010	p. 269
Gráfico nº 40 - Responsável feminino e situação de alfabetização 2010	p. 269
Gráfico nº 41 - Classes de rendimento nominal mensal 1991	p. 271
Gráfico nº 42 - Classes de rendimento nominal mensal 2000	p. 272
Gráfico nº 43 - Classes de rendimento nominal mensal 2010	p. 273
Gráfico nº 44 - Variação das classes de rendimento nominal mensal	p. 275

## LISTA DE SIGLAS

BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento

CNPQ - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

DPHAN - Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

DPHAP-MA - Departamento do Patrimônio Histórico, Artístico e Paisagístico do Maranhão

EMBRATUR - Empresa Brasileira de Turismo

FUMPH - Fundação Municipal de Patrimônio Histórico

IBGE - Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICOMOS - Conselho Internacional de Monumentos e Sítios

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

MARATUR - Empresa Maranhense de Turismo

MINC - Ministério da Cultura

MPF - Ministério Público Federal

MPOG - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

PPRCH - Programa de Preservação e Revitalização do Centro Histórico de São Luís

PRODETUR - Programa de Ação para o Desenvolvimento Turístico do Nordeste

PRODETUR/MA - Programa de Ação para o Desenvolvimento Turístico do Nordeste  
- Subprograma Maranhão

SEPLAN-MA - Secretária de Planejamento do Maranhão

SINCT - Secretária de Estado da Indústria, Comércio e Turismo

SIOGE - Serviço de Imprensa e Obras Gráficas do Estado

SPHAN - Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

UFMA - Universidade Federal do Maranhão

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	14
<b>1. A FORÇA DO PATRIMÔNIO</b> .....	29
<b>1.1. Julgamentos de realidade ou julgamentos de valor</b> .....	30
<b>1.2. O desenvolvimento da proteção do patrimônio histórico</b> .....	34
<b>1.3. A Revolução Francesa e a proteção do patrimônio histórico</b> .....	37
<b>1.4. Os valores dos bens patrimoniais</b> .....	51
1.4.1. O culto moderno dos monumentos: a contribuição de Alois Riegl....	64
<b>2. A MUNDIALIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO</b> .....	73
<b>2.1. A preservação do patrimônio urbano</b> .....	74
<b>2.2. As Cartas Internacionais sobre o Patrimônio</b> .....	85
2.2.1. As Convenções interestatais.....	86
2.2.2. As primeiras cartas patrimoniais.....	89
2.2.3. O papel da UNESCO.....	93
<b>2.3. O patrimônio na contemporaneidade</b> .....	114
2.3.1. A expansão patrimonial.....	118
2.3.2. O Patrimônio Negativo.....	123
<b>3. ESPAÇO, HISTÓRIA E CONSTRUÇÃO PATRIMONIAL</b> .....	129
<b>3.1. Aspectos fisiográficos</b> .....	130
<b>3.2. Breviário Histórico</b> .....	132
3.2.1. Intervenções urbanísticas no Centro Antigo.....	141
<b>3.3. Tombamentos <i>versus</i> degradação</b> .....	147
3.3.1. O tombamento federal do conjunto arquitetônico e paisagístico.....	149

3.3.2. O patrimônio como instrumento do turismo cultural.....	157
3.3.3. A degradação do patrimônio.....	170
3.3.4. A inserção na lista do Patrimônio Mundial.....	181
<b>4. A MOLDAGEM DO PATRIMÔNIO.....</b>	<b>196</b>
<b>4.1. Diretrizes de Preservação e Revitalização.....</b>	<b>196</b>
4.1.1. Habitação residencial .....	199
4.1.2. Mobilidade e serviços públicos .....	203
4.1.3. Reforma de espaços públicos .....	213
4.1.4. Intervenções para espaços institucionais.....	215
4.1.5. Gestão do conjunto tombado.....	218
<b>4.2. Aspectos sociodemográficos do Centro Histórico .....</b>	<b>220</b>
4.2.1. Características gerais da população.....	226
4.2.2. Características gerais dos domicílios.....	244
4.2.3. Características dos responsáveis pelos domicílios.....	261
<b>4.3. Os desafios para a preservação do Centro Histórico de São Luís....</b>	<b>277</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>303</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>308</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>322</b>

## INTRODUÇÃO

A tese foi construída visando elaborar uma tessitura das práticas patrimoniais desenvolvidas no conjunto urbano tombado do Centro Histórico de São Luís através da análise de ações e políticas de preservação efetivadas pelos órgãos de preservação do patrimônio e a implicação sociodemográfica dessa atuação ao longo de mais de três décadas no referido espaço urbano. A reflexão foi desenvolvida com vias de problematizar essas intervenções de preservação do patrimônio arquitetônico e os desafios ainda existentes para uma plena revitalização do conjunto arquitetônico tombado. Deste modo, o presente trabalho visa aprofundar o conhecimento acadêmico sobre o conjunto arquitetônico tradicional português de São Luís.

A pesquisa se apresenta quando a cidade de São Luís completará em 08 de setembro de 2016 a marca de 404 anos de fundação. Neste mesmo ano, contabilizará 42 anos do tombamento federal do conjunto urbano histórico e 19 anos da inserção na Lista do Patrimônio Mundial da UNESCO.

O momento comemorativo especial desse conjunto, o ano de 2012, foi marcado pelas ações dos “400 anos de fundação de São Luís”, capital do estado do Maranhão, constitui um estimulante referencial para discussão sobre os processos e atores que intervêm no trabalho de constituição e de formalização das memórias coletivas (POLLAK, 1989, p. 2). Sem dúvida, o próprio slogan propagado pelo Governo do Estado: “São Luís: a história que toda capital gostaria de ter” parece-nos um convite explícito à reflexão histórica.

Porém, isso que se apresenta como uma questão do momento constituiu, na realidade, a oportunidade e a motivação para nos defrontarmos com uma série de processos e condicionantes que viabilizaram o êxito e o reconhecimento das categorias “patrimônio” e “cultura” no Maranhão, sobretudo na medida em que alcançaram um status de oficialização no Estado.

O patrimônio arquitetônico de tipologia lusa do Centro Histórico de São Luís é um local central, pois é o ponto onde a história da cidade começou a ser escrita nos idos do século XVII e durante mais de dois séculos foi o “coração” da



cidade. Se do século XVIII até o século XX as cidades passam por transformações lentas, é notório como tal fato se modifica no século XX e principalmente no decorrer na segunda metade do referido século com o grande crescimento populacional em diversas cidades. Essa situação ocorreu em várias urbes brasileiras e São Luís não foi exceção. Com sua grande importância econômica e social, as cidades foram palco de várias reflexões por autores renomados.

Karl Marx (1984) vislumbra a cidade como o local da produção e reprodução do capital. É neste espaço, nomeadamente à cidade industrial, onde ocorre a luta de classe entre burguesia e o operariado.

Já no início do século XX Georg Simmel (2005, p. 581) ao propor suas ideias sobre o espaço urbano das grandes cidades faz uma descrição como sendo o local das atitudes *blasé*. Essa atitude estava relacionada ao processo de distanciamento do indivíduo urbano do meio e pessoas ao seu redor.

Para Max Weber (2004, p. 408), poderiam se destacar as diversas modalidades de cidade - tipologias - que houveram no passado denotando suas distintas origens. Em sua reflexão sobre a cidade o autor faz alusão como um local especializado no estabelecimento de intercâmbios mercantis com uma característica própria dentro do desenvolvimento do capitalismo moderno no ocidente.

A reflexão sobre a cidade e seu espaço urbano, é uma questão que ganha ainda mais intensidade em locais detentores de tombamento do conjunto arquitetônico urbano imbuído do valor histórico, pois a salvaguarda de forma permanente enseja um conjunto de práticas patrimoniais de preservação.

No caso de São Luís essa institucionalização do espaço urbano como local protegido por seu valor histórico, contrasta a reminiscência do abandono, arruinamento ou mesmo o vandalismo intencional contra imóveis representativos de um passado que ficou gravado nas construções de tipologia arquitetônica lusa (IPHAN, 2007, p. 59).

Ao mesmo tempo em que o patrimônio inscrito na Lista da UNESCO recebe tantos pomposos elogios e eloquentes defesas de forma quase que uníssona, existe ainda uma grande lacuna de estudos mais detalhados sobre essa área: número de imóveis, perímetro total, perfil da população residente, dentre

outros aspectos, conforme é possível se constatar através do inventário do centro histórico de São Luís (IPHAN, 2007).

Tal constatação sempre me trouxe a refletir em torno de questões vinculadas ao patrimônio em minha vida acadêmica. Nesta jornada de reflexões sobre a temática, diversas questões se sucederam: a situação física do acervo arquitetônico; a formulação e aplicação das políticas públicas nesse campo de atuação e a forma como o conjunto urbano é ressignificado.

O decantado patrimônio histórico já foi outrora o centro antigo, que na primeira metade do século XX suas construções herdadas de séculos anteriores sofreram com o discurso da modernização arquitetônica e urbanística. A arquitetura em estilo luso passa a ter sua existência material questionada, pois com mudanças significativas na organização social e urbana de São Luís o local deixou de representar o poder aquisitivo de um segmento social, símbolo da pujança econômica de outrora, passando a ser um elemento representativo do “atraso” de São Luís perante outras capitais brasileiras que haviam destruído boa parte de seus antigos centros para reformas urbanas que visavam o alargamento ou abertura de novas avenidas (SILVA, 2009, p. 13).

Se o sítio histórico era apenas um local de velhas construções como foi sua institucionalização através da atuação dos órgãos de proteção ao patrimônio histórico? No Mestrado enfrentei o desafio de buscar possíveis respostas para a indagação pretérita. Assim, na dissertação desenvolvi uma pesquisa que investigasse como o Centro Antigo da cidade foi institucionalizado como um bem de valor patrimonial, passando a ser o Centro Histórico.

As conclusões da dissertação de mestrado apontaram a força dessa representação política, pública e oficial deriva principalmente do Estado, seu principal ponto de disseminação e afirmação no espaço simbólico, mas também de diversas instituições e profissionais especializados na celebração de legados que corporificam um processo contínuo e sempre inacabado de (re)apropriação do passado em função do presente.

Esse debate remete à questão da atuação dos órgãos de gestão e de seus agentes que atuam como porta-vozes “em nome da cultura” e “ao construir e confrontarem versões de e do “patrimônio” (comum e coletivo), podem incrementar

seus patrimônios pessoais, beneficiando-se pela detenção da autoridade legítima de defini-lo e galgando posições socialmente reconhecidas em seu nome” (REIS, 2010, p. 512). Essa atuação dá sustentabilidade aos processos de “personificação” pelos governantes ou pelos agentes mais ou menos vinculados a esse reconhecimento (CARDOSO, 2008, p. 98).

Se cristalina era a importância da atuação dos órgãos de gestão e proteção ao patrimônio, nebulosa ainda se apresentava a forma como o conjunto arquitetônico tradicional português do Centro Histórico era tratado pela consecução das ações patrimoniais. O debate de como erigir políticas públicas, projetos e ações desenvolvidas pelo poder público (no caso local em seus três níveis: federal, estadual e municipal), que além de salvaguardar possam integrar de forma harmônica e social o patrimônio protegido ao restante da cidade é um dos grandes desafios das urbes detentoras de conjuntos urbanos históricos.

Essas indagações são alçadas pela hipótese elaborada por este pesquisador, que o modelo de preservação<sup>1</sup>, baseado essencialmente na restauração de imóveis monumentais isolados geralmente com fins institucionais necessita ser repensado. É imperativo se refletir como a gestão do Centro Histórico de São Luís precisa formular estratégias de ações patrimoniais no sentido de integrar o Centro Histórico com o restante da cidade para que o mesmo não seja tratado como um grande museu de visitação turística, mas como um ambiente propício a atividades culturais, de lazer, comércio e habitação.

Em que pese a elevação ao *status* de patrimônio estadual, federal e inscrição na Lista do Patrimônio Mundial, o Centro Histórico de São Luís ainda é acometido de problemas crônicos que advém de décadas de decadência. Essa assertiva encontra respaldo no inventário do Centro Histórico de São Luís produzido pelo IPHAN<sup>2</sup>, no qual se relatou 119 (cento e dezenove) imóveis com o estado de conservação apresentando problemas na estrutura física.

---

<sup>1</sup> Como nos distintos níveis de entes federativos existe um órgão próprio de gestão do patrimônio é de se questionar a existência de um único modelo de gestão patrimonial aplicado no perímetro de tombamento do centro histórico de São Luís.

<sup>2</sup> O inventário faz parte do Projeto denominado Inventário Nacional de Bens Imóveis em Sítios Urbanos (INBI/SU) que almeja fazer um trabalho de pesquisa sobre cidades tombadas. De acordo com o IPHAN, sua função é: apoiar os trabalhos de preservação, pela aplicação e consolidação de um método que reúne e sistematiza dados coletados a partir de levantamentos de campo, de

De fato as diversas etapas do programa de revitalização empreendidas pelos diversos governos que se sucederam, foram capazes de melhorar as condições de infra-estrutura com o aporte de recursos financeiros para a melhoria da rede de esgoto, água, telefonia e energia elétrica. Mas, apesar de todo o esforço depreendido, não se interrompeu o ciclo de arruinamento e abandono de muito imóveis, o que gerou uma limitação para as pretensões de fazer do centro histórico um grande centro turístico conforme amplamente divulgado nos periódicos locais. (SILVA, 2009, p. 156).

Assim, a pesquisa se encontra na proeminência de analisar a atuação institucional desencadeada pelos órgãos de gestão do patrimônio que promovem as ações e práticas patrimoniais no espaço do Centro Histórico de São Luís buscando acrescentar novas reflexões no interior do debate.

Cabe ainda ressaltar o papel econômico e social, pois novas reflexões sobre as formas de gestão do Centro Histórico podem ter reflexos positivos em questões como: aperfeiçoamento da gestão institucional, da utilização de imóveis para fins de habitação, melhoria da mobilidade e acessibilidade para visitantes/moradores e incremento do turismo. Assim, a pesquisa cumpre o papel de refletir a relação entre Estado e Sociedade na preservação de áreas tombadas.

Diante do quadro relatado, a tese discorreu sobre a gestão institucional do espaço urbano do Centro Histórico, questionando as práticas patrimoniais adotadas pelo poder público neste local erigido como singular dentro da cidade de São Luís através dos tombamentos efetivados pelo poder público e sua inscrição na Lista do Patrimônio Mundial da UNESCO. Trata-se de problematizar o(s) modelo(s) de preservação que vem sendo adotado(s) no Centro Histórico de São Luís, o qual é desenvolvido através da atuação estatal que definem as ações e as práticas patrimoniais a serem desenvolvidas. De acordo com esse pensamento CARDOSO (2008, p. 81): Essa concepção é marcada principalmente por uma cultura considerada (pelo Estado) como “erudita”, “bela” e que deve ser “cuidada e preservada” pelas ações estatais a partir de “mentes educadas e cultas”.

Concepção essa calcada essencialmente na restauração de imóveis isolados para serem utilizados muitas das vezes como instituições públicas de caráter variado. Deixando em plano inferior, questões como mobilidade, acessibilidade e habitação dentro das práticas desenvolvidas. Com isso a

---

levantamentos de fontes documentais e sobre a história de atuação do IPHAN nessas cidades (IPHAN, 2007, p. 15).

sociabilidade dentro das áreas tombadas adquire um valor menor dentro das ações adotadas.

Essa situação não é um fenômeno isolado da “revitalização” do Centro Histórico de São Luís, mas uma prática geralmente presente nas políticas do patrimônio no Brasil, como afirma Rogério Proença Leite ao analisar a questão habitacional dentro das práticas patrimoniais desenvolvidas no Recife Antigo: “[...] o caso do Recife repete uma tendência que tem sido quase um padrão no Brasil: a de não incorporar políticas habitacionais nos projetos de revitalização” (LEITE, 2007, p. 367). Essa prática também foi verificada no Centro Histórico de Salvador, como “[...] Lina Bo Bardi identificou uma tendência de apropriação turística e cultural que iria inevitavelmente expulsar a população local de suas residências” (CHAGAS, 2002, p. 210).

Assim, é perceptível que as intervenções urbanísticas, como no caso do Centro Histórico de São Luís, em que pese terem o condão de tentar frear o arruinamento do patrimônio, estão alicerçadas sob um prisma de um turismo de visitação em razão das próprias práticas patrimoniais adotadas, pois o processo urbanístico ao não colocar a questão de uma política residencial e de mobilidade como temas centrais para atração do usuário-residente, que é um fator para surgimento e manutenção de diversas atividades desejadas.

Essa prática de intervenções geralmente acaba por levar não necessariamente a um esvaziamento de pessoas, “mas o de interações sociais que implicam a construção dessa dimensão pública de espaço” (LEITE, 2007, p. 373). O Centro Histórico de São Luís também passa por um esvaziamento de moradores, conforme análise desenvolvida no quarto capítulo do presente trabalho.

A tese se inscreve em uma tradição de estudo que visa entender a gestão do patrimônio histórico no âmbito das Ciências Sociais. A área de objeto de estudo tem como norte teórico-metodológico vários autores que buscaram explicar a forma de atuação dos órgãos e agentes estatais em diferentes universos sociais, destacando-se: Françoise Choay (2006) e Pedro Paulo de Abreu Funari (2006), que

tratam sobre a formação da gestão patrimonial no modelo Francês (centralizado na figura do Estado), que teve forte influência no Brasil<sup>3</sup>.

A política de conservação é uma engrenagem geral do dispositivo geral de centralização: ela é elaborada em Paris, sob a responsabilidade do Ministro do Interior. Nos departamentos, cabe ao *préfet*, representante da administração do Estado, sua aplicação. A estrutura administrativa já está pronta e bastará a Guizot, em 1830, atualizá-la (CHOAY, 2006, p. 120).

O que leva a uma preponderância da atuação estatal, pois o modelo de gestão está baseado na figura do Estado como o garantidor da proteção dos bens culturais. Esse modelo vem sendo adotado no Brasil desde os primórdios da organização da gestão do patrimônio histórico.

Para reflexão sobre a construção da noção de valor dos bens patrimoniais, as obras de autores como Maria Cecília Londres Fonseca (2005), são o suporte para se questionar como ocorre o processo de atribuição de um valor excepcional a determinado bem.

[...] São essas práticas e esses atores que atribuem a determinados bens valor enquanto patrimônio, o que justificaria sua proteção. Nesse sentido, é a noção de valor que servirá de base a toda reflexão aqui desenvolvida, pois considero que são esses processos de atribuição de valor que possibilitam uma melhor compreensão do modo como são progressivamente construídos os patrimônios (FONSECA, 2005, p. 35).

No intuito de se questionar como as ações e políticas patrimoniais colocadas em prática pelos órgãos de gestão do patrimônio conferem um determinado valor aos bens selecionados de caráter patrimonial. Aborda ainda acerca da força do conceito de patrimônio histórico que é gestado através das ações desenvolvidas pelo poder público através dos órgãos responsáveis pela proteção do patrimônio.

As obras de Fernando Fernandes da Silva (2003), Ana Maria Moreira Marchesan (2007), Marcos Paulo de Souza Miranda (2006) também serão utilizadas

---

<sup>3</sup> No Brasil a elevação de determinados bens como representantes do “patrimônio nacional” teve como na França a função de auxiliar no processo de consolidação do Estado Nacional com a “criação” de bens representativos da Nação e que pudessem ser acionado como elemento de colaboração para a criação e desenvolvimento de um sentimento de identidade comum.

para a produção da análise da pesquisa, em especial no tocante ao surgimento, em âmbito jurídico/administrativo, de mecanismos de proteção aos bens patrimoniais, bem como do uso dos mecanismos jurídicos pelos órgãos de gestão do patrimônio. As mencionadas obras são relevantes para se discutir o que é patrimonialização<sup>4</sup> pelo prisma estatal.

Quanto ao debate sobre o patrimônio arquitetônico de São Luís, a pesquisa procurou traçar com o levantamento da literatura existente no intuito de construir uma abordagem sobre projetos e ações patrimoniais desenvolvidas no Centro Histórico que culminaram com o processo de institucionalização do Centro Histórico de São Luís, bem como da gestão cultural desenvolvida.

A ação patrimonial no Centro Histórico de São Luís se esculpe dentro uma tradição na qual outras cidades com centros históricos tombados foram alvo da atuação de políticas patrimoniais de preservação. Com isso, existe já uma vasta produção acadêmica para análise de ações efetivadas em outros centros históricos brasileiros: Andréa Ferreira Delgado (2005), Bárbara Freitag (2003), Irllys Alencar Firmo Barreira (2003), Rogério Leite Proença (2007), são apenas alguns exemplos dentro da literatura sobre o tema.

As cidades de origem histórica, sitiadas pela modernidade e ameaçadas de perda total ou parcial de seu patrimônio histórico como Salvador, Fortaleza, Recife, Rio, São Paulo, entre outras, têm feito esforços grandes para salvar o patrimônio colonial e revitalizar certas áreas urbanas em que há prédios de valor histórico. Raras vezes – como é o caso do Pelourinho de Salvador, do Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura, em Fortaleza, enquadrado pelos galpões da rua Iracema, “O Bairro (do porto) de Recife” na capital pernambucana, ou a área do mercado central em São Luiz do Maranhão - bairros inteiros puderam ser “salvos”, revitalizados e reintegrados na paisagem urbana, predominantemente moderna ou pós-moderna das grandes cidades brasileiras. (FREITAG, 2003, p. 122-123).

Com o suporte da literatura relacionada ao objeto da tese e com os dados analisados da pesquisa documental, se problematizou a gestão institucional do espaço urbano do centro histórico de São Luís e as práticas patrimoniais desenvolvidas pelos órgãos de gestão patrimonial, no intuito de questionar o(s) modelo(s) de preservação que vem sendo adotado(s) e pensar novas práticas de

---

<sup>4</sup> É um processo gerido pelo Estado, que determina através dos seus agentes recrutados de forma arbitrária, mas legitimada e institucionalizada por normas jurídicas e administrativas, a atribuição de valor excepcional a determinado bem que passa a ser regido por um sistema especial de normas.

gestão do Centro Histórico que incorporem não somente a dimensão material, mas também humanizadora de tal empreendimento.

Sendo assim, o reconhecimento de São Luís como cidade histórica, como o de qualquer outra cidade ou objeto, não pode ser explicado apenas pelo seu valor como símbolo da nacionalidade e de valores culturais atribuídos por um corpo burocrático multidisciplinar ou ocupante de cargos estratégicos, mas também fascínio da obra humana no devir do tempo que conduz “a sedução das antiguidades” (SOUZA; ÖELZE, 2005, p. 142).

Além das ações patrimoniais feitas pelos órgãos de gestão do patrimônio, os escritos da mídia jornalística local exaltam, de forma marcante, situações referentes ao patrimônio, colaborando para se construir um espaço supra urbano. “Portanto, a opção por esses objetos naturaliza o valor atribuído ao patrimônio e essencializa determinada concepção de passado, colaborando para cristalizar a ideia de que esse valor é imanente desses objetos” (AIRES, 2007, p. 153). Esse é um ponto importante de se debater, pois a política de preservação de bens considerados de valor excepcional, a partir dos órgãos estatais responsáveis por salvaguardar esses bens.

Essa prática que textualiza uma dada realidade concorre sobremaneira para a reformulação de sentidos: de política, de patrimônio, de cidade, enfim, constituindo ideologias e mesclando realidades. Isso se afirma para tentar se perceber como as ações patrimoniais, realizadas pelo poder público, são basilares para a construção institucional do centro histórico de São Luís como um bem de valor excepcional a ser preservado.

Neste sentido, é importante considerar não apenas a atuação dos agentes institucionais, como também a participação – direta ou indireta – da sociedade nessa construção, ou seja, a apropriação que é feita dessa prática política pelos diferentes grupos sociais.

[...] considero os discursos oficiais produzidos sobre o patrimônio como um aspecto dessa prática, por meio da qual diferentes atores, em diferentes momentos, tentam resolver nesse campo específico algumas das grandes questões que têm ocupado tradicionalmente a reflexão sociológica: a tensão entre o universal e o particular, entre o público e o privado, entre a tradição e a modernidade, entre a cultura e a política, entre o Estado e a sociedade. Nesse sentido, parto do pressuposto de que uma política de preservação é uma prática bem mais ampla que um conjunto de atividades visando à proteção material de determinados bens (FONSECA, 2005, p. 28).



A defesa do patrimônio histórico está presente nas sociedades nacionais modernas, florescem nos meios intelectuais e são produzidos e disseminados por empreendimentos políticos e ideológicos de construção de “identidades” e memórias, sejam de sociedades nacionais, sejam de grupos étnicos, ou de outras coletividades.

Esses discursos se articulam como narrativas, nas quais se relata a história de uma determinada coletividade, seus heróis, os acontecimentos que marcaram essa história, e especialmente os lugares e objetos que “testemunharam” esses acontecimentos. Os que narram essa história o fazem sob a autoridade da nação, ou de outra coletividade qualquer, cuja memória e identidade são materialmente representadas pelo patrimônio. (GONÇALVES, 2002, p. 111).

De fato, a intensificação das transformações observadas na sociabilidade<sup>5</sup> contemporânea, atrelada à imediatez ao nível da propagação da informação, veio a contribuir para o surgimento de uma nova “consciência patrimonial”, repercutindo na proliferação de instituições e instrumentos vocacionados à defesa dos referentes culturais identitários.

Como aponta Marta Anico, perante as ameaças de assimilação a uma cultura transnacional, assiste-se a uma crescente valorização das identidades coletivas locais (não raro acompanhada por um sentimento nostálgico em relação ao passado) que “é resgatado, interpretado, recriado, inventado e processado através da mitologia, das ideologias, dos nacionalismos, do romanticismo, dos localismos e, em alguns contextos, da gestão e do marketing cultural” (ANICO, 2005, p. 74).

Para analisar essa tessitura de ações patrimoniais no Centro Histórico, a presente tese foi construída com uma investigação embasada no marco teórico, que serve de sustentáculo para a pesquisa e calcada no caminho metodológico para compreensão dos resultados com o devido rigor para dar autenticidade e consistência de uma tese. Dos resultados alcançados derivam o conjunto de conclusões do trabalho.

---

<sup>5</sup> O conceito de sociabilidade desenvolvido nesta tese está sendo embasado teoricamente, na forma como foi construído por Georg Simmel. “O motivo decisivo se estabelece por intermédio de dois conceitos: é possível diferenciar, em cada sociedade, forma e conteúdo; a própria sociedade, em geral. Significa a interação entre indivíduos. Essa interação surge sempre a partir de determinados impulsos ou da busca de certas finalidades” (SIMMEL, 2006, p. 59).

Para dar vazão aos questionamentos, o trabalho da tese foi organizado em quatro capítulos. O primeiro, A força do patrimônio, faz um transcurso histórico do surgimento do conceito de patrimônio como um procedimento de valoração especial para determinados bens. No referido capítulo foi dado relevo ao papel da França na constituição de um modelo de preservação dos bens patrimoniais, bem como um pequeno debate acerca da atribuição de valor.

No capítulo seguinte, A mundialização do patrimônio, apresentou-se como transcorreu o debate da preservação do patrimônio urbano, o surgimento das convenções estatais e cartas patrimoniais sobre o tema. O mesmo encerra com os atuais debates do patrimônio na contemporaneidade.

Para tratar do acervo arquitetônico de São Luís foi elaborado o terceiro capítulo intitulado: Espaço, história e construção patrimonial. No mesmo foi estabelecida a caracterização do espaço geográfico e do percurso histórico de formação do conjunto urbano do centro antigo de São Luís. Encerra com uma apreciação da trajetória de institucionalização do acervo arquitetônico como um bem revestido de preservação patrimonial e sua inscrição na Lista do Patrimônio Mundial da UNESCO.

O quarto, e último, capítulo da tese se denomina: A moldagem do Patrimônio. No mesmo são apresentados projetos e ações de intervenções urbanísticas que foram moldando a política de preservação do conjunto arquitetônico e o transformaram em um símbolo da cidade. Ainda no referido capítulo foram construídos quarenta e quatro gráficos que trazem informações sobre variações no ambiente social da área e contribuem para atingir a culminância sobre a política de gestão do patrimônio e o desafio para preservação do Centro Histórico de São Luís.

Para construir a tese foi imprescindível discutir o Centro Histórico, o que significou buscar dados não somente sobre sua estrutura física (arquitetônica), mas também acerca da dimensão social e econômica. Um dos grandes entraves para compreensão da gestão do espaço é a falta de dados e informações sobre o mesmo que possam ser utilizados como referência para as ações patrimoniais.

O objetivo foi compreender como são estabelecidas as relações e diretrizes que dão origem aos projetos/ações que são desenvolvidas no Centro

Histórico; saber a origem da legitimação das estratégias que são usadas e por que são desenvolvidas.

Para produção dos capítulos foram utilizados quatro tipos de fontes de pesquisa. A primeira fonte utilizada foi o levantamento da produção bibliográfica que versa sobre ações patrimoniais em nível nacional e internacional, tratando das diretrizes feitas pelo IPHAN e UNESCO. Esse material foi utilizado com ênfase na fabricação do primeiro e segundo capítulos da tese. Fontes bibliográficas locais que versam sobre ações patrimoniais implantadas na cidade de São Luís, também foram pesquisadas para se investigar de que forma foi estruturada a política patrimonial na cidade. Esse material foi utilizado na produção do terceiro e quarto capítulos.

A segunda fonte de pesquisa trabalhada foram materiais primários com a investigação sobre projetos e relatórios de ações patrimoniais, em especial o material encontrado no Departamento do Patrimônio Histórico, Artístico e Paisagístico do Maranhão – DPHAP-MA. O referido departamento é parte da estrutura administrativa da Superintendência de Patrimônio Cultural, órgão vinculado a Secretaria de Estado da Cultura. Materiais foram levantados ainda na Fundação de Patrimônio Histórico – FUMPH e no IPHAN. Esses dados levantados constituíram elementos para construção do quarto capítulo da tese.

Nesse sentido, foram analisados projetos e programas que fundamentaram as ações de caráter patrimonial executadas pelo poder público, através dos órgãos de gestão do patrimônio, com escopo de propiciar a compreensão da política pública de preservação do acervo arquitetônico. Essa análise é essencial, pois após distintos projetos e aportes de recursos financeiros para a preservação do Centro Histórico, é possível se encontrar imóveis tombados em processo de arruinamento, problemas de mobilidade/acessibilidade e vários imóveis fechados. O que denota problemas do paradigma de preservação adotado.

Com a reflexão sobre documentos oficiais: projetos técnicos, estudos de viabilidade e relatórios dos órgãos responsáveis pela gestão do patrimônio histórico (IPHAN, DPHAP-MA e FUMPH), se procurou pesquisar como as intervenções na estrutura física de imóveis com fins de revitalização contribuíram para promover a função social e econômica a ser exercida pelo tecido urbano do Centro Histórico de acordo com suas características e peculiaridades. A reflexão oriunda das fontes documentais considerou de forma indissociável a própria produção do conhecimento

com a produção do próprio documento (MENESES, 1999, p. 24). Esse material é utilizado de forma marcante na construção dos dois capítulos finais da tese.

Tais materiais são de grande valia, pois versam sobre as diversas ações patrimoniais desenvolvidas: tombamentos individuais e de conjuntos urbanos, estabilização de imóveis em risco de desabamento, intervenções urbanísticas para a preservação e conservação arquitetônica e paisagística, aplicações financeiras e diretrizes das políticas públicas para o setor.

Uma terceira fonte de pesquisa utilizada para construção da investigação e preparação da argumentação foi por meio da elaboração de meios estatísticos. Essa investigação foi desenvolvida com base nos dados dos agregados por setores censitários do IBGE referentes aos censos demográficos de 1991, 2000 e 2010. A fonte desses dados na tese consistiu na classificação de informações sociodemográficas, no intuito de perscrutar informações referentes aos moradores, domicílios e responsáveis pelos domicílios na área histórica. Dominique Merllié ao tratar da construção estatística na prática sociológica assevera que ao contrário do "que sugere o termo 'dados', os elementos de informação em que se apoia a análise científica nunca são dados ou inteiramente prontos, mas sempre produto de uma atividade de construção que de deve constituí-los" (MERLLIÉ, 1996, p. 108).

Assim, para construção de informações desta base de dados foi necessário fazer a seleção de um conjunto de setores, que ao serem unidos, têm uma área próxima ao perímetro de tombamento federal. Essa construção se encontra fundamentada em várias técnicas e métodos: bibliográfica, cartografia, método estatístico e fórmulas matemáticas. A partir dos dados estatísticos brutos foram construídas tabulações em planilha eletrônica de variáveis selecionadas para obtenção de informações estatísticas. Com base nas informações se produziram 44 (quarenta e quatro) gráficos como elementos para análises sociodemográficas da área histórica. Todas as informações e gráficos oriundos dessa fonte de pesquisa se encontram no último capítulo de desenvolvimento do trabalho.

Ainda como subsídio para a tese foi desenvolvida uma pesquisa em jornais locais<sup>6</sup>, a partir do levantamento em três periódicos: O Imparcial, O Estado do

---

<sup>6</sup> Através de amostras coletadas do período entre 1974 e 2012. O levantamento transcorreu em todos os anos no mês de setembro por ser o que ocorre o aniversário da cidade. Excepcionalmente foram pesquisados outros meses nos anos de 1974 e 1997, em razão do tombamento do conjunto

Maranhão e Jornal Pequeno. Os dados obtidos dessa coleção foram utilizados como uma forma de perceber como a imprensa local apresentou as ações (ou inércia) da atuação em prol do patrimônio histórico arquitetônico.

O registro iconográfico das transformações urbanas resultantes das intervenções feitas pelos órgãos de gestão do patrimônio foi feito através da formação de um banco de imagens sobre os projetos executados. A utilização de imagens não se apresentou no sentido de apenas ilustrar a pesquisa, mas sim como componente da documentação imagética de construção analítica que é parte da interpretação das políticas patrimoniais desenvolvidas.

O processo histórico de construção e afirmação dessa(s) prática(s) patrimoniais no Centro Histórico de São Luís, que ocupa uma posição central na definição contemporânea da identidade ludovicense pode ser tomada, portanto, como resultado dos esforços, dos investimentos e das disputas de múltiplos atores como os órgãos de gestão da política patrimonial, políticos, personalidades de destaque nas questões do patrimônio histórico.

O exercício reflexivo desenvolvido não significou a defesa de uma visão puramente legitimista das práticas patrimoniais executadas, como se bastasse concentrarmo-nos de maneira específica na produção da cena pública dos órgãos estatais de gestão do patrimônio. Ao contrário, com a construção das informações sociodemográficas procurou-se confrontar as práticas patrimoniais desenvolvidas pelos órgãos responsáveis pela preservação do patrimônio em relação à situação de realidades não capturadas e percebidas pela política de preservação patrimonial. Ou seja, quantificar e analisar variações sociodemográficas no intuito de correlacionar possíveis impactos decorrentes das ações de preservação do patrimônio executados.

Isso em consonância com Bernard Lahire (2005), quando afirma que ao considerarmos como ponto de chegada da análise o êxito social de determinadas problemáticas ou noções, podemos nos manter demasiado distantes das situações vividas, das condições de existência e dos processos de exclusão que operam sobre

---

urbano pelo IPHAN e inserção na Lista de Patrimônio Mundial da UNESCO respectivamente. As matérias levantadas com referência ao patrimônio arquitetônico na imprensa local foram classificadas em: editorial, artigo e reportagem.

uma imensa parte da realidade social, que não é a realidade das instituições e das ações públicas.

Em síntese, procurei delimitar na introdução de maneira clara: o objeto da pesquisa, a organização dos capítulos, a linha teórica seguida e as fontes de levantadas para operacionalizar a construção da tese. O trabalho visa contribuir para o debate sobre a política de preservação das cidades históricas, pois os projetos e investimentos realizados são alvo de intensos debates sobre como devem ser as intervenções na tentativa de reintegrar essas áreas na paisagem urbana contemporânea.

## 1. A FORÇA DO PATRIMÔNIO

O patrimônio com os epítetos histórico, artístico, cultural, natural ou com qualquer outra variante de adjetivação, que busca trazer ao público um bem ou local considerado de valor excepcional, denota a força adquirida pela palavra patrimônio, especialmente na sociedade ocidental.

A palavra patrimônio foi ao longo do tempo utilizada para se tratar de questões bem distintas e variadas desde seu surgimento. Em seu nascedouro estava ligada às estruturas familiares, econômicas e jurídicas de uma sociedade localizada no espaço e tempo (CHOAY, 2006, p. 11).

A etimologia da palavra indica que patrimônio seriam todos os bens pertencentes ao pai, os quais formaria sua herança. Assim, pela etimologia o patrimônio seria o conjunto de bens transmitidos como herança. “Bem de herança que é transmitido, segundo as leis, dos pais e das mães aos filhos” (LITTRÉ, E. apud CHOAY, 2006, p.11). Apresentando a mesma linha de explicação para esse sentido da palavra se encontra no escrito de Pedro Paulo Funari.

Patrimônio é uma palavra de origem latina, *patrimonium*, que se referia, entre os antigos romanos, a tudo o que pertencia ao pai, *pater* ou *pater familias*, pai de família. A semelhança dos termos – *pater*, *patrimonium*, *familia* – porém, esconde diferenças profundas nos significados, já que a sociedade romana era diversa da nossa. A *familia* compreendia tudo que estava sob domínio do senhor, inclusive a mulher e os filhos, mas também os escravos, os bens móveis e imóveis, até mesmo os animais. Isso tudo era o *patrimonium*, tudo o que podia ser legado por testamento, sem excetuar, portanto, as próprias pessoas (FUNARI, 2006, p.10-11).

O patrimônio na sociedade romana era o conjunto de bens do *pater familias*, líder familiar, econômico e espiritual de um agrupamento doméstico. Os bens incluíam não somente objetos, mas também todos os indivíduos que se encontravam sob seu poder. O patrimônio do *pater* formava seu legado, sua herança que iria se perpetuar com o passar das gerações.

Com o tempo a palavra patrimônio foi ganhando novos sentidos, sendo empregada posteriormente com uma série de derivações adjetivas da história, arte e

cultura em quantitativo cada vez maior, construindo uma trajetória meteórica de ascensão de sua força impositiva no decorrer do século XX (JEUDY, 2005) e (CHOAY, 2006).

Essa multiplicidade de formas de situar o patrimônio demonstra o notável uso desta noção nos dias atuais. Contudo, o uso muitas das vezes irrefletido traz a necessidade debater melhor essa construção e mudanças do conceito. A palavra que em inglês é conhecida como *heritage*, e em francês como *patrimoine*, indiferente à língua utilizada a preservação para posteridade de determinados bens, passou a ser elemento de grande debate no interior das sociedades modernas.

A junção com a história configurando a ascensão do termo patrimônio histórico<sup>7</sup> traçou uma trajetória de grande amplitude dos bens patrimoniais erigidos a ter uma relação com o público em geral, conseguindo romper barreiras e fronteiras, tendo-se tornado um conceito mundializado.

Neste capítulo o centro da investigação terá como foco os debates e embates no processo de atribuição de valores aos bens erigidos como patrimônios para em seguida ser traçada de forma sintética a trajetória do patrimônio no mundo ocidental, destacando o papel essencial da Revolução Francesa para elaboração do padrão de preservação para os bens patrimoniais e encerrando o capítulo com a apresentação dos valores intrínsecos ao patrimônio.

### **1.1. Julgamentos de realidade ou julgamentos de valor**

Se os bens patrimoniais são assim definidos em razão do valor que lhe é atribuído, cabe primeiramente questionar como e de que forma é construído ou são construídos os julgamentos de atribuição de valor.

Na tentativa de buscar respostas para esses questionamentos iniciais, torna-se bastante útil se recorrer ao sociólogo Émile Durkheim (1970) no pequeno

---

<sup>7</sup> A expressão designa um bem destinado ao usufruto de uma comunidade que se ampliou a dimensões planetárias, constituído pela acumulação contínua de uma diversidade de objetos que se congregam por seu passado comum: obras e obras-primas das belas-artes e das artes aplicadas, trabalhos e produtos de todos os saberes e *savoir-faire* dos seres humanos (CHOAY, 2006, p. 11).



texto “Julgamentos de valor e Julgamentos de realidade”, no qual diferenciava a existência destas duas espécies de julgamentos: de valor e de realidade. Essa distinção feita pelo autor é extremamente proveitosa para a reflexão sobre a compreensão da atribuição do valor patrimonial. Neste sentido vamos considerar os ensinamentos do sociólogo francês.

Para Durkheim os julgamentos de realidade se propoem a expor a expressão de determinados fatos da forma que os mesmos existem. No intuito de clarificar e tornar mais nítida a construção de sua linha de raciocínio, o autor faz alusão aos estudos da física, à época, uma ciência detentora de grande prestígio para ilustrar o seu pensamento:

[...] Quando dizemos que os corpos são pesados, que o volume dos gases varia na razão inversa da pressão que sofrem, nós formulamos julgamentos que se limitam a exprimir determinados fatos. Eles enunciam aquilo que existe e, por essa razão, nós os chamamos julgamentos de existência ou de realidade (DURKHEIM, 1970, p. 53).

Com esse exemplo ilustrativo Durkheim buscava justificar de forma simétrica a ideia na qual determinados julgamentos sobre objetos podem possuir meramente um caráter de reprodução de determinada realidade existente. Ou seja, declararíamos tal qual uma fórmula física um aspecto verificável.

Em sentido similar ao exarado na citação acima, para o sociólogo a emissão de opiniões relacionadas à maneira de se comportar do sujeito frente a determinados objetos – as preferências – também seriam fatos em si, não possuindo o condão de atribuir um valor ao objeto exterior ao mesmo. Deste modo esses “julgamentos que podem parecer avaliações, mas que são no fundo, simples julgamentos de realidade” (DURKHEIM, 1970, p 53).

Contudo, além do julgamento de realidade também denominado de existência, seria possível se espaçar a uma segunda forma de ponderação frente a um objeto: o julgamento de valor. Neste o cerne da avaliação seria elaborado na afirmação não daquilo do que as coisas são em si próprias, mas de acordo com a valoração em relação ao sujeito que lhe postulou determinado valor. “Outros julgamentos têm por objeto dizer não aquilo que as coisas são, mas aquilo que elas

valem em relação a um sujeito consciente, o valor que este último a ela atribuiu; a esses dá-se o nome de julgamento de valor” (DURKHEIM, 1970, p 53).

A esse entendimento inicial de que atribuía ao indivíduo primazia em julgar o valor das coisas em relação a si próprio, posteriormente o autor reformulou em parte a sua análise sobre o julgamento de valor para tentar superar as variações estritamente individuais.

Para superar variações puramente individuais, que seria uma forma de anomalia para construção de um postulado em moldes científicos de análise da época, Durkheim faz a substituição do sujeito individual pelo sujeito coletivo na relação de atribuição do julgamento. “Mas é a maneira pela qual a coisa afetaria o sujeito coletivo e, não mais o sujeito individual, que daria o seu valor”. (Durkheim, 1970, p 54).

Para Durkheim a redefinição do conceito de julgamento de valor traria a vantagem de postular uma avaliação objetiva “pela simples razão de ser coletiva” (DURKHEIM, 1970, p 54). Trazendo em sua visão incontestável vantagem sobre a conceituação precedente pela seguinte razão:

Isto porque a opinião pública traz de suas origens uma autoridade moral pela qual se impõe aos particulares. Ela resiste aos esforços que são feitos para violentá-la; reage contra os dissidentes, tal qual o mundo exterior reage dolorosamente contra aqueles que tentam se rebelar contra ele. Ela censura aqueles que julgam as coisas morais por princípios diferentes daqueles que ela prescreve; ridiculariza os que se inspiram numa estética diferente da sua. Quem quer que tente adquirir uma coisa por um preço inferior a seu valor choca-se com resistências comparáveis com as que nos opõem os corpos quando menosprezamos sua natureza. Assim se pode explicar a espécie de pressão que sofremos e da qual temos consciência quando emitimos julgamentos de valores... Sentimos bem que não somos os senhores de nossas apreciações; que estamos amarrados de contrafeitos. É a consciência pública que nos prende. (DURKHEIM, 1970, p 54-55).

Essa explicação da vantagem do julgamento social (coletivo) sobre o individual possui seu lastro de entendimento na medida em que alça o primeiro como possuidor de um caráter objetivo e na visão de Durkheim, livre do subjetivismo que seria característico da análise individual. Seguindo essa trilha de análise do autor, é possível se utilizar a teoria como uma ferramenta interessante de análise

para reflexões sobre a forma de atribuição de valor aos objetos erigidos à categoria de patrimônio histórico e artístico.

Os bens patrimoniais não possuem sua valoração de um julgamento intrínseco sobre si próprios, ou seja, sobre sua existência dada, mas sim através da definição oriunda de uma tomada de posição atributiva de valor frente aos bens patrimoniais. Ou seja, a valoração feita sobre os restos existentes da Muralha construída a mando do Imperador Romano Adriano, considerada patrimônio mundial pela UNESCO, não decorre do que sobrou das pedras e madeiras de sua construção, mas de um valor exterior que lhe foi atribuído.

Essa forma de julgamento sobre o patrimônio histórico e artístico fica nítida ao se tratar do valor estético, visto que o mesmo não é mensurado simplesmente por sua utilidade social/individual. Ao contrário, “Toda arte é uma coisa de luxo; a atividade estética não se subordina a nenhum fim útil; ela se desenvolve pelo simples prazer de se desenvolver” (DURKHEIM, 1970, p. 55-56).

O trabalho de preservação e proteção do patrimônio histórico se amolda perfeitamente à explicação de atribuição dos julgamentos de valor, posto que sua atribuição valorativa se perfaça através da suplantação puramente do estado daquilo que existe, ou seja, de uma dada realidade aparente, mas ao contrário de uma atribuição exterior e coletiva que é conferida.

Se for tomado como exemplo ilustrativo a ruína é possível se vislumbrar um julgamento de existência, no qual a mesma seja retratada como um amontoado de restos de pedras do que um dia foi uma edificação, ou seja, sua realidade seria de um monte de pedras velhas.

Todavia, a esta mesma ruína pode ser atribuída vinculação com um ideal decorrente da relação da coisa com o sujeito coletivo, neste diapasão, a ruína calcada na categoria de patrimônio histórico com “O valor estético da ruína” (SOUZA; ÖELZE, 2005, p. 141), passa a ter uma relação com toda a construção teórica e conceitual atribuída de uma valoração dos bens alçados a esta categoria.

Antes de se adentrar na questão da atribuição de valores aos bens patrimoniais será a feita uma breve digressão histórica para se situar no quadro de produção do conhecimento os conceitos de monumento, monumento histórico e de patrimônio histórico na sociedade ocidental.

## 1.2. O desenvolvimento da proteção do patrimônio histórico

Para Françoise Choay (2006, p. 31) é possível mensurar “o nascimento do monumento histórico em Roma, por volta do ano 1420”. Ainda de acordo com a própria autora é crível se pensar em um surgimento em tempos ainda mais remotos que a datação de 1420 para em seguida evocar a Antiguidade apenas de forma pontual (CHOAY, 2006).

Independentemente do marco ou momento histórico ao qual possa ser atribuído o aparecimento do monumento histórico, nesta parte do presente trabalho não se pretende buscar a origem dos monumentos, mas sim traçar determinados marcos de tempo e espaço que possam ser úteis para situar como vão sendo erigidos determinados os conceitos: monumento, monumento histórico e patrimônio histórico. Essa trajetória conceitual indica como a relação entre determinadas sociedades e os bens legados de tempos pretéritos, foi em certos momentos conturbada antes da construção de determinados padrões ou modelos de gestão para os referidos bens.

Deste modo, ao se deixar a Antiguidade e se aportar no período do Medievo, momento histórico no qual se torna necessário refletir sobre a forma de se utilizar ou o que se fazer com diversas construções antigas, herdadas da Antiguidade, o debate sobre o destino das “velhas” construções torna-se mais premente, sendo a reutilização a forma usual de preservação. “Durante a Idade Média as atividades de preservação eram apenas para a reutilização prática das construções”<sup>8</sup> (FORERO, 2012, p. 2).

Durante o *Quattrocento* italiano a preservação das Antiguidades vai se tornando um objeto para um limitado público de eruditos, artistas e príncipes (Choay, 2006, p. 59). Com isso uma nova forma de relação e trato com as construções da Antiguidade vai ser desenvolvida por esses personagens.

Contudo, essa relação com os objetos antigos não ficaria restrita somente aos humanistas italianos, mas será desenvolvida por letrados de várias partes da Europa. (Choay, 2006, p. 61). Nos séculos seguintes ao Renascimento, humanistas

---

<sup>8</sup> “During the Middle Ages the preservation the activies were just for a pratical reutilization of the buildings”

e eruditos<sup>9</sup> de vários locais do Velho Continente lançaram-se em pesquisas meticulosas sobre a Antiguidade (CHOAY, 2006, p. 62).

Cada um ao seu modo, visto que não é possível se falar em modelos ou técnicas específicas neste momento, vão privilegiando aspectos que consideravam essenciais para os estudos da Antiguidade.

Os humanistas privilegiavam a imagem como representação que construíram da Antiguidade por meio de relatos e das ilustrações, enquanto os antiquários privilegiavam a autenticidade dos documentos, representados pelos fragmentos das obras de arte ou da arquitetura (MEIRA, 2008, p. 59).

A crescente busca pelo conhecimento das Antiguidades, seja pelo viés dos relatos e das ilustrações ou dos fragmentos das obras de arte, pavimentou o caminho para o surgimento de novos interesses sobre locais e objetos para além do Mundo Antigo.

Do estudo das antiguidades foi sendo aberto um novo caminho, que veio a ser justamente o das antiguidades nacionais, “antigos monumentos erigidos ou produzidos nos diferentes países europeus antes, e principalmente depois, do colonato romano” (CHOAY, 2006, p. 67-68).

Esse alargamento dos objetos de interesse dos monumentos do passado com os séculos seguintes foi sendo expandido cada vez mais. Das ruínas da antiguidade, passando pelos monumentos da Europa rompeu barreiras geográficas. “Aos poucos, as ruínas de Roma, até então centro dos interesses culturais, começaram a dividir as atenções com remanescentes de outros lugares, como a Ásia e o norte da África, e com os próprios países dos pesquisadores” (MEIRA, 2008, p. 61).

Nessa expansão de objetos de importância histórica do passado, podem ser destacadas as catedrais. Esse tipo de construção, característico da arquitetura Gótica foi erigido entre os séculos XII até o XIV, passou a ser alvo de interesse dos pesquisadores de antiguidades nacionais.

---

<sup>9</sup> Também denominados de antiquários – especialistas no conhecimento da arte antiga.



**Figura 01 - Adro de Notre-Dame**

A catedral de Notre-Dame (figura nº 01) é um dos mais conhecidos edifícios desse tipo. No contexto do interesse pelas antiguidades nacionais, o estilo de arquitetura denominado de gótico, tornou-se desde o final do século XVI, fora da Itália, um dos símbolos deste novo campo de interesse dos antiquários (CHOAY, 2006, p. 71).

A crescente efervescência no estudo de objetos antigos acabou por criar um percurso propício para a reformulação da ideia de monumento ao alargar seu arcabouço teórico ao fazer junção com a História. Mas antes de se adentrar à construção conceitual do monumento histórico é necessário situar o conceito de monumento.

O monumento, no sentido original do termo oriundo do latim *monumentum*, que por sua vez havia derivado de *monere*, significaria advertir, lembrar. Para Choay (2006, p. 18) o monumento tem o propósito essencial de não dar uma informação, mas sim acessar através da emoção uma memória viva. O monumento teria a função de servir como uma ponte entre o sujeito e determinado fato ou acontecimento de período passado.

Somente com o crescente interesse em torno dos monumentos desde o período renascentista e sua junção com os conceitos da História e Arte

(especialmente com a primeira), no final do século XVIII, o conceito de monumento histórico<sup>10</sup> vai ser consolidado.

O conceito de monumento histórico, construído no ocidente, teve grande sucesso e foi exportado para além da Europa já no decorrer da segunda metade do século XIX. Nesta expansão, o monumento histórico e sua preservação, até então, calcados eminentemente em interesses privados irá se tornar uma questão de interesse público (BENÉVOLO, 1974).

Essa profunda modificação em torno da preservação dos bens patrimoniais ocorrerá com o advento da Revolução Francesa, que lançou as bases de um forte modelo de gestão do patrimônio centralizado no Estado como o responsável por salvaguardar o interesse público.

### **1.3. A Revolução Francesa e a proteção do patrimônio histórico**

A Revolução Francesa que eclodiu no final do século XVIII não só modificou completamente o sistema político vigente naquele país, mas serviu inclusive de inspiração para a transformação política em outros países.

Durante o seu desenrolar com as alternâncias ocorridas durante o período revolucionário foi gradativamente sendo gestada uma configuração de utilização dos bens patrimoniais que se tornaria posteriormente modelo para outras nações. “O melhor exemplo de criação do Estado nacional moderno talvez seja a França, a partir da revolução de 1789. Não por acaso, como veremos, foi lá que se desenvolveu o moderno conceito de patrimônio” (FUNARI, 2006, p. 15).

Toda a agitação oriunda do movimento revolucionário francês serviu como elemento para o aparecimento da necessidade de se pensar a destinação dos bens oriundos da realeza, nobreza e do clero. Para Durkheim, momentos de grande ebulição como a revolução francesa, são propícios para o surgimento de grandes ideais.

---

<sup>10</sup> Acredita-se que o inventor do termo tenha sido o antiquário e naturalista Aubin-Louis Millin ao apresentar em 11 de dezembro de 1790 o seu trabalho intitulado Antiqués Nationales ou Recueil de monuments (CHOAY, 2006, p. 96).

É, com efeito, nos momentos de efervescência desse tipo que sempre foram estabelecidos os grandes ideais sobre os quais se baseiam as civilizações. Os períodos criadores ou inovadores são precisamente aqueles em que, sob a influência de circunstâncias diversas, os homens são levados a aproximar-se mais intimamente, onde as reuniões, as assembléias são mais freqüentes, as relações mais seguidas, as trocas de idéias mais ativas: é a grande crise cristã, é o movimento de entusiasmo coletivo que, nos séculos XII e XIII, arrastou para Paris a população estudiosa da Europa e deu nascimento à escolástica, é a Reforma e a Renascença, é a época revolucionária, são as grandes agitações socialistas do século XIX. (DURKHEIM, 1970, p. 58).

Entretanto, antes do início da criação de mecanismos de proteção do patrimônio, houve momentos de intensa destruição de inúmeros bens patrimoniais. A revolução francesa ao revogar do poder a monarquia absolutista e por fim aos privilégios nobiliárquicos se defrontou com uma situação controvertida: a destinação dos bens pertencentes à nobreza, ao clero e à realeza. Ainda no ano de 1789, o governo revolucionário tomou uma decisão sobre a destinação de tais bens.

Um dos primeiros atos jurídicos da Constituinte, em 2 de outubro de 1789, foi colocar os bens do clero “a disposição da nação”. Vieram em seguida os dos emigrados, depois os da Coroa. Essa fabulosa transferência de propriedade e essa perda brutal de destinação eram sem precedentes e trouxeram problemas também sem precedentes (CHOAY, 2006 p. 98).

Com essa decisão do governo revolucionário os bens do clero, emigrados<sup>11</sup> e da Coroa, ficaram sem uma destinação específica, pois “a disposição da nação” não colocava de forma clara a destinação que teriam estes bens expropriados. E para complicar ainda mais a situação, não fazia nenhuma distinção entre os bens considerados de valor patrimonial dos demais bens que compunham o espólio dos antigos proprietários.

Essa situação de incertezas acabou por gerar um sério problema para a manutenção de bens considerados de valor patrimonial. Inúmeros vinham sendo destruídos devido a sua simples existência ser alçada como um elemento de continuação do regime anterior.

---

<sup>11</sup> Franceses que decidiram sair da França devido à crescente força da onda revolucionária, em geral se transferiram para outros países europeus esperando a estabilização institucional do país. “Cerca de 300 mil franceses emigraram entre 1789 e 1795” (HOBBSAWM, 1977, p. 99).



Na França, no final do Antigo Regime, a monarquia, influenciada pelas idéias iluministas, tomou iniciativas no sentido de dar acesso a seus acervos através da criação de museus. Com a instauração de um novo Estado, em 1789, e a derrubada do poder da aristocracia e da Igreja, a questão assumiu dimensões mais complexas: em primeiro lugar, havia o problema econômico de gerir os bens confiscados aos nobres e ao clero; em segundo lugar, simbolicamente, essa proteção era, em princípio, contraditória com os ideais revolucionários de instauração de um poder popular e de uma nova era, livre da opressão dos antigos dominadores. O projeto de inaugurar um novo tempo (inclusive com um calendário e símbolos próprios) justificava, aos olhos da população, a destruição dos bens identificados com aqueles dois grupos sociais (FONSECA, 2005, p. 58).

Por serem considerados símbolos da opressão dos grupos detentores do poder durante o Antigo Regime, os bens destes grupos sociais começaram a ser considerados como sombras ao novo regime que estava sendo implantado.

O poder simbólico é um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem gnoseológica: o sentido imediato do mundo (e, em particular, o do mundo social) supõe aquilo a que Durkheim chama de conformismo lógico, quer dizer, uma concepção homogênea do tempo, do espaço, do número, da causa, que torna possível a concordância entre as inteligências (BOURDIEU, 2005, p. 9).

Nesta perspectiva, deveriam ser eliminados no intuito de se exterminar por completo o regime anterior. Assim, não havia uma distinção entre espécies de bens, no intuito de se proteger aqueles que possuíssem um valor patrimonial, todos os que antes pertenciam aos segmentos considerados opressores eram passíveis de destruição para que se apagasse qualquer reminiscência (CHOAY, 2006, p. 107-108).

É importante se ressaltar que não foram apenas pessoas participantes da base do movimento revolucionário os responsáveis por atos de destruição de bens patrimoniais. A própria revolução (em âmbito institucional) também teve participação ativa na destruição e eliminação de muitos bens oriundos da nobreza e do clero, na medida em que seus líderes não tomavam medidas capazes de conter o perecimento de obras de arte e construções históricas consideradas como verdadeiros patrimônios.

Com relação às situações que originaram as destruições ocorridas neste momento, Françoise Choay faz uma distinção entre as duas formas de vandalismo contra o patrimônio. Haveria em sua concepção uma forma de destruição baseada em fins econômicos que não detinha qualquer relação com os ataques ideológicos promovidos tanto por parte de indivíduos na esfera privada quanto do Estado revolucionário (CHOAY, 2006, p. 105). Essa distinção traçada pela autora é vital para se compreender as diferenças de proteção efetuadas ao patrimônio durante a Revolução Francesa. Ainda de acordo com Choay havia duas maneiras de proteção ao patrimônio: a preventiva e a reacional.

As medidas imediatas, tomadas desde o começo da Revolução, para a proteção do patrimônio nacionalizado, derivam de uma conservação que chamo de primária ou preventiva. Por oposição, chamo de secundária ou reacional uma conservação cujos procedimentos, foram elaborados para enfrentar o vandalismo ideológico que causou estragos a partir de 1792 (CHOAY, 2006, p. 105-106).

Essa diferença no tratamento dos bens patrimoniais da antiga nobreza e do clero tinha como fundo, a diferença do motivo pelo qual os bens eram destruídos, ou seja, se a causa era centrada no fator econômico ou teria como fundamento fator ideológico.

Assim, é fundamental se perceber no que estava baseado o ato de destruição dos bens patrimoniais para se entender as medidas posteriormente adotadas para a sua salvaguarda e preservação.

Com relação à questão econômica, esta se ligava sobremaneira a destinação de propriedades imóveis da nobreza e clero (como terras, castelos, igrejas, entre outros). Diversas destas propriedades foram divididas entre os membros da revolução, os bens dispersos ou aproveitados para outros fins.

Assim, por toda a França, nas cidades e no campo, aqueles que adquiriram bens nacionais puderam, impunemente, para lotear o terreno ou para converter em materiais de construção, destruir alguns dos mais prestigiosos monumentos – o que aconteceu com a abadia de Cluny é testemunha da longevidade desse comportamento (CHOAY, 2006, p. 106).

Além destes eventos promovidos em geral por indivíduos, o próprio governo revolucionário também contribuiu para a destruição de inúmeros bens patrimoniais. “[...] o próprio Estado revolucionário havia ordenado, por decreto, ações destrutivas destinadas a subvencionar despesas e equipamentos militares, as quais, em outra escala inscreviam-se numa tradição familiar ao Antigo Regime” (CHOAY, 2006, p. 106).

Se os fins econômicos foram determinantes para a destruição de bens patrimoniais durante o período revolucionário, também o fator ideológico contribuiu sobremaneira para a perda de bens que compunham o patrimônio da França. “[...] a destruição ideológica de que foi objeto uma parte desses bens, a partir de 1792, particularmente sob o Terror e governo do Comitê de Salvação Pública” (CHOAY, 2006, p. 97).

O fator ideológico tinha em seu âmago a vontade de extinguir qualquer elemento que pudesse estar relacionado com o Antigo Regime. Choay, afirma que a situação geradora do estopim para o crescimento do vandalismo ideológico foi “provocada pela fuga do rei, preso em Varennes em 20 de junho de 1792” (2006, p. 107).

A partir deste momento o governo revolucionário começou a promover uma campanha contra elementos que pudessem expressar qualquer forma de lembrança ao regime realista. A tentativa de fuga do rei para o exterior no intuito de montar um exército contrarrevolucionário fez surgir o temor que era factível um contragolpe dos realistas, então, impõe-se à necessidade de se eliminar completamente todos os vestígios do regime anterior para impedir a volta do Absolutismo. Nesta perspectiva, se iniciou o processo de eliminação de resquícios do regime anterior, a começar pelo próprio rei, que logo em seguida referido incidente é julgado e condenado a pena de decapitação.

O rei, a nobreza francesa e a crescente emigração aristocrática e eclesiástica, acampados em várias cidades da Alemanha Ocidental, achavam que só a intervenção estrangeira poderia restaurar o velho regime. Esta intervenção não foi muito facilmente organizada, dadas as complexidades da situação internacional e a relativa tranqüilidade política de outros países. Entretanto, era cada vez mais evidente para os nobres e

os governantes por direito divino de outros países que a restauração do poder de Luís XVI não era meramente um ato de solidariedade de classe, mas uma proteção implorante contra a difusão de idéias perturbadoras vindas da França. Conseqüentemente, as forças para a reconquista da França concentram-se no exterior (HOBSEBAWM, 1997, p. 99).

Com a prisão e decapitação de Luís XVI, inicia-se em seguida o denominado período jacobino da revolução. Neste os bens da antiga camada dominante do poder passam a ser destruídos com a chancela do governo revolucionário.

Só então o poder revolucionário aprovou e estimulou a destruição ou danificação do patrimônio nacional histórico por razões ideológicas. Em 4 de agosto de 1792, a Assembléia Legislativa promulga um decreto sobre a “eliminação dos monumentos, resíduos do feudalismo e, sobretudo, dos monumentos de bronze de Paris”. Um mês depois, no 18 vendemiário do ano II, a Convenção decreta que “todos os sinais da monarquia e do feudalismo” serão destruídos “nos jardins, parques, recintos e edifícios”. O decreto mais radical ordena, em 1º de novembro de 1792, que todos os monumentos do feudalismo sejam “convertidos em peça de artilharia ou destruídos” (CHOAY, 2006, p. 107).

Diante da adoção deste decreto, a situação perpassada pelos bens patrimoniais oriundos da nobreza e do clero, legitima-se os atos de destruição por motivação ideológica. Essa ação contra os bens históricos se perfaz em razão do próprio momento de transformação social em curso no processo revolucionário.

Assim, seja por razões de ordem econômica ou por caráter ideológico, ocorre a destruição de inúmeros bens patrimoniais na França. Ante ao exposto sobre os atos de destruição de bens patrimoniais durante o período revolucionário, é possível se propor a seguinte questão: por qual motivo o próprio governo revolucionário em uma fase posterior vai propor a proteção de tais bens com base no decreto de 1789 que colocou os bens do clero, da coroa dos nobres emigrados à disposição da nação? Deste questionamento inicial se pode conceber outra indagação também de suma importância para reflexão. Que elementos foram capazes de alterar a destruição do patrimônio por sua proteção?

É crível se pensar em alguns motivos, como a mudança na direção do movimento revolucionário, com o fim do período do jacobino, que colocou a

revolução francesa em novos rumos, consubstanciando-se na diminuição da efervescência revolucionária.

No nono Termidor pelo calendário revolucionário (27 de julho de 1794), a Convenção derrubou Robespierre. No dia seguinte, ele, Saint-Just e Couthon foram executados, e o mesmo ocorreu alguns dias depois com 87 membros da revolucionária Comuna de Paris (HOBSBAWM, p. 1977, p. 107-108).

Além da mudança ocorrida no interior da revolução com o fim do período jacobino, mas uma questão de grande importância pode ser alçada acerca da destruição de bens patrimoniais na França para a compreensão da mudança valorativa sobre os bens de caráter patrimonial oriundos dos antigos detentores do poder na França.

Suponha-se que o processo de destruição, em especial o de caráter ideológico conseguisse como era o objetivo de seus executores, por fim a todos os bens patrimoniais dos antigos detentores do poder na França, ou seja, os bens do clero, nobreza e da antiga realeza. E que estes bens, muitos desses objetos relacionados como símbolos reminiscentes do antigo regime, mas que se confundiam com elementos representativos da própria França, também fossem todos destruídos. Cabem então, duas singelas indagações: o que restaria para o novo regime que se formava utilizar como símbolo da identidade francesa? E o que poderia ser alçado como elemento de afirmação e diferenciação do povo francês se seus anteriores símbolos e objetos fossem completamente eliminados? Esses questionamentos são basilares para se compreender como no fim do período revolucionário emerge a preocupação de se pensar em quais elementos o novo regime se utilizaria para fundamentar e instrumentalizar a identidade do povo francês.

Os atos de vandalismo, que se intensificaram após a prisão do rei em Varennes, repugnavam aos eruditos e contrariavam os ideais iluministas de acumulação e difusão do saber. Por esse motivo, desde 1789, o governo revolucionário tentou regulamentar a proteção dos bens confiscados, justificando essa preocupação pelo interesse desses bens para a instrução pública (FONSECA, 2005, p. 58).

Assim, o governo revolucionário decidiu alçar tais bens à propriedade do Estado Francês. Deixavam, na perspectiva jurídica, de serem bens representativos do antigo regime e passariam a integrar a propriedade de todo o povo francês, através da tutela estatal. A modificação do *status quo* de tais bens é gritante, tais bens são elididos juridicamente da esfera imagética de representarem o Antigo Regime e são através da tutela estatal imbuídos de um novo significado para serem alçados como elementos de identidade de todo o povo francês.

O valor primário do tesouro assim devolvido a todo o povo Frances é econômico. Os responsáveis adotam o imediatamente, para designá-lo e gerenciá-lo, a metáfora do espólio. Palavras-chave: herança, sucessão, patrimônio e conservação. Eles transformaram o *status* das antiguidades nacionais. Integradas aos bens patrimoniais sob o efeito da nacionalização, esta se metamorfosearam em valores de troca, em bens materiais que, sob pena de prejuízo financeiro, será preciso preservar e manter. Não dependem mais de uma conservação iconográfica.

Poder mágico da noção de patrimônio. Ela transcende as barreiras do tempo e do gosto. Na categoria de bens imóveis, engloba, com as antiguidades nacionais, as greco-romanas e, sobretudo, uma herança arquitetônica moderna, às vezes mesmo contemporânea. Kersaint “lembra toda a França (...) a Biblioteca Nacional, o Jardin des Plantes, Les Invalides, o Observatório, a Monnaie, o soberbo palácio onde a nação aloja seus reis, as academias e a universidade” (CHOAY, 2006, p. 98).

Essa modificação sobre a propriedade dos bens representativos do Antigo Regime, sendo destituídos dos membros dos grupos detentores de poder e repassados para a esfera de tutela direta ou indireta do Estado, com o fundamento de ser propriedade de toda a coletividade do povo francês, criou uma nova situação sobre a propriedade de bens que por sua natureza distinta dos demais eram considerados dotados de um valor excepcional devendo ser de usufruto da sociedade e protegidos para a posteridade. “[...] o entendimento de que o patrimônio é depositário de um interesse coletivo, relacionado à identidade nacional. A partir desse momento, tornou-se uma representação coletiva” (MEIRA, 2008, p. 63).

Traçando-se um paralelo como o caso do acervo arquitetônico e paisagístico do centro histórico de São Luís pode se perceber como no caso local o patrimônio teve uma formação similar. Os casarões que foram de propriedade dos

grupos de maior poder econômico e político no Estado ao serem alçados à categoria de bens patrimoniais tornam-se direito de fruição coletiva de toda a sociedade.

A idéia de posse coletiva como parte do exercício da cidadania inspirou a utilização do termo *patrimônio* para designar o conjunto de bens de valor cultural que passaram a ser propriedade da nação, ou seja, do conjunto de todos os cidadãos. A construção do que chamamos de patrimônio histórico e artístico nacional partiu, portanto, de uma motivação prática – o novo estatuto de propriedade dos bens confiscados – e de uma motivação ideológica – a necessidade de ressemantizar esses bens (FONSECA, 2005, p. 58).

Pode-se inferir a partir do caso Francês que o surgimento do moderno conceito termo patrimônio está intimamente relacionado aos eventos e principalmente aos desdobramentos oriundos da Revolução Francesa.

A idéia de um patrimônio da nação, ou “de todos”, conforme o texto legal, homogeneiza simbolicamente esses bens heterogêneos e de diferentes procedências, que passam a ser objeto de medidas administrativas e jurídicas: formulação de leis, decretos, prescrições, criação de comissões específicas, instituição de práticas de conservação (inventário, classificação, proteção) e, principalmente, definição de um campo de atuação política. Paralelamente, criou-se uma ordem discursiva própria, um corpo de conceitos. Aos critérios tipológicos dos antiquários foi acrescentado um novo: a distinção entre bens móveis e imóveis, em função de exigências distintas de conservação. Para os primeiros foram criados museus, para os segundos se apresentava o problema complexo de sua reutilização (FONSECA, 2005, p. 58).

A forma de atuação do Estado Nacional na França edificou um modelo de gestão de bens considerados patrimônio da nação e é um bom exemplo de como o conceito de patrimônio foi construído socialmente como um símbolo de identidade nacional. Percebe-se também em outros casos, como o Estado tinha a necessidade de se constituir com a formação homogênea de um conjunto de cidadãos unidos através da língua, cultura e território comum.

Existe, por certo, uma constante interação entre esses diversos elementos, mas o político pode servir-lhes de base. Como no caso da constituição do Estado nacional. É claro que existe o exemplo francês, ou mesmo o inglês, que foi centralizador desde muito cedo. Mas foi no decorrer do século XIX e, mais precisamente, durante os últimos anos da década de 1840, na Europa, que vimos afirmar-se com vigor o sentimento nacional ou nacionalista.

Assim, as diversas particularidades regionais, as especificidades locais, os vários dialetos, os usos e costumes, os estilos de vida e até as instancias de gestão ou governos provinciais, suprimidos, em prol dos Estados nacionais e de seus órgãos representativos. E isso, em nome dos valores universalistas e tendo por motivação uma organização racional da sociedade (MAFFESOLI, 2004, p. 13-14).

A apropriação de determinados bens pelo Estado constituiu-se em um fator prioritário, no intuito de se promover uma diluição das localidades e em seu lugar efetivar a criação de uma unidade nacional. Neste momento, o risco da perda de bens considerados úteis à formação de um ideal de Nação, é caracterizado como algo nocivo à consolidação do próprio Estado. Assim, se mostra indispensável ao mesmo elaborar medidas capazes de prover a preservação do patrimônio da França através da constituição de leis e órgãos exclusivos para o tema.

A Revolução Francesa viria a destruir os fundamentos do antigo regime. Ao acabar com o rei, toda a estrutura do Estado perdia a razão de ser. A República criava igualdade, refletida na cidadania dos homens adultos. E precisava criar os cidadãos, fornecer meios para que compartilhassem valores e costumes, para que pudessem se comunicar entre si, para que tivessem um solo e uma origem supostamente comuns (FUNARI, 2006, p. 15).

Nesta perspectiva, o patrimônio era um elemento de grande importância como um meio a auxiliar no processo de consolidação do Estado Nacional, pois os bens patrimoniais poderiam com o novo *status quo* estabelecido através da gerência estatal, ser utilizados como suporte pedagógico para o estabelecimento do ideal de pertencimento da Nação.

Assim, sua propriedade deixa a esfera exclusivamente privada e vai adquirir um caráter eminentemente público, para que o patrimônio pudesse ser acionado como um elemento de colaboração para a criação e desenvolvimento de um sentimento de identidade.

A constituição de patrimônios históricos e artísticos nacionais é uma prática característica dos Estados modernos que, através de determinados agentes, recrutados entre os intelectuais, e com base em instrumentos jurídicos específicos, delimitam um conjunto de bens no espaço público. Pelo valor que lhes é atribuído, enquanto manifestações culturais e enquanto símbolos da nação, esses bens passam a ser merecedores de proteção, visando à sua transmissão para as gerações futuras. Nesse sentido, as políticas de preservação se propõem a atuar, basicamente no



nível simbólico, tendo como objetivo reforçar uma idéia coletiva, a educação e a formação de cidadãos. Esse é, pelo menos, o discurso que costuma justificar a constituição desses patrimônios e o desenvolvimento de políticas públicas de preservação (FONSECA, 2005, p. 21).

Deve-se ressaltar que o bem patrimonial não é somente possuidor de um significado não só material, mas encerra em si também um valor simbólico<sup>12</sup> do ideal da nação francesa.

No decorrer do século XIX, com a criação de órgãos voltados exclusivamente para a gestão dos bens considerados de valor patrimonial, o patrimônio teve seu processo de significação erigido, com a formulação de uma política a nível nacional.

Com a montagem de um aparelho burocrático estatal responsável pela gestão do patrimônio, as atividades desenvolvidas levaram a constituição de conceitos, normas, disposições, concernentes aos bens patrimoniais. É nesse processo de produção de significados se torna essencial destacar a utilização do termo monumento<sup>13</sup> e sua estreita relação com o patrimônio.

Entre os bens incomensuráveis e heterogêneos do patrimônio histórico, escolho como categoria exemplar aquele que se relaciona mais diretamente com a vida de todos, o patrimônio histórico representado pelas edificações. Em outros tempos falaríamos de monumentos históricos, mas as duas expressões não são sinônimas. A partir da década de 1960, os monumentos históricos já não representam senão parte de uma herança que não pára de crescer com a inclusão de novos tipos de bens e com o alargamento do quadro cronológico e das novas áreas geográficas no interior das quais esses bens se inscrevem (CHOAY, 2006, p. 12).

---

<sup>12</sup> A expressão, simbólico está sendo utilizada conforme significado empregado por Pierre Bourdieu na obra o Poder Simbólico. Poder este que emana que é um elemento bastante representativo do valor representativo que um monumento faz frente ao espaço no qual se encontra inserido. O poder simbólico, como poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo, portanto o mundo; poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for *reconhecido*, quer dizer, ignorado como arbitrário (BOURDIEU, 2005, p.14).

<sup>13</sup> Para uma melhor caracterização da evolução do conceito de monumentos, recorre-se a trabalho de Françoise Choay. Quando se criou, na França, a primeira Comissão dos Monumentos Históricos em 1837, as três grandes categorias de monumentos históricos, eram constituídas pelos remanescentes da Antigüidade, os edifícios religiosos da Idade Média e alguns castelos. Logo depois da Segunda Guerra Mundial, o número dos bens inventariados decuplicara, mas sua natureza era praticamente a mesma. Eles provinham, em essência, da arqueologia e da história da arquitetura erudita (2006, p. 12).

Em que pese não serem elementos de significados idênticos, é comum a utilização de um termo pelo outro, assim monumento e patrimônio são comumente referidos como sinônimos, o que é uma impropriedade, mas que tem uma base lógica de explicação, pois ambos os termos guardam entre si uma relação bastante próxima, principalmente por sua evocação a um passado e utilização na construção da nacionalidade.

Assim, na arrancada de 1789, todos os elementos necessários a uma autêntica política de conservação do patrimônio monumental da França pareciam reunidos: criação do termo “monumento histórico”, cujo conceito é mais amplo, comparado ao de “antiguidades”; levantamento do *corpus* em andamento; administração encarregada de conservação, dispondo de instrumentos jurídicos (inclusive disposições penais) e de técnicas então exclusivas (CHOAY, 2006, p. 120).

O significado do patrimônio foi sendo estruturado na produção de um estatuto jurídico capaz de proteger determinados bens que são erigidos por um corpo burocrático estatal como símbolos da Nação.

A questão do patrimônio se situa numa encruzilhada que envolve tanto o papel da memória e da tradição na construção de identidades coletivas, quanto os recursos a que têm recorrido os Estados modernos na objetivação e legitimação da idéia de nação. Permeando essas dimensões, está a consideração do uso simbólico que os diferentes grupos sociais fazem de seus bens – e aqui me refiro tanto à produção quanto a conservação ou destruição – na elaboração das categorias de espaço e tempo (FONSECA, 2005, p. 51).

A figura do patrimônio passou a desempenhar uma função pedagógica na instrução do povo acerca da constituição e consolidação da Nação, tendo assim um papel preponderante para o Estado. “A noção de patrimônio se inseriu, portanto, no projeto mais amplo de construção de uma identidade nacional, e passou a servir ao processo de consolidação dos Estados-nações modernos” (FONSECA, 2005, p. 59).

O patrimônio veio a desempenhar múltiplos papéis simbólicos dentro desta perspectiva, sendo utilizando como um mecanismo para enfatizar a noção de cidadania através de sua fruição como elemento público protegido e gerenciado pelo

Estado. Serve como uma demarcação simbólica do ente estatal funcionando como documentos da história nacional.

Para que os bens patrimoniais pudessem desempenhar o papel que lhes era conferido, não bastava a simples constituição de leis para a sua proteção física. Era necessário ao Estado dispor de uma estrutura administrativa capaz de colocar em execução a proposta de salvaguarda e promoção do patrimônio, essa estrutura foi sendo erigida desde que o movimento revolucionário francês de 1789, começou a elaborar políticas de proteção ao patrimônio.

Conforme Choay (2006, p.145), no caso francês, se no findar do século XVIII, inicia-se por parte do Comitê de Instrução Pública, sob a égide do período revolucionário, a proteção do patrimônio, somente no decorrer do século seguinte terá se estruturado com bases mais sólidas com a instituição de leis e a organização da burocracia estatal<sup>14</sup> responsável pelas ações na área do patrimônio.

Independentemente do interesse que possam ter, não posso aqui examinar o conteúdo e as particularidades das diferentes legislações nacionais. Lembrarei apenas os trabalhos que precederam o estabelecimento da legislação francesa, que durante muito tempo constituiu uma referencia, primeiro na Europa, depois no resto do mundo, pela clareza e racionalidade de seus procedimentos.

O caminho fora aberto pelo Comitê de Instrução Pública sob a Revolução. Contudo, foi árduo o caminho que levou à promulgação, em 1887, da primeira lei sobre os monumentos históricos. Entre 1830, quando Guizot criou por decreto o cargo de inspetor dos monumentos históricos, e 1887, houve uma longa e heróica fase de experimentação e de reflexão: todo dispositivo (centralizado) de proteção apóia-se na fé e no devotamento de alguns homens que assistem, desinteressadamente, o inspetor. Eles não dispõem de instrumentos específicos, nem de serviços especializados para ajudá-los a cumprir a missão que assumiram (CHOAY, 2006, p. 145).

Em consonância com a análise desenvolvida por Choay, acerca da institucionalização de uma burocracia estatal responsável pela administração do patrimônio em solo francês, Fonseca também destaca criação do cargo de inspetor

---

<sup>14</sup> É relevante destacar a função do cargo de inspetor de monumentos históricos e de seus auxiliares nos primórdios das ações patrimoniais na França. A missão do inspetor é determinar, ou, dito de outro modo, a partir de agora, “tombar” os edifícios que devem ser considerados monumento histórico. Logo, ele é auxiliado, nessa tarefa e na distribuição dos fundos do Estado, alocados para a manutenção e restauração dos edifícios tombados, pela Comissão dos Monumentos Históricos, criada pela circular de 10 de agosto de 1837. Os abnegados membros dessa comissão e do Comitê de Trabalhos Históricos, criada em 1830, haveriam de desenvolver, durante décadas, com entusiasmo, competência e regularidade, um trabalho de discriminação, ao mesmo tempo reflexivo e prático, de que foram os primeiros profissionais verdadeiros (CHOAY, 2006, p. 146).

de monumentos históricos e ressalta a recepção da população sobre essa política do Estado francês na preservação do patrimônio<sup>15</sup>.

A institucionalização definitiva da atividade de preservação pelo Estado, na França, só veio a ocorrer efetivamente a partir de 1830, quando o historiador Guizot propôs a criação do cargo de Inspetor dos Monumentos Históricos. O escritor Prosper Mérimée, ao assumir o posto em 1832, percorreu toda a França, realizando um notável trabalho de inventário não só de bens, como de atitudes da população em relação ao patrimônio. E percebeu que, apesar dos convencionais revolucionários, apenas uns poucos intelectuais se sensibilizavam com o valor cultural dos monumentos. A população, ou lhes era indiferente, ou se apegava a alguns bens por outros motivos, por exemplo, seu valor religioso, enquanto local de culto ou peregrinação. Essa situação era particularmente grave nas províncias, devido à atividade centralizadora do Estado. (FONSECA, 2005, p. 60).

É de grande valia se salientar que a política de se tratar o patrimônio como uma propriedade do povo francês foi eficaz em fazer a população francesa recepcionar o trabalho desenvolvido pelo Estado na gestão de bens patrimoniais. Haja vista, que o trabalho de seleção dos bens que seriam considerados como patrimônio nacional da França, ficou a cargo do próprio Estado. Recordando-se que como já visto anteriormente muitos dos bens que passaram a ser considerados como patrimônio era dos antigos grupos detentores do poder durante o Antigo Regime e esta associação foi responsável pela destruição de muitos bens.

O trato dos bens considerados de valor patrimonial através da gestão estatal, conforme desenvolvido na França, teve um papel basilar para a constituição das modernas noções do patrimônio.

As noções modernas de *monumento histórico*, de *patrimônio* e de *preservação* só começam a ser elaboradas a partir do momento em que surge a idéia de estudar e conservar um edifício para única razão de que é um testemunho da história e/ou uma obra de arte (FONSECA, 2005, p. 53).

Nesta perspectiva é importante se destacar como o processo de seleção e quem são os responsáveis por essa atividade discricionária de postular aos bens analisados a chancela de serem considerados de valor patrimonial.

---

<sup>15</sup> “A estrutura institucional montada nesse período vai perdurar até meados do século XX” (FONSECA, 2005, p. 60). Sendo que a diretriz do processo de construção do patrimônio vai advir da ideia basilar de Mérimée, de “descobrir o país através de sua paisagem histórica” (CHASTEL e BABELON, Apud FONSECA, p. 61).

A questão dos patrimônios históricos e artísticos nacionais costuma ser abordada tendo como foco o conjunto de objetos que os constituem, ou, quando muito, os discursos que os legitimam. Neste trabalho, o centro da investigação serão os processos e as práticas de construção desses patrimônios, conduzidos por atores definidos e em circunstâncias específicas. São essas práticas e esses atores que atribuem a determinados bens valor enquanto patrimônio (FONSECA, 2005, p. 35).

A efervescência em torno da dos bens patrimoniais suscitou cada vez mais um intenso debate sobre a forma de preservação, conservação ou mesmo de restauração dos bens patrimoniais. E dentro desta reflexão, a noção dos valores patrimoniais tornou-se campo de análise de vários estudiosos do tema.

#### **1.4. Os valores dos bens patrimoniais**

Recordado o auxílio de Durkheim e sua análise sobre julgamentos de realidade e julgamentos de valor, é possível uma melhor compreensão de como determinadas coisas, através do sujeito coletivo, passam a ser mensuradas por um julgamento, que se embasaria em uma classificação estabelecida previamente.

Se o desprendimento da noção de patrimônio se inscreve na longa duração, nós também reconhecemos que ela não é separável de uma tomada de consciência – dolorosa, inquieta, nostálgica – de uma ruptura com o passado. Os objetos, os vestígios passam a adquirir um valor que não possuíam mesmo quando estavam em uso, quando sua evidência cotidiana fazia com que seus contemporâneos (aqueles que os utilizavam, os habitavam, os percorriam) nem mesmo os vissem. Onde não há patrimônio sem ruptura, sem historização (HARTOG, APUD MEIRA, 2008, p. 53).

Como visto no item anterior, no decorrer do século XIX a noção de patrimônio histórico e artístico foi adquirindo cada vez mais impulso na Europa, em grande parte com os acontecimentos decorrentes da Revolução Francesa. Após a perda de elementos considerados de valor monumentais ou destruição de áreas de valor histórico, o papel do Estado como gerenciador dos bens patrimoniais teve uma presença crescente “em nome do interesse público, a proteção legal de

determinados bens a que foi atribuída a capacidade de simbolizarem a nação, que se definiu o conceito de patrimônio histórico e artístico nacional” (FONSECA, 2005, p. 51).

Dentro deste quadro temporal, somente grandes monumentos e edificações públicas tinham a primazia de contar com o apoio estatal na busca de sua preservação. Assim, muitas outras construções que se encontravam no entorno dos bens selecionados para preservação, não acabavam tendo grande visibilidade e por consequência não eram protegidos para serem preservados à posteridade.

Dentro desse contexto explanado encontravam-se os conjuntos urbanos, vistos como uma arquitetura inferior, correspondente as residências e aos centros comerciais das urbes que ainda tinham grande contingente de edificações de tipologia herdada do período medieval. Estes não se encontravam dentro dos pressupostos conceituais para terem a proteção patrimonial.

Em virtude de não contarem com a proteção conferida aos bens considerados como monumentos históricos, são inúmeros os projetos de remodelação urbana promovidos por cidades europeias, dentre os quais o que mais encontrou destaque para a posteridade, foi o a reforma promovida na cidade de Paris pelo Barão de Haussmann<sup>16</sup>. As intervenções urbanísticas promovidas por Haussmann são amplamente conhecidas por seu caráter de promover uma grande alteração na paisagem urbana da cidade, através de um número considerável de demolições de edifícios e da destruição de espaços públicos e privados. “Destruuiu, contudo, em nome da higiene, do trânsito e até da estética, partes inteiras da malha urbana de Paris” (CHOAY, 2006, p. 175).

As intervenções da época não só acabam por fazer desaparecer exemplares de tipologias de construção de épocas passadas, mas também inovavam o modo de construir, visto se encontrar em pleno período da denominada Revolução Industrial, que fez surgir novos materiais e técnicas de construção, com

---

<sup>16</sup> Georges-Eugène Haussmann (Paris: [1809](#) - [1891](#)), largamente conhecido apenas como Barão Haussmann. Ao se referir às reformas urbanas empreendidas entre as décadas de 1850 e 1870 em Paris por Georges Eugène Haussmann, nomeado prefeito da capital francesa por Napoleão III, Walter Benjamin observou que o desejo de dirigir a modernidade urbana através da noção de reforma da cidade, partiu do pressuposto que a retificação das ruas, o saneamento e a iluminação públicas eram muito mais do que obras de construção civil, realizadas à pá, enxada e alavancas (ARAÚJO, 2013, p. 50-51). Ao empreender a maior intervenção urbanística de seu período tornou-se mundialmente conhecido.

isso possibilitando novas formas de urbanismo e de arquitetura. Tal fato lhe trouxe aversão e admiração.

Hausmann, que em sua época teve tantos inimigos como ainda hoje os tem, refutava a acusação de vandalismo que dirigiam alguns amantes da velha Paris: “Mas, boa gente, que do fundo de suas bibliotecas parece nada ter visto [do estado de insalubridade da antiga Paris e da metamorfose que se fez], cite pelo menos um edifício precioso para a arte, curioso por suas lembranças, que minha administração tenha destruído, ou de que ela se tenha ocupado senão para desobstruí-lo e dar-lhe o maior valor e a mais bela perspectiva possível”. O barão tinha boa-fé e a ele devermos efetivamente a conservação de numerosos edifícios que, como Saint-Germain-l’Auxerrois, estavam fadados à demolição. Nesse sentido, esse burguês esclarecido era bem o contemporâneo de Mérimée, com quem, aliás, ele se encontrava no palácio do imperador (CHOAY, 2006, p. 175).

Hausmann como homem de seu tempo<sup>17</sup> e dentro do próprio contexto dos bens patrimoniais na França, que a época já possuía proteção por parte do Estado, poupou diversos exemplares, contudo no período a preservação dos conjuntos urbanos ainda não havia a mesma relevância desfrutada pelos grandes monumentos.

Dentro desta perspectiva apresentada, a questão do valor atribuído a determinados bens, enquanto representativos da Nação, trouxe um debate intenso sobre os fundamentos justificadores da conservação dos referidos bens. Françoise Choay (2006, p. 116) destaca que “o valor nacional é o primeiro, fundamental”. O fato de o valor nacional ter essa primazia decorreu em grande medida da forma de relação estabelecida pelo Estado Francês, através dos instrumentos legais públicos<sup>18</sup> elaborados pelo Comitê de Instrução Pública, que denotavam a importância do patrimônio para a nação.

O modelo de preservação do patrimônio que foi sendo erigido desde o período revolucionário, embasou o fundamento em torno da utilização pedagógica do patrimônio na construção de uma pretensa identidade nacional francesa. Por essa razão “[...] foi o valor nacional que legitimou todos outros, dos quais é

---

<sup>17</sup> A reforma haussmanniana é expressão da racionalização aplicada ao desenho da cidade; o recurso à imagem fotográfica para o planejamento da cidade, todo o princípio de uma organização de caráter funcional do espaço urbano em contraponto aos *quartiers* desorganizados, mais do que uma simples mudança estética e arquitetônica, é expressão de toda uma forma distintamente moderna de perceber e conceber a cidade.

<sup>18</sup> Consubstanciados nos decretos e instruções expedidas.

indissociável, e a cujo conjunto hierarquizado ele comunica o seu poder afetivo” (CHOAY, 2006, p.117).

Esse modo de relacionamento com o patrimônio postulou uma visão que os bens patrimoniais como depositários não são de interesses privados, mas ao contrário, de um interesse da coletividade representada pelo Estado. Deste aspecto reside um dos grandes vetores da força do patrimônio, pois “a opinião pública traz de suas origens uma autoridade moral pela qual se impõe aos particulares” (DURKHEIM, 1970, p. 54).

Para Jacques Le Goff, o monumento teria implicações diretas com a memória coletiva, através de sua capacidade de perpetuação, seja de forma voluntária ou não, do passado. Assim haveria uma herança, a memória coletiva.

A palavra latina *monumentum* remete à raiz indo-européia *men*, que exprime uma das funções essenciais do espírito (*mens*), a memória (*menimi*). O verbo *monere* significa “fazer recordar”, de onde “avisar”, “iluminar”, “instruir”. O *monumentum* é um sinal do passado. Atendendo a suas origens filológicas, o monumento é tudo aquilo que pode evocar o passado, perpetuar a recordação (...). Mas, desde a Antiguidade romana, o *monumentum* tende a especializar-se em dois sentidos:

1) uma obra comemorativa de arquitetura ou de escultura: arco do triunfo, coluna, troféu, pórtico etc.; 2) um monumento funerário destinado a perpetuar a recordação de uma pessoa no domínio em que a memória é particularmente valorizada: a morte. O monumento tem como característica o ligar-se ao poder de perpetuação, voluntária ou involuntária, das sociedades históricas (é um legado à memória coletiva)” (LE GOFF, 2003, p. 526).

Dentro deste contexto, reflexões sobre a restauração do patrimônio histórico, que já havia dividido os antiquários e arquitetos desde o fim do século XVIII, vai se confrontar em torno de duas doutrinas distintas: a intervencionista, predominante em países europeus e a antiintervencionista, mais forte na Inglaterra (CHOAY, 2006).

Neste embate é possível destacar a contribuição do francês Viollet-Le-Duc e de inglês John Ruskin sobre qual deveria ser a relação de preservação e restauração das edificações componentes do patrimônio histórico.

Para Françoise Choay (2006, p. 153), Viollet-le-Duc e John Ruskin podem ser alçados como os dois principais baluartes de diferentes doutrinas em torno do debate sobre a restauração. A doutrina conceituada como intervencionista,



tinha em Viollet-le-Duc o seu grande expoente, enquanto na mesma época John Ruskin era o grande expoente de uma perspectiva denominada de antiintervencionista.

John Ruskin<sup>19</sup> se colocava completamente adverso ao conceito de restauração que permitia a livre intervenção nos monumentos. Ruskin foi o grande expoente de um pensamento que já existia na Inglaterra, defensor do monumento original e de sua manutenção de forma integral. Para Françoise Choay (2006, p. 154), Ruskin “defende um antiintervencionismo radical, de que até então ainda não havia exemplo, e que deriva de sua concepção do monumento histórico”.

Nem pelo público, nem por aqueles encarregados dos monumentos públicos, o verdadeiro significado da palavra restauração é compreendido. Ela significa a mais total destruição que um edifício pode sofrer: uma destruição acompanhada pela falsa descrição da coisa destruída. Não nos deixemos enganar nessa importante questão; é impossível, tão impossível quanto ressuscitar os mortos, restaurar qualquer coisa que já tenha sido grandiosa ou bela em arquitetura. Aquilo sobre o que insisti acima como sendo a vida do conjunto, aquele espírito que só pode ser dada pela mão ou pelo olhar do artífice, não pode ser restituído nunca. Uma outra alma pode ser-lhe dada por um outro tempo, e será então um novo edifício; mas o espírito do artífice morto não pode ser invocado, e intimado a dirigir outras mãos e outros pensamentos. E quando à cópia direta e simples, ela é materialmente impossível. Como se podem copiar superfícies que se desgastaram em meia polegada? Todo o acabamento da obra estava naquela meia polegada que se foi; se você tentar restaurar aquele acabamento, você o fará por conjecturas; se você copiar o que permanece – admitindo ser possível a fidelidade (e que cuidado, ou precaução, ou despesa pode garantir isso?) -, como pode a nova obra ser melhor do que a antiga? Havia ainda na antiga alguma vida, alguma sugestão misteriosa do que ela fora, e do que ela perdera; alguma doçura nas linhas suaves que a chuva e o sol lavraram. Não pode haver nenhuma na dureza bruta da nova talha. (RUSKIN, 2008, p. 79-80).

---

<sup>19</sup> John Ruskin (1819-1900), considerado o principal teórico da preservação do século XIX na Inglaterra, é também – e até por isso mesmo – uma das mais emblemáticas e controvertidas figuras daquele conturbado período [...]. Quase exatamente contemporâneo da Rainha Vitória (1819-1901), Ruskin viveu durante o auge do poderio econômico e militar da Inglaterra – “o melhor e o pior dos tempos”, no dizer de Dickens -, dele destoando fortemente, por sua capacidade de vislumbrar o reverso da medalha, por assim dizer. Excêntrico, reacionário, intransigente inimigo da industrialização – diz-se que não admitia que nem sequer os seus livros fossem transportados por ferrovia -, Ruskin foi um dos maiores expoentes da crítica romântica, de cunho socialista, à sociedade capitalista industrial e suas evidentes mazelas [...]. Entretanto, além da dimensão política – talvez a mais conhecida – dos múltiplos interesses de John Ruskin, não menos importante é sua reflexão sobre o papel da arquitetura, e sua preservação, para a sociedade moderna; reflexão por vezes obscurecida pela generalizada aversão contemporânea ao exacerbado romantismo oitocentista, do qual constitui um dos pilares (RUSKIN, 2008, p. 09-10).

O inglês defendia que a atuação do tempo se incorporava a própria obra, neste sentido a importância da conservação era indispensável para impedir ao máximo o surgimento da necessidade de restauração.

Pois, de fato, a maior glória de um edifício não está em suas pedras, ou em seu ouro. Sua glória está em sua idade, e naquela profunda sensação de ressonância, de vigilância severa, de misteriosa compaixão, até mesmo de aprovação ou condenação, que sentimos em paredes que há tempos são banhadas pelas ondas passageiras da humanidade. [Sua glória] Está no seu testemunho duradouro diante dos homens, no seu sereno contraste com o caráter transitório de todas as coisas, na força que – através da passagem as estações e dos tempos, e do declínio e nascimento das dinastias, e da mudança da face da terra, e dos contornos do mar – mantém sua forma esculpida por um tempo insuperável, conecta períodos esquecidos e sucessivos uns aos outros, e constitui em parte a identidade, por concentrar a afinidade, as nações. (RUSKIN, 2008, p. 68).

O tempo impregnado na memória do mármore e nas paredes dos edifícios constituiria um valioso registro da vida e dos valores humanos no vagar do tempo. Por isso a necessidade de dar historicidade e preservar a herança de épocas pretéritas.

Essa tese estava baseada na sua forte crença de que “o trabalho das gerações passadas confere, aos edifícios que nos deixaram, um caráter sagrado” (CHOAY, 2006, p. 154).

Ruskin não deixa nenhum espaço para a restauração, sendo enfático em sua oposição a utilização sob qualquer prisma, pois a mesma seria “uma Mentira do começo ao fim” se trataria de algo sem qualquer vantagem e que ainda acarretaria “uma forma mais completa e impiedosa do que se tivesse desabado num amontoado de terra, ou derretido numa massa de barro [...]” (2008, p. 81), seria a criação de um algo falso. A metáfora da obra de restauração para Ruskin seria como a vontade de fazer algo impossível em sua visão: ressuscitar os mortos.

Inserindo-se no polo oposto do debate, a contribuição de Viollet-le-Duc<sup>20</sup> pode ser compreendida com um trecho de sua própria definição sobre o trabalho de

---

<sup>20</sup> Eugène Emmanuel Viollet-le-Duc (1814-1879). Beatriz Mugayar Kühl na apresentação da obra Restauração de Viollet-le-Duc (2006, p. 9), o retrata como um autor prolixo e quando se invocam as obras e os escritos desse grande estudioso e teórico de talentos múltiplos, que também abrangiam os de arquiteto, escritor, diretor de canteiros de obras, desenhista, a polêmica é certa. Sua influência foi enorme em vários campos e, no que concerne à restauração, Viollet-le-Duc imprimiu uma marca

restauração sobre as construções do passado: “Restaurar um edifício não é mantê-lo, repará-lo ou refazê-lo, é restabelecê-lo em um estado completo que pode não ter existido nunca em um dado momento” (VIOLLET-LE-DUC, 2008, p. 29).

Para o francês a restauração desenvolvida no século XVIII não tinha precedente histórico, pois em sua visão nenhuma civilização e nenhum povo tinha anteriormente a compreensão do assunto da forma que o mesmo se apresentava em seu tempo. O arquiteto tinha consciência que “a palavra e o assunto são modernos” (VIOLLET-LE-DUC, 2008, p. 29). Assim, afirma que na Ásia uma construção antiga é “abandonada a ação do tempo” (VIOLLET-LE-DUC, 2008, p. 30). Cita ainda a relação dos gregos e romanos com as suas construções antigas como exemplos da inexistência da restauração nessas civilizações. Assevera que no período medieval também era inexistente a compreensão sobre a restauração como concebida no século XVIII.

[...] a Idade Média não possuía mais do que a Antiguidade a percepção das restaurações como nós as compreendemos hoje; longe disso. Se fosse necessário, em um edifício do século XII, substituir um capitel quebrado, era um capitel do século XII, XIV ou XV que se colocava em seu lugar. Se um longo friso de folhas montates do século XIII, um pedaço, somente um, viesse a faltar, era um ornamento conforme ao gosto do momento que era incrustado. Por isso, aconteceu várias vezes, antes que o estudo atento dos estilos fosse levado às suas últimas consequências, de se considerar essas modificações como extravagâncias, de se atribuir data falsa a fragmentos que deveriam ter sido considerados como interpolações em um texto (VIOLLET-LE-DUC, 2008, p. 30-31).

Os trabalhos de restauração sofrem grande impulso no século XVIII e a essa área procurava se firmar como uma ciência. Se desde o período Renascentista ocorria um crescimento no interesse pelas construções da Antiguidade e as ações e primeiras noções sobre restauração vão germinando, o século XVIII e suas inúmeras transformações: econômica, política e de pensamento, através da Revolução Industrial, Francesa e do Movimento Iluminista tiveram inúmeros desdobramentos, dentro os quais se pode destacar a forma que o homem moderno se relacionava com o legado das construções do passado.

Viollet-le-Duc que vivenciou esse momento de efervescência na preservação dos monumentos destaca inclusive a importância na França da Comissão de Monumentos Históricos durante a direção de Vitet (1835 a 1848), no qual “um grande número de edifícios da Antiguidade Romana e da Idade Média, na França, foram estudados, bem como preservados da ruína. Deve-se dizer que o programa de uma restauração era então algo totalmente novo” (Viollet-le-Duc, 2008, p. 44).

A compreensão sobre o contexto no qual Viollet produziu sua teoria de restauração é fundamental para analisar as pesadas críticas que o mesmo também sofreu em razão de suas recomendações de intervenções incisivas, através de reconstituições ou até mesmo “correções” no projeto. Essa busca por um estado ideal gerou muitas controvérsias e se colocava em situação diametralmente oposta à visão de John Ruskin.

Guiando-se nessa orientação sobre o procedimento de restauro, o autor francês afirmava a possibilidade de inserção de acréscimos de novos elementos à obra original. “Nas restaurações, há uma condição dominante que se deve ter sempre em mente. É a de substituir toda parte retirada somente por materiais melhores e por meios mais eficazes ou mais perfeitos” (Viollet-le-Duc, 2008, p. 54).

A sua visão possuía uma concepção, na qual seria possível através das correções sucessivas feitas tornar a obra “mais completa”. Para Choay (2006, p. 156) Viollet-le-Duc traria ainda “uma concepção ‘ideal’ dos monumentos históricos, que criam na prática um intervencionismo militante cujo caráter arbitrário é conveniente denunciar”. Ao valorizar em sua teoria a reconstituição estilística, a historicidade do monumento ficava relegada a um plano inferior em relação às diversas correções efetuadas durante procedimentos de restauração. Do mesmo modo, as modificações feitas após a construção da obra, também são colocadas em plano inferior a uma unidade estilística e a gênese do monumento, nem sempre comprovada.

Viollet-le-Duc não se contenta apenas com uma reconstituição hipotética da obra, mas advoga até mesmo uma reconstituição daquilo que teria sido feito. Essa visão era completamente oposta à de John Ruskin, que era terminantemente contrário às restaurações e advogava respeito pela obra original.

Cabe destacar na obra de Viollet-le-duc um aspecto que se tornaria central no debate sobre a preservação do patrimônio: a destinação dos edifícios restaurados. [...] Ademais, o melhor meio para conservar um edifício é encontrar para ele uma destinação, é satisfazer tão bem todas as necessidades que exige essa destinação, que não haja modo de fazer modificações (VIOUET-LE-DUC, 2008, p. 65).

Contudo, o pensamento restaurador e intervencionista de Viollet-le-Duc precisa “ser relativizado, ainda que seja inserido no contexto intelectual da época em que se encontravam, na França, a maioria dos monumentos sobre os quais pairavam suspeitas de desfiguração” (CHOAY, 2006, p. 157).

Mérimée e Vitet como a grande parte de seus contemporâneos franceses que estavam ligados à proteção do patrimônio histórico, possuíam uma posição mais amena que a de Viollet-le-duc, se aproximando dos autores ingleses ligados a ideias de Ruskin e Morris (Choay, 2006, p. 159). O antagonismo entre a teoria de Ruskin e Viollet-le-Duc, tendia a este último, reunindo em torno de si “as aspirações historicistas dos restauradores formados nos países de língua alemã e da Europa central” (CHOAY, 2006, p. 163).

Contudo, no decorrer do último quartel do século XIX, uma postura nuançada, sobretudo devido aos progressos da história da arte e da arqueologia, vai aos poucos superar o radicalismo dicotômico do intervencionismo e antiintervencionismo.

Camillo Boito<sup>21</sup> foi um dos adeptos desse novo panorama europeu do final do século XIX com idéias intermediárias às de Viollet-le-Duc e de Ruskin. “Confrontado com essas duas doutrinas antagônicas, Boito recolhe o melhor de cada uma, extraíndo delas, em seus escritos, uma síntese sutil, que aliás nem sempre haverá de aplicar em suas restaurações” (CHOAY, 2006, p. 164).

A Ruskin e a Morris ele deve sua concepção da conservação dos monumentos baseada na noção de autenticidade. Não se deve preservar apenas a pátina dos edifícios antigos, mas os sucessivos acréscimos devidos ao tempo – verdadeiras estratificações, comparáveis às da crosta

---

<sup>21</sup> Camillo Boito (1836-1914) é figura de grande destaque no panorama cultural do século XIX. Foi arquiteto, restaurador, crítico, historiador, professor, teórico, literato e um analista dos mais argutos de seu próprio tempo, tendo papel relevante na transformação da historiografia da arte e na formação de uma nova cultura arquitetônica na Itália (BOITO, 2008, p. 09).

terrestre, que Viollet-le-Duc condenava sem escrúpulos. O respeito à autenticidade de igualmente fazer rejeitar a concepção “paleontológica”, com base na qual Viollet reconstituiu as partes desaparecidas dos edifícios, e mais ainda sua tipologia estilística, que, apesar de certas declarações contrárias, termina por ignorar o caráter singular de cada monumento.

Boito, com Viollet-le-Duc, contra Ruskin e Morris, postula a prioridade de presente em relação ao passado e afirma a legitimidade da restauração. É verdade que esta não passa de paliativo. Ela só deve ser praticada *in extremis*, quando todos ou outros meios de salvaguarda (manutenção, consolidação, consertos imperceptíveis) tiverem fracassado. Então, a restauração, se revela o complemento indispensável e necessário de uma conservação que, sem ela, não pode subsistir nem mesmo em projeto. (CHOAY, 2006, p. 165).

Beatriz Mugayar Kühl, na apresentação da obra traduzida ao português, também destaca a posição assumida por Camillo Boito frente aos dois grandes expoentes de matrizes antagônicas no que se refere ao contexto da arquitetura na época.

No que se refere à arquitetura, Boito se coloca de forma crítica em relação às propostas de Viollet-le-Duc e às de Ruskin. Quanto às posturas derivadas de Ruskin, Boito as considera de uma lógica impiedosa, por interpretar que o edifício deveria apenas ser deixado à própria sorte e cair em ruínas, desconsiderando os apelos de Ruskin, pelas conservações periódicas para assegurar a sua sobrevivência. No que tange a Viollet-le-Duc, aponta os perigos de se querer alcançar um estado completo que pode não ter existido nunca, devendo o arquiteto restaurador, para tal, colocar-se na posição do arquiteto inicial. Indica a conseqüente e inevitável arbitrariedade que resulta dessa postura e enfatiza ainda os riscos de falsificação desse tipo de restauro, afirmando que quanto mais bem for conduzida a operação, maior será a possibilidade de engano (BOITO, 2008, p. 24-25).

Se para Camillo Boito, as idéias de Ruskin seriam perigosas pela insensibilidade do monumento não sofrer intervenções, mesmo com as intempéries do tempo, que podem levar o mesmo a ficar em ruínas. Já quanto a Viollet-le-Duc, Boito observa os riscos de consecução de arbitrariedades em acréscimos na busca de um estado que jamais possa ter existido ao restaurado, ao tentar se colocar na posição do construtor original.

Se a forma de se lidar com os bens do passado não apresentava de forma unânime para o arquiteto italiano um aspecto de destaque seria a própria vontade de preservação existente no século XIX. Sendo que o trabalho de restauro é

importante não só para a fruição presente, mas para a manutenção para a posteridade.

[...] Para bem restaurar é necessário amar e entender o monumento, seja estátua, quadro ou edifício, sobre o qual se trabalha, e do mesmo modo para a arte antiga em geral. Ora, que séculos souberam amar e entender as belezas do passado? E nós, hoje, em que medida sabemos amá-las e entendê-las?

Não quero demorar um minuto para dizer-lhes, senhores, para seu conforto, que nós, com relação a tais coisas, vivemos em uma era afortunadíssima; aliás, desde que o mundo é mundo, nunca houve alguma mais afortunada do que a nossa. Pode-se muito bem remexer na história do passado, moderna e antiga, de todos os países, de todos os povos: os últimos cinqüenta ou sessenta anos gabam-se por estimar e por conhecer com imparcialidade tudo o que antes aconteceu em arte e em beleza. Para nós, a pirâmide egípcia, o templo grego, o anfiteatro romano, as catacumbas cristãs, o batistério bizantino, a basílica lombarda, a catedral ogival, os palácios do século XVI, as cártulas do século XVII, as fantasias do século XVIII, para nós não têm mistério. Entramos em todos os lugares, guiados por nosso olfato crítico, por nossa clarividência histórica; e iluminamos esplendidamente todas as coisas para os nossos contemporâneos e para a nossa posteridade (BOITO, 2008, p. 32).

A visão apresentada tenciona-se a certa presunção ao colocar o século XIX como uma espécie de redentor dos bens do passado. A própria restauração se apresenta desde o Renascimento e foi tendo suas ideias amadurecidas no passar do tempo. Contudo, de fato o século XIX a restauração se afirma como um processo cultural e não apenas como uma necessidade prática.

Com Camilo Boito o termo conservação, que se encontrava de forma implícita na obra de John Ruskin, se apresenta no uso do espaço, considerando o limite do impacto que tal uso pode gerar na integralidade da edificação.

A conservação como um conjunto de intervenções técnicas para conter a deterioração seria uma ferramenta essencial na preservação do patrimônio arquitetônico. Já a preservação como ato de por a salvo de dano encontra-se ligada ao planejamento do destino dos bens patrimoniais. Ambos os conceitos, apesar de diferentes, são ações que têm por objetivo a proteção do patrimônio arquitetônico.

Camillo Boito tinha plena clareza sobre o contexto conservação e restauração para a preservação do patrimônio no último quartel do século XIX, chegando a afirmar que “Então, nós, do bem-aventurado século XIX, temos um braço tão grande que tudo acolhe par si. Essa Fortaleza, esse Burgo não poderiam

ser imaginados em nenhuma outra época” (BOITO, 2008, p. 34). Com essa visão Boito canalizou energia na construção de regras para restauração de monumentos, diferenciando a mesma da conservação.

Mas o curioso é que, enquanto a nossa suprema sabedoria consiste em compreender e reproduzir minuciosamente todo o passado da arte, e essa recente virtude nos torna maravilhosamente adaptados para completar as obras de todos os séculos passados, as quais nos chegaram mutiladas, alteradas ou arruinadas, a única coisa sábia que, salvo raros casos, nos resta a fazer é esta: deixá-las em paz, ou, quando oportuno, libertá-las das mais ou menos velhas ou mais ou menos más restaurações. É difícil! Saber fazer algo tão bem e ter de contentar-se em abster-se ou em desfazer! Mas aqui não se discorre sobre conservação, que aliás é obrigação de todo governo civil, de toda província, de toda comuna, de toda sociedade, de todo homem não ignorante e não vil, providenciar que as velhas e belas obras do engenho humano sejam longamente conservadas para a admiração do mundo. Mas uma coisa é *conservar*, outra é *restaurar*, ou melhor, com muita frequência uma é o contrário da outra; e o meu discurso é dirigido não aos conservadores, homens necessários e beneméritos, mas, sim, aos restauradores, homens quase sempre supérfluos e perigosos (BOITO, 2008, p. 37).

Camillo Boito da mesma forma que John Ruskin, demonstrava a grande e indispensável importância da conservação para manutenção com o belo legado arquitetônico do passado, mas de forma oposta não negava como colocava a também grande contribuição da restauração para preservação do patrimônio histórico. Inclusive deixado de forma límpida à diferença entre ambos os conceitos. “Não é restauração embeber o mármore das estátuas com um líquido que consiga preservá-lo contra a ação corrompedora do tempo, devolvendo-lhe sua primitiva compacidade, consistência e aparência” (BOITO, 2008, p. 47). Assim, a simples operação manutenção não se confundiria com árduo e complexo trabalho de restauro, principalmente “naquilo que se refere à restauração dos monumentos arquitetônicos” (BOITO, 2008, p. 53).

Essa análise dialética das teorias antagônicas fez com que Boito pudesse elaborar uma concepção complexa do processo de avaliação da necessidade de uma intervenção de restauração<sup>22</sup>, “opondo-se ferrenhamente à apropriação acrítica dos variados estilos do passado” (BOITO, 2008, p. 13).

---

<sup>22</sup> O papel proeminente na atividade de arquiteto restaurador na região de Veneza contribuiu para construção de seu pensamento sobre o restauro.



Sua abordagem conhecida como “restauro filológico” (BOITO, 2008, p. 19) postula grande ênfase no valor documental dos monumentos e a tentativa de se evitar ao máximo acréscimo, que caso fossem indispensáveis deveriam ser de forma inequívoca distinguidos do original.

O arquiteto italiano em síntese defendia que as edificações precisavam ser permanentemente conservadas para se evitar as restaurações. Todavia, se mesmo com um grande cuidado de conservar a construção, a mesma viesse a se deteriorar, neste sentido a necessidade de restauração surgiria e deveria ser efetivada como um mal menor, sempre procurando a menor intervenção possível.

Isso segue uma lógica, mas uma lógica impiedosa. Não podendo conservar incólume o monumento, destruí-lo, ou deixá-lo, sem reforços e sem as inevitáveis renovações, morrer de sua morte natural, em paz. A arte do restaurador, volto a dizê-lo, é como a de um cirurgião. Seria melhor (que não o vê?) que o frágil corpo humano dos auxílios cirúrgicos; mas nem todos creem que seja melhor ver morrer o parente ou o amigo do que fazer com que lhes seja amputado um dedo ou que usem uma perna de pau (BOITO, 2008, p. 57).

Havendo a necessidade, a restauração deveria ser acionada, mas isso também trazia riscos. E ao mencionar a importância de Viollet-le-Duc para o campo da restauração reconhece a grande contribuição, mas também não deixa de ressaltar perigos da mesma ao postular os riscos advindos das reconstituições invasivas. Contra essa tentativa de sobreposição ao arquiteto original Boito questiona sua operacionalidade.

Como fazer? Colocamo-nos no lugar do arquiteto primitivo e adivinhamos aquilo que ele teria feito se os acontecimentos o tivessem permitido finalizar a construção. Essa teoria é cheia de perigos. Com ela não existe doutrina, não existe engenho que sejam capazes de nos salvar dos arbítrios: e o arbítrio é uma mentira, uma falsificação do antigo, uma armadilha posta aos vindouros (BOITO, 2008, p. 58).

Com sua análise, Boito deu uma enorme contribuição para as práticas de conservação e restauração do patrimônio histórico, admitindo as suas próprias contradições em razão das transformações dos critérios de restauração no decorrer do século XIX.

Ele enunciou um conjunto de regras que foram moduladas e aprimoradas –, por causa das destruições causadas pelos conflitos armados, a partir da Primeira Guerra Mundial – de acordo com a evolução das técnicas de construção – mas que, em sua essência, continuam válidas. (Choay, 2006, p. 167).

Essas diretrizes de Camillo Boito foram incorporadas por outro italiano da geração seguinte. Gustavo Giovannoni, arquiteto e historiador da arte, buscou critérios científicos para apreciação dos monumentos, defendendo que a preservação representava a socialização de uma obra arquitetônica.

Giovannoni utilizou os princípios básicos de Camillo Boito no que se refere a núcleos urbanos, elaborando a concepção de que uma cidade histórica é um monumento, mas ao também um tecido vivo. Com isso o uso do patrimônio histórico não se restringia às funções de museu, mas poderia ter outras funcionalidades de caráter contemporâneo. Uma grande contribuição para dentro da preservação do patrimônio foi em afirmar a importância do entorno, rompendo com a métrica do monumento enquanto uma obra isolada. Essa percepção de se preservar núcleos urbanos foi sedimentando o caminho para que Centros Históricos, como o de São Luís, fossem vistos como parte viva da cidade na qual estão inseridos.

#### **1.4.1. O culto moderno dos monumentos: a contribuição de Alois Riegl**

As reflexões sobre a preservação patrimonial estão escoradas em um processo de atribuição valorativa, na qual se observa na bibliografia produzida por renomados autores: (RUSKIN, 2008), (VIOLLET-LE-DUC, 2006) e (BOITO, 2008) uma pluralidade de valores: nacional, histórico, artístico, dentre outros. Essas adjetivações inseridas ao termo são fruto do trabalho desenvolvido por estudiosos, intelectuais, órgãos de gestão do patrimônio ao longo do tempo, que constroem e utilizam essas categorias de pensamento no trato com os bens patrimoniais.

Essas categorias de análise são operacionalizadas para selecionar, mensurar e legitimar uma forma de relacionamento com o patrimônio. Os distintos valores patrimoniais sofrem alterações ao longo do tempo. Na Europa do século XIX,

ou seja, no ocidente industrial, esses valores se alteram com o debate sobre a forma que o homem moderno deveria se relacionar com a herança do passado, de acordo com as relações contextuais de cada momento histórico.

No raiar do século XIX na Europa, os valores que categorizavam o patrimônio podem ser descritos como: valores cognitivos, econômicos e artísticos. Esses valores estavam associados com a forma de utilização do patrimônio, principalmente como reforço pedagógico à ideia de nação. Já no crepúsculo do século, isto é, em sua parte final, com a sedimentação da revolução industrial, o romantismo e as transformações no modo de vida vão propiciar uma nova transformação, alcançando maior destaque os valores de sensibilidade – principalmente o estético (CHOAY, 2006).

Para Françoise Choay (2006, p. 167), um grande avanço dentro deste debate sobre os valores ocorrerá com “um trabalho de reflexão mais ambicioso com respeito a atitudes e condutas ligadas à noção de monumento histórico foi realizado no começo do século XX pelo grande historiador da arte vienense Alois Riegl (1858-1905)”. A significativa contribuição de Riegl em grande parte foi possível em razão de sua formação como jurista, filósofo e historiador. Tendo também vasta experiência profissional trabalhado como conservador de museu foi importante para sedimentar os diversos valores atribuídos aos monumentos históricos.

A sua grande obra, *Der moderne Denkmalkultus* (O culto moderno dos monumentos), trouxe uma análise crítica sobre a noção e os valores dos monumentos históricos. “Este não é abordado apenas sob uma perspectiva profissional como a de Boito, mas tratado como um objeto social e filosófico” (Choay, 2006, p. 168). Riegl fez sua análise dos monumentos associando “a ideia de culto, baseado em valores da sociedade que se modificam com o tempo” (MEIRA, 2008, p. 63).

Um dos grandes méritos de Alois Riegl foi apresentar de forma clara a distinção existente entre monumento e monumento histórico. Sendo que o último é investido por valores através do caminhar histórico.

A análise do autor estrutura-se, primeiramente, na oposição de duas categorias de valores: os de “memoração”, que estão atrelados ao passado e à memória, e os de “contemporaneidade”, que pertencem ao presente. Alargando a

descrição do fundamento dos valores de rememoração, Alois Riegl registra um novo valor:

Esta diz respeito à idade do monumento e às marcas que o tempo não pára de lhe imprimir: assim se evoca, por meio de um sentimento “vagamente estético”, a transitoriedade das criações humanas cujo fim é a inelutável degradação, que no entanto constitui a nossa única certeza. Diferentemente do valor histórico, que remete a um saber, o de “ancianidade” é percebido de imediato por todos. (CHOAY, 2006, p. 168-169).

É nítido que para Riegl o valor de ancianidade (antiguidade) seria um valor de grande importância por sua facilidade de comunicação com as massas, pois o mesmo pode de forma fácil relacionar-se com a sensibilidade “algo que lhe permite crer que tem o direito de se dirigir a todos, de ser válido para todos sem exceção” (RIEGL, 2013, p.32).

Apesar do valor de ancianidade de Alois Riegl suscitar para os monumentos históricos a atenção reverente, e assim, se aproximar de certa maneira do valor de reverência já proposto anteriormente por John Ruskin, existe uma diferença substancial, pois “Ruskin milita por uma ética e busca impor sua concepção moral do monumento a uma sociedade cujas tendências orientam-se em sentido inverso. Riegl parte, ao contrário, de uma constatação”. (CHOAY, 2006, p. 169). A partir desta constatação, a construção valorativa de Riegl propunha o valor do monumento a todos, em razão da facilidade na qual é apropriado pelas massas.

Quanto aos valores de contemporaneidade, ligado ao presente, Riegl destacava dois valores: primeiro o da arte, de caráter relativo, variando segundo pontos de vista com relação aos monumentos históricos e o de novidade, que atinente à aparência novel e intacta das obras. A segunda categoria seria o valor de uso, que estaria conexo com a utilização prática dos monumentos. O uso, ou ausência deste, seria capaz distinguir entre as ruínas arqueológicas (sem uso e com valor histórico) e as ruínas, de interesse calcado na ancianidade (CHOAY, 2006).

Riegl antes de adentrar aos vários tipos de valores conferidos aos monumentos elabora a distinção entre: monumentos intencionais e monumentos não-intencionais (históricos e artísticos). Para o autor, a criação de monumentos intencionais remontaria “aos tempos mais recuados de que há provas da cultura

humana” (RIEGL, 2013, p. 9), sendo ainda no período moderno uma grande produção de tais monumentos.

Alois Riegl definiu um conceito de monumento intencional como “uma obra de mão humana, construída com o fito determinado de conservar sempre presentes e vivos na consciência das gerações seguintes feitos ou destinos humanos particulares (ou conjunto de tais feitos e destinos)” (RIEGL, 2013, p. 9). Podem ser citados como exemplos: colunas, templos, totens. Sendo que os mesmo foram criados “revestidos de uma representação coletiva” (MEIRA, 2008, p.64).

Contudo, para o austríaco ao tratar do culto moderno dos monumentos, sua atenção estaria voltada para os monumentos artísticos e históricos (não intencionais). Tais monumentos seriam criação da sociedade moderna, um acontecimento histórico situado no espaço e tempo, não tendo sido erigidos com a intenção de ser uma herança para as futuras gerações. “São representações que podem alterar-se dependendo dos valores a eles atribuídos pela sociedade” (MEIRA, 2008, p.64)

Os valores artísticos e históricos estão entrelaçados, pois um monumento artístico é de forma simultânea representativo de um estágio histórico das artes plásticas. De forma simétrica, um monumento histórico é também artístico por ser constituído de elementos da arte. Entretanto, em sua visão haveria uma preponderância do valor histórico “claramente mais abrangente” (RIEGL, 2013, p. 10).

Ainda de acordo com Riegl, a atenção se voltaria “[...] predominantemente àqueles testemunhos que nos parecem representar etapas particularmente nítidas no curso de desenvolvimento de um determinado ramo da actividade humana”. (RIEGL, 2013, p. 11). Assim, o valor histórico seria oriundo do reconhecimento de que um determinado monumento representa um estado particular e único no desenvolvimento de um domínio da criação humana, em outros termos, o monumento pode ser entendido enquanto documento histórico e, neste sentido, precisa ser conservado, tanto que possível, ao estado original.

Para Riegl, no século XIX o valor histórico foi o preponderante, o mesmo vislumbrava que no século XX, o grande destaque seria ao valor de antiguidade<sup>23</sup>. E uma das razões para a “vitória” do valor de antiguidade estaria em sua facilidade de ser apreendido pelo público. Enquanto o valor histórico exigia do indivíduo um conhecimento erudito, “que remete a um saber” para, o valor de antiguidade “é percebido de imediato por todos” (CHOAY, 2006, p. 169).

O valor de ancianidade do monumento histórico não é para ele uma promessa, mas uma realidade. A imediatez com a qual esse valor se apresenta a todos, a facilidade com que se oferece à apropriação das massas (Massen), a sedução fácil que ela exerce sobre estas deixam entrever que ele será o valor preponderante do monumento histórico no século XX (CHOAY, 2006, p. 169).

E é esse apelo às massas, contido no valor de antiguidade, que servia de justificativa para sua ascendência no nascente século XX. Riegl acreditava que para o homem do século XX, essa percepção fácil do ciclo de criação e destruição, seria aprazível. Para Fonseca (2005, p. 67), essa visão de Riegl acabou por se concretizar.

Essa profecia foi plenamente concretizada tanto na evolução das ciências históricas, como a crítica à história factual, o surgimento da história das mentalidades e do conceito de longa duração, a ampliação da noção de documento e o desenvolvimento da historiografia, quanto nas políticas de preservação, com a ampliação do conceito de patrimônio.

O valor de antiguidade valoriza o passado em si, oriundo da decomposição da obra pelas forças da natureza no decurso do tempo. A alteração sofrida na obra traz ao público que a visualiza de forma rápida e fácil a sensação de passagem do tempo.

Alois Riegl desenvolveu sua obra início do século XX, momento no qual o próprio autor acreditava que estava ocorrendo a passagem do valor histórico ao de antiguidade. Para Riegl, em tempos de mudanças profundas na sociedade na passagem do século XIX para o XX, os valores se encontravam em um “estádio de

---

<sup>23</sup> No momento histórico de produção da obra, o autor considerava que haveria uma transição da preponderância do valor histórico para o valor de antiguidade.

transição, que naturalmente tem também de ser em simultâneo um estádio de luta” (RIEGL, 2013, p. 23).

Para além do valor histórico e de antiguidade, haveria ainda na relação da memória com o culto aos monumentos o valor de memória intencional - rememoração, cuja função foi definida por Riegl de imperecibilidade, quer dizer “desde a edificação do monumento com um fim específico, de fazer que, em certa medida, um monumento nunca se torne passado, tem de mantê-lo sempre presente e vivo na consciência dos vindouros” (RIEGL, 2013, p. 42).

Os monumentos intencionais foram concebidos como documento desde a sua origem, mas eles também agregam o atributo de uma imagem como representação que relembra o passado no presente e no futuro. Sem restauração o monumento deixa de ser intencional, e o valor de antiguidade passa a sobrepor-se. Os três valores de rememoração podem coexistir ou atuar em conflito (MEIRA, 2008, p. 65).

O conflito entre o valor de memória “com o valor de antiguidade está de antemão e ininterruptamente dado por natureza” (RIEGL, 2013, p. 42). Contudo, não traria grande dificuldade para a conservação dos monumentos em razão da superioridade quantitativa dos monumentos não intencionais.

A segunda categoria de valores traria a relação dos valores de actualidade<sup>24</sup> com o culto dos monumentos, e se divide nos valores de uso e de arte. “A maioria dos monumentos possui igualmente a capacidade de satisfazer aquelas necessidades sensíveis ou intelectuais das pessoas para cuja saciação as novas formas modernas tão bem se prestam [...]” (RIEGL, 2013, p. 43). Apesar de esta definição aproximar os valores de contemporaneidade dos valores de rememoração, seja de antiguidade ou intencional, a diferença é destacada pelo austríaco ao especificar melhor o valor de contemporaneidade:

Do ponto de vista deste valor, estaremos dispostos antecipadamente a considerar o monumento não como uma tal forma, mas sim igual a uma forma moderna acabada de ser produzida e, por isso, também a exigir do monumento (antigo) a manifestação exterior de cada obra humana (nova) no seu estado nascente (ver p.28 e ss.): quer isto dizer a impressão de completa coesão e intangibilidade relativamente aos influxos deletérios naturais. (RIEGL, 2013, p. 43).

---

<sup>24</sup> Também denominado de contemporaneidade na tradução ao português brasileiro.

Já valor de uso tem por definição a utilização contemporânea dos monumentos, “relativo às condições práticas materiais de utilização prática dos monumentos” (CHOAY, 2006, p. 169). No valor de uso, o monumento deve acolher às necessidades práticas do presente, caso esteja em plena utilização pelo homem. “Por isso, um edifício antigo, por exemplo, que ainda hoje está a uso prático deve ser conservado em boas condições relativamente às pessoas que o utilizam, não fosse ameaçar a segurança de suas vidas ou a sua saúde [...]” (RIEGL, 2013, p. 44).

Nesse sentido o valor de uso poderia entrar em choque com o valor de antiguidade, caso em razão da utilização fosse necessária efetuar algum trabalho de restauração para a garantia dos usuários. Deve se ressaltar que aludido valor se mostra presente tanto nos monumentos históricos, que conseguiram ao longo do tempo manter sua função original, quanto nos que receberam nova destinação (RIEGL, 2013, p. 48).

Ainda dentro da categoria de contemporaneidade, outro valor seria o artístico (valor de arte), sendo que este se subdividiria em valor de novidade e valor de arte relativo. Para Riegl todo monumento possuiria para o homem do século XX o valor artístico em virtude da própria concepção moderna vigente.

O valor de arte relativo, “refere-se à parte das obras artísticas antigas que continuou acessível à sensibilidade moderna” (CHOAY, 2006, p. 169), se coloca em oposição a existência de uma arte universal, pois estaria vinculada à composição “específica do monumento ao nível de concepção, forma e cor [...] porquanto esta exigência não apresenta ao nível do seu conteúdo nada de objectivo e permanentemente válido, antes está em mudança contínua” (RIEGL, 2013, p. 48).

Já o valor de novidade “diz respeito à aparência fresca e intacta dessas obras” (CHOAY, 2006, p. 169), ou seja, não pode denotar que se encontra “sujeita à dissolução, nem na forma nem na cor” (RIEGL, 2013, p. 48).

Para Riegl, o valor de novidade poderia ser apreciado por qualquer pessoa de forma diversa do que ocorreria com o valor artístico relativo, que necessitaria de um conhecimento estético sobre a arte.

O grande trabalho desenvolvido por Riegl denota um permanente conflito entre as diversas espécies de valores, que ora se aproximam ora se afastam. Essa



questão dos valores subjaz a caminhada dos monumentos históricos ao longo dos séculos. Françoise Choay nos possibilita uma síntese sobre as exigências coincidentes e conflitantes dos valores:

A análise de Riegl revela, pois, as exigências simultâneas e contraditórias dos valores que o monumento histórico foi cumulando ao longo dos séculos. Com toda a lógica, o valor de ancianidade, o último a surgir, exclui o de novidade e ameaça também o valor de uso e o histórico. Mas o valor de uso contraria freqüentemente o valor artístico relativo e o histórico. Esses conflitos, já esboçados por Boito no domínio da restauração, manifestam-se igualmente quando se trata da reutilização e, de modo mais geral, do tombamento dos monumentos históricos. Riegl mostra que eles não são, contudo, insolúveis e em verdade dependem de compromissos, negociáveis em cada caso particular, em função do estado do monumento e do contexto social e cultural em que se insere. A análise axiológica do historiador vienense funda uma concepção não dogmática e relativista do monumento histórico, em harmonia com o relativismo que ele introduziu nos estudos de história da arte (CHOAY, 2006, p. 170).

A obra do historiador da arte, de possibilitar uma visão plural e reflexiva sobre os diferentes tipos de valor atribuídos aos monumentos, se origina das distintas maneiras de relacionamento e percepção dos monumentos históricos nos diferentes períodos dos grupos humanos. Riegl ao tratar das variadas possibilidades existentes propicia, aos responsáveis pela gestão dos bens patrimoniais, um leque de opções para tomar decisões baseadas dentro de uma esfera racional e crítica.

Ainda é possível se extrair do pensamento de Alois Riegl, a assertiva na qual um monumento é também um documento histórico, na medida em que pode ser extraído do mesmo informações do passado. Nesse sentido corrobora Ana Lúcia Goelzer Meira:

Como documento histórico pode-se definir o testemunho, texto ou objeto que foi gerado no passado e que ateste acontecimentos, circunstâncias, fatos, feitos, condições, etc. De uma obra de arte se pode extrair diversas informações: a época em que foi feita; as concepções de arte vigentes; as técnicas e os materiais disponíveis; as relações sociais de um determinado período; o papel do artista e sua relação com os clientes; concepção de mundo expressa em sua elaboração; aspectos da vida política, econômica e religiosa. Além disso, a obra de arte incorpora e acrescenta informações ao longo do tempo, seja quanto às transformações que pode sofrer com novos usos, novas exigências de gosto e novas crenças (MEIRA, 2008, p. 66-67).

Mesmo com a superação dos valores históricos e artísticos na segunda metade do século XX, em razão do alargamento da noção de bens patrimoniais, é

incontestável sua importância, dos primórdios do período renascentista até os dias atuais (ANDRIEUX, 1997).

O aumento da discussão em torno da preservação dos monumentos do passado, prática cada vez mais debatida na sociedade atual, suscita certa euforia em garantir determinados vestígios do passado, que ensejaria até mesmo uma suposta inflação patrimonial (CHOAY, 2006), permitindo razão ao desejo humano de encontrar pontos de apoio dentro de um mundo onde as transformações tecnológicas tendem a criar uma sensação de perda de referenciais.

No decorrer do século XX e especialmente na sua segunda metade dá-se uma grande destaque aos bens patrimoniais em virtude da 2ª Guerra Mundial – responsável pela destruição de um número incontável de construções históricas no decorrer do conflito bélico.

A segunda metade do século XX será o período onde a atuação da UNESCO contribuirá para o aumento da patrimonialização de diversos bens e locais, como o próprio Centro Histórico de São Luís inscrito na Lista do Patrimônio Mundial da UNESCO em 1997 com base em três dos dez critérios<sup>25</sup> existentes.

The Committee decided to inscribe this property on the basis of criteria (iii), (iv) and (v), considering that the Historic Centre of São Luis do Maranhão is an outstanding example of a Portuguese colonial town that adapted successfully to the climatic conditions in equatorial South America and which has preserved its urban fabric, harmoniously integrated with its natural setting, to an exceptional degree (UNESCO, 1998, p.41)<sup>26</sup>.

O percurso da inserção do patrimônio arquitetônico na Lista do Patrimônio Mundial será abordado de forma mais detalhada posteriormente na tese.

---

<sup>25</sup> III. Ter um testemunho único ou excepcional de uma tradição cultural ou de uma civilização ainda viva ou que tenha desaparecido, ou; IV. ser um exemplo excepcional de um tipo de edifício, conjunto arquitetônico ou tecnológico, ou de paisagem que ilustre etapas significativas da história da humanidade, ou V. ser um exemplo excepcional de assentamento humano tradicional, do uso da terra ou do uso do mar, que seja representativo de uma cultura (ou culturas), ou da interação humana com o meio ambiente, especialmente quando se tornou vulnerável sob o impacto de uma mudança irreversível (<http://whc.unesco.org/en/criteria/>).

<sup>26</sup> O Comitê decidiu inscrever a proposta apresentada com base nos critérios (iii), (iv) e (v), considerando que o Centro Histórico de São Luís do Maranhão é um exemplo excepcional de cidade colonial portuguesa, adaptada às condições climáticas da América do Sul equatorial e preservada de forma notável como o seu tecido harmoniosamente integrado ao seu meio ambiente natural.

## 2. A MUNDIALIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO

O debate sobre a preservação dos bairros, centros, ou conjuntos antigos foi sendo construída dentro de um processo de reconhecimento que levou a arquitetura menor a ser conceituada para autores como Giovannoni como patrimônio urbano (CHOAY, 2006, p. 143).

A construção da ideia de proteção dos conjuntos urbanos antigos através da conservação e restauração ocorreu por meio de intenso debate acerca do papel das construções antigas dentro da sociedade industrial que emergia. O debate que ganhou corpo no século XIX se intensificou no decorrer do século XX, chegando ao século XXI como uma questão que suscita grande interesse da sociedade e do Estado através de seus órgãos de gestão do patrimônio.

Salutar debate necessita sempre de uma permanente revisão sobre os conceitos inerentes as ações de preservação dos centros antigos, através de práticas de reutilização conferidas às áreas preservadas no interior do território onde se encontram.

A reflexão acumulada sobre a preservação do patrimônio urbano acabou por produzir uma extensa e intrincada conceituação sobre o passado determinado através de uma intensa discussão sobre o que, como e de que forma alinhar a preservação do patrimônio urbano aos desafios contemporâneos das cidades.

A efervescência de novos patrimônios urbanos, situação referida por Jeudy (2005) como verdadeira “maquinaria patrimonial” trouxe à baila, nas últimas décadas, a discussão sobre para quem se preservam áreas e imóveis, por que e em nome de qual passado. A preservação do patrimônio arquitetônico urbano vem sendo efetuada para a garantia de um legado do passado, "a preservação deve ser pensada como trabalho transformador e seletivo de reconstrução e destruição do passado, que é realizado no presente e nos termos do presente" (ARANTES, 1984, p. 09).

Deste modo, as práticas de preservação do patrimônio através de tombamentos ao afetarem os usos desses locais tornam indispensável que os

questionamentos sejam colocados para além do aspecto puramente positivo da proteção de áreas consideradas históricas.

Neste sentido, o presente capítulo se propõe a percorrer a trajetória de preservação do patrimônio urbano, analisar as contribuições dos documentos e organizações internacionais, que contribuíram para o alargamento da noção de bem patrimonial, em especial ao patrimônio arquitetônico urbano.

## **2.1. A preservação do patrimônio urbano**

O debate acerca da preservação do patrimônio histórico foi um tema de grande destaque no ocidente europeu no decorrer do século XIX, principalmente com a ascensão do valor nacional como um dos elementos caracterizadores dos Estados Nacionais, conforme tratado no capítulo antecedente.

Além da racionalidade do movimento iluminista se acrescentava a visão romântica do século XIX, que integrava as paisagens e as ruínas – valorizadas por Georg Simmel (SOUZA; ÖELZE, 2005) e também se já se apontava as contradições do vindouras com o século XX.

Na virada do século XIX para o XX Simmel publica o primeiro de três ensaios: “Roma. Uma análise estética” (de 1898). Em 1906 e 1907 lança “Florença” e “Veneza” respectivamente. Para Carlos Fortuna (2003, p. 102) esses três ensaios ressaltam “a escolha da cidade como objecto estético, em vez de qualquer outro objecto artístico clássico, como um monumento, uma escultura, uma pintura ou uma música”.

Os ensaios de Simmel demonstram como a questão da relação entre a cidade e seu patrimônio arquitetônico ganhava importância dentro do domínio das ciências humanas e sociais.

A proteção de inúmeros bens móveis e imóveis foi calcada como elemento de preservação do próprio passado dos países, assim o patrimônio era alçado como uma ponte entre o hoje e o ontem.

Contudo, se a preservação de bens isolados ganhava projeção de forma notável o mesmo não se pode afirmar sobre os conjuntos urbanos e a malha urbana que não eram considerados minimamente dentro da política de preservação. Tal característica deriva do fato que no contexto histórico “a cidade não existe como objeto patrimonial autônomo” (Choay, 2006, p. 176).

O maior exemplo, já mencionado no capítulo anterior é a renovação urbana de Paris levada a efeito pelo Barão de Haussmann, que colocava a antiga malha urbana – sinuosa e estreita – como um obstáculo ao desenvolvimento de uma cidade moderna. Os antigos conjuntos urbanos também não eram considerados como impedimento para o alargamento de vias e novas construções. Contudo não se pode negar a existência de vozes contrárias.

Não se pode negar que a maioria dos românticos franceses se traumatizou com a atuação dos “alargadores” e viu com nostalgia o desaparecimento das cidades antigas de que celebravam o encanto e a beleza. Em compensação – e isto para a história das mentalidades é um ponto essencial –, não há dúvidas de que para eles, no caso, não se tratava de um patrimônio específico, que pudesse ser conservado da mesma forma que um monumento histórico (CHOAY, 2006, p. 177).

Se a destruição de conjuntos urbanos das antigas cidades, como no caso de Paris, despertava um sentimento de perda, tal sentimento não se configurava da mesma forma que se daria com relação a um bem considerado como monumento histórico, pois débil era a noção de proteção e preservação dos conjuntos urbanos.

A noção de patrimônio urbano histórico foi desenvolvida no outro lado do Canal da Mancha, através da pena de John Ruskin ao propor a conservação também da arquitetura “menor” (RUSKIN, 2008, p. 26).

Para o inglês um edifício só ganhava seu status como algo de valor, com o vagar dos séculos nos quais se impregnava com testemunho das diversas gerações de indivíduos que por ele passaram. Desta forma vivenciaria a própria evolução da cidade.

Dentro de sua construção teórica, John Ruskin advogava a necessidade da permanente conservação para a salvação da arquitetura através de um quase congelamento arquitetônico da cidade, centros ou conjuntos urbanos.

Considero esse espírito de autodomínio nobre, orgulhoso e pacífico, essa plácida sabedoria da vida satisfeita, como provavelmente uma das maiores fontes de grande poder intelectual de todas as épocas e, sem dúvida, a fonte primordial da grande arquitetura da velha Itália e da França. Até hoje, a atração de suas mais belas cidades reside não na riqueza isolada de seus palácios, mas na decoração requintada e cuidadosa das menores moradias de seus períodos de maior esplendor. (RUSKIN, 2008, p. 60)

Para John Ruskin, a cidade era passível de ser conservada em sua totalidade em razão da necessidade de preservação não só dos grandes prédios públicos e monumentos isolados, mas também da manutenção dos conjuntos urbanos. Para o autor os edifícios domésticos deveriam ser também preservados, pois são guardiões de memórias dos que neles viveram.

A mais elaborada peça de arquitetura em Veneza é uma pequena casa no começo do Grande Canal, consistindo de um piso térreo e dois andares superiores, com três janelas no primeiro piso e duas no segundo. Muitos dos mais refinados edifícios se encontram nos canais mais estreitos, e não têm dimensões maiores. Uma das mais interessantes peças da arquitetura do século XV no Norte da Itália é uma pequena casa numa rua secundária, atrás da praça do mercado de Vicenza; ostenta datade 1481, e o lema *Il n'est rose sans épine*; também possui apenas um piso térreo e dois andares, com três janelas em cada, separados por uma rica decoração floral, e com balcões, o central sustentado por uma águia com asas abertas, os laterais por grifos alados apoiados em cornucópias (RUSKIN, 2008, p. 60).

Por esse prisma a idade da construção se torna como um dos principais atributos da mesma, sendo sua integridade arquitetônica o fator de construção de sua intenção histórica através dos efeitos da pátina do tempo, que denotariam sua qualidade temporal. Assim, as marcas do tempo – rachaduras, desgaste das cores e outros estragos oriundos da ação do vagar cronológico expressariam a essência histórica do monumento razão pela qual a evidência da idade do edifício seria sua maior glória através dos sinais exteriores.

[...] não se pode considerar que um edifício tenha atingido sua plenitude antes do decurso de quatro ou cinco séculos; e que todas as escolhas e disposição de seus detalhes [construtivos] deveriam levar em conta sua aparência depois de um tal período, de modo a não admitir nenhum que fosse suscetível ao dano material necessariamente imposto por esse lapso de tempo, seja pelas manchas de exposição às intempéries, seja pelo desgaste mecânico (RUSKIN, 2008, p. 78).

Se com Ruskin o patrimônio urbano passou a ser mensurado e considerado, sob a ótica de práticas de proteção do patrimônio arquitetônico, longo foi o caminho para sua sedimentação.

Numerosos fatores contribuíram para retardar de uma só vez a objetivação e a inserção do espaço urbano numa perspectiva histórica: de um lado, sua escala, sua complexidade, a longa duração de uma mentalidade que identificava a cidade a um nome, a uma comunidade, a uma genealogia, a uma história de certo modo pessoal, mas que era indiferente ao seu espaço; de outro, a ausência, antes do início do século XIX, de cadastros e documentos cartográficos confiáveis, a dificuldade de descobrir arquivos relativos aos modos de produção e às transformações do espaço urbano ao longo do tempo.

Até o século XIX, inclusive, as monografias eruditas que descrevem as cidades só falam de seu espaço por intermédio dos monumentos, símbolos cuja importância varia segundo os autores e os séculos. Quanto aos estudos históricos, até a segunda metade do século XIX, eles se preocupam com a cidade do ponto de vista de suas instituições jurídicas, políticas e religiosas, suas estruturas econômicas e sociais; o espaço é o grande ausente (CHOAY, 2006, p. 178).

A dificuldade de sedimentação dos conjuntos urbanos como bens patrimoniais estava intimamente relacionado ao fato da cidade ainda ser vista essencialmente por dimensões que excluía a dimensão do espaço urbano dentro do rol de fatores explicativos da urbe. Com as grandes transformações do espaço urbano oriundas da influência marcante dos desdobramentos da Revolução Industrial. Somente de forma gradual irá ocorrer de a cidade material ser alçada como objeto de conhecimento histórico (Choay, 2006, p. 179).

Com a criação de um contraste entre as novas e as antigas construções, bem como das largas avenidas com as estreitas ruas do passado, essa comparação acaba por colocar a cidade antiga como objeto de estudo. O que por si só não era garantia de preservação da cidade antiga. “Contrapor as cidades do passado à cidade do presente não significa, no entanto, querer conservar as primeiras” (Choay, 2006, p. 179). Deste modo é possível também afirmar que a emergência da construção do patrimônio urbano enquanto objeto de análise estruturou-se dentro e ao mesmo tempo em sentido oposto ao desenvolvimento da urbanização moderna.

A partir do momento que reflexões, como a iniciada por John Ruskin, vão surgindo novas abordagens sobre a cidade antiga capazes de corporificar novas

visões sobre o patrimônio arquitetônico urbano. O próprio Ruskin (2008) desenvolve a ideia de que as construções erigidas ao longo dos séculos pelas diversas sociedades humanas não foram edificadas de forma propositada a se tornarem, em determinado momento histórico posterior, o papel memorial de monumento.

Em razão da importância das cidades em seu papel memorial ganha premente importância a necessidade de construção de edificações sólidas e duradouras para que além da utilidade e estética, para as gerações contemporâneas, possam ser um legado a ser preservado para a posteridade.

[...] Nós não temos qualquer direito de tocá-los. Eles não são nossos. Eles pertencem em parte àqueles que os construíram, e em parte a todas as gerações da humanidade que nos sucederão. Os mortos ainda têm seu direito sobre eles: aquilo pelo qual trabalharam, a exaltação da façanha ou a expressão do sentimento religioso, ou que quer que exista naqueles edifícios que tencionavam perpetuar, não temos o direito de obliterar. O que nós mesmos construímos, temos a liberdade de demolir; mas o direito sobre aquilo pelo qual outros homens deram sua força e riqueza e vida para realizar, não expira com a morte deles; menor ainda é o nosso direito de dispor daquilo que ele legaram. Essa herança pertence a todos os seus sucessores. Milhões, no futuro, podem lamentar ou serem prejudicados pela destruição de edifícios que nós dispensamos levianamente, em nome de nossa presente conveniência (RUSKIN, 2008, p. 83).

Para Françoise Choay, o pensamento de John Ruskin não chega até o ponto de assentar a cidade antiga dentro de uma perspectiva histórica, pois “querendo viver a cidade histórica no presente, Ruskin na verdade a encerra no passado e perde de vista a cidade historial, a que está engajada no devir da historicidade” (Choay, 2006, p. 181).

As cidades antigas devem ser protegidas de forma incondicional como elemento memorial dos tempos pretéritos dentro da visão do inglês de se relacionar com os edifícios do passado. Contudo, dentro do mesmo período abordagens diferentes foram elaboradas.

Uma dessas abordagens se encontra presente na construção teórica do arquiteto e historiador vienense Camillo Sitte<sup>27</sup> (1843-1903), o qual afirma que “a cidade pré-industrial aparece então como um objeto pertencente ao passado, e a

---

<sup>27</sup> Suas ideias foram expostas em 1889 na obra: *Der Städtebau nach seinen künstlerischen Grundsätzen*, em português: *A construção das cidades segundo seus princípios artísticos*.



historicidade do processo de urbanização que transforma a cidade contemporânea é assumida em toda a sua extensão e positividade” (Choay, 2006, p. 182).

Esse pensamento se colocava em franca oposição ao exposto por Ruskin, pois por essa ótica de análise a cidade antiga apresenta-se como antiquada em contraste com a cidade moderno advinda da sociedade industrial.

Apesar de superada, a cidade antiga não é descartada, mas reconhecida pelo seu papel histórico.

O interesse dessas análises não é, contudo, apenas histórico. A cidade antiga pode também nos dar lições (o termo “ensinamento” é muito recorrente no Städtebau). Ao contrário de uma abordagem que em geral se atribui a Sitte, ou que se justifica como base em sua autoridade, não se trataria de copiar ou de reproduzir essas configurações que correspondem a condições sociais desaparecidas e hoje desprovidas de sentido. A solução da antinomia entre presente e passado, historial e histórico, é todavia possível, desde que se recorra a um tratamento racional e sistemático da análise morfológica (CHOAY, 2006, p.184).

Para Françoise Choay (2006, p.185) “O estudo morfológico das cidades antigas e, portanto, a história formal de seu espaço constituem um instrumento heurístico inigualável para o urbanista”.

A obra de Camillo Sitte contribuiu para o incremento da reflexão sobre o patrimônio urbano legado do passado ao situar o papel histórico das mesmas. “[...] seu papel acabou, sua beleza plástica permanece”. (CHOAY, 2006, p. 191). Ao postular a cidade histórica como objeto de um passado superado aproxima a conservação dos conjuntos urbanos antigos de forma similar a dos objetos de museu.

A cidade antiga, como figura museal, ameaçada de desaparecimento, é concebida como um objeto raro, frágil, precioso para a arte e para a história e que, como as obras conservadas nos museus, deve ser colocada fora do circuito da vida. Tornando-se histórica, ela perde sua historicidade (CHOAY, 2006, p. 191).

Essa ideia de museificação da cidade antiga leva a uma separação do centro ou conjunto urbano histórico como uma totalidade singular e independente dos demais componentes do espaço urbano da cidade. A ideia de uma cidade-

museu já havia sido abordada no início do século XX por Georg Simmel (2003, p. 124) no ensaio sobre Veneza, ao afirmar que: “Florença produz o efeito de uma obra de arte porque a imagem que transmite está ligada a uma vida que desapareceu historicamente, é verdade, mas que, no plano ideal, lhe é fielmente inerente. Veneza, porém, é a cidade artificial”. Para Carlos Fortuna, Simmel coloca tais cidades “como lugares cenografados, alinhados de acordo com critérios e princípios técnicos especializados, mais do domínio da museologia ou da arqueologia”. (FORTUNA, 2003 p.104).

A metáfora do objeto museal continua, porém, sendo aproximativa. As cidades antigas não podem ser colocadas numa redoma, como Viollet-le-Duc dizia, gracejando, ser o desejo inconfessado dos habitantes de Nurembergue. Com efeito, como se poderia efetivamente conservar e isolar fragmentos urbanos, a menos que fossem privados de seu uso e de seus habitantes? O problema começa a se delinear. Ele só será formulado em termos explícitos e jurídicos depois da Segunda Guerra Mundial (CHOAY, 2006, p. 192-193).

O patrimônio urbano ao ser tratado como um objeto histórico consistia em uma nova forma de reflexão com os edifícios e com a malha urbana do passado, podendo-se pensar nos conjuntos urbanos antigos como um documento do passado a ser preservado. Entretanto, a possibilidade de se asseverar a existência de uma cidade histórica não era consenso já nas primeiras décadas do século XX, conforme visão dos Congressos Internacionais da Arquitetura Moderna - CIAM.

Na mesma época, os CIAM rejeitam a noção de cidade histórica ou museal. Exemplar, o Plan Voisin, de Le Corbusier (1925), propõe-se destruir a malha dos velhos bairros de Paris, substituída por arranha-céus padronizados, conservando apenas alguns monumentos heterogêneos, Notre-Dame de Paris, o Arco do Triunfo, o Sacré-Coeur e a Torre Eiffel: inventário que já anuncia a concepção midiática dos monumentos signos. Essa ideologia da tábula rasa, aplicada ao tratamento dos centros antigos durante a década de 1950, só deixou de prevalecer na França com a criação, por André Malraux, 1962, da lei sobre as áreas protegidas. Modificada depois em sua redação e em sua orientação, essa lei era na verdade, em sua origem, uma medida de urgência inspirada pela figura museal da cidade. Contestados na Europa, nem por isso os CIAM deixariam de prosseguir em sua obra iconoclasta nos países em desenvolvimento e a trabalhar na desconstrução de alguns dos mais belos bairros antigos do Oriente Médio, como aconteceu em Damasco e Alepo. No Extremo Oriente, sua influência continuou forte. Pode-se-lhe imputar, notadamente, a destruição de uma parte da antiga Cingapura (CHOAY, 2006, p. 193-194).

O destino das cidades antigas frente a díspares olhares sobre as mesmas transparecia a indagação como se relacionar com os conjuntos arquitetônicos do passado.

Contribuindo nesse embate teórico a figura de Gustavo Giovannoni destaca-se no período por buscar superar a dicotomia existente, na qual a cidade antiga ora era postulada como um elemento do passado que deveria ser conservada por ser uma herança sagrada, ora expressava a mesma como um elemento do passado e sem papel no presente. Giovannoni, “atribui simultaneamente um valor de uso e um valor museal aos conjuntos urbanos antigos, integrando-os numa concepção geral da organização do território” (CHOAY, 2006, p. 194).

Giovannoni diferenciava a escala de construção advinda com as cidades modernas, necessária para sua grande população, da situação de edificação dos conjuntos antigos, que teriam função não somente para a história e para a arte, mas também para a vida moderna.

Para Giovannoni, a sociedade de comunicação multipolar, essa que, á época, ainda não é nem informatizada, nem midiática, nem “de lazer”, essa sociedade que entretanto não pode funcionar apenas em escala territorial e reticulada, exige, pois, a criação de unidades de vida cotidiana sem precedentes. Os centros, os bairros, os conjuntos de quarteirões antigos podem responder a essa função. Sob a forma de zonas isoladas, de fragmentos, de núcleos, eles podem recuperar uma atualidade que lhes fora negada por Viollet-le-Duc e por Sitte: sua própria escala indica que estão aptos a desempenhar a função dessa nova entidade espacial. Com a condição que recebam o tratamento conveniente, isto é, desde que neles não se implantem atividades incompatíveis com sua morfologia, essas malhas urbana antigas ganham dois novos privilégios: elas são, da mesma forma que os monumentos históricos, portadoras de valores artísticos e históricos, bem como de valor pedagógico e de estímulo imaginados por Viollet-le-Duc e por Sitte, verdadeiros catalisadores no processo de invenção de novas configurações espaciais. Eles também têm, na *edilizia nuova* de Giovannoni, um papel que nem Viollet-le-Duc, apesar de sua teoria do esquecimento e de sua descoberta da ruptura da escala urbana tradicional, nem Sittel, não obstante a finura de suas análises morfológicas, poderiam lhe atribuir. E é a esse título que foi possível integrá-las numa doutrina sofisticada da conservação do patrimônio urbano (CHOAY, 2006, p. 197-198).

Giovannoni antevia um dos grandes desafios da preservação dos centros antigos no século XX, sua reutilização de forma integrada ao território do qual o mesmo seria mais um componente. Em sua visão além dos conjuntos antigos possuírem, da mesma forma que monumentos históricos, valores de arte, história e

pedagógicos, também podem desempenhar um papel ativo e relevante dentro da sociedade moderna. Nesse sentido, o patrimônio urbano para Giovannoni é conservado através de seu processo de integração espacial ao território da urbe.

Com Gustavo Giovannoni ocorreu a difusão da noção de que os conjuntos urbanos antigos deveriam - como os monumentos - ser preservados. Em sua vasta obra, Giovannoni faz alusão a arquitetura maior, ou seja, os monumentos já consagrados e protegidos como um legado do passado: palácios, igrejas, castelos e arcos (ANDRADE JUNIOR, 2008). Para além da necessidade de preservação destes, Giovannoni, destacava a premente necessidade de se proteger também a arquitetura menor: casas e quarteirões componentes do território edificado das cidades antigas, como um conjunto de grande valor histórico e artístico.

Milhares de cidades e burgos da Itália, como Verona, Siena, S. Gimignano, Pienza, Viterbo [...] apresentam exemplos visíveis desta vida arquitetônica expressada nas obras menores e nos conjuntos edificados. Alguns destes exemplos, nos quais todo um núcleo urbano ou todo um bairro é monumento, do qual nenhum elemento poderia modificar-se sem alterar o caráter ambiental. (GIOVANNONI, Apud, ANDRADE JUNIOR, 2008).

Para Françoise Choay, a visão de Giovannoni sobre o conceito de monumento histórico não poderia designar um edifício isolado e destacado do entorno das outras edificações no qual estava inserido. Ao contrário, a própria natureza da cidade e dos conjuntos urbanos tradicionais, o seu ambiente, resultaria da dialética existente entre a arquitetura maior e de seu entorno. E desta forma uma preservação que buscasse o isolamento de um monumento resultaria em sua mutilação. “O entorno do monumento mantém com ele uma relação essencial” (CHOAY, 2006, p. 201).

Existe um princípio fundamental no qual desejo insistir e que assumiu, na Itália, uma importância considerável. Não se trata mais, em virtude desse princípio, de atribuir, ou não, um valor de monumento a um edifício e de aplicar as medidas de estudo e de conservação apenas às obras mais importantes e mais belas; também as obras secundárias se devem beneficiar desses privilégios quando apresentam interesse, tanto em razão de seu caráter coletivo ou de suas relações com edifícios mais grandiosos, quanto pelos testemunhos que elas nos trazem da arquitetura corrente de diversas épocas (GIOVANNONI, 2013, p. 180-181).

Para Giovannoni, a questão da arquitetura menor estava calcada na visão de que os velhos centros deveriam ter a mesma atenção que já se dispunha os monumentos individuais. Esse seu pensamento ficou consagrado com a publicação da obra *Città Vecchie Città ed Edilizia Nuova*.

A partir dos escritos de Giovannoni o conceito de patrimônio urbano histórico foi gradativamente ganhando espaço na medida em que a necessidade de preservação não só de monumentos isolados da arquitetura maior, mas também os conjuntos urbanos antigos, que compunham o cenário estético e histórico dos centros antigos, a necessidade de se refletir sobre a conservação e restauração desse patrimônio foi sendo desenvolvida.

“Uma cidade histórica constitui em si um monumento”, mas ao mesmo tempo é um tecido vivo: tal é o duplo postulado que permite a síntese das figuras reverencial e museal da conservação urbana e sobre o qual Giovannoni funda uma doutrina de conservação e restauração do patrimônio urbano. Em primeiro lugar, todo fragmento urbano antigo deve ser integrado num plano diretor (piano regolatore) local, regional e territorial, que simboliza sua relação com a vida presente. Nesse sentido, seu valor de uso é legitimado, ao mesmo tempo, do ponto de vista técnico, por um trabalho de articulação com as grandes redes primárias de ordenação, e do ponto de vista humano, “pela manutenção do caráter social da população” (CHOAY, 2006, p. 200).

A necessidade de preservação dos centros antigos em cidades nas quais o processo de modernização avançava trazia para Giovannoni um desafio de dupla dimensão. Pois de forma concomitante descortinava-se a questão da restauração desse conjunto e a integração urbanística com o restante da cidade. Assim, a necessidade de reabilitação torna-se elemento central para a preservação do tecido edificado formador do patrimônio urbano, conforme afirma Choay.

A reabilitação dos bairros antigos é obtida mais a partir do interior que do exterior dos quarteirões, especialmente restituindo casas e quarteirões a condições tanto quanto possível próximas das originais, porque a habitação tem sua ordem, sua lógica, sua higiene e sua dignidade próprias. (CHOAY, 2006, p. 201-202).

Com sua reflexão sobre o patrimônio urbano a contribuição de Giovannoni se fez notar não apenas por dar grande ênfase acerca da situação dos centros

antigos, mas por apontar que a relação estética entre a arquitetura maior e o seu contexto urbano no qual está inserida – o ambiente – já antecipava a formulação do conceito de entorno, que apareceria no bojo de preservação dos centros históricos.

Sobre a contribuição de Gustavo Giovannoni para a temática do patrimônio histórico, e em especial do patrimônio urbano, Françoise Choay, traz uma síntese de sua produção intelectual em relação a outros autores que se detiveram sobre a questão.

Giovannoni foi praticamente o único teórico do urbanismo do século XX a eleger como centro de suas preocupações a dimensão estética do estabelecimento humano. Na escala das redes de organização espacial, que está fora do nosso escopo, ele desenvolve com otimismo as premissas propostas por Viollet-le-Duc. Em compensação, na escala dos bairros, ele soube articular a propedêutica do esquecimento a uma concepção crítica e condicional da preservação dos conjuntos urbanos antigos na dinâmica do desenvolvimento.

Esse patrimônio é, então, dotado de um duplo estatuto, cuja antinomia foi observada por Giovannoni tanto em Viollet-le-Duc quanto em Sitte, e tem um duplo papel, que nem Sitte nem Viollet lhe queriam atribuir. E mais: esse patrimônio urbano, base fragmentada e fragmentária de uma dialética da história e da historicidade, é tratado de acordo com as complexas abordagens de Riegl e de Boito, para os quais cada objeto patrimonial é um campo de forças opostas que cumpre levar a uma situação de equilíbrio, singular em cada caso. E, na administração dessa dinâmica conflituosa, Giovannoni reconhece e confere às malhas antigas o valor atual e social que Ruskin e Morris lhes haviam apontado, sem chegar a se instalar na historicidade: o habitante e o “habitar” instalaram-se no ponto focal de onde irradia a prospectiva de *Vecchie città Ed Edilizia nuova*. (CHOAY, 2006, p. 203).

Com os subsídios trazidos por Giovannoni se materializou, no decorrer do século XX, o desafio da preservação dos sítios históricos urbanos, termo que reúne cidades, centros ou conjuntos históricos<sup>28</sup>. Suas ideias vão ganhar notoriedade internacional com a Carta de Atenas de 1931 como se tratará adiante.

---

<sup>28</sup> Centros históricos: território urbano sobre o qual ao redor do mesmo se desenvolveu uma cidade moderna. As cidades históricas, na definição de Bárbara Freitag (2003, p. 116) “sobrevivem intocadas às intempéries do tempo e à margem da fúria modernista”. Os conjuntos históricos, que na visão de Andrade Júnior (2008) “que não se enquadram nas categorias acima, por não se tratarem de cidades inteiras cristalizadas no tempo nem tampouco dos núcleos primitivos de cidades modernas”.

## 2.2. As Cartas Internacionais sobre o Patrimônio

As contribuições do século XIX foram fundamentais para as novas discussões que se deram ao longo do século XX. O Modernismo, novo estilo de então, buscava romper com as tradições construtivas através de novas técnicas e materiais voltados à arquitetura e à construção da cidade, disseminando novas formas de conceber os espaços.

Desse modo, tanto espaços públicos como privados, pertencentes a espaços urbanos, foram descaracterizados ou mesmo demolidos, dando lugar a vias e edificações com caráter considerado mais condizente com os pressupostos modernistas. Campello (1994) assinala:

Simultaneamente, a ideologia inerente ao modernismo, de fazer tábula rasa do passado para construir um mundo inteiramente novo, rompeu com a linha de continuidade histórica. [...] A consequência, como sabemos, é a descontinuidade no tecido das velhas cidades, quando não a sua destruição. (CAMPELLO, 1994, p. 118).

Desta forma, houve uma ruptura significativa na produção arquitetônica e urbanística que compunha as cidades.

Com isso, a implantação de grandes ou pequenas obras se dava no local pretendido, independente do terreno estar ocupado por uma edificação histórica ou estar no entorno desta. A existência de prédios antigos, conjuntos completos ou parte deles, na área de interesse, não era empecilho para barrar a “modernização” das cidades. Com o avanço da industrialização e a construção de cidades complexas, brotava em paralelo a agitação com a conservação das formas urbanas do passado.

Devido à elevada quantidade de destruições e/ou descaracterizações dos prédios e conjuntos históricos é reforçada a necessidade de proteger, de forma legal, os edifícios históricos – não apenas monumentais –, representativos de determinado período e dinâmica da história. Com isso aos poucos o patrimônio urbano passou a ser incorporado à cidade moderna, com a reutilização de construções antigas ainda que para finalidade diferente da original.

Ressalte-se que até o fim do século XIX, o patrimônio arquitetônico era uma área de exclusiva preocupação nacional com uma vasta legislação nos países do Velho Continente buscando à salvaguarda de edifícios históricos. Além da participação estatal, existiam diversas associações em cada país. A internacionalização do patrimônio, da forma que hoje se apresenta, sofreu grande influência da 1ª. Guerra Mundial, com a criação da Liga das Nações, e da 2ª. Guerra Mundial, com a criação da ONU e a instituição da UNESCO.

Dentro desse contexto, ocorreram vários eventos no decorrer do século XX, que resultaram em documentos internacionais que organizaram e ditaram as diretrizes de proteção e intervenções em bens móveis ou imóveis de interesse histórico, cultural e paisagístico.

A trajetória de acontecimentos em prol da defesa do patrimônio no século XX tornou-se de grande complexidade, ocorrendo em dimensões distintas. Através do Direito internacional interestatal – com as grandes conferências diplomáticas para debate de problemas globais; com a ação de organizações não governamentais – formulando diretrizes de proteção dos bens culturais em congressos internacionais; por meio do direito das organizações internacionais – elaboração de convenções internacionais – capitaneada de forma marcante pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO (SILVA, 2003, p. 49).

### **2.2.1. As Convenções interestatais**

As Convenções de Haia de 1899 e 1907 são de acordo com Fernando Fernandes da Silva (2003, p. 49) “as primeiras convenções multilaterais codificadoras dos costumes de guerra”. Aludidas convenções restringem as atitudes dos beligerantes, através de regras normativas inibidoras da utilização de armas e ataques a pessoas e bens.

As conferências tinham por finalidade humanizar os conflitos bélicos, através da limitação do emprego de armas, proteção dos civis e da propriedade



privada. Entre os bens que estavam protegidos em tempo de guerra estavam incluídos os monumentos históricos.

Em tempos de guerra e existindo a necessidade de bombardeio, a convenção afirma ser indispensável a necessidade de buscar minorar o advento de avaria aos locais de culto, monumentos históricos, hospitais e locais históricos, conforme o mandamento do artigo 27 do Regulamento de Haia de 1899:

Nos sítios e bombardeios devem tomar-se todas as medidas, para poupar, tanto quanto possível, os edifícios consagrados aos cultos, às artes, às ciências, os monumentos históricos, os hospitais e os lugares onde se reúnem os doentes e os feridos, contanto que não sejam aplicados, simultaneamente, a um fim militar. Cumpre aos sitiados designar esses edifícios ou lugares de reunião, por sinais visíveis especiais, que serão previamente notificados aos assaltantes.

As referidas edificações devem ser preservadas, contudo tal proteção não era absoluta, pois caso as mesmas também tivessem utilização também para fins militares a imunidade era suspensa.

É possível se perceber que o termo “bens culturais” ainda não é mencionado nas Convenções de Haia, entretanto, apresentam critérios que possam ser utilizados para identificá-los:

Os objetos devem ser protegidos “como tais”, segundo suas “características intrínsecas”: os monumentos históricos, as obras de arte e da ciência; Os objetos são protegidos em razão de suas finalidades: os edifícios consagrados aos cultos, às artes, às ciências (SILVA, 2003, p. 50).

As Convenções de Haia, apesar de terem como principal finalidade proteger as populações civis e suas propriedades, são de grande importância e destaque quanto à questão da proteção dos monumentos, pois buscam a preservação destes bens em período de guerra. Contudo, essa proteção se dava de forma ainda bem restrita, pelo fato que outras situações de degradação não estavam abarcadas na mesma.

Apesar de garantir a proteção dos monumentos apenas no período de conflagração armada, as Convenções de Haia contribuíram de forma decisiva em tempos de guerra para a preservação de bens de interesse cultural. Ademais

assinalam o início da internacionalização da proteção dos bens patrimoniais (SILVA, 2003, p. 50). A salvaguarda do patrimônio histórico passava assim, a ser assunto que exorbitava os limites internos dos Estados Nacionais e a relevância culminou com a criação da Comissão Internacional de Cooperação Intelectual, dentro da Sociedade das Nações. A finalidade da Comissão era o fomento das relações culturais entre os países, tendo organizado a Conferência Internacional de Atenas.

Posteriormente a Convenção de Genebra Relativa à Proteção dos Civis em Tempo de Guerra de 1949, em modo similar às Convenções de Haia, também menciona a proteção patrimonial em momentos de conflito armado, protegendo bens móveis e imóveis, desde que sua destruição não fosse imprescindível às operações militares.

É proibido à Potência ocupante destruir os bens móveis ou imóveis, pertencendo individual ou colectivamente a pessoas particulares, ao Estado ou a colectividade públicas, a organizações sociais ou cooperativas, a não ser que tais destruições sejam consideradas absolutamente necessárias para as operações militares (Convenção de Genebra, 1949).

É possível notar que nesta Convenção, não existe menção explícita como na de Haia, aos monumentos históricos. Todavia, com a elaboração do Protocolo I de 1977, adicional às Convenções de Genebra de 12 de agosto de 1949, ocorre a menção direta ao tratar da proteção dos bens culturais e lugares de culto.

Sem prejuízo das disposições da Convenção de Haia de 14 de maio de 1954 para a Proteção dos Bens Culturais em caso de Conflito Armado e de outros instrumentos internacionais aplicáveis, é proibido:

- a) cometer quaisquer atos de hostilidade dirigidos contra os monumentos históricos, obras de arte ou lugares de culto que constituem o patrimônio cultural ou espiritual dos povos;
- b) utilizar tais bens em apoio ao esforço militar;
- c) fazer de tais bens objeto de represália (Convenção de Genebra – Protocolo Adicional I, 1977).

Com o Protocolo Adicional I, emerge a menção ao patrimônio cultural e os bens assim considerados não podem sofrer qualquer intervenção, tampouco serem usados no esforço militar ou como motivo de retaliações.

### 2.2.2. As primeiras cartas patrimoniais

No decorrer da década de 1930 dois documentos distintos vão trazer novos debates em âmbito internacional sobre a questão do patrimônio histórico no ocidente. Com enfoques diferentes ambos trazem abordagens sobre as construções históricas legadas das centúrias anteriores através do reconhecimento distinto do que deveria ser preservado ou não para a posteridade. “O problema da preservação dos bens culturais relaciona-se, portanto, a um reconhecimento de valor. É este reconhecimento que condiciona e legítima a ação de conservação” (ALMEIDA, 2009, p. 43).

Em 1931 o 1º Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos de Monumentos Históricos ao debater a necessidade de conservação dos bens patrimoniais publica a “Carta de Atenas”, documento que reunia as ideias consolidadas no referido Congresso.

A partir de 1928, ocorreu o primeiro de uma série de Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna (CIAM). Esses Congressos foram organizados sob a direção de Le Corbusier, grande expoente do Modernismo na arquitetura, tendo a finalidade de “reunir e sistematizar pesquisas realizadas por arquitetos em seus países, sendo os pontos convergentes temas de exposições internacionais” (SILVA, 2003, p. 52).

Em 1933 no âmbito da IV Congresso Internacional de Arquitetura Moderna – CIAM<sup>29</sup> foi gerado um documento que trazia em seu interior também o debate sobre o patrimônio edificado.

Apesar de ambos os documentos tratarem da questão do patrimônio as diretrizes são completamente distintas sobre o ambiente arquitetônico urbano:

[...] de um lado, os arquitetos voltados especificamente à ação de conservação do patrimônio arquitetônico e urbano e, de outro, os setores engajados com as propostas de inovação do chamado Movimento Moderno, tanto no âmbito da arquitetura como do urbanismo (ALMEIDA, 2009, p. 44).

---

<sup>29</sup> Existem várias versões deste documento, sendo a publicada por Le Corbusier, sob o título de “A Carta de Atenas” considerada a mais famosa versão.

Essa dicotomia das posições contrastantes entre os dois documentos mencionados reproduz uma tensão existente desde o século XIX. Esse confronto coloca em um polo os defensores da preservação da paisagem da cidade antiga (pré-industrial), o que constitui justamente a proteção do patrimônio urbano.

Em outro polo aparecem os defensores da modernização urbana e por consequência a modificação das cidades antigas. Não se prega um descarte total do legado do passado, mas este não teria primazia frente às novas construções e renovações urbanas.

Apesar da consciência sobre a preservação dos monumentos e do patrimônio arquitetônico, este ainda estava muito restrito a edifícios considerados monumentais. A noção de preservação do patrimônio urbano ainda não se mostrava consolidada e as novas configurações urbanas surgidas após o advento da cidade industrial traziam novos desafios.

A restauração passa a ser vista, até metade do século XX, como uma prática conservadora, uma apologia ao historicismo, ao culto da erudição eclética. Essas características são mais acentuadas na historiografia, a partir da década de 1930, porque na prática os arquitetos em seu tempo continuam enfrentando os desafios da preservação de edifícios e sítios históricos, problema intrínseco ao desenvolvimento das cidades frente à modernização e ao crescimento desordenado (CERÁVOLO, 2010, p. 83).

Neste contexto a Carta de Atenas de 1931 foi o primeiro documento internacional específico da área de patrimônio. É também conhecida como Carta de Restauo por trazer diretrizes amplamente preservacionistas. A reunião contou com a participação de especialistas de vários países da Europa onde se destaca a figura de Gustavo Giovannoni (Kühl, 2010, 292) e foi organizada pelo Escritório Internacional dos Museus da Sociedade das Nações.

Entre os princípios gerais trazidos pela Carta de 1931, houve atenção especial à negação das reconstituições integrais através de uma prática regular de conservação do acervo arquitetônico.

Qualquer que seja a diversidade dos casos específicos, em que cada um possa comportar uma solução, constatou que, nos diversos Estados representados, predomina uma tendência geral para abandonar as reconstituições integrais e evitar os seus riscos, pela instituição de uma

manutenção regular e permanente, adequada a assegurar a conservação dos edifícios.

Na situação em que um restauro surja como indispensável, como consequência de degradação ou de destruição, recomenda o respeito pela obra histórica e artística do passado sem banir o estilo de nenhuma época.

A Carta de 1931 recomenda a necessidade de dar destinação adequada ao patrimônio de forma a facilitar sua continuidade no espaço urbano, contudo a destinação deverá respeitar o caráter histórico ou artístico da construção.

Um dos aspectos de maior relevância apontado foi a relevância de se preservar não apenas os grandes monumentos isolados, mas a proteção da arquitetura privada doméstica, deste modo os conjuntos urbanos antigos deveriam também ser objeto de proteção da legislação.

A Conferência recomenda o respeito, na construção dos edifícios, pelo caráter e a fisionomia das cidades, sobretudo na vizinhança de monumentos antigos cuja envolvente deve ser objecto de cuidados particulares. Também alguns conjuntos e certas perspectivas particularmente pitorescas, devem ser preservadas.

Há também necessidade de estudar as plantas e ornamentações vegetais adequadas a certos monumentos ou conjuntos de monumentos para lhes conservar o seu caráter antigo.

Recomenda sobretudo a supressão de toda a publicidade, de toda a presença abusiva de postes ou fios telefônicos, de toda a indústria ruidosa, incluindo as chaminés altas, na vizinhança dos monumentos artísticos ou históricos (Carta de Atenas, 1931).

Além de aconselhar a preservação dos monumentos assume também uma posição avançada sobre o entorno no qual está a edificação. Nesse sentido o contexto espacial situado deve receber atenção especial para a manutenção da perspectiva histórica de configuração do monumento.

A preservação de conjuntos ou centros antigos, além de ser um dos grandes destaques da Carta de 1931, é também o maior contraste em relação a Carta do CIAM de 1933 como se tratar a seguir.

Outro ponto a ser destacado com a Carta de 1931 é a propagação da importância da obra de Gustavo Giovannoni, pois sua ideia de restauração científica passa a ser reconhecida em dimensão internacional. Giovannoni com suas ideias sobre a preservação do patrimônio teve relevante importância no Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos de Monumentos Históricos no qual foi

formulada a Carta de Atenas de 1931, contudo, em razão do contexto político de sua época e de sua posição intelectual e acadêmica, “durante muito tempo se escamoteou a importância de Giovannoni em razão das paixões políticas e ideológicas” (Choay, 2006, p. 195). Se à época a contribuição de Giovannoni foi ofuscada pelos fatores anteriormente mencionados, é imperioso destacar a grande contribuição de Giovannoni.

A obra de Giovannoni precipita, de forma simultaneamente mais simples e mais complexa, as diversas políticas das “áreas protegidas” que foram desenvolvidas e aplicadas na Europa a partir de 1960. Contém, igualmente, em germe, seus paradoxos e dificuldades. (CHOAY, 2006, p. 203).

Contudo, se Giovannoni e a Carta de 1931 apontavam a importância da preservação do patrimônio urbano, a Carta oriunda do IV CIAM dando continuidade ao já postulado nos Congressos anteriores, dava grande ênfase à funcionalidade da cidade como uma exigência da vida moderna.

O quarto encontro realizado pelo CIAM na cidade de Atenas em 1933 teve como tema do congresso a “cidade funcional” e deste encontro resultou a Carta de Atenas, documento que trouxe os princípios debatidos no Congresso. O objetivo era propor uma cidade com funcionamento adequado para o conjunto da população, distribuindo entre todos os indivíduos possibilidades de bem-estar decorrente dos avanços técnicos.

Nesse sentido era necessário que a urbe funcional fosse estruturada para atender: a habitação, o lazer, o trabalho e a circulação. Deve ser ressaltado que “Por sugestão da delegação italiana, introduziu-se uma seção destinada ao patrimônio histórico das cidades” (SILVA, 2003, p. 52).

Apesar de postular que “os valores arquitetônicos devem ser salvaguardados”, comporta uma série de pré-condições para a manutenção das construções antigas, tais a salubridade e o não comprometimento da circulação urbana. A assertiva decorre do fato que para o alcance da cidade funcional eram necessárias amplas inovações.

Sabe-se que na raiz do funcionalismo está o desejo explícito de uma inovação radical. O resultado é a adoção da tábula rasa cultural que conduz

à absoluta rejeição da tradição, entendida como bagagem de experiências e normas transmitidas de geração à geração. Desse modo, assume-se uma postura de projeto equivalente à solução de um teorema abstrato a ser enfrentado pela primeira vez, um recomeçar “desde o princípio”. Essa conduta reflete uma compreensão, por parte dos arquitetos e urbanistas, de que as condições do presente são absolutamente inéditas em relação ao passado e que, portanto, os precedentes históricos não devem ser tidos em conta para afrontar as novas aspirações. (ALMEIDA, 2009, p. 51).

Sobre a Carta de Atenas oriunda do IV CIAM, sua importância reside no fato que mesmo entre os profissionais defensores da arquitetura moderna, a preservação do patrimônio não era completamente desprezada, apesar das condições colocadas para a preservação.

Apesar das diferenças de tratamento entre a Carta de Atenas de 1931 e a Carta de Atenas do CIAM de 1993, ambas atestam o crescimento do debate sobre o patrimônio histórico. Na pós II Guerra e a criação da UNESCO novos documentos internacionais sobre a temática foram elaborados.

### **2.2.3. O papel da UNESCO**

Em decorrência do grande impacto da II Guerra Mundial onde “Suas perdas são literalmente incalculáveis” (HOBBSAWM, 1995, p. 50) e sem precedentes de vidas humanas através de métodos aviltantes em um conflito bélico, bem como a grande destruição de construções, inclusive componente do patrimônio arquitetônico restou demonstrado a cogente necessidade do estabelecimento de limites em tempo de conflito armado.

O surgimento da Organização das Nações Unidas - ONU em 1945 foi fruto da necessidade do estabelecimento de direitos e deveres dos habitantes do planeta em escala mundial. Nesse momento de criação de organismos de cunho internacional decorrentes do conflito bélico outra instituição despontará no cenário global.

A Unesco foi criada em 1945 durante a Conferência de Londres. Anos antes, a Conferência de Ministros Aliados da Educação esboçara seus objetivos, com base na proposta de uma organização internacional que

viesse a substituir a Comissão Internacional de Cooperação Intelectual, organismo vinculado à Liga das Nações (SILVA, 2003, p. 55).

A UNESCO foi criada para intervir, em escala mundial, nos campos da educação, da ciência e da cultura sendo “[...] uma organização internacional de caráter governamental vinculada à Organização das Nações Unidas (ONU), especializada em promover uma política de cooperação cultural e educacional” (SILVA, 2003, p. 55). Apesar da estreita relação com a ONU e até ser confundida como uma “agência especializada” desta, a UNESCO é uma organização distinta e com personalidade jurídica própria (LINO, 2010, p. 44).

A organização teve papel de destaque na questão cultural ao buscar a promoção em âmbito mundial a adoção de convenções e recomendações internacionais e organizar campanhas de solidariedade entre os países em defesa da preservação do patrimônio. A preocupação central foi a de que a conservação do patrimônio se efetivasse dentro de uma dimensão internacional, conforme se encontra em seus propósitos constitutivos.

Manter, expandir e difundir o conhecimento: Garantindo a conservação e a proteção do legado mundial de livros, obras de arte e monumentos de história e de ciência, recomendando as convenções internacionais necessárias às nações envolvidas; Estimulando a cooperação entre as nações em todos os ramos de atividade intelectual, incluindo o intercâmbio internacional de pessoas ativas nos campos da educação, da ciência e da cultura, além do intercâmbio de publicações, objetos de interesse artístico e científico, bem como outros materiais de informação; Desencadeando métodos de cooperação internacional calculados para dar aos povos de todos os países acesso a material impresso e publicado, produzido por qualquer um deles. (UNESCO, 2002).

A forma coletiva de participação dos países que compõe a entidade para a tomada de decisões contribui de forma preponderante para uma maior aceitação de suas ações e proposições. “As principais decisões são tomadas da Conferência-geral, constituída pelos representantes dos Estados-membros da Organização, que se reúne a cada dois anos”. (SILVA, 2003, p. 55).

A UNESCO foi criada em uma Conferência organizada em Londres, através de uma Constituição datada de 16 de novembro de 1945. Este instrumento deveria ser aceito pelos países membros da ONU e tinha como propósito o “avanço



através das relações educacionais, científicas e culturais entre os povos do mundo, os objetivos da paz internacional, e do bem-estar comum da humanidade [...]” (UNESCO, 2002).

A Organização foi a grande responsável pelo crescimento da proteção internacional dos bens culturais imóveis, na segunda metade do século XX, devido às ações que empreendeu. Através de sua atuação ocorreu também o raio de proteção dos bens culturais com suas convenções<sup>30</sup> e recomendações.

A partir da atuação da UNESCO, no estabelecimento de diretivas e critérios para a preservação do patrimônio em escala mundial, emergiu uma nova noção sobre o patrimônio com a denominação de patrimônio cultural. Aludido entendimento sobreveio nos foros internacionais ainda na década de 1950, partir da Convenção de Haia, em 1954.

A adoção da terminologia de patrimônio cultural em substituição ao patrimônio histórico ou histórico e artístico abriu caminho também para o alargamento da definição sobre os bens componentes do patrimônio cultural.

A Unesco se propôs a formular diretrizes, definir critérios e prioridades para a proteção do patrimônio cultural. E um outro entendimento de bem cultural passou a ser empregado nos foros internacionais ainda na década de 1950, quando a Convenção de Haia, em 1954, convocada sob os auspícios da Unesco, definiu que o patrimônio cultural compreendia os monumentos arquitetônicos, os sítios arqueológicos, e os objetos e estruturas herdados do passado, dotados de valores históricos, culturais e artísticos; bens que representavam as fontes culturais de uma sociedade ou de um grupo social. Esses bens podiam ser abrigados em três categorias: dos bens móveis ou imóveis que apresentassem uma grande importância para o patrimônio cultural dos povos; dos edifícios cujo destino principal e efetivo fosse o de conservar ou expor os bens culturais móveis, e dos centros monumentais que compreendessem um número considerável de bens culturais. A partir de então, distintos documentos internacionais passaram a adotar tal nomenclatura, num indicativo da propriedade do novo conceito (ZANIRATO; RIBEIRO, 2006, p. 255).

Através da atuação da UNESCO, no pós Segunda Guerra Mundial, há um crescimento acentuado da proteção dos bens culturais. Esse movimento inicia-se primordialmente nos países do Velho Continente pela necessidade de se preservar os bens de natureza material remanescentes do grande conflito bélico. Nesse

---

<sup>30</sup> As convenções da UNESCO são típicos tratados multilaterais, sendo que as mesmas se inserem como fontes formais de Direito Internacional Público. Essa afirmação pode ser depreendida da análise do artigo 38 do Estatuto da Corte Internacional de Justiça. (SILVA, 2003, p. 56).

aspecto o papel da UNESCO foi fundamental para a elaboração de regras de salvaguarda para os seus membros.

A proteção internacional dos bens culturais imóveis cresce amplamente a partir das décadas de 50 e 60, em razão das ações empreendidas pela UNESCO, cujo Tratado de Constituição confere-lhe o objetivo de zelar 'pela conservação e proteção do patrimônio universal de livros, obras de arte e monumentos de interesse histórico ou científico' e recomendar às 'nações interessadas as convenções internacionais que sejam necessárias para tal fim' (SILVA, 2003, p. 55-56).

A publicação de convenções foi sendo estabelecida no intuito de que os Estados Membros da UNESCO se comprometessem em colocar entre si obrigações recíprocas. Dentre as convenções patrocinadas pelo referido organismo, destaca-se a Convenção para a Proteção dos Bens Culturais em Caso de Conflito Armado – Convenção de Haia de 1954 e Protocolos I (1954) e II (1999).

A Convenção de Haia de 1954, cuja proposição, versava, exclusivamente acerca da proteção patrimônio cultural em situações de conflito armado. Essa Convenção foi elaborada ainda sobre os impactos causados pela II Guerra Mundial: “Considerando que os bens culturais sofreram graves danos durante os últimos conflitos e que eles se encontram cada vez mais ameaçados de destruição devido ao desenvolvimento de tecnologia de guerra” (UNESCO, 1954).

O preâmbulo afirmava que a destruição perpetrada contra os bens culturais constituiriam verdadeiros atentados contra o patrimônio cultural não só de um povo, mas de toda a humanidade pelo fato que “cada povo dá a sua contribuição para a cultura mundial” (Convenção de Haia de 1954). Deste modo seria necessário se assegurar a proteção em caráter internacional em tempo de paz através da adoção de acordos entre os países (UNESCO, 1954).

Tem como base os princípios consubstanciados nas Convenções de Haia de 1899 e 1907 e o Pacto Roerich<sup>31</sup>, e como eles, procura a construção de preceitos de proteção do patrimônio cultural em caso de conflitos bélicos. A Convenção de Haia - 1954 é mais abrangente que os documentos anteriores de seu gênero na proteção dos bens a serem preservados.

---

<sup>31</sup> O Pacto de Roerich é o primeiro tratado multilateral adotado para tratar exclusivamente da proteção de bens culturais (SILVA, 2003, p. 54).

A denominada de Convenção para a Proteção dos Bens Culturais em Caso de Conflito tem como um dos grandes destaques, o fato de trazer a definição do que seriam considerados bens culturais.

Para fins da presente Convenção são considerados como bens culturais, qualquer que seja a sua origem ou o seu proprietário:

- a) Os bens, móveis ou imóveis, que apresentem uma grande importância para o patrimônio cultural dos povos, tais como os monumentos de arquitetura, de arte ou de história, religiosos ou laicos, ou sítios arqueológicos, os conjuntos de construções que apresentem um interesse histórico ou artístico, as obras de arte, os manuscritos, livros e outros objetos de interesse artístico, histórico ou arqueológico, assim como as coleções científicas e as importantes coleções de livros, de arquivos ou de reprodução dos bens acima definidos;
- b) Os edifícios cujo objetivo principal e efetivo seja, de conservar ou de expor os bens culturais móveis definidos na alínea a), como são os museus, as grandes bibliotecas, os depósitos de arquivos e ainda os refúgios destinados a abrigar os bens culturais móveis definidos na alínea a) em caso de conflito armado;
- c) Os centros que compreendam um número considerável de bens culturais que são definidos nas alíneas a) e b), os chamados "centros monumentais" (UNESCO, 1954).

Ao empregar a expressão "patrimônio cultural dos povos", para abarcar os bens que estariam sobre a proteção da convenção, introduz o conceito de patrimônio cultural da humanidade. E a própria definição de cultura sofreria na década seguinte mudanças para encampar mais aspectos das práticas sociais acarretando o incremento de elementos considerados como patrimônio cultural.

Verifica-se, a partir da década de 1960, a mudança da definição de cultura, que, daí em diante engloba os mais diversos aspectos das práticas sociais, misturando alta e baixa cultura, de acordo com a afirmação dos sociólogos, no momento em que a paisagem material e imaterial passava por alterações aceleradas (POULOT, 2009, p. 199).

Outro destaque dessa convenção é o uso da denominação de bens culturais. O aludido conceito é mais amplo do que a comum denominação de bens de valor histórico e artístico, cujo raio de proteção cinge-se de forma mais restrita.

[...] Adota a expressão bens culturais, de suma importância, pois, segundo Stanislaw E. Nahlink, serve de denominador comum sobre tudo aquilo que deve ser protegido e introduz no Direito Positivo o conceito de patrimônio cultural da humanidade: os danos causados aos bens culturais pertencentes a qualquer povo constituem um prejuízo ao patrimônio

cultural de toda a humanidade, dado que cada povo traz a sua própria contribuição à cultura da humanidade (SILVA, 2003 , p. 58-59).

Essa convenção tem seu lastro ainda nos acontecimentos da Segunda Guerra Mundial que além da incomensurável perda de vidas humanas, também deixou marcas profundas na cultura europeia, visto que um número indeterminado de bens de valor cultural foi completamente ou parcialmente destruído. Por isso a ênfase na necessidade de respeito aos bens culturais durante períodos de guerra.

§1 - As Altas Partes Contratantes comprometem-se a respeitar os bens culturais situados quer no seu próprio território quer no território das outras Altas Partes Contratantes, não se permitindo a utilização desses bens, dos seus dispositivos de proteção e dos acessos imediatos para fins que poderiam expor esses bens a uma possível destruição ou deterioração em caso de conflito armado, devendo também abster-se de qualquer ato de hostilidade em relação a esses bens.

§2 - As obrigações definidas no primeiro parágrafo do presente artigo não poderão sofrer derrogações, exceto no caso em que uma necessidade militar exija de uma maneira imperativa uma tal derrogação.

§3 - As Altas Partes Contratantes comprometem-se ainda a proibir, a prevenir e, caso seja necessário, a fazer cessar todo o ato de roubo, de pilhagem ou de desvio de bens culturais, qualquer que seja a sua forma, bem como todo o ato de vandalismo em relação aos referidos bens. As Partes impedem a requisição dos bens culturais móveis que se situem no território de uma outra Alta Parte Contratante.

§4 - As Partes proíbem qualquer ação de represália que atinja os bens culturais. (UNESCO, 1954, art. 4º)

Além da Convenção de Haia de 1954, na década de 1950 uma nova organização será constituída e ganhará destaque no cenário internacional de proteção do patrimônio cultural. O *International Centre for the Study of the Preservation and Restoration of Cultural Property – ICCROM*<sup>32</sup>.

O ICCROM é uma organização intergovernamental com sede em Roma dedicada à conservação do patrimônio cultural para o estudo e aperfeiçoamento de métodos de restauração. Os seus membros são Estados individuais que tenham declarado a sua adesão a ele. Sua existência se justifica no intuito de servir os Países-Membros. Possui a função de promover a troca de informações sobre o restauro.

---

<sup>32</sup> Centro Internacional para o Estudo da Preservação e Restauro de Bens Culturais.

Por meio do auxílio técnico do ICCROM se objetiva que os Estados consigam aperfeiçoar a qualidade da prática de conservação e buscar a sensibilização da importância da preservação do patrimônio cultural. A organização contribui para a preservação do patrimônio cultural através de cinco áreas principais de atividade: Formação, Informação, Pesquisa, Cooperação e Defesa. O ICCROM tem por objetivos exercer cinco funções (ICCROM, 2013).

O ICCROM teve participação ativa em campanhas de solidariedade internacional para a salvaguarda de monumentos promovidas pela UNESCO, como no caso das cidades de Veneza e Florença (1966), tendo por função e objetivo<sup>33</sup>:

Coletar, estudar e divulgar informações referentes com questões científicas, técnicas e éticas relacionadas com a conservação e restauração de bens culturais;  
Coordenar, estimular ou instituir investigação neste domínio, através, nomeadamente, das atribuições confiadas a entidades ou especialistas, reuniões internacionais, publicações e intercâmbio de especialistas;  
Aconselhar e fazer recomendações sobre questões gerais ou específicas relacionadas com a conservação e restauração de bens culturais;  
Promover, desenvolver e fornecer treinamento relativo à conservação e restauração de bens culturais e elevar os padrões e práticas de trabalho de conservação e restauro;  
Incentivar iniciativas que criam uma melhor compreensão da conservação e restauração de bens culturais (ICRROM, 2013, Artigo 1º).

Um País-Membro da UNESCO pode tornar-se um também membro do ICCROM, depositando uma declaração formal de adesão junto do Diretor-Geral da UNESCO. Este órgão tem papel preponderante nas iniciativas de conservação e restauração dos bens culturais ao redor do mundo.

Além das convenções, outro mecanismo utilizado no âmbito da UNESCO são as recomendações<sup>34</sup>. Ao contrário das convenções que precisam ser

---

<sup>33</sup> Collect, study and circulate information concerned with scientific, technical and ethical issues relating to the conservation and restoration of cultural property; Co-ordinate, stimulate or institute research in this domain by means, in particular, of assignments entrusted to bodies or experts, international meetings, publications and the exchange of specialists; Give advice and make recommendations on general or specific questions relating to the conservation and restoration of cultural property; Promote, develop and provide training relating to the conservation and restoration of cultural property and raise the standards and practice of conservation and restoration work; Encourage initiatives that create a better understanding of the conservation and restoration of cultural property. (ICRROM, 2013, Artigo 1º).

<sup>34</sup> As recomendações, ao lado das convenções, são instrumentos de cooperação cultural promovidos pela UNESCO. As recomendações, segundo Michel Virally, revelam uma direção política internacional que decorre do próprio Tratado de Constituição da Organização (SILVA, 2003, p. 59).

ratificadas ou aceitas pelos países membros da UNESCO, as recomendações não necessitam de confirmação, pois sua aplicação se encontra adstrita ao campo ético de atuação como um mecanismo de indicação a ser seguido.

Na Conferência-geral de Nova Délhi em 1956 foi editada a Recomendação que define os princípios internacionais que deverão aplicar-se às escavações arqueológicas. Referida recomendação tenta barrar a expansão do comércio internacional de bens arqueológicos cujo valor histórico ou artístico exija sua conservação.

A partir da década de 1960, os documentos internacionais sobre patrimônio vão começar uma convergência na busca de integração do objeto patrimonial à cidade e a paisagem (FIGUEIREDO, 2014, p. 80).

Na Conferência-geral de Paris, ocorrida em 1962, foi elaborada a Recomendação relativa à proteção da beleza e do caráter dos lugares e paisagens. Visava à proteção do que no Direito Ambiental contemporâneo é designado como o meio ambiente natural e meio ambiente urbano. Nessa recomendação já é possível se perceber que a proteção dos bens culturais começava a ter aplicabilidade à natureza.

Tal assertiva se verifica no ano de 1962 com a Recomendação de Paris aprovada na Conferência Geral da UNESCO, ao trazer a diretriz relativa à proteção da beleza e do caráter dos lugares e paisagens. “A partir daqui, a legislação de proteção ao patrimônio abre, definitivamente, um caminho rumo à preservação das áreas urbanas e paisagens” (FIGUEIREDO, 2014, p. 81).

Na recomendação foram enunciadas medidas para “a salvaguarda das paisagens e dos sítios” que seriam elementos de regeneração física, moral e espiritual, bem como contribuir para a vida artística e cultural dos povos.

A recomendação de Paris (1962) procurou definir a proteção das paisagens e dos lugares cuja formação, na totalidade ou em parte, fossem obra do homem e de forma análoga também da natureza.

Para efeitos da presente recomendação, entende-se por salvaguarda da beleza e do caráter das paisagens e lugares, a preservação e, quando possível, a restituição do aspecto das paisagens e dos lugares naturais, rurais ou urbanos, quer se devam à natureza ou à obra do homem, que

apresentam um interesse cultural e estético, ou que constituem meios naturais característicos.

As disposições da presente recomendação visam igualmente completar as medidas de salvaguarda da natureza. (UNESCO, 1962).

As medidas de salvaguarda dos sítios históricos deveriam ser alcançadas através do recurso a diversos métodos: a) Controle geral por parte das autoridades competentes; b) Inserção de restrições nos planos de urbanização e no planejamento em todos os níveis: regionais, rurais ou urbanos; Proteção legal por zonas, das paisagens extensas; d) Proteção legal dos sítios isolados; e) Criação a manutenção de reservas naturais e parques nacionais; e f) Aquisição de sítios pelas coletividades públicas (UNESCO, 1962).

Com essa recomendação foi introduzida a noção de interesse relativo das paisagens e dos sítios considerados. A recomendação de 1962 propõe uma abordagem geral das paisagens e sítios não apenas em locais determinados, mas em todo o território do Estado e com isso acabou por se tornar o primeiro documento de sua espécie “a mencionar as áreas rurais e naturais como de interesse patrimonial” (FIGUEIREDO, 2014, p. 80).

Após trinta e três anos desde o Congresso de Atenas de 1931, com um cenário onde o debate da preservação do patrimônio galgava cada vez mais espaço na agenda dos Estados e da comunidade internacional, avaliou-se a necessidade “[...] reexaminar os princípios da Carta de Atenas, a fim de os aprofundar e de lhes alargar o alcance, através da elaboração de um novo documento” (SOUSA, 2006, p. 5). Decorrido mais de três décadas desde a Carta de Atenas o debate sobre a proteção do patrimônio crescerá vertiginosamente e deixou de ser uma questão de âmbito nacional para ocupar a agenda mundial. Ademais as mudanças no modo de vida com a crescente urbanização trouxe problemas mais complexos fazendo com que mesmo com a experiência acumulada, fosse preciso “reflectir a evolução das preocupações dos especialistas relativamente à salvaguarda do património construído”. (SOUSA, 2006, p. 5).

A Carta para a conservação e o restauro de monumentos e de sítios, ou Carta de Veneza é resultado dos trabalhos ocorridos durante o II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos de Monumentos Históricos, realizado na

cidade de Veneza, no ano de 1964<sup>35</sup>. Outro aspecto a se ressaltar é o fato do Congresso ocorrer sobre os reflexos do pós Segunda Guerra Mundial, conflito bélico que além do grande número de vidas humanas ceifadas, também deixou marcas indeléveis pela destruição de monumentos históricos.

Para Fernando Fernandes da Silva (2003, p. 53), a Carta de Veneza é de grande relevância por retomar “a preocupação da Carta de Atenas em relação à proteção do patrimônio histórico”. Confirmou em seu preâmbulo o crescente interesse mundial pela conservação de monumentos históricos ao postular que “os princípios orientadores da conservação e do restauro de edifícios antigos sejam elaborados e acordados a nível internacional” (Carta de Veneza, 1999, p. 105). Sendo que os países teriam responsabilidade pela sua aplicação considerando contexto cultural e suas tradições.

A Carta de 1964 aprofunda os fundamentos da proteção patrimonial, ao tratar sobre o conceito de monumento histórico e a respeito da conservação e restauração.

Artigo 1.º - A noção de monumento histórico engloba a criação arquitectónica isolada, bem como o sítio, rural ou urbano, que constitua testemunho de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico. Esta noção aplica-se não só às grandes criações, mas também às obras modestas do passado que adquiriram, com a passagem do tempo, um significado cultural.

Artigo 2.º - A conservação e o restauro dos monumentos exige a colaboração de todas as ciências e de todas as técnicas que possam contribuir para o estudo e para a salvaguarda do património monumental.

Artigo 3.º - A conservação e o restauro dos monumentos visam salvaguardar, quer a obra de arte, quer o testemunho histórico (ICOMOS, 1965).

O conceito de monumento constante na Carta de Veneza de 1964 demarca o surgimento de um novo conceito de monumento, acoplado de forma inseparável ao ambiente em que está inserido. Desta forma não somente as obras

---

<sup>35</sup> Participaram dos trabalhos da Comissão encarregada de elaborar a Carta Internacional para a Conservação e o Restauro dos Monumentos: Piero Gazzola, Presidente (Itália), Raymond Lemaire, Relator (Bélgica), José Bassegoda-Nonell (Espanha), Luís Benavente (Portugal), Djurdje Boskovic (Jugoslávia), Hisroshi Daifuku (UNESCO), P. De Vrieze (Holanda), Harald Langberg (Dinamarca), Mario Matteucci (Itália), Jean Merlet (França), Carlos Flores Marini (México), Roberto Pane (Itália), S. Pavel (Checoslováquia), Paul Philippot (ICCROM), Victor Pimentel (Perú), Harold Plenderleith (ICCROM), Deoclecio Redig de Campos (Vaticano), Jean Sonnier (França), François Sorlin (França), Eustathios Stikas (Grécia), Gertrude Tripp (Áustria), Jan Zachwatowicz (Polónia), Mustafa S. Zbiss (Tunísia).



monumentais isoladas, mas o patrimônio urbano constituído pelos conjuntos, bairros e centros são tratados como elementos arquitetônicos passíveis de proteção.

A Carta superou a “concepção de musealização do monumento” (SILVA, 2003, p. 53), ao postular a possibilidade de utilização para finalidade útil. Assim, através da revitalização ser reutilizado de forma diversa da sua função original.

Art. 5 - conservação dos monumentos é sempre favorecida pela sua afectação a uma função útil à sociedade. Tal afectação é desejável mas não pode, nem deve, alterar a disposição e a decoração dos edifícios. É dentro destes limites que se devem conceber, e que se podem autorizar, as adaptações exigidas pela evolução dos usos e dos costumes (ICOMOS, 1965).

Outro ponto de destaque na Carta de Veneza é a preocupação com a noção de entorno. “A conservação de um monumento implica a conservação de uma zona envolvente à sua escala” (ICOMOS, 1965, Art. 6º). A Carta, ainda no referido artigo, destaca também sobre o procedimento de conservação do patrimônio: “Quando ainda exista o enquadramento tradicional, este deverá ser conservado, não devendo ser permitidas construções novas, demolições ou quaisquer arranjos susceptíveis de alterar as relações de volume e cor” (ICOMOS, 1965, Art. 6º). Assim, não devem ser permitidas novas construções, demolições ou modificações provocadoras de alterações nas relações volumétricas e cromáticas no ambiente do monumento histórico. A Carta de Veneza já trazia imbuída em seu texto a visão que se tornaria predominante na segunda metade do século XX “Hoje se entende como patrimônio arquitetônico tudo aquilo que concerne à relação sinérgica entre o edifício, a sua história, o seu uso e o contexto urbano no qual se insere” (ALMEIDA, 2009, p. 71).

Mesmo destacando a importância indispensável da conservação para a preservação do patrimônio histórico, a Carta de 1964 não se olvidou com a relevância das operações de restauração.

Art. 9 - O restauro é uma operação altamente especializada que deve ter um carácter excepcional. Destina-se a preservar e a revelar os valores estéticos e históricos dos monumentos e baseia-se no respeito pelos materiais originais e por documentos autênticos. Não devem ser empreendidos restauros quando se está em presença de hipóteses visando reconstituições conjecturais. Nestes casos, qualquer acréscimo ou

complemento, que se reconheça indispensável, por razões estéticas ou técnicas, deverá harmonizar-se arquitectonicamente com o existente e deixar clara a sua contemporaneidade. O restauro deverá ser sempre precedido e acompanhado de um estudo arqueológico e histórico do monumento (ICOMOS, 1965).

A Carta de Veneza é um documento que expressa de forma inequívoca às novas reflexões e ideias desenvolvidas e debatidas após a Carta de Atenas de 1931. “Se a Carta de 1931 priorizou os aspectos ligados à história, ou seja, os aspectos documentais do bem cultural a ser conservado, a Carta de Veneza destaca em condições de igualdade os valores estéticos e históricos (ALMEIDA, 2009, p. 71).

Ainda durante o II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos de Monumentos Históricos foi proposta a criação do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios - ICOMOS<sup>36</sup>. Em 1965 ocorreu a primeira Assembleia Geral em encontro de escala internacional com a missão de propiciar a operacionalização dos princípios adotados pela Carta de Veneza (ZARYN, 1995, p. 3). O novo organismo foi estruturado como uma organização não governamental.

O ICOMOS tem por missão promover a conservação, proteção, uso e valorização de monumentos, conjuntos urbanos e sítios históricos, através da reunião de pessoas e instituições de diversas áreas do conhecimento: arquitetura, história, arqueologia, geografia, antropologia, engenharias e urbanismo (LINO, 2010, p. 46).

O trabalho do órgão encontra-se baseado nos princípios postulados na Carta de Veneza de 1964. E seus membros contribuem para o aperfeiçoamento da preservação do patrimônio, das normas, e das técnicas para cada tipo de bem patrimonial: edifícios, conjuntos históricos, paisagens culturais e sítios arqueológicos.

Um aspecto de importância na atuação do ICOMOS se refere a sua colaboração como organismo consultor do Comitê do Patrimônio Mundial da UNESCO, através da avaliação das candidaturas. Desta forma é responsável por avaliar e fornecer parecer sobre as candidaturas a entrada na Lista do Patrimônio Mundial da Humanidade (FIGUEIREDO, 2014, p. 79). No procedimento de inserção do Centro Histórico de São Luís na Lista do Patrimônio Mundial, o ICOMOS teve a

---

<sup>36</sup> *International Council on Monuments and Sites.*

função de prover o parecer com a recomendação de inclusão, que posteriormente foi referendado UNESCO (ICOMOS, 1997, p. 9).

O ICOMOS como também o ICCROM trabalham em colaboração com a UNESCO prestando assistência técnica, “conforme a natureza do bem envolvido e as medidas protetoras empregadas” (LINO, 2010, p. 47).

Nas décadas seguintes, foram sendo elaborados documentos, que resultaram na organização e publicação de textos internacionais, sob a direção da UNESCO e ICOMOS. É relevante destacar que o movimento de internacionalização da proteção do patrimônio teve em sua liderança o Continente Europeu. Assim, da mesma forma que no período antecedente a Carta de Veneza, após a mesma a Europa continuou à frente das ações do processo de salvaguarda, disseminação e propagação de ideais sobre a proteção do patrimônio, inclusive através do Conselho da Europa – CE.

No tocante à preservação do patrimônio urbano, também foi a Europa delimitadora de diretrizes acerca da temática dos centros históricos, onde se enquadra a Resolução relativa aos princípios e métodos de conservação e de reanimação de sítios e conjuntos de interesse histórico ou artístico (Conselho da Europa, 1968a) e a Resolução relativa à conservação dos sítios, monumentos e conjuntos de interesse histórico ou artístico no quadro do ordenamento do território (Conselho da Europa, 1968b). Ambos os documentos ressaltam a importância conferida pelos Estados Europeus na temática da proteção do patrimônio cultural.

O CE considerava que os conjuntos e as áreas de interesse histórico ou artístico dos países europeus eram um aspecto essencial da herança de cada nação, e portanto tinham um significado e uma influência que transcendiam o contexto local e, em alguns casos, o contexto nacional. A progressiva negligência, abandono, degradação e sobre-população dos centros históricos de vilas e cidades servia, à data, como um pretexto para a sua destruição, sendo crescentemente ameaçadas ou mesmo destruídas pela pressão crescente de certas exigências da vida moderna. Era essencial reconciliar os requisitos da expansão urbana com a integração deste patrimônio num ambiente contemporâneo. A proteção, preservação e reabilitação destes conjuntos e áreas de interesse histórico e artístico deveriam almejar a harmonização da cidade velha com a cidade moderna e ajudar a proporcionar ao homem uma estrutura e uma escala apropriadas ao seu modo de vida. Contudo a reabilitação destes conjuntos ou áreas não deveria, em nenhuma circunstância, estar divorciada do plano geral de desenvolvimento. Essa reabilitação também deveria ser um valor educacional e reconciliável com as perspectivas do turismo cultural. O CE recomendou, assim, aos governos dos estados membros a adopção de legislação especial ou a adaptação de legislação existente com vista à

preservação do carácter e da atmosfera geral dos conjuntos e áreas de interesse histórico e artístico e dos monumentos nestes contidos, e a criação de fundos especiais para esse efeito. Este recomendou também que assegurassem a cooperação entre os departamentos, autoridades locais e grupos voluntários responsáveis no sentido de desenvolver, interessar e mobilizar a opinião pública. Os governos dos estados membros foram chamados à atenção para a necessidade de preparação de planos de desenvolvimento, para uma reabilitação genuína e uma melhor adaptação desse património.

O CE considerou que a integração completa destes monumentos, conjuntos e áreas na vida rural e urbana seria o meio mais eficaz de assegurar a sua protecção e reabilitação, fazendo parte de um processo social, e sendo a fonte de um enriquecimento profundo do ambiente humano, sendo o planeamento a todos os níveis o meio mais adequado de obter essa integração. Nessa perspectiva, os estados membros deveriam visar condições sociais e económicas que pudessem estimular a contribuição do sector público e do sector privado para a melhoria do património. Os estados deveriam melhorar a formação dos recursos humanos e chamar a atenção urgente das autoridades responsáveis para a necessidade de cooperação estreita entre todos os interessados. Deveriam estimular a investigação em diferentes áreas da reanimação do património e em métodos de planeamento indicados para facilitar a integração desse património na vida urbana e regional. Deveriam considerar a necessidade imperativa de uma preservação activa do património e de uma cooperação entre os sectores público e privado na implementação desta política. Novamente, todos os meios disponíveis deveriam ser utilizados para informar a opinião pública da importância desta matéria (SOUSA, 2006, p. 6-7).

No ano de 1968 a Conferência Geral de Paris publicou a Recomendação Paris de Obras Públicas e Privadas. Esse documento concernente à conservação dos bens culturais atraiu atenção para execução de obras públicas ou privadas, pois as mesmas podem pôr em perigo: sítios arqueológicos, históricos ou científicos e os edifícios de valor histórico, artístico científico ou arquitetónico, religioso, edifícios e bairros internacionais, bem como de bairros de valor histórico, em zonas rurais urbanizadas e urbanas.

A Recomendação sobre a conservação dos bens culturais ameaçados pela execução de obras públicas ou privadas, de 1968, trazia a seguinte definição do que a expressão bens culturais se aplicaria:

a) Bens imóveis, como os sítios arqueológicos, históricos ou científicos, edificações ou outros elementos de valor histórico, científico, artístico ou arquitetónico, religiosos ou seculares, incluídos os conjuntos tradicionais, os bairros históricos das zonas urbanas e rurais e os vestígios de civilizações anteriores que possuam valor etnológico. Aplicar-se-á tanto aos imóveis do mesmo carácter que constituam ruínas ao nível do solo como aos vestígios arqueológicos ou históricos descobertos sob a superfície da terra. A expressão bens culturais se estende também ao entorno desses bens.

b) Bens móveis de importância cultural, incluídos os que existem ou tenham sido encontrados dentro dos bens imóveis e os que estão enterrados e possam vir a ser descobertos em sítios arqueológicos ou históricos ou em quaisquer outros lugares (UNESCO, 1968).

Do exposto se depreende que expressão bens culturais engloba não só os sítios e monumentos arquitetônicos, arqueológicos e históricos reconhecidos e protegidos por lei, mas também os vestígios do passado não reconhecidos nem protegidos, assim como os sítios e monumentos recentes de importância artística ou histórica.

Essa recomendação tinha por objetivo a conservação dos bens culturais, nos quais a execução de obras públicas ou privadas pudesse pôr em perigo o patrimônio. Essa recomendação tinha importância vital ao orientar “[...] os Estados a manter medidas legislativas, nos níveis nacional e local, necessárias para conservar ou salvar bens culturais ameaçados por obras públicas ou privadas” (SILVA, 2003, p. 62).

As referidas recomendações expedidas pela UNESCO foram pavimentando o caminho para uma ação de maior envergadura que trouxesse uma proteção aos bens culturais de forma ampla.

Ainda em 1968, foi dado início a articulação para a realização de uma grande convenção para a proteção dos bens culturais. Após os debates durante a 17ª Conferência-geral da UNESCO no âmbito das comissões de especialistas, em 1972, ocorreu a adoção da Convenção Relativa à Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural (UNESCO, 1972).

Para Adriana Schimdt da Costa (2006, p. 30) a referida convenção tem por escopo a proteção do patrimônio cultural e natural da humanidade frente à degradação ambiental e à evolução da vida social e econômica. Considera ainda que o ritmo de vida nas cidades impõe alterações e destruições no patrimônio histórico, representante de antigas gerações na sociedade moderna.

Destaca-se que a aludida convenção tratou da proteção dos bens culturais e bens naturais sem fazer qualquer espécie de distinção entre ambos. Mantendo uma tradição que já vinha desde a Recomendação relativa à proteção da beleza e do caráter dos lugares e paisagens de 1962.

Assim, a Conferência-Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, reunida em Paris de 17 de Outubro a 21 de Novembro de 1972, na sua décima sétima sessão deliberou que cada vez mais se constata a ameaça de destruição que pesa sobre o patrimônio cultural e o patrimônio natural, não somente pelos fatores habituais de degradação, mas também pela evolução da vida social e econômica que as agrava através de fenômenos de alteração ou de destruição ainda mais importantes (UNESCO, 1972).

Na Conferência os representantes dos países membros avaliaram que a degradação ou o desaparecimento de um bem do patrimônio cultural e natural constitui um empobrecimento efetivo do patrimônio de todos os povos do mundo, e que a proteção de tal patrimônio, à escala nacional, é a maior parte das vezes insuficiente devido à vastidão dos meios que são necessários para o efeito e da insuficiência de recursos econômicos, científicos e técnicos do país no território do qual se encontra o bem a salvaguardar. Nessa medida se fazia necessário a criação de um mecanismo de âmbito internacional que fosse capaz de auxiliar os Estados a garantirem a preservação de seus bens culturais e naturais.

Nessa perspectiva cabe ressaltar que o Ato Constitutivo da Organização prevê ajuda à conservação, progresso e difusão do saber, promovendo a conservação e proteção do patrimônio universal e recomendando aos povos interessados convenções internacionais concluídas para tal efeito (UNESCO, 1972). As convenções, recomendações e resoluções internacionais existentes no interesse dos bens culturais e naturais demonstraram a importância que constitui, para todos os povos do mundo, a salvaguarda de tais bens, únicos e insubstituíveis, qualquer que seja o povo a que pertençam.

Nesse sentido se tornava indispensável a adoção, para tal efeito, de novas disposições convencionais que estabelecessem um sistema eficaz de proteção coletiva do patrimônio cultural e natural de valor universal excepcional, organizado de modo permanente e segundo métodos científicos e modernos (UNESCO, 1972).

Assim foi definida, que para ser dada a devida atenção sobre a questão, seria construída uma nova convenção internacional. Nesse contexto, a Convenção Relativa à Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, trouxe as seguintes definições sobre patrimônio cultural e natural:

Para fins da presente Convenção serão considerados como patrimônio cultural: Os monumentos. — Obras arquitetônicas, de escultura ou de pintura monumentais, elementos ou estruturas de caráter arqueológico, inscrições, grutas e grupos de elementos com valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;

Os conjuntos. — Grupos de construções isolados ou reunidos que, em virtude da sua arquitetura, unidade ou integração na paisagem, têm valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;

Os locais de interesse. — Obras do homem, ou obras conjugadas do homem e da natureza, e as zonas, incluindo os locais de interesse arqueológico, com um valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico (UNESCO, 1972, Art. 1º).

A convenção teve o mérito de confirmar que determinados bens do patrimônio cultural e natural se revestem são possuidores de excepcional interesse que vão além do âmbito nacional, e que são de interesse da coletividade global. Sendo, portanto, a sua preservação como elemento do patrimônio mundial da humanidade.

A classificação dada pela Convenção procura atender às possíveis manifestações humanas por meio dos bens culturais imóveis: os monumentos e os conjuntos compreendem realizações exclusivas da ação humana; os lugares notáveis, as realizações conjuntas do homem e da natureza (SILVA, 2003, p. 87).

Levou-se ainda em consideração como já mencionado a gravidade dos perigos que ameaçam aos bens considerados como Patrimônio da Humanidade, sendo que a partir da Convenção de 1972, passou a ser dever da coletividade internacional, participar na proteção do patrimônio cultural e natural, de valor universal excepcional, mediante a concessão de uma assistência coletiva que sem se substituir à ação do Estado interessado a complete de forma eficaz.

Seus bens, assim considerados, passaram a ter uma preservação obrigatória pelo Estado-Membro, que se compromete a preservá-los perante os demais Estados-Membros da UNESCO. A preservação dos bens deixa de ser um problema de economia doméstica para se tornar um compromisso internacional (SIRVINSKAS, 2008, p. 507-508).

Mas a atuação da UNESCO não apaga ou nega a necessidade que os Estados sejam vigilantes na conservação de seus bens de valor patrimonial,

tampouco demonstra uma ingerência que poderia ser caracterizada como invasiva a soberania dos Estados-Membros<sup>37</sup>.

A inserção de um bem na lista patrimônio mundial<sup>38</sup> tem por escopo trazer para o mesmo maior atenção para sua conservação e preservação. Também é um fator “relevante para a promoção do turismo internacional, possibilitando ainda o recebimento de verba internacional para restauração de patrimônio da humanidade” (SIRVINSKAS, 2008, p. 508). O Fundo do Patrimônio Mundial tem como objetivo custear programas de restauração ou proteção a bens inscritos que se encontrem em perigo.

A participação do Brasil na Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente teve repercussão importante em âmbito interno<sup>39</sup>. Depreende-se tal afirmação da posterior intensificação do processo legislativo pelas autoridades pátrias, no intuito de criação de mecanismos para a proteção e preservação do meio ambiente.

No âmbito de documentos internacionais, o Conselho da Europa editou em 1975 a Carta Europeia do Patrimônio Arquitetônico através do Comitê dos Ministros do Conselho da Europa, sendo proclamada no Congresso sobre o Patrimônio Arquitetônico Europeu em Amsterdã<sup>40</sup> (Conselho da Europa, 1975).

A Carta Europeia do Patrimônio Arquitetônico assevera que o comitê de Ministros do Conselho da Europa reconhece o patrimônio arquitetônico como “expressão insubstituível da riqueza e da diversidade da cultura europeia, constitui a herança comum de todos os povos e que a sua conservação exige o empenho e a solidariedade efetiva de todos os Estados europeus” (Conselho da Europa, 1975).

---

<sup>37</sup> “A declaração de um bem como de patrimônio mundial não invade a soberania nacional, pois o tombamento é ato privativo de cada país” (SIRVINSKAS, 2008, p. 508).

<sup>38</sup> “Além dessa lista, há ainda outra lista dos bens em perigo que reúne os bens culturais e naturais ameaçados por riscos graves cuja salvaguarda exige cuidados especiais” (SIRVINSKAS, 2008, p. 509).

<sup>39</sup> Tal assertiva fica evidente, com a criação da Secretaria Especial do Meio Ambiente - SEMA, através do Decreto nº. 73.030/73, no ano seguinte à Convenção de Estocolmo. O decreto em seu art. 1º afirmava sobre a diretriz a ser seguida pela Secretaria: “orientada para a conservação do meio ambiente e uso racional dos recursos naturais”. A autoridade concedida a SEMA lhe possibilitou administrar os temas pertinentes ao meio ambiente de maneira integrada, através de vários instrumentos (normas de financiamento e concessão de incentivos fiscais).

<sup>40</sup> Entre 21 e 25 de Outubro de 1975.



A referida Carta ratificou a decisão de promover uma política e a ação no território europeu unificada com a proteção do patrimônio arquitetônico baseada na integração com a vida quotidiana dos cidadãos, sendo de fundamental importância projetos de ordenamento do território e de urbanismo (Conselho da Europa, 1975). Ao avaliar a contribuição da Carta Europeia do Patrimônio Arquitetônico, Sílvia Ávila de Sousa destaca a indicação pela promoção de uma política de conservação integrada, incidindo por meio do planejamento urbano e regional.

A concepção de patrimônio arquitectónico incluía, na conservação integrada, não só os monumentos mais importantes, mas também os conjuntos de edifícios, mesmo que modestos, nas cidades velhas e nas vilas características onde estes se inseriam.

Além do habitual reconhecimento do patrimônio arquitectónico como capital de valor espiritual, cultural, social e educacional insubstituível, o CE considerou-o como um recurso económico. A carta proclamou o princípio de que «a estrutura dos centros históricos conduz a um equilíbrio social harmonioso». Os centros históricos, oferecendo as condições certas para o desenvolvimento de um leque variado de actividades, favoreciam a integração social. Surgiram também, pela primeira vez, preocupações com a elitização (*gentrification*). O restauro da habitação deveria, por exemplo, ser empreendida com espírito de justiça social e não deveria causar a partida dos habitantes com menos recursos, pelo que a conservação deveria ser uma das primeiras considerações em todo o planeamento regional e urbano (SOUSA, 2006, p. 9).

A Carta Europeia do Patrimônio Arquitetônico é mais um documento de política de preservação do patrimônio a indicar como desde a Carta de Veneza de 1964, ocorreu um gradativo alargamento da noção de patrimônio arquitetônico e os documentos subsequentes vão propor a proteção não somente dos monumentos de maior relevância, mas passam a incluir conjuntos urbanos, o que acabou por estender a preservação à escala urbana.

Doravante, as discussões que se seguiram giravam em torno da investigação do papel dos centros na estrutura urbana, deslocando o foco dos aspectos estéticos e históricos para o econômico e sociais, visando resolver os conflitos entre preservação e desenvolvimento, colocando em pauta a refuncionalização das áreas centrais. (FIGUEIREDO, 2014, p. 83).

Como desdobramento da Convenção Relativa à Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, em 1976 na cidade de Nairóbi no Quênia, a décima nona Conferência Geral da UNESCO, expediu a Recomendação relativa à salvaguarda

dos conjuntos históricos e sua função na vida contemporânea, essa recomendação tratou de forma específica sobre a proteção dos conjuntos históricos, compreendendo as edificações e espaços, neste incluso os espaços arqueológicos e paleontológicos.

[...] que os conjuntos históricos ou tradicionais fazem parte do ambiente cotidiano dos seres humanos em todos os países, constituem presença viva do passado que lhes deu forma, asseguram ao quadro da vida a variedade necessária para responder à diversidade da sociedade e, por isso, adquirem um valor e uma dimensão humana suplementares (CURY, 2000, p. 216).

A Recomendação de Nairóbi trouxe a definição de conjunto histórico ou tradicional, cuja importância é referendada já no preâmbulo da referida recomendação ao afirmar a importância dos "valores insubstituíveis", bem como, a necessidade de legislação e medidas de proteção de disposições jurídicas e administrativas "Essas legislações deveriam encorajar a adaptação ou a adoção de disposições, nos planos urbanos, regional ou local, para assegurar tal salvaguarda" (UNESCO, 1976).

A recomendação assevera sobre a necessidade da elaboração de um documento analítico de todo o conjunto "inclusive de sua evolução espacial, que contivesse os dados arqueológicos, históricos, arquitectónicos, técnicos e económicos" (UNESCO, 1976). Para o alcance dos objetivos da recomendação de Nairóbi foi tratado de delimitar conceitualmente sobre o que se denominava no documento como sendo conjunto histórico.

Considera-se conjunto histórico ou tradicional todo agrupamento de construções e de espaços, inclusive os sítios arqueológicos e paleontológicos, que constituam um assentamento humano, tanto no meio urbano quanto no rural e cuja coesão e valor são reconhecidos do ponto-de-vista arqueológico, arquitectónico, pré-histórico, histórico, estético ou sócio-cultural.

Entre esses "conjuntos", que são muito variados, podem-se distinguir especialmente os sítios pré-históricos, as cidades históricas, os bairros urbanos antigos, as aldeias e lugarejos, assim como os conjuntos monumentais homogêneos, ficando entendido que estes últimos deverão, em regra, ser conservados em sua integridade.

Entende-se por "ambiência" dos conjuntos históricos ou tradicionais, o quadro natural ou construído que influi na percepção estática ou dinâmica desses conjuntos, ou a eles se vincula de maneira imediata no espaço, ou por laços sociais, económicos ou culturais.

Entende-se por "salvaguarda" a identificação, a protecção, a conservação, a restauração, a reabilitação, a manutenção e a revitalização dos conjuntos históricos ou tradicionais e de seu entorno. (UNESCO, 1976)

O que se pode depreender dessa recomendação é que as construções históricas já não podem ser vistas como meras produções humanas que adquirem um estatuto especial pelo regime de historicidade que lhes é imposto. Mas que devem ser analisadas pelo seu viés integracionista com ambiente cotidiano dos seres humanos, revelando em si uma memória passada. Nessa perspectiva Marcos Paulo de Souza Miranda afirma:

Seguindo tal direcionamento a doutrina de vanguarda acerca da questão afirma que o meio ambiente não mais se resume ao aspecto meramente naturalístico, mas comporta uma conotação abrangente, holística, compreensiva de tudo, o que cerca e condiciona o homem em sua existência no seu desenvolvimento na comunidade a que pertence e na interação com o ecossistema que o cerca (MIRANDA, 2006, p. 12).

As recomendações internacionais que foram sendo elaboradas, especialmente pela UNESCO, denotam como a protecção dos bens culturais caminhou gradativamente com a defesa dos bens naturais. E que a divisão entre bens naturais e culturais gradativamente vem sendo suplantada, pois o bem cultural faz parte do ambiente no qual o ser humano realiza a experiência da vida. “Dessa forma, afirma-se que o meio ambiente é a interação do conjunto de elementos naturais, artificiais e culturais que propiciem o desenvolvimento equilibrado da vida em todas as suas formas” (MIRANDA, 2006, p. 12).

Desde a Carta de 1931 até meados da década de 1970 ocorreu um grande avanço no processo de internacionalização da protecção do patrimônio, sendo que as noções sobre os bens componentes também sofreram modificações como se observa a partir das diversas Cartas, Convenções e Recomendações elaboradas no período.

Nesse contexto a preservação do patrimônio arquitetônico urbano conseguiu também se consolidar ao superar a anterior visão de preservação de bens monumentais isolados.

A partir do último quartel do século XX novas dimensões como a emergência de novos temas que se entrelaçam ao patrimônio: turismo<sup>41</sup>, economia, a defesa do meio ambiente vão trazer novos desafios e possibilidades.

Essa nova configuração começou a se delinear entre o “fim dos anos 60 e meados dos anos 70”, onde os documentos passam a dar ênfase “ao valor de uso enquanto recurso econômico, sobretudo o turístico” (FIGUEIREDO, 2014, p. 86).

A esse novo momento a contribuição dos campos da história, sociologia e antropologia vão proporcionar novas discussões na área do patrimônio, em especial do patrimônio arquitetônico urbano. Essas discussões vão ser abordadas na seção seguinte.

### **2.3. O patrimônio na contemporaneidade**

A partir do último quartel do século XX outros documentos internacionais<sup>42</sup> continuaram a destacar a importância de preservação e proteção do patrimônio. No interior do referido período temporal novas questões e dimensões de análise vão adentrar no seio da questão patrimonial.

Na reunião de Bruxelas, em 8 e 9 de novembro de 1976, no Seminário Internacional de Turismo Contemporâneo e Humanismo foi composta a Carta de Turismo Cultural. No documento do ICOMOS o turismo é posto como um feito social, humano, econômico e cultural de caráter irreversível.

No documento é destacada a sua influência no campo dos monumentos e sítios, sendo que vislumbrar o seu aumento e, por tal fato, sua importância dentro da política de preservação dos bens patrimoniais. A carta traz a definição de turismo cultural

---

<sup>41</sup> As normas de Quito, da OEA, de 1967 já preconizavam o “turismo monumental”, o que foi de grande impacto na América Latina com o reconhecimento das culturas pré-colombianas como patrimônios monumentais.

<sup>42</sup> Vide: <http://www.icomos.org/en/charters-and-texts>.

O turismo cultural é aquela forma de turismo que tem por objectivo, entre outros fins, o conhecimento de monumentos e sítios histórico-artísticos. Exerce um efeito realmente positivo sobre estes tanto quanto contribui - para satisfazer seus próprios fins - a sua manutenção e protecção. Esta forma de turismo justifica, de facto, os esforços que tal manutenção e protecção exigem da comunidade humana, devido aos benefícios socioculturais e económicos que comporta para toda a população implicada. (ICOMOS, 1976).

Para Sílvia Ávila de Sousa (2006, p. 10) o ICOMOS considerou o turismo um fato social, humano, econômico e cultural irreversível e um dos fenômenos que exerceria mais influência no ambiente humano, em geral, e nos monumentos e sítios, em particular. Assim, para que esta influência permanecesse suportável, deveria ser cuidadosamente estudada e ser objeto de uma política eficaz e concatenada, a todos os níveis.

Ainda de acordo com Sousa (2006, p. 10) a Carta do turismo cultural, foi resultante da preocupação das implicações geradas, sejam de forma positiva ou negativa, por meio da gestão do turismo voltado ao patrimônio. No documento foram estabelecidas as bases da posição defendida pelo ICOMOS em face dessa questão, bem como as diretrizes de ação nessa seara.

Em 1977, em Machu Picchu, um novo Encontro internacional de arquitetos promoveu a revisão e ampliação dos conceitos e recomendações pertinente à preservação do patrimônio arquitetônico. Esse documento ficou conhecido como Carta de Machu Picchu e tratou de questões como: crescimento urbano, moradia, transportes nas cidades, disponibilidade do solo urbano, recursos naturais, preservação e sobre projeto urbanístico e arquitetônico.

Outro documento de destaque foi a Carta de Burra, nascida em 1979, na Austrália. Essa carta é oriunda de um evento patrocinado sob a direção do ICOMOS e versou sobre diversas definições: significado cultural, conservação, manutenção, preservação, restauração, reconstrução, adaptação, uso compatível.

A Carta de Burra (1979, ICOMOS), ou Carta Australiana para Sítios de Significado Cultural, revista em 1981, 1988, 1999, apresentou um guia para a conservação e gestão dos sítios com significado cultural e estabeleceu normas para a prática de todos os que estão envolvidos na conservação do patrimônio. A Carta aplicava-se a todos os sítios com significado cultural, incluindo os naturais, os históricos e os indígenas. O documento continha argumentos a favor da preservação e definia termos chave como *sítio*, *significado cultural*, *conservação*, *manutenção*, *preservação*, *uso*

*compatível*, etc. Neste apresentaram-se os princípios de conservação e de gestão e os processos de conservação, nomeadamente o processo da Carta de Burra, uma sequência de investigações, decisões e acções. (SOUSA, 2006, p 10-11).

No decorrer das décadas de 1980 e 1990 outros documentos<sup>43</sup> referentes a questão patrimonial foram elaborados dentro de um contexto no qual a questão patrimonial tornou-se elemento preponderante na sociedade ocidental.

Em 1989 durante a vigésima quinta Conferência Geral da UNESCO em Paris foi editada a Recomendação sobre a salvaguarda da cultura tradicional popular. Esse documento produziu uma definição sobre cultura tradicional e popular, além de aconselhar os países nos procedimentos de identificação, conservação, salvaguarda, difusão e proteção dos bens da cultura popular e tradicional.

Logo no raiar da década de 1990 a Carta de Lausanne trouxe novas definições acerca do patrimônio arqueológico através da construção de uma política de conservação integrada. No decorrer da década de 1990 outros documentos vão trazer novas contribuições, com a afirmação da diversidade e proteção dos bens culturais<sup>44</sup>. É notável a abundância de documentos internacionais sobre a questão do patrimônio no final do século XX, especialmente as diversas referências feitas a necessidade de preservação do patrimônio arquitetônico urbano.

A análise sintética dos documentos internacionais referentes aos bens culturais aponta que a noção de patrimônio histórico e cultural passou por modificações ao longo do tempo. Nos primórdios estava vinculado à arquitetura, principalmente nas construções monumentais de interesse histórico e/ou artístico.

---

<sup>43</sup> Carta de Florença, 1981; Declaração de Nairóbi, 1982; Declaração de Tlaxcala, 1982; Declaração do México 1985; Carta de Washington - Carta internacional para a salvaguarda de cidades históricas, 1986; Carta de Petrópolis 1987; Recomendação Europa - 1995; Declaração de Sofia - 1996 (IPHAN: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/226>).

<sup>44</sup> Carta do Rio, 1992; Conferência de Nara, 1994; Carta de Brasília (regional), 1995; Recomendação Europa, 1995; Declaração de Sofia na XI Assembleia Geral do ICOMOS, 1996; Carta do Mar del Plata (Mercosul), 1997; Carta de Fortaleza, 1997.

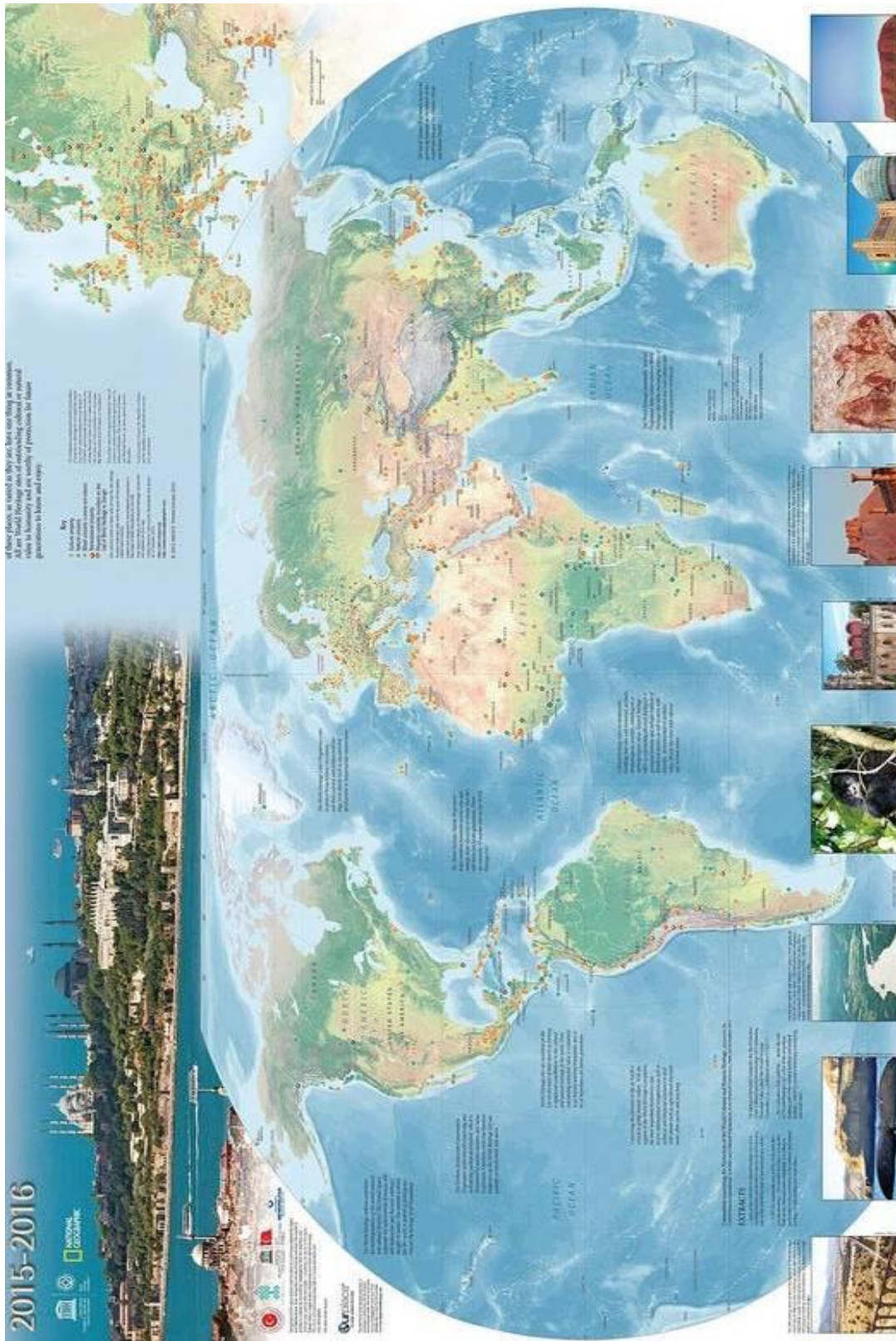


Figura 02 - Mapa do Patrimônio Mundial. Fonte: <http://whc.unesco.org/en/news/1399>

Contudo, essa noção foi sendo alargada na medida em que outros aspectos e disciplinas passam a povoar os debates do patrimônio. Os documentos denotam a visão ou visões sucessivas sobre o debate acerca da preservação do patrimônio arquitetônico figura no vagar da história.

Essa visão mais abrangente é retratada na figura nº 02, no mapa dos bens na lista do Patrimônio Mundial da UNESCO<sup>45</sup>. A imagem apresenta em sua parte superior esquerda as áreas históricas de Istambul, na Turquia, país anfitrião da próxima sessão do Comitê do Patrimônio Mundial em 2016. Na figura nº 02 está pontuado todos os 1.031 bens atualmente inscritos na Lista do Patrimônio Mundial, sendo possível visualizar a distribuição espacial de bens inscritos e verificar a preponderância no continente europeu. O Centro Histórico de São Luís inscrito em 1997 na referida Lista, sendo relevante se refletir como a questão da preservação dos bens culturais é um elemento de grande relevância na contemporaneidade.

### **2.3.1. A expansão patrimonial**

Para Roberto Segre (2011) “a herança material criada pelo homem ao longo da história da Humanidade é a principal testemunha das transformações culturais de cada sociedade”. Esse desejo consciente de manter na memória coletiva através da conservação do patrimônio arquitetônico e de objetos é uma constante do ser humano.

Deste modo cabe a reflexão sobre o movimento de alargamento e universalização do patrimônio, ao qual propiciou um verdadeiro “boom da memória” (ANICO, 2005, p. 74) no último quarto de século.

De que maneira, através de que sentidos e com que finalidades se testemunha repentinamente um tipo de nostalgia por um antigo regime de historicidade desde muito fora de uso (se o teve realmente)? Esse questionamento é uma das propostas de reflexão de François Hartog (2006), e tem importância por que exigir a reflexão sobre palavras mestras: o patrimônio e a memória.

---

<sup>45</sup> Confeccionado pelo Centro do Patrimônio Mundial em conjunto com National Geographic.



Marta Anico (2005) faz uso da expressão “pós-modernização da cultura”, como forma de situar um conjunto de processos heterogêneos que através dos quais se promoveu a rediscussão conceitual ilustra a caracterização do patrimônio no contexto atual.

A palavra patrimônio está historicamente associada ou à noção do sagrado, ou à noção de herança, de memória do indivíduo, de bens de família. O que nos remete a ideia de um patrimônio comum a um grupo social, definidor de sua identidade e merecedor de proteção. Como assinala José Reginaldo Gonçalves (2005), esses bens viriam a objetivar, conferir realidade e também legitimar a existência de “comunidades imaginadas”. Como aponta Fonseca:

A noção de patrimônio é, portanto, datada, produzida, assim como a ideia de nação, no final do século XVIII, durante a Revolução Francesa, e foi precedida, na civilização ocidental, pela autonomização das noções de arte e de história. O histórico e o artístico assumem, nesse caso, uma dimensão instrumental, e passam a ser utilizados na construção de uma representação de nação (FONSECA, 2005, p. 37).

De fato, a noção de patrimônio confunde-se com a de propriedade. Mais precisamente com uma propriedade que é herdada, em oposição àquela que é adquirida. Enquanto categoria de pensamento<sup>46</sup>, presente em inúmeros contextos e recebendo acepções diversas, sua importância para a vida social e mental de qualquer coletividade merece bastante atenção.

Os avocados discursos do patrimônio cultural, presentes em todas as sociedades nacionais modernas, florescem nos meios intelectuais e são produzidos e disseminados por empreendimentos políticos e ideológicos de construção de “identidades” e memórias, sejam de sociedades nacionais, sejam de grupos étnicos, ou de outras coletividades. Assim sendo, os discursos do patrimônio usualmente se articulam em nome de uma totalidade que eles pretendem representar, da qual

---

<sup>46</sup> Para José Reginaldo Santos Gonçalves, a afirmação de que essa categoria constitui-se no final do século XVIII, juntamente com os processos de formação dos estados nacionais omite que ela não é uma invenção estritamente moderna. “Está presente no mundo clássico, na Idade Média e a modernidade ocidental apenas impõe os contornos semânticos específicos que ela veio a assumir” (GONÇALVES, 2005, p. 17). O tratamento à concepção de patrimônio como categoria de pensamento seria uma maneira mais ampla de compreender as dimensões significacionais do mesmo (GONÇALVES, 2002).

julgam ser a expressão autêntica e em relação à qual mantêm somente uma conexão metonímica, conforme José Reginaldo Gonçalves.

Esses discursos se articulam como narrativas, nas quais se relata a história de uma determinada coletividade, seus heróis, os acontecimentos que marcaram essa história, e especialmente os lugares e objetos que “testemunharam” esses acontecimentos. Os que narram essa história o fazem sob a autoridade da nação, ou de outra coletividade qualquer, cujas memória e identidade são materialmente representadas pelo patrimônio (GONÇALVES, 2002, p. 111).

A intensificação das transformações observadas na sociabilidade contemporânea, atrelada à imediatez ao nível da propagação da informação, veio a contribuir para o surgimento de uma nova “consciência patrimonial”, repercutindo na proliferação de instituições e instrumentos vocacionados à defesa dos referentes culturais identitários. Como aponta Marta Anico, perante às ameaças de assimilação a uma cultura transnacional, se observa uma crescente valorização das identidades coletivas locais sobre o passado.

Nessa conjuntura, pautada pela ausência de referentes de identidade, estabilidade e continuidade, em face de uma ameaça de ruptura e de desaparecimento de recursos culturais, real ou imaginada, produz-se um sentimento nostálgico em relação ao passado, abrindo o caminho ao desenvolvimento de uma indústria da nostalgia em que o passado é resgatado, idealizado, romantizado e não raras vezes inventado, mediante processos que incluem a patrimonialização da cultura. (ANICO, 2005, p. 74).

Esses efeitos contemporâneos sobre a concepção de patrimônio, e o surgimento de uma nova sensibilidade em face dos referentes culturais, potencialmente patrimonializáveis, parecem estar ligados a um conjunto de transformações quantitativas e qualitativas que tiveram início no período subsequente à II Guerra Mundial. A partir de então, a procura da autenticidade e da tradição configura-se como característica distintiva de novas formas de consumo cultural, aos quais, o patrimônio não permaneceu indiferente.

É na instituição do imaginário e seus efeitos sobre as formas urbanas de intervenção que a cidade dialoga com seu passado. A tentativa de recuperação de algo perdido e a busca de liames temporais conduzem a discursos sobre o patrimônio, lugar por excelência de negociação entre

passado e presente. O passado inventado pode acionar um tempo mítico, uma harmonia perdida ou uma relação com a natureza (BARREIRA, 2003, p. 333).

Com efeito, no interior desses movimentos, parece ser necessário situar o patrimônio à luz das dinâmicas centrípetas e centrífugas de desterritorialização e de re-territorialização da cultura, “na medida em que os elementos culturais representados são retirados dos seus contextos sociais, culturais, espaciais e temporais para serem incorporados em novas relações” (ANICO, 2005, p 75).

Ao mesmo tempo em que os processos de patrimonialização contribuem para uma objetivação da memória, para a inclusão de certas histórias e para recordar o passado, desempenham um papel igualmente determinante para o esquecimento de outras versões, pelo que se poderá afirmar que é tanto inclusivo como é exclusivo, unifica e simultaneamente separa, configurando-se como uma fonte e expressão do poder.

Essa valorização social do patrimônio conduziu ao desenvolvimento de múltiplas ações no sentido do resgate e activação patrimonial, uma tendência reveladora do próprio alargamento do conceito, alvo de múltiplas designações (reinvenção do patrimônio, paixão patrimonial, indústria do patrimônio ou histeria patrimonial), associada ao desenvolvimento de uma estratégia de proteção centrada na conservação das identidades e de referentes culturais de estabilidade, mediante a produção de um discurso patrimonial que se destina não só a responder aos desafios colocados pelo presente, mas ser igualmente utilizado no futuro (ANICO, 2005, p. 75).

Assim sendo, o passado é reconstruído pelo presente, e são as condições atuais que lhe conferem sentido e significado, os quais são o resultado de negociação entre diferentes atores sociais, cujas relações de poder nem sempre são simétricas e cujos interesses não são rígidos ou fixos.

Importa considerar que ao falar de patrimônio, se trata de trabalhar com uma categoria ambígua que, na contemporaneidade, transita entre o material e o imaterial, reunindo em si as duas dimensões. Conforme assinala Gonçalves (2005), o material e o imaterial aparecem de modo indistinto nos limites dessa categoria.

A noção de patrimônio cultural desse modo, enquanto categoria de entendimento humano, na verdade rematerializa a noção de “cultura” que, no século

XX, em suas formulações antropológicas, foi desmaterializada em favor de noções mais abstratas, tais como estrutura, estrutura social, sistema simbólico, etc.

Ademais, a tendência ao alargamento conceitual da noção de patrimônio acompanhou a tendência a encerrá-lo dentro das possibilidades de sua rentabilização social e econômica através da encenação de práticas culturais ditas tradicionais ou produtos de fabrico artesanal (cada vez mais distante do cotidiano dos indivíduos) oferecidos à procura turística diferenciada e ao consumo cultural como marcos da singularidade local.

Essas reconfigurações não deixaram de ter efeitos institucionais, particularmente na medida em que tendeu a favorecer a existência de duas orientações distintas e paralelas na política federal do patrimônio, desenvolvida no Brasil nos anos 70-80. Na prática, entretanto, a história era outra:

Nesse período, coexistiram duas linhas de atuação paralelas num mesmo campo – a da pedra e cal, continuidade do antigo Sphan, e a da referência, oriunda do Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC), criado em 1975 – que não conseguiram convir em um mínimo de definições comuns. A hegemonia do grupo de referência, na verdade, se limitou ao plano discursivo; na prática, foi através dos tombamentos efetuados pelo Sphan que continuou a ser construído o patrimônio histórico e artístico nacional (FONSECA, 2005, p. 24).

O que é preciso colocar em foco nessa discussão é a possibilidade de se transitar analiticamente com essa mesma categoria entre diversos mundos sociais e culturais, iluminando as diversas formas que ele pode assumir. É nesse sentido que pensar os patrimônios culturais como “gêneros do discurso”, isto é, como modalidades de expressão escrita ou oral que partem de um autor posicionado (individual ou coletivo), se dirigem e respondem a outros discursos, consoante ao posicionamento adotado por Gonçalves:

Isto significa dizer que estou tomando como pressuposto que os “patrimônios culturais” não são simplesmente uma coleção de objetos e estruturas materiais que existem por si mesmas, mas são, na verdade, discursivamente constituídos. Desse modo, os objetos que identificamos e preservamos como “patrimônio cultural” de uma nação ou de um grupo social qualquer não existem como tais senão a partir do momento em que assim os classificamos em nossos discursos (GONÇALVES, 2002, p. 111).

Para Vanessa Gayego Bello Figueiredo (2014, p. 94) ocorreu, na seara dos debates sobre a preservação do patrimônio, um deslocamento da dimensão estético-histórica para a dimensão antropológico-cultural. Conforme vistos nos inúmeros documentos internacionais, publicados durante o século XX, houve uma inflexão no sentido semântico-conceitual das noções mais restritas e delimitadas de “monumento”, “monumento histórico”, “monumento natural” ou “patrimônio histórico e artístico”, para uma noção mais ampla no conceito de “patrimônio cultural”. Figueiredo (2014, p. 94) aponta ainda que “a ideia sobre algo direciona a ação, ao passo que esta retroalimenta a formulação dos conceitos numa interação permanente, mas sem permanências – transformadora, inclusiva, regeneradora”.

### **2.3.2. O Patrimônio Negativo**

Com o acúmulo de bens considerados parte da herança cultural dos povos, chega-se ao século XXI com o maior número de monumentos e edificações com valor de preservação do que em qualquer outro momento da história da humanidade.

Mesmo elementos que até pouco mais de um século atrás foram exemplo da moderna arquitetura são hoje designados como patrimônio cultural. Essa "explosão" patrimonial traz consigo desafios para o planejamento urbano dos locais onde os bens encontram-se, pois existe a necessidade de suas preservação e acomodação na sociedade atual.

O antigo questionamento sobre quais objetos da herança cultural precisam ser preservados emerge com voracidade em tempos nos quais o patrimônio como um elemento na construção da identidade, é muitas vezes acusado de significados que podem mudar como resultado de significativas alterações políticas. Ainda mais complexos são os casos nos quais o patrimônio é um elemento entrelaçado a um período conturbado ou mesmo doloroso de um povo ou nação. Tal situação é muito presente nos antigos países que formaram o bloco comunista como destacado no caso Albanês.

Arguments against the pyramid, consider it as a heritage that reminds of the painful period of the communist regime. This is not a new practice in the construction of Albanian National Identity. After the destruction of ottoman heritage from communist, now communist and fascist heritage is being considered for demolition from the actual government. In the name of bad memories and of war against everything communist, the decision was taken to erase all evidence of the previous regime. History is full of monuments that were built on the death of people. Uncountable number of people died during construction of the gardens of Versailles. This doesn't stop us from considering it a cultural heritage of incredible beauty<sup>47</sup>. (BINERI, 2012, p. 13).

Como no caso da contestação da construção na Albânia, em razão de rememorar um período considerado conflituoso, essa dificuldade em lidar com o sentimento de desconfiança com elementos de um período considerado nocivo traz um debate sobre como compreender as políticas patrimoniais. Esse é um novo desafio para os debates contemporâneos sobre preservação de bens patrimoniais, pois no decorrer dos últimos séculos o patrimônio foi preponderantemente tratado como um elemento positivo.

As a result of its implication of the existence of a "positive heritage," the term negative heritage has been met with alternative terminologies, which include "difficult histories," "sites of conscience," and "dark histories," as well as the related terms "ambiguous," "ambivalent," or "dissonant" heritage. For the purpose of this thesis, the term negative heritage will be employed in acknowledgement of its pervasiveness in current discourse, and will be applied to the circumstances that charge or stigmatize the site of a violent, tragic, or traumatic event and are interpreted as a shared loss by a self-identified group or community<sup>48</sup> (MOSES, 2015, p. 8).

---

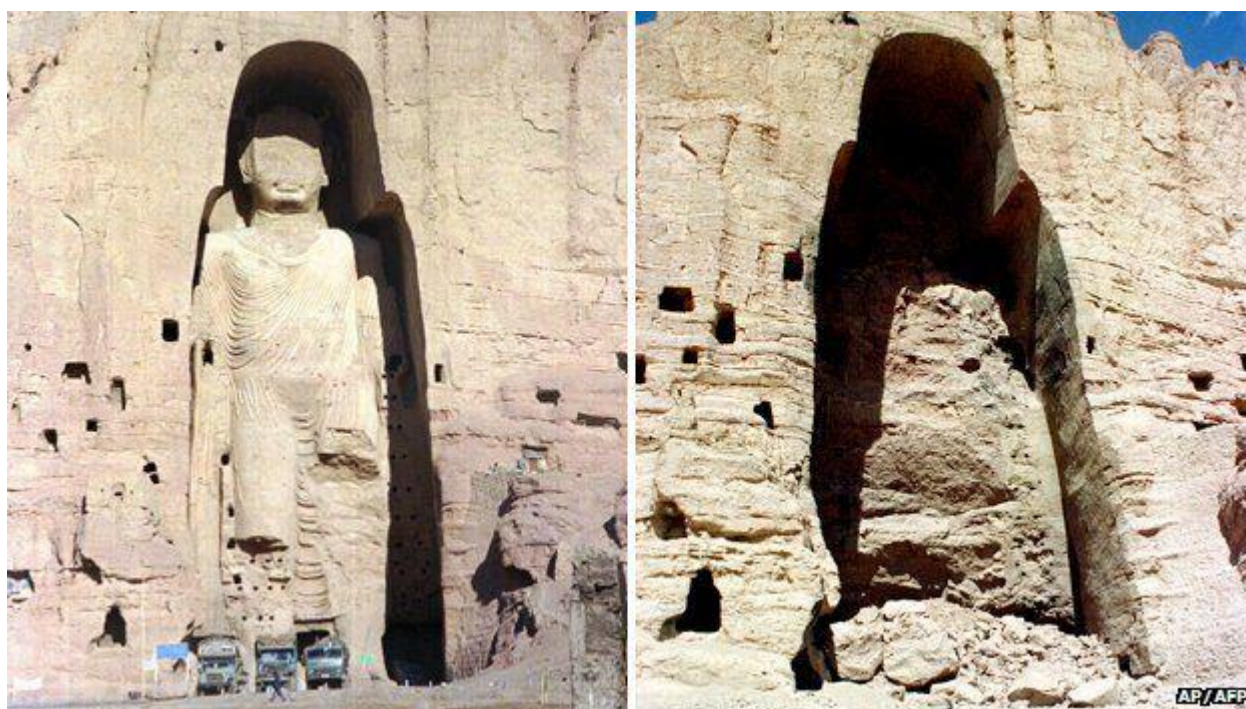
<sup>47</sup> Os argumentos contra a pirâmide consideram-na como um patrimônio que lembra o doloroso período do regime comunista. Esta não é uma nova prática na construção da identidade nacional albanesa. Após a destruição do patrimônio otomano no período comunista, agora a herança comunista e fascista está sendo considerada para demolição pelo atual governo. Em nome de más recordações e de guerra contra tudo do comunismo, a decisão foi tomada para apagar todas as evidências do regime anterior. A história está repleta de monumentos que foram construídos sobre a morte de pessoas. Um número incontável de pessoas morreu durante a construção dos jardins de Versalhes. Isso não nos impede de considerá-lo uma herança cultural de incrível beleza.

<sup>48</sup> Como resultado da sua implicação da existência de um "patrimônio positivo", o termo patrimônio negativo foi cunhado com terminologias alternativas, que incluem "histórias difíceis", "sítios de consciência" e "histórias sombrias", bem como relacionado aos termos "ambíguo", "ambivalentes", ou patrimônio "dissonante". [...] o termo patrimônio negativo será empregado em reconhecimento da sua penetração no discurso atual, e será aplicado às circunstâncias que cobram ou estigmatizam o local de um evento violento, trágico, ou traumático e são interpretados como um perda compartilhada por um grupo ou comunidade auto-identificadas.

A própria definição sobre patrimônio negativo remete a um conceito ainda em processo de formação, tendo grandes contribuições iniciais oriundas da antropologia e da literatura psicológica, sendo utilizado para contextos diferentes traçar o desenvolvimento da relação no que diz respeito a espaços estigmatizados. (MOSES, 2015).

Esse debate sobre o patrimônio negativo busca compreender formas de intervenção visando promover a aceitação e preservação dos bens patrimoniais na situação de adversidades religiosas, políticas ou ideológicas.

Essas posições adversas sobre o patrimônio tomaram corpo de forma mais contundente e destaque desde o raiar do século XXI, quando em março de 2001 o Taleban, que a época controlava o Afeganistão, colocou em prática uma política sistemática de destruição de estátuas de valor cultural por considera-las ofensivas aos preceitos islâmicos.



**Figura 03 - Buda de Bamiyan. Fonte: <http://www.bbc.com/news/world-asia-31813681>**

Esta empreitada contra os bens patrimoniais ganhou destaque internacional quando o grupo anunciou que explodiria na cidade de Bamiyan duas

grandes estátuas gigantes de Buda e inseridas na Lista do Patrimônio Mundial da UNESCO. Mesmo com várias tentativas internacionais, inclusive de outros países islâmicos, as estátuas foram destruídas com dinamite e bombardeios de tanques.

As archaeologists we might pause to consider the Bamiyan destruction since this does fall within our purview and we are obliged to think through the entangled and uncomfortable issues this episode presents. Here I want to explore the polymorphous interventions of negative heritage, since it can be mobilized in strategies of remembering or forgetting. For the Taliban, the Buddhist statues represented a site of negative memory, one that necessitated jettisoning from the nation's construction of contemporary identity, and the act of erasure was a political statement about religious difference and international exclusion. For many others today that site of erasure in turn represents negative heritage, a permanent scar that reminds certain constituencies of intolerance, symbolic violence, loss and the "barbarity" of the Taliban regime<sup>49</sup> (MESKELL, 2002, p. 561).

Outra situação de destruição deliberada do patrimônio vem ocorrendo na Síria e no Iraque através da atuação do denominado Estado Islâmico. Esse grupo extremista considera o patrimônio religioso pré-islâmico, especialmente as estátuas, como expressões de idolatria.

Um número ainda não determinado de locais históricos foram danificados ou destruídos, sendo que um dos principais marcos dessa devastação patrimonial ocorreu na cidade de Palmira, na Síria, onde com a detonação de explosivos deitaram o templo de Baalshamin bem inscrito na Lista do Patrimônio Mundial da Humanidade.

---

<sup>49</sup> Como arqueólogos poderíamos fazer uma pausa para considerar a destruição de Bamiyan uma vez que este se enquadra dentro do nosso alcance e nós somos obrigados a pensar nas questões emaranhadas e desconfortáveis que este episódio apresenta. Aqui quero explorar as intervenções polimórficas de patrimônio negativo, uma vez que podem ser mobilizadas em estratégias de lembrar ou esquecer. Para o Taliban, as estátuas budistas representavam um local de memória negativa, que exigiu alijamento de construção da nação de identidade contemporânea, e o ato de apagamento foi uma declaração política estatal sobre a diferença religiosa e exclusão internacional. Para muitos outros, hoje esse local destruído, representa uma herança negativa, uma cicatriz permanente que lembra certas circunscrições de intolerância, violência simbólica, a perda e a "barbárie" do regime talibã.





**Figura 04 - Templo de Baalshamin na cidade de Palmira. Fonte: <http://www.theguardian.com/world/2015/aug/30/palmyra-isis-syria-history-influence-mourn>**

Além da destruição do templo todo o conjunto de ruínas da cidade de Palmira com seus bens históricos estão sofrendo da ação deliberada, como o Leão de Alat e outros elementos que compõe o seu conjunto arquitetônico. Essa situação do patrimônio como elemento negativo é mais uma faceta das transformações da forma de relação com a herança cultural do passado que certamente vão ser um dos grandes debates no século XXI. A decorrência da própria “mundialização dos valores e das referências ocidentais” (CHOAY, 2006, p. 207) também é um elemento capaz de propiciar visões de forma oposta sobre patrimônio histórico.

As modificações sobre a forma de tratamento com os bens patrimoniais também ocorreram com o patrimônio arquitetônico, através do debate acumulado ao longo dois últimos séculos, fez com que fosse erigida uma visão na qual a construção, sua história, uso e o contexto urbano no qual se encontra inserido sejam relevantes como objeto de interesse para a preservação dos conjuntos urbanos. “É estabelecido um vínculo indissociável entre o edifício de interesse histórico e estético e o ambiente em que se situa. Desloca-se o foco do monumento

considerado isoladamente para a noção de conjunto urbano, sítio histórico” (ALMEIDA, 2009, p.70).

O grande interesse nas últimas décadas pelos centros históricos trouxe à baila a questão das intervenções urbanísticas e da propositura de políticas urbanas de reabilitação destes espaços. “[...] cabe questionar o lugar e as funções actuais dos núcleos urbanos antigos nas cidades que crescem para fora dos seus centros tradicionais” (PEIXOTO, 2003, p. 211).

No próximo capítulo esse debate será focado no caso do Centro Antigo de São Luís São Luís, típico conjunto urbano no qual houve um crescimento acentuado da cidade para além do espaço tradicional do seu centro antigo e que no decorrer do século XX teve momentos onde sua existência foi colocada em risco por uma política de remodelação urbanística, mas que através da atuação da gestão dos órgãos de preservação do patrimônio foi institucionalizado como um acervo arquitetônico tombado.

### 3. ESPAÇO, HISTÓRIA E CONSTRUÇÃO PATRIMONIAL

O presente capítulo pretende contribuir para a ampliação do olhar sobre o espaço urbano de São Luís no qual as construções de arquitetura de tipologia lusa<sup>50</sup> edificadas no decorrer dos séculos XVIII e XIX foram alçadas a condições de patrimônio histórico no decorrer da segunda metade do século XX.

Deste modo o capítulo inicialmente fará uma breve caracterização do espaço geográfico e uma síntese histórica referente à trajetória de constituição do conjunto arquitetônico de tipologia lusa.

Em seguida são erigidos, com base na bibliografia levantada, os debates sobre os centros históricos, no qual a trajetória para a institucionalização do acervo arquitetônico do Centro Histórico de São Luís como um bem revestido de preservação patrimonial por meio das práticas patrimoniais desenvolvidas pelos órgãos de gestão do patrimônio.

Os tombamentos e as ações executadas para garantir a proteção do conjunto arquitetônico até sua culminância no reconhecimento pela UNESCO em 1997 na inserção do centro histórico de São Luís na Lista do Patrimônio Mundial foram capazes de proteger construções que sem essa atuação acabariam por se arruinar. Portanto, nesta parte será dado destaque ao tombamento federal, estadual e inscrição na Lista da UNESCO.

Com a organização apresentada se almeja dar mais profundidade para o estudo sobre as práticas patrimoniais desenvolvidas em São Luís, pois seu caminho contempla um lapso temporal dilatado e que por tal razão pode deixar de forma opaca pontos importantes da história do referido espaço urbano.

---

<sup>50</sup> Tipologias como solares, sobrados, moradas inteiras, meias moradas e casas porta-e-janela compõem um conjunto de edificações mais nobres ou mais simples, nesta ordem (MARTINS, p. 106 2013).

### 3.1. Aspectos fisiográficos

O objeto de estudo desta pesquisa é o Centro Histórico da cidade de São Luís, capital do Estado do Maranhão. A área de preservação histórica encontra-se situada na Ilha de Upaon-Açu<sup>51</sup>, que se localiza entre os paralelos segundo e terceiro ao Sul do Equador e entre os meridianos 44º e 45º a Oeste de Greenwich. Em razão desta localização geográfica a ilha possui um clima tipo tropical, quente e úmido<sup>52</sup>.

A ilha encontra-se hoje dividida administrativamente entre quatro municípios, dos quais o de São Luís possui hodiernamente área calculada de 834,785 Km<sup>2</sup> e uma população avaliada de 1.082.935 habitantes de acordo com as estimativas da população residente com data de referência 1º de julho de 2016 publicadas pelo IBGE no Diário Oficial da União de 30.08.2016.

Esse quantitativo populacional encontra-se distribuído na área de cidade consubstanciado em uma densidade demográfica em 2010 de 1.215,69 hab/km<sup>2</sup>, que não se apresenta de maneira uniforme e planejada, pois com exceção do núcleo urbano original e sua expansão inicial ao longo dos séculos XVIII e XIX, observa-se um *boom* populacional que não foi acompanhado do devido planejamento urbano.

O município de São Luís encontra-se na parte ocidental da ilha, na qual existem ainda três outros municípios: São José de Ribamar, Raposa e Paço do Lumiar.

O Centro Antigo, ou Histórico do município de São Luís situa-se a oeste, na zona costeira, e está assentado sobre uma elevação que varia de vinte a trinta metros de altura em relação ao nível do mar, entre os rios Anil e Bacanga. Hoje, a área do Centro Antigo está delimitada por uma via com cerca de oito quilômetros de extensão, resultante de sucessivos aterros,

---

<sup>51</sup> Denominação constante na Constituição Estadual do Maranhão em seu Art. 8º: "cidade de São Luís, na ilha de Upaon-Açu, é a capital do Estado". Entretanto, cabe destacar a existência de diversos documentos nos quais é utilizada a terminologia de Ilha do Maranhão, inclusive em obras técnicas como o relatório de pesquisa da região metropolitana de São Luís desenvolvido pelo Instituto de Pesquisas Econômica Aplicada (IPEA, 2014).

<sup>52</sup> Composto uma região biestacional, vingam o período das chuvas, de dezembro a maio, com índice pluviométrico razoável, e o período da estiagem, geralmente de junho a novembro. A corrente de ar atmosférico dominante é nordeste, sendo mais forte na época do verão [...] (RIBEIRO JÚNIOR, 2001, p. 55).

conhecida como Anel Viário. Esta área compreende o núcleo primitivo da cidade datado do primeiro quartel do século XVII (1612), bem como o seu entorno – espaço urbano expandido nos séculos XVIII, XIX e início do século XX. (LOPES, 2004, p. 21).

O núcleo urbano original da cidade em seus primórdios era para José Antonio Viana Lopes (2008, p. 12) “o perímetro onde se instalara a cidadela francesa e adjacências, instituída em 1612, quando da tentativa de estabelecimento dos francos com criação da França Equinocial”. As construções no terreno eram simples e rústicas, resultado da curta passagem dos francos, que logo foram expulsos pelas tropas portuguesas.

A área do Centro Histórico é uma reminiscência da formação do conjunto arquitetônico de tipologia lusa ocorrida a partir da expulsão do invasor francês em 1615. “A área de abrangência do Centro Histórico de São Luís compreende o núcleo primitivo da cidade, datada do primeiro quartel do século XVII, bem como os espaços adjacentes da expansão urbana ocorrida nos séculos XVIII, XIX e XX” (CAFETEIRA, 1994, p. 103).

O terreno onde está implantado o Centro Histórico de São Luís é caracterizado por uma elevação abrupta de cerca de 20 a 30 metros e do platô central, onde se assenta a maior parte do conjunto histórico, circundado por uma faixa plana ladeira ao Anel Viário, resultado de sucessivos aterros.

As ladeiras resultantes da ligação entre o platô central e a faixa plana ao longo do Anel Viário contribuem para a identificação das áreas mais antigas, separando a zona portuária das áreas de uso residencial e comercial que se desenvolvem no platô de cota mais elevada. As ladeiras permitem focalizar as vistas sobre a baía e canalizam a brisa do mar. (CAFETEIRA, 1994, p. 103).

Essa configuração inicial do espaço urbano é reafirmada por Carlos de Lima, ao tratar do bairro da Praia Grande, área adjacente ao núcleo de formação urbana inicial, que no século XVIII era ainda uma área de mata.

O bairro em seu princípio, era cercado de juçarais e olhos d’água, sendo constantemente alagado no período chuvoso. A Praia Grande era, pois, todo o terreno desde a travessa Boa Ventura (Fluvial) até a rua do Trapiche, onde despontavam vários olhos d’água sob frondosos juçarais, recebendo as enxurradas vindas da rua do Giz, um tremendo lamaçal tornado impraticável, duas vezes ao dia, nas marés crescentes, para o transporte das mercadorias recebidas do interior, quando toda a comunicação por São Luís se fazia por mar. (LIMA, 2002, p. 24).

Outro aspecto de relevo na região onde foi edificado o conjunto urbano é o fato da área se constituir em um promontório determinado pela foz dos rios Bacanga e Anil na Baía de São Marcos. “Os dois rios, originário do interior da ilha, têm cerca de 8 quilômetros de extensão e determinam a conformação peninsular da faixa onde se instalou o núcleo inicial da cidade de São Luís” (CAFETEIRA, 1994, p. 104). Essa situação geográfica foi fator do desenvolvimento das atividades portuárias que facilitou o escoamento da lavoura mercantil através da capital de São Luís.

A modificação da paisagem geográfica do núcleo urbano inicial só tomará um ritmo maior com o impulso socioeconômico ocorrido na segunda metade do século XVIII, como se tratará detalhadamente adiante, pois o aumento da atividade econômica foi elemento fundamental para o aumento da quantidade e qualidade das construções.

A literatura histórica regional aponta dois importantes ciclos econômicos, responsáveis pelo rápido desenvolvimento da província. O primeiro deles, entre 1780 e 1820, foi baseado na monocultura algodoeira, voltada para o abastecimento das fábricas inglesas nos tempos febris da Revolução Industrial. O segundo é localizado entre os anos de 1850 a 1870, quando o Governo Provincial estimulou a produção açucareira, com a expansão das culturas de cana e a implantação de diversos engenhos (LOPES, 2008, p. 18).

Com isso na segunda metade do século XVIII e no decorrer do século XIX o referido impulso econômico foi responsável pela expansão do núcleo inicial e a consequente alteração da paisagem urbana com formação do conjunto arquitetônico de tipologia lusa em terras antes virgens.

### **3.2. Breviário Histórico**

No período anterior à chegada dos europeus a Ilha de São Luís era habitada por índios, principalmente os tupinambás, do tronco linguístico Tupi, que com suas habitações rústicas não legaram à posteridade elementos de caráter arquitetônico. Os nativos denominavam de *Upaon-Açu* a ilha em sua língua nativa.

A colonização no norte do Brasil pelos Portugueses ocorreu de forma tímida após a descoberta e tomada de posse do novo território ultramarino. As tentativas no decorrer do século XVI de conquista da Capitania hereditária do Maranhão foram mal sucedidas e com isso o território permaneceu sem uma povoação lusa permanente.

Assim, em 1612 uma expedição francesa comandada por Daniel de La Touche, Senhor de La Ravardiére, aporta na Ilha e estabelece contato com os nativos locais. Logo em seguida é iniciada a construção de um forte para a defesa da nova povoação (MEIRELES, 1980, p. 44). A Esse forte foi dado o nome de Saint-Louis, em homenagem ao rei-menino Luís XIII, que futuramente acabou por dar nome não somente a povoação, mas a toda a ilha.

A ocupação da cidade resultou desta tentativa francesa de criar a França Equinocial, estabelecendo-se em torno do Forte de Saint Louis, homenagem ao Rei-Menino Luís XIII, que foi a principal construção francesa deste período e o embrião da principal praça da cidade, hoje denominada D. Pedro II (LOPES, 2008, p.12).

A ocupação francesa logo foi confrontada com a determinação dos portugueses em manterem o controle sobre a colônia. Assim, o Governador Geral do Brasil constitui uma expedição militar para retomar o controle do território. Coube ao capitão-mor Jerônimo de Albuquerque a tarefa de expulsar os francos do Maranhão (MEIRELES, 1980, p. 54).

Essa empreitada contou com importante auxílio de Alexandre de Moura, pois com a liderança do General os franceses foram levados a rendição em novembro de 1615, pouco mais de três anos após a chegada. Alexandre de Moura que “[...] determinou que o Capitão-de-Mar-e-Guerra, Henrique Afonso, com cento e sessenta homens, tomasse o forte de S. Luís. Os duzentos franceses da guarnição, porém, entregaram-na sem luta, no dia 3” (MEIRELES, 1980, p. 63).

Apesar da expulsão dos franceses do território tal fato não significava o fim da ameaça às possessões lusas, sendo necessário garantir o domínio do território recém-conquistado. Deste modo a povoação foi transformada em vila em 1621.

Com o intuito de conseguir manter de forma perene o controle sobre o Maranhão para efetivar o domínio, “foi decidido pela organização do povoamento de São Luís, sendo designado o engenheiro-mor do Estado do Brasil, Francisco Frias de Mesquita para elaboração de um plano de planejamento urbano” (SILVA, 2009, p. 52).

Em seu plano, o engenheiro-mor estabeleceu não só uma fortaleza para garantir a segurança da cidade, que manteve o nome de São Luís, mas também projetou o traçado do núcleo urbano original com uma orientação visando a possível expansão da cidade<sup>53</sup>.

O projeto do traçado urbano de Francisco Frias de Mesquita<sup>54</sup> foi utilizado para a expansão urbana para além do núcleo inicial formado por um centro administrativo (poder político e religioso).

São Luís apresenta em seu centro antigo o modelo da *plaza mayor*, contendo os principais edifícios administrativos: o Palácio dos Leões (antigo Palácio dos Governadores), a Arquidiocese e a Catedral da Sé, principais edifícios religiosos da cidade, o Palácio La Ravardière, sede da Prefeitura Municipal (antiga Casa da Câmara e Cadeia) e já no século XX, mantendo o caráter centralizador dos poderes, recebeu o Palácio da Justiça e a sede do Banco do Brasil (LOPES, 2008, p. 14).

O traçado ortogonal urbano feito no século XVII orientou a expansão do desenho de arruamento e quadras nos séculos seguintes, mantendo ao longo do tempo o projeto original. Para José Antonio Lopes (2008, p. 14) o crescimento da cidade “manteve este modelo urbano nos séculos XVIII e XIX, à medida que se

---

<sup>53</sup> Para garantir e formalizar o domínio português, Jerônimo de Albuquerque, primeiro governador do Maranhão, determinou a organização administrativa de São Luís, quando, entre outras medidas, o engenheiro-mor do Estado do Brasil, Francisco de Frias Mesquita executou, para o desenvolvimento da futura cidade, um plano de arruamento que deveria orientar o seu crescimento e que foi deixado na colônia como norma. Da colônia francesa os portugueses conservaram o agenciamento espacial do núcleo primitivo da cidade, em torno do Forte Saint Louis, e o próprio uso do Forte, além de manterem a localização dos edifícios religiosos construídos pelos gauleses: a Capela de São Francisco e a residência dos padres, onde os jesuítas construíram a Igreja e o seminário de Santo Antônio (LOPES, 2008, p. 13).

<sup>54</sup> Frias de Mesquita, que estudou arquitetura e geometria como Pensionista do Estado em Lisboa entre 1598 e 1602 (VITERBO, 1988, p. 380), adotou em São Luís as *Ordenanzas de Descubrimiento, Nueva Población y Pacificación de las Índias*, de 1573, retiradas das Instruções ou Ordenações Filipinas, as quais, refletiram no campo urbanístico as expectativas renascentistas de beleza, simetria e ordenação racional dos espaços públicos, surgidas a partir da descoberta da perspectiva. (ESPIRÍTO SANTO, 2006, p. 52).



expandiu em direção ao interior da ilha”. Essa expansão ao interior da ilha se deu através do denominado Caminho Grande<sup>55</sup>.

Entretanto, é imperioso destacar que o crescimento da cidade no decorrer do século XVII até a primeira metade do século seguinte foi bastante modesto. Ocorrendo algumas tentativas de fixação de um número maior de habitantes com a chegada de colonos.

Em 22 de novembro de 1641 uma grande esquadra holandesa composta de vinte centenas de soldados atraca de surpresa na enseada do Araçaji promovendo o aumento da presença dos holandeses na América Portuguesa. “Eram dezoito belonaves com dois mil homens a bordo, sob o comando do Almirante Jan Cornelizoon Lichthardt comandante-em-chefe das forças navais batavas no Brasil, secundado pelo Coronel Koin Anderson, comandante das forças de terra” (MEIRELES, 1980, p. 93). A pouca resistência encontrada se coadunava com a acanhada colonização do Maranhão e sua capital, cujo forte era defendido somente por cento e cinquenta homens e uma peça de artilharia (MEIRELES, 1980, p. 94). Os batavos somente foram expulsos em 1644 com a sublevação dos maranhenses.

O pouco crescimento e desenvolvimento, fato este comprovado em 1648 “a população de São Luís, que o capitão holandês Gedeon Morris, estimara em 700 habitantes, reduzira-se a 480, que viviam em casas rústicas, cobertas de palha a maior parte” (CAFETEIRA, 1994, p. 111). O incipiente desenvolvimento pode ser atestado pela elevação, somente no último quartel do século XVII, de vila a condição de cidade, quando da instalação da diocese e posse do primeiro bispo.

O passar dos anos no século XVII não trouxe grande prosperidade para São Luís, chegando a mesma nos primórdios do “século XVIII com pouca notoriedade” (RIBEIRO JÚNIOR, 2001, p. 61).

Este quadro irá sofrer alteração a partir da segunda metade do século XVIII, com o advento da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão<sup>56</sup>. Se até então não somente a cidade de São Luís, mas a própria província tinha pouca importância no âmbito da Colônia, após a implantação da Companhia de

---

<sup>55</sup> “[...] via de ligação deste núcleo urbano com os aldeamentos e vilas do interior, foi consolidado em 1655” (LOPES, 2008, p. 14).

<sup>56</sup> A Companhia Geral do Comércio, que operou regularmente por dois decênios, até ser extinta por D. Maria I em 25/02/1778 (MEIRELES, 1980, p. 195).

Comércio a região passou a deter importância para a Coroa Portuguesa com desenvolvimento da lavoura mercantil.

São Luís tornou-se o “ponto de chegada e partida de mercadorias vindos do além-mar do *hinterland*, respectivamente” (RIBEIRO JÚNIOR, 2001, p. 62). A atuação da Companhia de Comércio no desenvolvimento baseado em produtos primários promoveu o incremento da economia, em especial com o cultivo do arroz e algodão.

Como já dissemos quando nos referimos ao panorama econômico do Maranhão colonial, a Companhia Geral do Comércio do Grão-Pará e Maranhão, instituída pelo Marquês de Pombal em 1755 e que funcionou até 1778, alterou profundamente a vida do estado, abrindo a sua lavoura e seu comércio um período de franco progresso que se traduziu no enriquecimento material e no aprimoramento intelectual da sociedade, e culminaria, já no Império no surgimento de uma elite latifundiária e de uma nobreza rural que concederiam à então província uma posição de primeiro plano no cenário nacional, não só no campo econômico, como no campo político e cultural (MEIRELES, 1980, p. 293).

Corroborando o fato que o desenvolvimento econômico se fez acompanhar no campo material e cultural, inclusive com o aumento e refinamento das construções.

Outrossim, é neste período que começaram a emergir casarões e sobrados azulejados, marcando com traços barrocos a arquitetura local, onde os ricos fazendeiros e os faustos comerciantes residiam, pondo à mostra a pujança econômica de então (RIBEIRO JÚNIOR, 2001, p. 62).

O desenvolvimento econômico contribuiu para a constituição do conjunto de arquitetura de tipologia lusa da capital São Luís, com a expansão de novas vias e logradouros sendo formados. Uma das transformações no espaço urbano ocorre com a formação da Praia Grande, sob o impulso desse desenvolvimento, já que o porto situado no bairro tinha uma importância vital para o transporte de mercadorias, escoamento da produção agrícola e chegada de cativos (VIVEIROS FILHO, 2006, p.60). São Luís muito se beneficiou como corredor de escoamento da produção agrícola do Estado, através do surgimento de um bairro comercial – a Praia Grande – que estava diretamente atrelado às atividades propiciadas pela instalação do porto (VIVEIROS, 1954).

A cidade de São Luís ficou marcada entre outros feitos, pela riqueza de casario antigo, cujo porte vale por verdadeiro patrimônio artístico. Construídos há mais de dois séculos, esses sobrados assinalam a idade de ouro de São Luís, quando a cidade era terra de barões e de nobres, de ricos donos de engenhos, de fazendas e de abastados comerciantes de largas transações no mundo civilizado; quando os maranhenses primavam pelo bom gosto das coisas do espírito e mantinham contato com os mais afastados e cultos centros europeus, justamente porque os eixos de economia local – a sua desenvolvida agricultura, o seu comércio exportador, os seus centros industriais – permitiam contatos diretos e mais rápidos com a Europa do que com o Rio de Janeiro. (SERRA, 1946, p. 121-122)

O Centro Antigo da cidade teve sua malha urbana formada somente em meados do século XVIII, a partir de investimentos advindos dos lucros gerados pelo desenvolvimento da economia agrícola, que proporcionaram a construção de habitações mais requintadas. Os grandes proprietários rurais edificavam suas residências em São Luís, o que explica a grande extensão do conjunto arquitetônico da Praia Grande. Em um interessante estudo sobre as redes familiares que fizeram parte do processo de colonização, a historiadora Antônia Motta ao explorar os inventários *post mortem* constatou que:

Dentre os proprietários rurais identificados, apenas trinta e seis por cento tinham como local de residência suas unidades produtivas rurais. Nos espólios dos outros fazendeiros, constavam a terra rural, os escravos, os instrumentos de trabalho, plantações e nenhuma casa na unidade produtiva. Portanto, quase dois terços dos fazendeiros maranhenses eram absenteístas. [...] Também encontramos inventários de grande, médio e pequenos proprietários rurais que tinham como local de residência a cidade de São Luís. A sobrevivência e a fortuna vinham do campo, mas eles viviam na cidade, próximos ao porto, aos negociantes, em contato direto com o mercado externo. (MOTA; 2007, p. 128, 129)

Muitos proprietários rurais aplicavam seus recursos na cidade, onde residiam, o que nos leva a entender que a construção do casario colonial insere-se nesse contexto. Antonia Motta conclui que é impensável a imagem dos proprietários rurais vivendo isolados no interior do estado, cuidando apenas de suas terras. (MOTA, 2007, p. 70).

O desenvolvimento econômico propiciou não apenas o crescimento habitacional, a partir da afirmação de uma camada social abastada, mas gerou reflexos também em melhoramentos urbanos:

[...] surgiram uma série de melhoramentos urbanos executados ao longo do século XIX: calçamento em diversas ruas, implantação do Cais da Sagração, antigo Passeio Público, hoje Av. Beira Mar, e reurbanização das principais praças da cidade. Além disso sucessivas legislações – os Códigos de Posturas – confirmaram a expansão do modelo urbanístico de Frias em malha ortogonal e com dimensões e larguras pré-estabelecidas para as novas expansões urbanas, que chegaram a ocupar os mesmos limites do Centro Histórico atual (ESPIRÍTO SANTO, 2006, p. 75).

No limiar do século XIX a cidade recebeu nova aparelhagem urbana com a construção do Hospital Militar, inauguração de um teatro, implantação da iluminação a gás, transporte de bondes de tração animal, fazendo São Luís alcançar importância a nível nacional, levando alguns viajantes que por aqui passaram, a tecerem importantes comentários sobre o seu desenvolvimento material. Dentre eles o pastor metodista Daniel Kidder (1815-1891), que ao visitar São Luís em 1840, afirmou:

[...] tem-se a cidade do Maranhão como sendo de melhor construção que qualquer outra no Brasil. Apresenta ela ao visitante um aspecto de progresso como raramente se nota em outras capitais do império. Além disso, são poucas as choupanas e casebres. Nenhuma de suas igrejas é de grande porte ou por demais suntuosa; entretanto, muitas residências são de fina construção, estilo elegante e aparência sólida. As paredes são fortes, construídas de pedra britada e cimento. Conquanto o casario seja denso, a cidade espalha-se por uma grande área (1980, p. 167).

Além das habitações, o bairro da Praia Grande, caracterizava-se pela edificação de vários empreendimentos comerciais como armazéns, açougues, lojas de moda, padarias, tipografias, boticas, etc. Tal formação se deu na metade do século XIX conforme atesta LOPES:

Em 1854, foi criada a Companhia Confiança Maranhense com finalidade de construir um edifício com várias lojas comerciais para serem alugadas, no lugar antes ocupado pela Casa das Tulhas, que era um aglomerado de barracas que não apresentavam na época condições de salubridade. É em torno deste empreendimento que por volta de 1861 a Praia Grande passa a ser uma área de comerciantes abastados (LOPES, 2008, p. 21).

O apogeu da economia maranhense no século XIX possibilitou também o financiamento da educação dos filhos da “nata” na Europa e em outras cidades brasileiras, promovendo a formação de uma elite intelectual formada por uma

geração de escritores célebres, construindo sobre a cidade o epíteto de “Atenas Brasileira”.

A presença mítica da “Atenas” cristalizou no pensamento um ideário de significações das mais variadas possíveis que serviu para os mais diferentes propósitos. Serviu até mesmo para justificar perante o resto do Império Brasileiro no século XIX e para o país no século XX que a província do Maranhão, e depois Estado, ainda tinha sua importância, apesar das ausências de perspectivas econômicas. Portanto, independentemente da qualidade da produção cultural do período, o mito da “Atenas” foi (e ainda é) usado para configurar espaço de legitimidade e legibilidade urbana, tanto por parte da elite política quanto intelectual. O mito também serviu para centrar a literatura maranhense dentro do quadro das letras nacionais. (BORRALHO, 2000, p. 69)

O sistema agroexportador, mesmo com suas deficiências, trouxe relativa estabilidade econômica e gerou prosperidade material e cultural para a cidade de São Luís, o que se refletiu na formação de um conjunto arquitetônico no bairro da Praia Grande, produto do modo de vida requintado dos latifundiários e comerciantes. No entanto, toda essa euforia, sofreu um grande golpe, ainda no século XIX com o declínio da economia algodoeira e o fim da escravidão.

Como elementos de início da crise da lavoura, estariam a súbita baixa de preços do algodão, a Setembrada<sup>57</sup>, a Balaiada<sup>58</sup>, que teriam desorganizado a vida econômica da província em consequência da queda de preço: bancarrota dos pequenos proprietários rurais, além do estabelecimento do comércio europeu direto com Belém que levaria a província à estagnação econômica. (BORRALHO, 2000, p.38)

Além desses fatores que causaram grandes prejuízos para a economia, o fim da Guerra de Secessão, que havia estagnado a economia dos Estados Unidos, fez com que aquele país retomasse a produção e exportação do algodão, suplantando a posição do Maranhão no comércio internacional, além da abolição da escravatura que alterou a dinâmica das unidades produtoras.

---

<sup>57</sup> A Setembrada ocorrida em 1831 foi um movimento antilusitano onde as elites nativas lutavam para afastar os portugueses remanescentes do poder político.

<sup>58</sup> A Balaiada foi um movimento popular ocorrido em 1838-1841 que mobilizou principalmente negros, vaqueiros, camponeses e artesãos na luta por melhores condições de vida.

Nesse contexto a cidade de São Luís adentra o século XX com seu sistema agroexportador debilitado, tirando-lhe do seletivo grupo das principais cidades do Brasil:

O desequilíbrio econômico, conseqüente da Abolição, província escravocrata e agrícola que era o Maranhão, refletir-se-ia com efeitos desastrosos sobre toda a sua vida, política, econômica e cultural; e o estado federado não se poderia manter no nível de projeção em que, em qualquer desses campos, ser pudera salientar durante o Império, entrando, não há como negá-lo, em marcha de decadência [...].

São Luís, que Spix e Martius, no advento da independência, haviam reconhecido ser a quarta cidade do Império em importância, como dissemos, acabaria, nestes últimos anos, por ser excluída, nos compêndios de Geografia do Brasil, do número de cidades principais (MEIRELES, 1980, p. 348).

Diante de tais circunstâncias é que com a *débâcle* da agricultura, os proprietários rurais e comerciantes, tomaram o capital remanescente e fizeram investimentos na indústria, promovendo a formação de um parque fabril, como forma de solucionar a queda das receitas ocasionadas com o fim da escravidão e a desvalorização das propriedades agrícolas. Tal processo está relacionado a transferência de capitais dos setores decadentes para a indústria.

A primeira fábrica de tecidos do Maranhão data de 1883 e localizava-se na cidade de Caxias, região do Itapecuru. Entre 1890 e 1895, outras 14 têxteis entraram em funcionamento no Estado, totalizando um capital realizado de dez mil contos e empregando cerca de três mil empregados. A questão que se coloca não é o porquê do surgimento da indústria têxtil, pois a diversificação do capital comercial no setor de serviços e na formação da indústria leve de consumo é o caminho normal na evolução dos sistemas primário-exportadores. O importante é distinguir as razões da brusca aceleração dos investimentos em curto espaço de tempo. (REIS, 1992, p. 20)

Esse processo de industrialização trouxe mudanças na ocupação do espaço urbano de São Luís que até aquele momento restringia-se ao perímetro do bairro da Praia Grande e adjacências. Com a instalação das fábricas houve um aumento populacional, promovendo a expansão do núcleo urbano para a Camboa, João Paulo e Anil.

Com a consolidação do processo de industrialização teve início a expansão da malha viária e o desenvolvimento dos primeiros bairros suburbanos e

operários, como o Anil, a 9 km do centro, próximo a Fábrica de Tecidos Rio Anil, atual Centro Integrado do Rio Anil (CINTRA), e o aparecimento dos núcleos habitacionais fabris, no entorno das fábricas Camboa e Santa Isabel. Em termos regionais foi implantada em 1921 a Estrada de Ferro São Luís-Teresina, que garantiu importante corredor de comunicação com o interior maranhense (ESPÍRITO SANTO, 2006, p. 76-77).

As transformações nas estruturas econômicas que se processam na virada do século, de certa forma, acabam ocasionando mudanças na dinâmica habitacional do Centro Antigo no decorrer dos decênios iniciais do século XX. Ocorre o abandono de vários casarões que passam a ser ocupados por pessoas com menos poder aquisitivo, causando a deterioração dos imóveis.

Nos anos 30, o núcleo primitivo da cidade, com seu porto comercial, já não é lugar “saudável” para famílias abastadas, que se transferem, com a substituição de antigos casarões por edificações novas, para os bangalôs, as quintas e chácaras, residências que cumpriam as exigências da legislação sanitária em vigor (LOPES, 2008, p. 27).

Nas décadas seguintes parte do Centro Antigo tendeu a sofrer uma desvalorização por causa dos hábitos e costumes dos novos residentes. Os antigos moradores de renda elevada se deslocaram para novos logradouros da cidade, como o bairro do Monte Castelo ao longo da Avenida Getúlio Vargas. (ESPÍRITO SANTO, 2006, p. 77).

### **3.2.1. Intervenções Urbanísticas no Centro Antigo**

Até as primeiras décadas do século XX, o casario de tipologia lusa permaneceu praticamente inalterado. Contudo, a manutenção física daquela arquitetura tornou-se um problema ao mesmo tempo em que discursos de modernização passaram a criticar a tipologia urbanística, considerando inadequada aos padrões de higienização patenteados pelo saber médico. “O plano de extensão da cidade e do alargamento de suas ruas são necessidades exigidas pela hygiene, pela esthetica e pelos interesses comerciais” (CANTANHEDE, 1902, p. 134).

O médico Victor Godinho que viera a São Luís para combater a epidemia de peste bubônica reinante entre os anos de 1903 e 1904, se referia à disposição dos imóveis do centro antigo que eram mal projetados, impedindo a circulação do ar nos interiores das casas, sendo considerado um fator de proliferação de epidemias.

Em matéria de construções notam-se aqui graves defeitos. O código de posturas municipais não se preocupava senão da estética das ruas, de sorte que exigia apenas para as construções novas uma planta da fachada, e deixava aos proprietários a mais inteira liberdade de comprometer a higiene domiciliar como bem lhes parecesse.

O resultado é que agora as casas ocupam, mesmo fora dos centros comerciais, quase toda a área do terreno. Os prédios não recebem arejamento senão pela frente e pelos fundos, e deste lado mesmo somente quando algum outro prédio ou muro divisório não protesta contra esse preceito higiênico.

As casas são quase todas edificadas com a continuidade de uma fileira de batalhão (GODINHO, 1904, p. 128).

Ademais, a visão médico higienista que vigorou nos primeiros anos da República fez-se sentir através das intervenções que se promoviam nos grandes centros urbanos, caso do Rio de Janeiro, que sofrera vários surtos epidêmicos e acabou protagonizando uma reforma urbana<sup>59</sup> alterando radicalmente o traçado de suas ruas e o aspecto urbano.

A institucionalização da saúde como um bem público concorreu para o planejamento de intervenções no conjunto urbano do centro da cidade visando adaptá-la às condições sanitárias requeridas pelos médicos higienistas.

Outra questão a ser considerada nesse contexto é como as elites passaram a conceber o padrão arquitetônico dos prédios históricos. Com a febre das reformas urbanas em vigor nos grandes centros desde o século XIX, alguns articulistas lançavam críticas sobre a conservação daqueles padrões:

No Maranhão, porém, são sempre os edifícios acanhados e pobres, sem os requisitos da arte, sem material de importância, sem ornamentação pomposa, sem decoração alguma; (...) Construídos de *incertum* são todos os nossos templos que obedecem a um só modelo e todos os nossos edifícios, assemelhando-se muito uns com os outros, parecem feitos pelo mesmo artista, ao mesmo tempo e na mesma fôrma. (...) O espírito de imitação dos nossos homens aí está patente nas suas habitações, assim

---

<sup>59</sup> Em 1902 o prefeito Pereira Passos buscou operar uma reformulação urbana no Rio de Janeiro com uma ampla reforma urbana que alterou decisivamente o traçado urbano da cidade abrindo largas avenidas (AZEVEDO, 2015).



como o seu desprezo pelo belo, a sua pobreza, a sua pouca orientação estética e a sua índole pacífica. (A Campanha 08/05/1903)

A partir da década de 1930 o discurso de modernização assume uma forma mais incisiva, com as autoridades políticas considerando o conjunto arquitetônico do centro antigo um entrave ao progresso e à mudança. A nomeação de Paulo Martins de Souza Ramos como interventor federal do Maranhão em 1936, endossou essa perspectiva, levando aquele gestor a reforçar a ideia de que a preservação do conjunto arquitetônico era sinônimo de atraso econômico, social e cultural da cidade, bem como um obstáculo para a evolução urbana. (IPHAN, 2007, p. 59).

A implicância em transformar a paisagem urbana era amparada pelo surgimento de nova legislação em 1927 que justificava a necessidade de preparar a cidade para o progresso advindo com as novas tecnologias disponíveis na época.

O período imediatamente anterior à Revolução de 30 é caracterizado pela qualificação dos serviços públicos, o que estava fundamentado na Lei Orgânica dos Municípios, aprovada em 1927, nas operações de remodelação de prédios públicos e na política de melhoramentos urbanos. O objetivo dos *melhoramentos urbanos* era dotar a cidade de infra-estrutura viária e de espaços públicos adequados às novas tecnologias de transporte, os automóveis, de serviço – energia elétrica – e de construção, com o uso de cimento e concreto armado, com a transformação parcial, das condições das estruturas existentes (LOPES, 2008, p. 27-28).

A força da lei serviu para o Estado legitimar as intervenções urbanísticas no centro antigo, provocando relativas mudanças em seu traçado e em sua paisagem arquitetônica. Esse contexto de intervenções causou prejuízos irreparáveis para o patrimônio público. O imóvel denominado de Palácio dos Holandeses, velho casarão centenário que supostamente teria servido de alojamento para os holandeses na época em que dominaram a cidade, localizado na cercania da atual praça Benedito Leite foi demolido dando lugar a construção do Hotel Central (LOPES, 2008, p. 30).

Outra perda significativa foi a Igreja da Imaculada Conceição dos Mulatos<sup>60</sup>, destruída para permitir o alargamento da rua onde estava localizada, facilitando a passagem do bonde elétrico recentemente implantado. Substituíam-se uma construção histórica, porém ultrapassada, para dar lugar ao bonde que naquele momento era sinônimo do progresso.

Uma intervenção que alterou profundamente o traçado do centro antigo foram as obras de alargamento da Rua do Egito e a remodelação urbanística do Largo do Carmo e da Praça João Lisboa, ensejando profunda modificação na área com a demolição de vários prédios antigos.

De uma só vez dezenas de exemplares da arquitetura tradicional luso-brasileira foram demolidos, em uma obra que cortava todo o centro da cidade, praticamente ligando o Rio Anil ao Bacanga. Para tanto, além da abertura de uma avenida que cortasse na diagonal várias quadras existentes (Av. Magalhães de Almeida), fez-se o alargamento e alinhamento da Rua do Egito, ou Tarquínio Lopes. Na esteira da abertura da Avenida Magalhães de Almeida, em 1941, a prefeitura promove a reurbanização do Largo do Carmo e da Praça João Lisboa, há algum tempo reclamada pelos formadores de opinião. (LÓPES, 2008, p. 31).

No período a imprensa escrita ao reproduzir a lógica de modernização vigente em outras cidades, publicava vários editoriais condenando a arquitetura de tipologia lusa e defendendo transformações urbanísticas. “Quasi todas as Capitaes brasileiras estão obedecendo à nova divisa lançada pelos urbanistas americanos: - Para o alto! E os arranha-céus aparecem nessas cidades, na sua imponencia de “elephantes cinzentos”, como foram alcunhados pelo vulgo” (DIÁRIO DO NORTE. 26/04/1939. A cidade, p. 08).

O periódico defendia a substituição dos velhos casarões por altos edifícios, os “arranha-céus”, verdadeiros símbolos da arquitetura urbanística do estilo de vida americano. Essa ideia de mudança rumo ao progresso partiu da influência estadunidense muito difundida em São Luís através da mídia e dos filmes. Com a inauguração das primeiras salas de cinema em fins da década de 1930 os ludovicenses passaram a conhecer o estilo de vida americano, com suas ruas alargadas, arranha-céus modernos e automóveis, expressando os avanços da

---

<sup>60</sup> Construída no século XVIII e localizada na esquina das Ruas Grande e de São Pantaleão, a Igreja foi demolida em 1939, causando indignação social na cidade: “A decisão de arrasar a igreja comoveu a cidade, que protestou com a veemência permitida pelos rigores policiaescos do Estado Novo [...]” (MORAES, 1995, p. 75).

tecnologia e da engenharia, descritos nas telas. Os jornais da época costumavam publicar notícias de Hollywood (LOPES, 2004, p. 50-51). Esse contexto gerava expectativas de que São Luís pudesse se transformar num grande centro urbano moderno.

Mesmo com a degradação que ocorreu no conjunto arquitetônico importa saber que a transformação do Largo do Carmo num conjunto de arranha-céus não se concretizou, frustrando os desejos daqueles que defendiam a destruição da arquitetura colonial.

Somando-se ao empenho de gestores públicos e jornalistas na construção de uma nova ordem urbanística, havia o arruinamento dos casarões por falta de manutenção dos proprietários. Além da ação de particulares, principalmente empresários que modificavam a arquitetura dos prédios visando adaptá-los como empreendimentos de comércio e serviços.

Associada a essa expansão urbana intensificou-se o processo de descaracterização da arquitetura do centro histórico, onde a estrutura interna de vários prédios sofreu alterações para facilitar o funcionamento de lojas, que se instalavam na parte inferior de antigas residências, descaracterizando as fachadas. Além disso, um processo de crescimento vertical trouxe maior descaracterização ao patrimônio da cidade (IPHAN, 2007, p. 60).

Sob o influxo desses acontecimentos, temos a saída gradativa dos moradores mais abastados do centro antigo, não obstante, a expansão da cidade para outros eixos, os imóveis coloniais sofreram uma desvalorização, pessoas de baixa renda passaram a habitá-los e algumas zonas do Desterro e Praia Grande tornaram-se pontos de prostituição legalizada pelo governo<sup>61</sup>. No decorrer dos anos, muitos sobrados transformaram-se em boates, bares, cortiços e casas de pensão. (LOPES, 2008, p. 32-33).

Foi esta mudança nos eixos de expansão da cidade que, em parte, deu início ao processo de desvalorização da área central, que foi sendo

---

<sup>61</sup> Na bibliografia disponível acerca da ZBM, normalmente se faz referência a sua criação, no início da década de 1940, durante a Interventoria de Paulo Ramos no Maranhão, embora nenhuma das obras por mim consultadas apresente documentação indicativa do momento preciso dessa institucionalização e dos motivos que levaram a sua efetivação especificamente nesse local (FERREIRA, 2005, p. 27).

ocupada pela população de renda mais baixa, dando origem à formação dos atuais cortiços no Centro Histórico, demonstrando que a utilização de materiais e técnicas construtivas, as diferentes formas de ocupação, uso e intervenção nos imóveis ao longo do tempo são reflexos diretos do momento sócio-econômico vivido pela cidade (ESPÍRITO SANTO, 2006, p. 78).

No bairro da Praia Grande considerado a área mais nobre da cidade, houve diminuição de seu uso enquanto local de moradia pelas famílias abastadas, nesse período, conforme assevera Mário Meireles.

[...] a esse tempo nenhuma família continuava residindo nos sobradões da Rua do Trapiche, que apenas serviam de sede a armazéns, lojas e escritórios, e que muitas, e das melhores, já moravam naquelas ruas da cidade alta, inclusive na distante Rua dos Remédios" (MEIRELES, 1980, p. 50).

Assim, com essa alteração, ocorre gradativamente a expansão das construções em novos pontos da ilha, inclusive pela vinda de pessoas oriundas de municípios do interior do Estado.

É notório que, durante o trintenário de 1940 -1970, São Luís abrigou parcela crescente da população migrante do campo, o que fez espaiar-se urbanisticamente, como dito em passagem anterior. Desarte, é entre o final dos anos 60 e por todo o desabrochar da década setentista que a capital timbireense, nascida em meio à disputa colonialista travada entre gauleses e lusitanos, adquire um novo traçado urbano. Suas fronteiras expandem-se rompendo o bloqueio do corredor reespecializante a construção da ponte José Sarney, inaugurada em 1970, que encurtaria o caminho da cidade para as praias, enobrecendo uma vasta área do seu território, e a edificação da barragem sobre o rio Bacanga, também concluída no ano de 1970. (RIBEIRO JÚNIOR, 2001, p. 89)

O aumento populacional que resultou da migração campo-cidade promoveu alterações urbanas delineadas na expansão da cidade em dois sentidos. Ao norte ocorreu a formação de uma nova área nobre e a sudoeste uma área de ocupação por pessoas de baixa renda na década de 1980 até o presente<sup>62</sup>. O esvaziamento populacional não ocorreu de forma homogênea. Enquanto na Praia

---

<sup>62</sup> Ao norte pode-se citar o Renascença, Calhau e Olho D'água como locais de pessoas com maior poder aquisitivo. Já ao sudoeste da cidade refere-se ao Anil, Cidade Operária e adjacências.

Grande o processo foi mais intenso, no Desterro uma parcela dos imóveis se manteve para uso residencial de famílias<sup>63</sup> (FERREIRA, 2005, p. 31).

Em meados do século XX o núcleo urbano inicial de São Luís ainda não era considerado um bem cultural, mas ao contrário, as edificações centenárias perfaziam o cenário do Centro Antigo da cidade. Somente nas décadas seguintes ocorrerá uma mudança valorativa nesse espaço urbano como será apresentado na próxima seção.

### 3.3. Tombamentos *versus* degradação

Em relação a situação de abandono de casarões, gradativamente ocorre uma valorização do bairro da Praia Grande. Essa modificação é o que pode ser denominado de processo de institucionalização do referido espaço como bem patrimonial. A partir de uma mudança de concepção é que o poder público e a sociedade (mais precisamente pesquisadores e jornalistas), passam a dar mais importância ao conjunto arquitetônico. De acordo com Lopes, esse processo surgiu da iniciativa de alguns intelectuais:

As idéias preservacionistas, em São Luís, surgiram e ganharam importância fora do âmbito do poder público, a partir do olhar dos intelectuais interessados nos “vestígios” da história da cidade, que ganhou um novo status, uma nova identidade, a ser defendida e preservada: *São Luís, Cidade Colonial* (LOPES, 2008, p. 45).

A participação de intelectuais na defesa da arquitetura colonial se destacou, na medida em que pela metade do século XX, a cidade de São Luís insistia em resguardar o status de Athenas Brasileira, pois naquele período ainda contava com uma geração de escritores, alguns denominados novíssimos atenienses, muitos deles reconhecidos nacionalmente. No meio desse “pantheon”,

---

<sup>63</sup> Para melhor compreensão de processos e movimentos de identificação entre moradores do Desterro, sugere-se a leitura da dissertação: Tudo é Desterro? Construção e desconstrução de regiões no Centro Histórico de São Luís.

Raul de Azevedo jornalista e literato, membro da Academia Maranhense de Letras, protestou categoricamente contra as ideias de modernização da Praia Grande:

São Luís do Maranhão é toda uma tradição e seu aspecto é colonial. Típicas são as suas construções, como o próprio traçado das suas ruas. Aqueles sobrados feitos de pedras atestam, – lembrava certo jornalista – nas linhas caprichosas das fachadas, o sentimento artístico dos nossos antepassados. Era a cidade dos azulejos. E houve uma ânsia criminosa de se modernizar, de matar até a feição histórica da bem amada cidade de São Luís! Precisamos reagir contra essas inovações fúteis, que assassina a estética, a arte, a tradição, a própria sensibilidade. (AZEVEDO, 1948, p. 29-30)

A atuação de intelectuais na defesa do casario colonial se destacou e foi importante na elaboração de leis que instrumentalizassem a preservação do patrimônio, assim como a criação de instituições preservacionistas:

Aos intelectuais locais e, particularmente, à atuação de Antonio Lopes da Cunha deve-se a fundação de instituições preservacionistas como o Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão (1925), a conservação da Igreja Matriz de Alcântara (1927), a discussão de instrumentos legais de preservação para o município (1936), a articulação com o Museu Nacional e o SPHAN (década de 30), e orientações para os primeiros tombamentos federais na cidade (1940). Estes intelectuais também organizaram a primeira instituição local de defesa do patrimônio cultural, a Comissão de Patrimônio e Artístico Tradicional de São Luís, e o Decreto nº 476 (1943), que proibia a demolição de sobrados e casa com mirante ou azulejos nas fachadas (LOPES, 2008, p. 45-46).

A partir desse processo o governo federal, tombou vários monumentos isoladamente, sendo os primeiros em 1940, a Capela de São José das Laranjeiras e o Portão Armoriado da Quinta das Laranjeiras (LOPES, 2008, p. 46). No período entre 1940-1963 e no período entre 1974-1987, totalizaram dezesseis processos de tombamento<sup>64</sup> (ANDRÉS, 1998).

Os tombamentos de conjuntos urbanos em São Luís só foram efetuados na década seguinte. “Só em 1955 ocorreram os primeiros tombamentos de conjuntos urbanos em São Luís, pelo governo federal” (LOPES, 2008, p. 46). Além dos processos de tombamento feitos pelo governo federal, em nível local, o poder

---

<sup>64</sup> No Anexo A, encontra-se a relação dos tombamentos efetuados pelo governo federal e estadual. A lista se encontra em ordem cronológica e fornece alguns dados sobre a inscrição dos bens.

público também começava a despertar para a necessidade de salvaguarda do casario com arquitetura de tipologia lusa.

Preocupado com a preservação da herança arquitetônica de São Luís, o prefeito da cidade, Pedro Guimarães Pinto, começou a solicitar tombamentos para algumas edificações ainda em 1954, alegando sempre a importância daquele conjunto arquitetônico para a memória colonial da cidade e também do Brasil. Na maioria de suas correspondências o prefeito aponta para o constante perigo da especulação imobiliária que ameaçava os sobrados e ruas do centro antigo de São Luís (IPHAN, 2007, p. 60).

Se a manutenção do conjunto arquitetônico e paisagístico do centro antigo de São Luís começava a despertar a atenção do órgão nacional de proteção do patrimônio através dos tombamentos individuais e a partir de 1955 de conjuntos urbanos, o acervo de arquitetura colonial também começava a ganhar evidência com o trabalho de pesquisadores como Dora Alcântara.

### **3.3.1. O tombamento federal do conjunto arquitetônico e paisagístico**

Essa mudança valorativa sobre o casario colonial teve início com atuação de Raimundo Lopes<sup>65</sup> que desde as primeiras décadas do século XX, já fazia pesquisas históricas sobre as construções coloniais, identificando os bens que constituiriam o patrimônio, visando o desenvolvimento de ações preservacionistas.

Pioneiro, Raimundo Lopes escreveu sobre 'Os Fortes Coloniais de S. Luiz' na Pacotilha (S. Luiz do Maranhão, de 05/08/1917), sobre 'Alcântara', no periódico carioca Revista da Semana (de junho de 1924)<sup>66</sup> e, na mesma revista, em janeiro de 1925, sobre o 'Cemitério dos Tamarindeiros', na cidade de Viana. (LOPES, 2004, p. 62)

Sua atuação prova que apesar dos discursos modernizadores, já havia quem levantasse a bandeira da preservação do patrimônio. Em 1937 marcou

---

<sup>65</sup> Raimundo Lopes (1894 – 1941) é natural da cidade de Viana, no interior do estado do Maranhão. Sua formação acadêmica foi em Letras. Fez diversos estudos nas áreas de: história, sociologia e questões arqueológicas.

presença na edição de estreia da Revista do SPHAN com o texto “A Natureza e os Monumentos Culturais”. José Antônio Viana Lopes afirma sobre o texto de Raimundo Lopes que o mesmo: [...] traça um panorama das cidades históricas da época e defende a proteção aos sítios arqueológicos na Ilha de São Luís, os sambaquis, listando, ao final, dez requisitos gerais para a preservação (LOPES, 2004, p. 63-64).

Com as pesquisas desenvolvidas por intelectuais e somando-se a ação do SPHAN, "promovendo alguns tombamentos na cidade, uma nova perspectiva começava a se vislumbrar para a manutenção do conjunto arquitetônico do centro antigo" (SILVA, 2009, p. 79).

Na década de 1950, a arquiteta e pesquisadora Dora Alcântara<sup>66</sup>, iniciou uma pesquisa com o intuito de produzir um inventário sobre a arquitetura e os azulejos<sup>67</sup> da cidade. Quando esteve em São Luís para o desenvolvimento da pesquisa, captou um sentimento de aversão à arquitetura colonial. Essa percepção de Dora Alcântara ocorreu com a difusão da ideia muito propagada de repulsa às construções antigas.

O horror ao antigo que fora tão difundido na década de 1930, e que fundamentou as intervenções urbanísticas da década de 1940, foi observado por Dora Alcântara em 1959, em um parecer sobre um possível tombamento em São Luís. Embora o relatório da arquiteta tenha sido bastante detalhado, a demarcação dos limites para área de tombamento federal foi feita pelo arquiteto português, consultor da Unesco, Viana de Lima, em 1973, e no ano seguinte o IPHAN tombou o conjunto histórico de São Luís, que incluía alguns itens do tombamento individual, realizado anteriormente, como as Praças Benedito Leite e João Lisboa (IPHAN, 2007, p. 61).

Apesar da aversão ainda presente sobre os imóveis coloniais, gradativamente o poder público passou a uma atuação mais incisiva visando a proteção do patrimônio. Esse interesse não surgiu repentinamente de uma consciência do valor do conjunto arquitetônico. Foi determinante a vinda de enviados da UNESCO.

---

<sup>66</sup> Na parte final do estudo intitulado, Azulejos Portugueses em São Luís do Maranhão, que fez sobre a arquitetura de São Luís, a arquiteta Dora Alcântara concluiu que existiam vários sobrados a serem preservados, principalmente os que incluem mirantes e revestimento de azulejos.

<sup>67</sup> Em 1943 um decreto municipal proibiu a demolição e reforma de casas com mirantes ou revestidas com azulejos.



Pesquisadores estrangeiros especialistas em patrimônio chegam a São Luís para propor soluções de preservação ao conjunto arquitetônico e urbanístico. Dentre eles, Michel Parent, que foi enviado em 1966 a pedido do governo estadual. Organizou uma lista de recomendações para a preservação do casario colonial, sem que se tenha notícia de que tais recomendações foram seguidas. Alguns anos depois, chega a São Luís o arquiteto português Viana de Lima, que assim como Michel Parent elaborou um plano de preservação, o que também não foi posto em prática. A vinda destes pesquisadores não foi suficiente para convencer as autoridades competentes sobre a necessidade de se adotarem medidas cabíveis para a preservação daquele conjunto arquitetônico (ANDRÈS, 1998, p. 54-56).

Ainda assim, a presença destes pesquisadores serviu para influenciar as autoridades federais no que tange o valor do conjunto colonial. Seus trabalhos indicavam que o centro antigo da cidade possuía inestimável valor histórico e que no demais deveria ser reconhecido como patrimônio, mas que sofria grave situação de abandono.

Consciente da importância do patrimônio cultural maranhense e das ameaças crescentes, o Governo Federal, através do então IPHAN/MEC, determinou o tombamento federal de vários conjuntos urbanos e monumentos históricos em São Luís, totalizando dezesseis processos de tombamento, no período de 1940 – 1963 e (provavelmente alertado pelos relatórios de M. Parent e Viana de Lima) no período de 1974 – 1987 (ANDRÈS, 1998, p. 56).

Diante dessas ações isoladas dos pesquisadores, somente na década de 1970 é que o Estado promoverá uma ação de importante ressonância, através da criação de um órgão específico para a gestão dos bens patrimoniais. O Departamento de Patrimônio Histórico, Artístico e Paisagístico do Maranhão – DPHAP-MA, criado através do decreto-lei nº. 5.069, de março de 1973 o qual tinha a incumbência de ser o gestor responsável pela preservação do acervo histórico, arquitetônico e paisagístico do Maranhão.

Cumprir destacar que a atuação do DPHAP-MA foi importante para o planejamento e execução das ações do poder público estadual, vindo a somar esforços em prol do patrimônio com seu congêneres federal que já atuava no Estado. “A ação do DPHAN no Maranhão foi motivo de debate em vários jornais, onde se

exaltava a importância da preservação para a consolidação da identidade nacional e manutenção dos valores éticos e sociais” (IPHAN, 2007, p. 61).

No ano que se seguiu à criação do DPHAP-MA, o IPHAN<sup>68</sup> consolidou a sua política de proteção do patrimônio através do tombamento do conjunto arquitetônico do centro antigo de São Luís, consubstanciado pelos bairros da Praia Grande, Desterro e Ribeirão, integrando áreas já tombadas anteriormente.

Segundo pesquisa da historiadora Kátia Bogéa<sup>69</sup>, as políticas de preservação na cidade de São Luís seguiram o seguinte roteiro:

O tombamento do conjunto arquitetônico e Paisagístico da cidade de São Luís ocorrido em 1974 foi realizado pelo IPHAN em etapas sucessivas. Num primeiro momento tombaram-se monumentos isolados: o prédio da Academia Maranhense de Letras, o Sobrado da Avenida D. Pedro II, n.º 199, e a Fonte do Ribeirão. Posteriormente os conjuntos arquitetônicos e Paisagísticos do Largo do Desterro, Praça Benedito Leite, Praça João Lisboa, e finalmente o conjunto arquitetônico e Paisagístico da cidade de São Luís na forma como se apresenta hoje (2005, p. 27).

A possibilidade de vislumbrar uma efetiva manutenção do conjunto arquitetônico tombado somente foi possível após um amplo programa de revitalização do agora Centro Histórico de São Luís, colocando-o como um bem patrimonial de valor excepcional.

Uma política mais efetiva de preservação do Centro Histórico foi posta em prática no final da década de 1970 durante o governo de João Castelo Ribeiro Gonçalves (1979-1982), sendo incluída na lista de prioridades daquela gestão e organizando uma equipe técnica, sob a coordenação da SEPLAN-MA, conforme destaca ANDRÉS:

Sistematizar e elaborar pesquisas, estudos, projetos, promover a divulgação dos trabalhos e a articulação junto à comunidade, aos diversos níveis do governo e segmentos organizados, preparar e acompanhar propostas de

---

<sup>68</sup> De acordo com sua própria historiografia, em 1970, o SPHAN passou a denominar-se Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). (FONSECA, 2005).

<sup>69</sup> Kátia Santos Bogéa é graduada em História pela UFMA e especialista em Historiografia Nacional e Regional. Foi Superintendente do IPHAN no Maranhão entre 27.06.2003 e 27.10.2015. Esta unidade executiva possui jurisdição sobre o Estado do Maranhão e tem como unidade vinculada o Escritório Técnico II de Alcântara. Em 07.06.2016 foi nomeada Presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN.

financiamento e captação de recursos financeiros e supervisionar a execução de obras para a revitalização e preservação do Centro Histórico de São Luís (1998, p. 56).

No início da década de 1980, devido a ampla dimensão do Centro Histórico de São Luís<sup>70</sup> e aos limitados recursos disponíveis para intervenções imediatas em todo o conjunto arquitetônico, as intervenções urbanísticas de revitalização se concentraram em pontos específicos da Praia Grande.

Essa área possui atividades comerciais, institucionais, portuárias e residenciais; tem a Feira da Praia Grande, as repartições públicas, os becos e escadarias, as ruas de pé-de-moleque e as pedras de cantaria abriga tipos populares como o mascate, o ambulante, o raspadinho, o feirante, o vendedor de bilhetes, o engraxate, o carroceiro e o seu jegue, e inúmeros outros. É um local de grande riqueza histórica, digna de atenção e aprofundamento, e para o qual se estabeleceu o Subprograma de Obras da Praça do Comercio, cuja primeira etapa foi implantada no período de 1981 e 1982, com a realização das obras da Feira da Praia Grande, Albergue, Beco da Prensa, Praça da Praia Grande e obras de urbanização em geral, representando investimentos da ordem de 2,5 milhões (ANDRÈS, 1998, p.85).

As obras de revitalização referentes ao Projeto Praia Grande<sup>71</sup> passaram por momentos distintos durante o seu desenvolvimento. Uma primeira etapa que se inicia de 1979 se estende até 1982. Neste período ocorreram os debates que propiciaram o surgimento do Projeto Praia Grande e o início das intervenções urbanísticas no sítio histórico (ANDRÈS, 1998). O decorrer deste período coincide cronologicamente com o transcurso do governo João Castelo.

Entretanto, na segunda etapa dos trabalhos de revitalização do Centro Histórico, que transcorrem durante o mandato do governador Luís Alves Coelho Rocha (1983 – 1987), há praticamente uma interrupção das obras de revitalização que vinham sendo desenvolvidas pelo Governo do Estado, alegando-se falta de recursos financeiros (ANDRÈS, p.86).

---

<sup>70</sup> Aproximadamente duzentos e cinquenta hectares com mais de três mil e quinhentas edificações (ANDRÈS, 1998).

<sup>71</sup> As diversas intervenções feitas no Centro Histórico podem ser divididas em cinco etapas. A primeira de 1980 a 1982, a segunda de 1983 a 1987. Essas duas fases iniciais vão da constituição do Projeto Praia Grande até o período em que houve praticamente uma paralisação das obras. De 1987 a 1990, há a terceira etapa, sendo que neste momento os projetos de intervenções urbanísticas são retomados com o epíteto de Projeto Reviver. No período de 1990 a 1994, há uma quarta etapa e por fim a partir de 1995 uma quinta etapa. (ANDRÈS, 1998).

Por sua vez, o grupo de trabalho do Projeto Praia Grande, adequando-se ao momento de escassez de verbas em valores adequados para a sequência do trabalho urbanístico que vinha sendo efetivado no período anterior, decidiu enveredar seus esforços para atividades de pesquisa<sup>72</sup>.

Em que pese às dificuldades oriundas devido à escassez de recursos, no decorrer desta segunda etapa o Governo do Estado do Maranhão, através do decreto estadual de nº. 10.089 promulgado em seis de março de 1986, fez o tombamento de uma área com aproximadamente 160 hectares, que além de englobar o mesmo espaço já tombado pela União em 1974, acrescentava zonas que não eram tombadas em nível federal<sup>73</sup>. Andrés destaca a criação da zona de tombamento estadual.

Coroando as medidas de caráter político e institucional, o Governo do Estado, na gestão de Luiz Rocha e por recomendação do Conselho Estadual de Cultura, criou, através do Decreto nº 10.089, (06/03/86), a Zona Tombada Estadual, estabelecendo medidas de proteção para uma área urbana de cerca de 160ha, englobando cerca de 2.500 imóveis, zona esta de entorno e lindeira à zona tombada federal, assegurando-se assim maiores condições de intervenção ordenada e proteção aos bens culturais inseridos tanto no perímetro estadual, quanto no perímetro de tombamento federal (ANDRÉS, 1998, p.65).

O perímetro do tombamento estadual com seus 160 hectares englobava na totalidade a área de proteção federal definida em 1974 e praticamente toda a região do centro da cidade de São Luís.

O conjunto tombado corresponde aproximadamente a dois terços da área dos onze bairros, abrigando 5.607 imóveis preservados por Legislação Federal e Estadual. São 978 imóveis inseridos na área de proteção federal, de 60 hectares, e 4.629 imóveis na área de proteção estadual, de 160 hectares. Toda área é classificada como Zona de Proteção Histórica – ZPH

---

<sup>72</sup> Realização de uma pesquisa socioeconômica da população residente no Centro Histórico; Projeto de Microfilmagem e Transcrição Paleográfica dos Livros da Câmara de São Luís dos séculos XVII, XVIII e XIX, em convênio com o CNPQ, sendo descobertos de 166 volumes dos Livros da Câmara de São Luís (arquivos do Conselho Municipal) de 1646 a 1900, antes considerados perdidos; Projeto Embarcações do Maranhão, através do convênio FINEP/SEPLAN-MA, no intuito de recuperar técnicas de construção navais artesanais do Estado; Projeto Sítio do Físico, também através do convênio FINEP/SEPLAN-MA, visando garantir salvaguarda do conjunto de ruínas de arqueologia histórica. (ANDRÉS, 1998).

<sup>73</sup> Ainda em 1986, foi instituída uma Comissão do Patrimônio Histórico de São Luís, composta por órgãos responsáveis pela gestão do patrimônio a nível federal, estadual e municipal. Referida comissão tem a atribuição de analisar as políticas públicas para o Centro Histórico.

pela atual Legislação Urbanística Municipal e, legalmente, o tombamento estadual engloba e também protege a área federal de preservação (ESPÍRITO SANTO, 2006, p. 89).

A terceira etapa de intervenções no Centro Histórico inicia-se em 1987, no período em que o maranhense José Sarney ocupava a Presidência da República. Nesta fase houve a retomada do aporte de novos recursos financeiros no intuito de se restaurar a Praia Grande em sua totalidade.

Esse período representou uma retomada dos investimentos no bairro da Praia Grande, que foi inteiramente recuperado. Foram beneficiados 10,7 km<sup>2</sup> de área urbana (tombada pelo Patrimônio Histórico Nacional), abrangendo 15 quadras e 200 edificações (ANDRÉS, 1998, p. 88).

Por essa época, o Estado era governado por Epitácio Cafeteira Afonso Pereira, que vislumbrou nas obras de revitalização do Centro Histórico uma grande oportunidade para obtenção de dividendos políticos. Desta feita, vinculou a sua gestão a esse novo momento de investimentos, ao renomear o Projeto de revitalização e preservação do Centro Histórico (antigo Projeto Praia Grande). As efetivas intervenções urbanísticas visavam a revitalização do patrimônio histórico e passaram a ser denominadas de Projeto Reviver<sup>74</sup>. Apesar das obras se concentraram na Praia Grande, houve também pequenas ações em outras áreas do centro.

As obras empreendidas aos poucos foram modificando o cenário urbano da Praia Grande tornando um lugar pouco agradável em um espaço de lazer e entretenimento.

Cumprido destacar que nesse período, procedera-se à recuperação da infraestrutura urbana da área, com obras de saneamento básico, reforma de praças e jardins, alargamento de calçadas, no intuito de se resgatar o aspecto original através de documentação fotográfica do século XIX<sup>75</sup>.

---

<sup>74</sup> A partir desta data o bairro da Praia Grande, tomado como primeira etapa, foi literalmente transformado em um canteiro de obras. A área em questão abrange dez hectares e quinze quadras e envolve cerca de 200 edificações. (O ESTADO DO MARANHÃO, 08/09/89, Alternativo, p. 1).

<sup>75</sup> Houve ainda, a criação de vias exclusivas para pedestres e estacionamentos periféricos, instalação de um sistema de hidrantes e a restauração do Convento das Mercês, da Fábrica Cânhamo e de galpões antigos que foram transformados em um centro cultural (ANDRÉS, 1998, p. 88-90).

Esse período representou uma retomada dos investimentos no bairro da Praia Grande, que foi inteiramente recuperado. Foram beneficiados 10,7 Km<sup>2</sup> de área urbana (tombada pelo Patrimônio Histórico Nacional), abrangendo 15 quadras e 200 edificações com as seguintes intervenções: Recuperação integral da infra-estrutura urbana com a renovação das redes de água, esgoto e drenagem. Estas obras ensejaram o descobrimento das galerias subterrâneas com mais de 200 anos de existência. Construção das novas redes subterrâneas de energia elétrica e telefonia, que permitiram a retirada definitiva dos pesados postes de concreto, transformadores e do emaranhado de cabos que agrediam a harmonia do conjunto. Instalação de nova iluminação pública utilizando postes de ferro fundido, arandelas e lâmpões. Construção de praças, jardins e alargamento das calçadas de cantaria, voltando às dimensões originais conforme a documentação fotográfica do final do século XIX. Restauração de becos e escadarias e pavimentação das ruas com paralelepípedos, que permitiram a reconstituição de detalhes construtivos do pavimento original [...] (ANDRÉS, 1998, p. 88).

No início da década de 1990, durante o Governo de Edison Lobão, ocorre uma nova fase que se caracteriza pela continuidade do Programa de Obras<sup>76</sup>, implantando o Projeto Piloto de Habitação, com a restauração de um sobrado do Centro Histórico para utilização por antigos moradores da Praia Grande, enquanto que no térreo foram instaladas lojas, para manter o uso misto residência/comércio. O projeto tinha por meta manter e atrair a fixação de pessoas como residentes no Centro Histórico.

Com o início da quinta etapa de intervenções no centro histórico iniciada em 1995, estando a frente do Governo do Estado Roseana Sarney Murad, deu sequência às ações anteriores em curso.

[...] a governadora Roseana Sarney reconhecendo a amplitude e integridade do Centro Histórico de São Luís, decidiu promover novos e significativos investimentos com recursos próprios do Estado nos bairro situados na zona tombada estadual (fora da jurisdição direta do IPHAN), em particular no renomado bairro da Madre Deus, celeiro de muitas das mais populares manifestações artísticas e folclóricas do Maranhão (ANDRÉS, 1998, p. 94).

---

<sup>76</sup> Desta quarta etapa, pode ser destacada ainda, a restauração do Teatro Arthur Azevedo (segundo mais antigo do Brasil) e da Fábrica Rio Anil, construção exemplar da arquitetura industrial do século XIX, que passou a ser utilizada como um centro de ensino (ANDRÉS, 1998).

Durante essa fase de obras urbanísticas, vale ressaltar uma importante realização de caráter administrativo/político, qual seja, o início do processo de inclusão da cidade de São Luís na Lista do Comitê do Patrimônio Mundial da UNESCO, com apresentação do Dossiê.

O prosseguimento das intervenções junto à decisão de se apresentar a cidade como candidata ao título de Patrimônio da Humanidade, concorreu para a inscrição do centro histórico na Lista do Patrimônio Mundial da UNESCO. Neste momento, as ações de revitalização do Centro Histórico de São Luís<sup>77</sup>, despertaram o interesse de organismos de financiamento, apregoando futuras ações para a preservação do conjunto arquitetônico e sua utilização como fonte de renda por meio do turismo.

### **3.3.2. O patrimônio como instrumento do turismo cultural**

No decorrer das intervenções no conjunto arquitetônico se destacava a ênfase na possibilidade de São Luís tornar-se um local de grande atratividade para o turismo cultural na cidade. Turismo cultural aqui é entendido como “as atividades turísticas relacionadas à vivência do conjunto de elementos significativos do patrimônio histórico e cultural e dos eventos culturais, valorizando e promovendo os bens materiais e imateriais da cultura” (BRASIL, 2006, p.10). Assim sendo, o turismo cultural é incorporado a política de salvaguarda do patrimônio tornando-se peça fundamental para a compreensão da atuação do IPHAN. Na década de 1960 com a criação do Conselho Nacional de Turismo e da Empresa Brasileira de Turismo<sup>78</sup>, as políticas públicas de ação patrimonial entrelaçaram-se com o fomento do turismo cultural.

Durante a gestão de Rodrigo Melo Franco de Andrade a frente do IPHAN, este solicitou a UNESCO, que seus consultores analisassem as potencialidades turísticas do patrimônio histórico nacional. A partir da associação entre o patrimônio

---

<sup>77</sup> Agraciado em setembro de 1993 com o prêmio especial da Bienal de Arquitetura de São Paulo.

<sup>78</sup> Em 1966, o Decreto-lei nº. 55 implantou o Sistema Nacional de Turismo, através da criação do CNTUR e da EMBRATUR, com a função de organizar e estimular o turismo brasileiro, seguindo as diretrizes traçadas pelo CNTUR.

histórico e o turismo cultural, tal conjuntura de revitalização foi elaborada através da atribuição de novos significados para o patrimônio a partir da relação das categorias “passado” e “futuro” (DELGADO, 2005, p. 125).

Patrimônio e turismo são duas categorias entrelaçadas que figuram no cotidiano de vários elementos, quais sejam, os turistas, as populações nativas, agentes econômicos, associações locais e a administração pública local, regional responsável pela elaboração e veiculação de discursos relacionados com uma pretensa necessidade de preservar, mediante um processo de valorização e ativação, se transformam em recursos turístico-patrimoniais.

[...] em face de uma ameaça de ruptura e de desaparecimento de recursos culturais, real ou imaginada, produz-se um sentimento nostálgico em relação ao passado, abrindo o caminho ao desenvolvimento de uma indústria da nostalgia em que o passado é resgatado, idealizado, romantizado e não raras vezes inventado, mediante processos que incluem a patrimonialização da cultura. Em face da crise da historicidade e das metanarrativas, da deslocação e alienação que supostamente caracterizam a pós-modernidade (Harvey, 1989), os defensores da tese da nostalgia consideram que o passado se configura como uma forma de escapismo e de redenção, proporcionando, desse modo, um regresso ansiado à autenticidade e à tradição (ANICO, 2005, p. 73).

Apesar de outro contexto histórico, deslocamento de nobres do campo para à corte, Norbert Elias também aponta correlação entre a construção de significativos afetivos em relação ao passado sob o prisma das necessidades do presente<sup>79</sup>. Exemplo dessa idealização são os traços das mentalidades e ideais românticos, pois "seus representantes veem o presente como uma degradação à luz do passado, e o futuro - se chegam a ter em vista um futuro - apenas como uma restauração do passado idealizado, melhor e mais puro" (ELIAS, 2001, p. 220),

Assim, ocorre uma convergência entre as práticas de preservação do patrimônio com o desenvolvimento econômico baseado no turismo. Em São Luís, tais políticas públicas começam a se apresentar a partir da década de 1970, quando: “a preservação de uma identidade maranhense e o ideal de desenvolvimento com base no turismo passa a configurar o foco destas políticas” (AIRES, 2007, p. 151). Corroborando a tese de que a partir dos anos 1970 o turismo passou a ser um

---

<sup>79</sup> Para uma análise mais aprofundada sobre o significados afetivos em relação ao passado recomenda-se leitura da obra de Tulio Cunha Rossi (2013), por trabalhar na perspectiva de outros autores da sociologia.



elemento presente no debate sobre o desenvolvimento do Maranhão, Júlia Constança Pereira Camêlo assevera que “Os governantes do Maranhão perceberam nos casarões da cidade uma possibilidade de desenvolvimento turístico e passaram a realizar alguns investimentos na restauração de prédios” (2010, p. 143).

As práticas de preservação do Centro Histórico estão atreladas não apenas com a política de salvaguarda do patrimônio propalada pelos órgãos responsáveis, mas principalmente na disputa cada vez mais acirrada, proporcionada pela lógica do turismo cultural. Deste modo, o local com sua alteridade se mercantiliza no consumismo global conforme preconiza Stuart Hall: “Foi a difusão do consumismo, seja como realidade, seja como sonho, que contribuiu para esse efeito de supermercado cultural” (HALL, 2011, p. 75).

Dentro desses mecanismos de patrimonialização da cidade, encontramos os órgãos de gestão do patrimônio, que através de seus agentes e dos discursos produzidos, compõem e adaptam lugares da memória e, por meio de diferentes estratégias, sedimentam determinadas interpretações do passado a partir da imposição dos signos que pretensamente representariam a memória coletiva.

É construída uma visão de patrimônio ligada com categorias discursivas produzidas na esfera econômica. O objeto da política estatal não se torna, dessa forma, apenas o objeto isolado e/ou o conjunto arquitetônico e paisagístico tombado, mas compreende todo o núcleo urbano. Os objetivos das políticas patrimoniais não são mais explicitados apenas em termos da preservação de bens excepcionais que materializassem a nação, mas tenderam paulatinamente a incluir a preocupação com o uso social que deve proporcionar a geração de renda e promoção do desenvolvimento local.

Foi a partir da inscrição do Centro Histórico de São Luís como patrimônio nacional que a questão do turismo cultural ganhou destaque. Os periódicos locais passam a lançar em suas manchetes a importância do turismo cultural. Em 1974 um importante jornal publicava o artigo: “Fonte das Pedras ressurgiu em tempo de turismo”. (O ESTADO DO MARANHÃO, 08/06/74, caderno geral, p. 7).

Depois de caminhar pelos tortuosos labirintos da burocracia, o monumento, que disputa com a sua irmã do Ribeirão a primazia de rara beleza, encontra por fim o destino digno da sua história: O prefeito Haroldo Tavares acaba de assinar o decreto tornando de utilidade pública e desapropriando a área em

que está situada a fonte. Antes, porém, a fonte das Pedras tinha sido lembrada por atitudes semelhantes, mas por duas vezes os processos que se destinavam ao seu cuidado, simplesmente, foram perdidos ou extraviados. (O ESTADO DO MARANHÃO, 08/06/74, caderno geral, p. 7).

A reportagem em epígrafe, lembra o período de esquecimento e abandono da fonte, mas destaca que a mesma “ressurge no momento em que São Luís prepara uma infra-estrutura para o seu turismo”. (O ESTADO DO MARANHÃO, 08/06/74, caderno geral, p. 7). Essa alusão ao turismo tem relação intrínseca com o tombamento do conjunto arquitetônico de tipologia lusa em março de 1974. Quando foram inclusos no perímetro de tombamento os bairros da Praia Grande, Desterro e Ribeirão como componentes do patrimônio nacional.



**Figura 5 – Praça da Praia Grande. Fonte: O Estado do Maranhão 06/09/1988**

Deste modo, vai se consolidando o uso do patrimônio como destino turístico, com atuação do poder público, no entanto, a falta de infraestrutura e o abandono dos bens patrimoniais tornara-se um entrave à criação e inserção de São Luís como um roteiro turístico de grande porte.

No ano de 1976 veio a São Luís, uma comitiva de profissionais e estudantes do turismo do Instituto Brasileiro de Estudos Turísticos, IBET, onde realizavam estudos sobre a potencialidade turística em estados do Nordeste:

Durante a permanência aqui, os estudante e técnicos do IBET, visitaram as Praias, o Museu Histórico e Artístico, e visitaram alguns monumentos históricos da cidade. Lamentaram não terem condições de visitar Alcântara dada as dificuldades de transportes para aquela cidade, além de falta de preservação dos patrimônios históricos de São Luís (O ESTADO DO MARANHÃO, 20/07/76, caderno A cidade, p. 9).

Segundo a matéria intitulada: “Técnicos que estudam o turismo brasileiro se decepcionam em São Luís”, percebe-se que a esperada concretização de um turismo cultural seja em São Luís ou mesmo em Alcântara, esbarrava na falta de preservação do patrimônio no primeiro caso e na dificuldade de transporte para o outro.

Participando in loco, com a Comitiva dos estudantes e técnicos do IBET, ouvia-se a todo instante observações sobre a falta de preservação do patrimônio histórico, a sujeira com que os prédios coloniais se encontram, além de peladas nas praças onde se localizam os monumentos históricos de Bequimão, na Beira-Mar e Fonte do Ribeirão, onde inclusive quiseram entrar para conhecer a parte interna da fonte e ficaram impossibilitados devido a falta de uma pessoa responsável pela mesma (...)  
O que não deixou de ser triste, a impressão que receberam os estudantes e técnicos de estudo de turismo diante de um quadro realmente deprimente, pois à histórica fonte do Ribeirão transformou-se num posto de lavagem de carro, misturado com campo de futebol (O ESTADO DO MARANHÃO, 20/07/76, caderno A cidade, p. 9).

Na reportagem fica evidente a grande distância entre a realidade do conjunto urbano tombado em 1974 com a situação de grande parte dos bens incluídos nesse conjunto. A vinda de profissionais do setor turístico contou com o apoio institucional “da Maratur que lhes forneceu transporte, a fim de melhor conhecer a cidade” (O ESTADO DO MARANHÃO, 20/07/76, caderno A cidade, p. 9).

É preciso explorar a única fonte de turismo que o Maranhão possui, ou seja, CULTURA, possuímos uma imensurável fonte de cultura, haja visto qualquer monumento, casa colonial, prédios, ruas, tudo refletem uma história. E é justamente o que não é feito (O ESTADO DO MARANHÃO, 20/07/76, caderno A cidade, p. 9).

Finalizando o texto jornalístico, é interessante observar como naquele momento o turismo já era apontado como possível meio de redenção da economia

maranhense. Devendo, portanto, ser uma prioridade das autoridades. Essa alusão de uma indústria do turismo como redentora para o Maranhão e em especial São Luís, é recorrente nos textos dos periódicos e mesmo das autoridades públicas.

Com o tombamento federal em 1974, a questão do turismo cultural começa a ganhar importância nas ações do poder público e repercutir nos periódicos. Tal importância fora apontada pelo arquiteto John Gisiger<sup>80</sup> em seu projeto de renovação urbana da Praia Grande:

Mesmo no estado de abandono em que se encontra atualmente a área, ela constitui a maior atração turística do Estado, e já possui uma infra-estrutura rudimentar para atender a este setor. A recuperação arquitetônica e a consolidação e ampliação das atividades comerciais e culturais, representam a oportunidade mais viável para ali se dinamizar o turismo (GISIGER, 1978, p. 6).

Gisiger argumenta que mesmo com o abandono físico do conjunto arquitetônico, este já se apresentava naquele período como propulsor do turismo no Estado do Maranhão, e com investimentos do poder público o potencial poderia ser melhor aproveitado e até ampliado. Em concordância com as considerações do pesquisador estadunidense, uma crônica intitulada: “São Luís comemora 367 anos de fundação”, destaca que diante das dificuldades vivenciadas pela cidade, o afluxo de turistas a capital seria um meio de gerar emprego e renda.

São Luís parece realmente muito cruel agora, mesmo que tenhamos de levar em conta a maneira quase absurda como seus fins de semana se enchem de turistas, vestindo roupas estranhas, macacões, bermudas, mantos, portando nas mãos uma câmera fotográfica, desesperados à procura de bumba-bois, casarões coloniais, palácios, fontes e coisas que, como o “Ferro de Engomar”, só existem em São Luís. O turismo é lucro, significa dividendos para o Estado, e isto um homem à procura de emprego se recusa a entender (O IMPARCIAL, 09/09/79, p. 7).

Em uma reportagem de 1982, outro periódico trazia o seguinte artigo: “São Luís: Grande Centro Turístico”, destacando a importância do patrimônio para a atração de turistas para o Estado.

---

<sup>80</sup> Para mais informações sobre o papel do arquiteto norte-americano nos primórdios do PPRCH consultar A CONSTRUÇÃO DO PATRIMÔNIO: a trajetória de preservação do Centro Histórico de São Luís.

O Estado do Maranhão será, muito em breve, um dos grandes centros turísticos do Brasil através de inúmeras atrações que proporcionará ao visitante, desde a beleza natural, cantada em verso e prosa, ao orgulho passado, que guarda em seus sobradões azulejados. Atualmente, o Maranhão desperta para o seu real valor, turístico, o que o torna um dos centros de atração, em qualquer roteiro turístico nacional, através da cidade de São Luís, com seus azulejos, suas praias, praças, seus museus, igrejas, arte e trabalhos coloniais, onde os estilos modernos de arquitetura contrastam com a beleza do passado (O IMPARCIAL, 08/09/82).

Essa persistência em associar o incentivo do turismo à preservação do patrimônio tornou-se um verdadeiro amálgama, pois com o tombamento federal de 1974, a questão do aproveitamento do potencial turístico passa a ser prioritário, ao mesmo tempo em que era necessário um planejamento visando melhorar a infraestrutura urbanística daquele conjunto para o desenvolvimento do turismo cultural.

Mesmo com o enfoque conferido ao turismo, a Praia Grande e arredores onde se concentra grande parte do acervo tombado, ainda perpassavam por uma situação crítica, como ressaltado em várias matérias já abordadas, com muitos bens em péssimo estado de conservação. Vejamos a avaliação de dois turistas que visitaram São Luís em 1988:

São Luís hoje é considerada uma das capitais brasileiras que mais possui acervo arquitetônico colonial, e por isso é muito visitada pelos turistas. “É uma tristeza saber que São Luís está abandonada, e notar que a Praia Grande, um dos locais mais bonitos da cidade, está jogado à sua própria sorte”, disse Jane Belford, estudante de arquitetura do Rio de Janeiro ao visitar o Centro Histórico de São Luís. “Eu tinha muita vontade de conhecer São Luís. Ela é linda naturalmente, e vim para conhecer o acervo arquitetônico, mas eu estou vendo um grande abandono...”, observou Ricardo Parani, de Belo Horizonte. (O ESTADO DO MARANHÃO, 06/09/88, p 6).

Durante os anos 1990, seguem as discussões sobre o turismo cultural, após mais de uma década de intervenções urbanísticas na Praia Grande e suas adjacências, vislumbra-se sua inserção não apenas no panorama nacional e internacional de roteiros turísticos.

Ao fim da década de 1980, as obras do então denominado Projeto Reviver deram um novo aspecto ao coração da Praia Grande (Feira e Largo do Comércio), permitindo um novo ímpeto em investimentos que atraíssem o turismo.

Na reportagem intitulada “Turismo começa a viver nova fase em SL”, destaca-se o turismo cultural como prioridade. “O governo do Maranhão elegeu o Turismo como uma das prioridades do Estado. Com boa infra-estrutura, São Luís, oferece quase três mil vagas em hotéis de excelente qualidade” (O ESTADO DO MARANHÃO, 08/09/91, p.6).

Para melhorar a infra-estrutura turística, o Governo já começou a executar um plano emergencial, que inclui inventário da oferta e demanda turística do Estado, marketing, treinamento de recursos humanos, informações e sinalização turística, conscientização, infra-estrutura, aproveitamento turístico do Projeto Reviver e promoção de eventos. Com estes e outras ações, a Maratur, empresa oficial de turismo do Estado, espera realizar uma das metas principais que é aumentar o tempo de permanência médio do turista para, no mínimo, 3,5 dias, o que em outras épocas já chegou a ser atingido. Para isso, será necessário concretizar pelo menos os sete projetos para aumentar a capacidade hoteleira, que já têm parecer favorável da Maratur e estão aprovados pelos órgãos financiadores (O ESTADO DO MARANHÃO, 08/09/91, p.6).

A reportagem expõe a relevância que Governo do Estado deu ao turismo e principalmente em conseguir obter resultados com os investimentos que por mais de uma década eram injetados na revitalização da Praia Grande. Cumpre lembrar que naquele momento (1991) o cargo de Governador do Estado era ocupado por Edson Lobão aliado político do grupo político de José Sarney, portanto, o tom ufanista está intimamente relacionado ao aspecto das alianças políticas vigentes.

Reverberando o registro jornalístico anterior, em reportagem datada de 1993 também aponta para os investimentos feitos pelo Estado em busca do desenvolvimento do turismo em São Luís, através do Centro Histórico.

A Empresa Maranhense de Turismo, vinculada à Secretaria de Meio Ambiente e Turismo, vai aplicar recursos da ordem de 116 milhões de dólares em obras de infra-estrutura turística no Estado. Estes recursos, oriundos, do Banco Interamericano de Desenvolvimento, serão aplicados numa primeira etapa, nas cidades de São Luís e Alcântara e posteriormente no município de Barreirinhas e outros com potencial turístico.

Para a aplicação destes recursos, a Maratur já elaborou projeto que prevê a execução de obras de infra-estrutura, com a instalação de redes de esgoto e energia elétrica no Centro Histórico de São Luís e de Alcântara, além de serviços na Lagoa da Jansen, que será transformada num dos mais modernos pontos turísticos da cidade (O ESTADO DO MARANHÃO, 02/09/93, Cidades, p. 10).

A matéria evidencia o interesse do poder público em investir na infraestrutura para o incremento especialmente do turismo cultural, e simultaneamente mostra a busca por recursos para a execução dessas obras, bem como o adiantamento de obras que posteriormente foram desenvolvidas no âmbito do Programa BID/PRODETUR, como será observado adiante. Outro periódico local traz o editorial intitulado “381 anos de São Luís: um marco no turismo do Maranhão”, afirmando que a cidade clama pela integração de todos em torno do turismo e faz uma ponderação sobre o desempenho do governador nesta área.

O trabalho que o Governador Edson Lobão executou nos primeiros dois anos de sua administração no setor talvez pudesse ter sido um pouco mais agressivo, se avaliado do ângulo da premência que o Maranhão tinha (e tem) em se integrar aos roteiros turísticos nacionais e internacionais, acompanhado os outros estados do Nordeste. É, todavia, preciso aquilatar a realidade financeira, sócio-econômica e administrativa que Lobão herdou. O ato de governar é simples para quem está de fora ou na oposição (O IMPARCIAL, 09/09/93, Jornal de Turismo, p. 1).

O restante do editorial demonstra como no Estado, a questão do turismo era utilizada como promoção das personalidades políticas que ocupavam os principais cargos da área. Ao tratar do secretário de turismo do Estado o editorial faz a seguinte afirmação:

Enaltecer o trabalho do Secretário Fernando Mesquita não é favor, absolutamente -, apesar de ele não ter feito mais do que o seu dever de homem público, mas realizou um trabalho com autenticidade, carinho e profissionalismo: foi a Comissão de Frente que abriu caminho para a conquista que se aproxima e que a cada metro da competição torna mais intenso o sabor da vitória. Isso já devemos a Fernando Mesquita e ele é o Mestre-Sala que continua evoluindo, a caminho da Apoteose, rigorosamente dentro do tempo (O IMPARCIAL, 09/09/93, Jornal de Turismo, p. 1).

Enquanto o impresso jornalístico engrandecia personalidades políticas do setor turístico, contraditoriamente a cidade de São Luís e o restante do Estado sofriam com a precária situação de infraestrutura como relatam matérias jornalísticas. Na capital, por essa época, vários imóveis coloniais sofriam abandono, o esgoto era jogado *in natura* nos rios e praias e no período de chuvas era constante o desabamento de prédios coloniais. Apesar destes graves problemas, o editorial continua destacando num tom carnavalesco a atuação dos responsáveis pelo setor

turístico. “A seu lado, Ana Karin Quental porta a bandeira da MARATUR, levando o Maranhão a luta e levantando as arquibancadas por onde passa. Fez um belo trabalho implantando o Centro de Convenções do Maranhão, no Convento das Mercês” (O IMPARCIAL, 09/09/93, Jornal de Turismo, p. 1).

O turismo era feito produto político, sendo vendido à população como meio de alavancar o crescimento e desenvolvimento econômico. Durante a corrida eleitoral ao Governo do Estado em 1994, a então candidata Roseana Sarney, apontava na sua plataforma de campanha o incentivo ao turismo, conforme destaca reportagem de título “Programa de Roseana prevê apoio ao turismo no Estado” (O IMPARCIAL, 16/09/94, p. 3).

Nessa matéria, percebe-se como o turismo poderia ser acionado como um vetor de dividendos eleitorais, em um Estado da federação com baixos índices de desenvolvimento e com uma situação econômica precária. O discurso do turismo era um grande atrativo, pois é notório que o turismo pode realmente ser um fator de desenvolvimento econômico e social para cidades ou mesmo países que conseguiram se consolidar como grandes destinos turísticos.

O turismo é uma das atividades econômicas que será prestigiada na Administração Roseana Sarney, candidata ao Governo do Estado pela coligação Frente Popular. O Maranhão está estrategicamente posicionado entre o Norte e o Nordeste, somando características e pertencendo a órgãos promocionais das duas regiões, como a CTI-Norte e CTI-Nordeste. Mas existem algumas deficiências que devem ser superadas como infraestrutura e atendimento dirigido.

O programa de governo de Roseana Sarney consiste na criação de balcões de investimentos turísticos para a captação de recursos para o setor. O mesmo será obtido junto a órgãos públicos como a Sudam, Sudene, EMBRATUR e até mesmo em bancos internacionais. O turismo acontecerá em várias áreas como o lazer, cultural e empresarial, com um centro de eventos moderno instalado em São Luís.

A recuperação de prédios históricos de interesse cultural, o treinamento de guias, garçons e funcionários da rede hoteleira, plano de desenvolvimento de áreas como a do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses e a do Delta do Parnaíba serão ações executadas paralelamente a campanhas nacionais e internacionais de divulgação do potencial turístico do Maranhão (O IMPARCIAL, 16/09/94, p. 3).

A ênfase no turismo enquanto fonte de geração de emprego e renda para São Luís é tão acentuada que transcorre de forma análoga em todos os periódicos analisados. No tocante a falta de infraestrutura da cidade para atender uma grande quantidade de visitantes e um inacabado processo de revitalização do centro



histórico, tais aspectos não são capazes de suprimir o caráter de exaltação da mídia local. Em reportagem sobre a comemoração dos 383 anos da Ilha do Amor, estampada no Jornal Pequeno destaca sobre a cidade: “Hoje dona de uma tradição cultural fortíssima, de um povo pacato e hospitaleiro e descoberta como um polo de turismo como fonte de renda [...]” (JORNAL PEQUENO, 07/09/95, JP Turismo, p. 1). Não somente o conjunto histórico, mas todo o patrimônio cultural foi um elemento de destaque desde a primeira gestão de Roseana Sarney frente ao Governo Estadual.

Na primeira fase da gestão cultural do Governo de Roseana Sarney há uma narrativa recorrente que identifica cultura com instrução formal e erudição, destacando o patrimônio material. No Relatório de 1996, por exemplo, a cultura é definida como “*cultura animi*, isto é, uma mente de tal modo educada e culta que se lhe pode confiar o cuidado e a preservação de um mundo de aparências cujo critério é a beleza” (CARDOSO, 2008, p. 23-24).

Esse enfoque no turismo cultural foi também um elemento utilizado na justificativa de inclusão do centro histórico de São Luís na lista do Patrimônio Mundial da UNESCO, principal projeto do primeiro mandato do Governo Roseana, no setor do turismo cultural.

É através dessa política de fomento ao turismo que o Estado do Maranhão, através da Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e Turismo – SINCT vai atrás de recursos do PRODETUR, para o estímulo e implantação de uma indústria turística no patrimônio histórico da cidade. O Governo do Estado do Maranhão vai adentrar no programa BID/PRODETUR, objetivando angariar fundos através de convênio, conforme afirma o arquiteto Ronald Silva<sup>81</sup>:

Convênio Governo do Estado do Maranhão/Banco do Nordeste, assinado pela Governadora Roseana Sarney em julho de 1996. Valor – US\$ 45, 970 milhões, mais os investimentos na obra do aeroporto de São Luís, em convênio à parte, no valor de US\$ 7,2 milhões, por obedecer a uma matriz

---

<sup>81</sup> Ronald Almeida Silva é arquiteto e planejador urbano regional. Graduado pela FAU-UFRJ (1972), com pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional pela Faculdade de Ciências Sociais da Universidade de Edimburgo, Escócia (1983). Consultor “ad hoc” da Unidade Executora do PRODETUR, do Projeto Praia Grande/Reviver e da Coordenadoria do Patrimônio Cultural da Secretaria de Estado da Cultura. Coordenador Geral (1980-1981) e Coordenador Administrativo (1984-1985) do Projeto Praia Grande. Secretário Municipal de Urbanismo de São Luís (1986-1988). Membro da Comissão Técnica de Coordenação do Projeto Reviver (1988-1989). Subsecretário do Codema/SEPLAN-MA (1991-1992). Secretário de Estado da Indústria e Turismo (1993-1994). Diretor Presidente da Usina Siderúrgica do Maranhão (1995-1997).

de financiamento diferenciada (50% a 50%), totalizando US\$ 53,180 milhões (SILVA, 1997, p. 105).

Essa captação de recursos para o desenvolvimento do turismo tinha como prioridades a aplicação do montante financeiro em quatro destinos turísticos do Estado: São Luís/Alcântara; Parque Nacional dos Lençóis/ Barreirinhas; Açailândia/Imperatriz/Carolina e o último destino turístico seria Cururupu/Parcel de Manoel Luís (SILVA, 1997, p. 108).

Pode-se perceber que no topo das preferências constam os destinos turísticos de São Luís e Alcântara, em ambas as cidades o direcionamento do investimento denota a busca pela criação de um turismo cultural baseado nos centros históricos das referidas cidades, conforme explicitado no objetivo do convênio: “Realizar as obras de infra-estrutura e urbanização dos centros históricos de São Luís e Alcântara, bem como investimentos na área de desenvolvimento institucional”. (SILVA, 1997, p. 105). O projeto para o Maranhão destacava como sendo um objetivo específico:

Financiar obras múltiplas de infra-estrutura básica e serviços públicos nos Centros Históricos de São Luís e Alcântara e projetos de capacitação institucional dos órgãos públicos envolvidos com a gestão, implantação e manutenção dos bens e atividades constantes do subprograma de desenvolvimento turístico do Maranhão, visando **à atração de investimentos privados no setor turístico e dinamização das atividades econômicas em geral na área de influência do PRODETUR/MA e à conseqüente geração de emprego e renda e melhoria de vida da população residente** (SILVA, 1997, p. 107, grifo do autor).

A tentativa de o projeto gerar emprego e renda através do turismo cultural é presente nas ações do Estado, conforme a Portaria nº 147/95, na qual o secretário de estado da cultura institui “o Programa Centro Cultural da Praia Grande”. O mesmo pretende promover a preservação e ocupação da área através da “constituição de um centro de atividades vocacionadas para o consumo, promoção e difusão de bens, manifestações e atividades caracterizadores da cultura do povo Maranhense” (MARANHÃO, 1995, p. 1). A temática do turismo cultural se apresentava como um tema frequente também nas matérias jornalísticas.

A justificativa apresentada pelos dois órgãos estaduais responsáveis pelo desenvolvimento do turismo no Maranhão observa, dentro das prioridades

elencadas, o turismo cultural que poderia ser materializado no aporte de capitais na urbanização e promoção dos centros históricos de São Luís e Alcântara<sup>82</sup>.

A SINCT e a MARATUR, conforme documentos apresentados ao BNB e ao BID, consideram que os melhores Produtos Turísticos que o Estado pode oferecer devem envolver o Patrimônio Natural (turismo ecológico) notadamente na região litorânea nordeste (Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses ao Delta do Paranaíba) bem como o Patrimônio Cultural, materializado nos **Centros Históricos São Luís e Alcântara**. Neste caso, dando prosseguimento ao Programa de Preservação e Revitalização dos Centros Históricos do Maranhão, que vem sendo realizado desde 1979 com recursos próprios do Estado na ordem de US\$ 90,0 milhões (SILVA, 1997, p. 107, grifo do autor).

Podemos ressaltar sobre o projeto do PRODETUR/MA que com suas obras de melhoria urbana e promoção, sempre tenta transparecer a ideia de que toda a população seria compensada com o referido programa, através da geração de emprego e renda.

As obras propostas de recuperação e revitalização dos Centros Históricos de São Luís e Alcântara, além de contribuírem para melhorar o produto turístico que o Estado tem a oferecer, constitui-se em relevantes benefícios a população local residente, com reflexos na opinião pública favorável ao Governo (SILVA, 1997, p. 110).

Ao analisarmos a justificativa de se privilegiar os Centros Históricos de São Luís e Alcântara, fica claro o predomínio e importância da logística da capital, com o porto e aeroporto, assim como sua infraestrutura que poderia ser utilizada como base de suporte para os demais pontos turísticos (SILVA, 1997, p. 110). As intervenções e investimentos para elevar o turismo cultural em São Luís se inscrevem dentro de uma lógica similar de outros centros históricos, como o de Salvador, conforme relata Osmundo Pinho.

A Cidade de Salvador configura-se como uma das praças principais do turismo brasileiro. Em 1993, o Pelourinho, inclusive como resultado deste crescimento, sofreu maciça intervenção (investimentos da ordem de, aproximadamente, 30 milhões de dólares) no sentido de encontrar-se com

---

<sup>82</sup> Na parte final colocada em notas, o projeto traz a seguinte afirmação: “com reflexos na opinião pública favorável ao Governo” (SILVA, 1997, p. 110). Tal assertiva colabora para a ideia de uma política de gestão do patrimônio/turismo como meios para ganhos políticos.

sua presumida vocação de pólo turístico, vocação legitimada década após década. A partir dos anos trinta deste século, em consonância com a sua constituição como espaço da memória fundamental de uma Salvador senhorial e originária. Acredito ser muito simples encontrar pontos de comunicação evidentes entre a produção do Pelourinho como patrimônio cultural - representação de uma leitura determinada e mais ou menos arbitrária da história e do significado de pertencimento local - e como pólo turístico. (PINHO, 1999, p. 257).

Mesmo com a grande ênfase em estimular o turismo cultural como uma forma de captar melhorias econômicas e sociais, verdade é que após décadas de intervenções urbanísticas dos programas e projetos de revitalização, o turismo em São Luís apresentou-se muito aquém de outros polos turísticos nordestinos e considerando que apenas uma minoria usufrui dos privilégios de residir em uma cidade Patrimônio Histórico Nacional e que está inscrita na Lista do Patrimônio Mundial da UNESCO. Dados da MARATUR aponta que em 1983 o número de turistas em hotéis classificados de São Luís foi de 77.275. Onze anos depois, em 1994 esse número foi de 56.092. Os números também demonstram uma queda na taxa média de ocupação dos hotéis e diminuição dos dias de permanência média<sup>83</sup> (MARATUR, 1995, p.11-12).

Certamente que um dos motivos de o turismo cultural não ter consolidado São Luís como polo turístico foi a incapacidade dos projetos de revitalização alcançarem plenamente a preservação e integração do patrimônio, conforme se tratará no próximo capítulo.

### **3.3.3. A degradação do patrimônio**

Apesar do tom de ostentação nos periódicos locais sobre as potencialidades de se desenvolver no Centro Histórico um turismo cultural que fosse uma forma de melhorar os indicadores econômicos da cidade, o que se percebe nas matérias jornalísticas analisadas é a constante perda de imóveis tombadas pelo

---

<sup>83</sup> O plano assevera que fatores econômicos, o aumento de hotéis não classificados e o incremento da hospedagem na casa de amigos/parentes são responsáveis pela queda verificada.

arruinamento. O que trazia um sério problema aos planos de construir a cidade como um grande polo turístico.

Vale lembrar que a inscrição de bens isolados que vinha sendo feita pelo órgão federal de gestão do patrimônio e o tombamento do conjunto urbano em 1974, não conseguiu acabar com a perda de imóveis devido ao abandono e arruinamento em que muitos se encontravam. Passados mais de uma década após o tombamento do conjunto urbano de 1974 não era incomum situações como demonstrada na figura nº 06, na qual uma construção histórica se encontra em processo de arruinamento



**Figura 6 - Casarão em ruínas. Fonte: O Estado do Maranhão 08/09/1985**

No que tange a divulgação desses problemas estruturais do patrimônio edificado, é importante perceber a mudança valorativa (e possíveis reminiscências)

que se processa com o início das obras urbanísticas de revitalização. Com o advento do tombamento federal de 1974, a construção de uma nova visão sobre os casarões históricos não ocorre de forma imediata, conforme fica nítido na figura nº 6 onde um casarão encontra-se em processo de arruinamento uma década após o tombamento federal do Centro Histórico.

Artigo jornalístico de 1975 expõe muito bem como essa transição da aversão ao antigo para a sua valorização como ícone da cidade através do fomento do turismo cultural ainda é contraditório. Até aquela época ainda subsistia na mentalidade de alguns a ideia de que não valia a pena manter a tradição. Tal artigo aborda sobre a situação do casarão da imagem acima, e faz o seguinte comentário:

Este casarão prestes ruir está localizado na esquina da Rua Santo Antônio com Rua do Ribeirão. Diariamente, pelos dois lados do antigo prédio passam milhares de estudantes, a maioria indiferente ao perigo que correm. Vale a pena manter esse tipo de tradição, se pomos em risco a vida dos habitantes da cidade? (O ESTADO DO MARANHÃO, 17/09/75, p.1).

Pode-se perceber que a preocupação do articulista era com a segurança dos transeuntes, o que é válido, mas em nenhum momento se questiona é como um bem inscrito como patrimônio histórico nacional encontra-se em situação de tamanho abandono pelas autoridades competentes. Entretanto, o enunciado do texto deve ser analisado considerando o momento de construção de uma nova mentalidade sobre as construções antigas da cidade. Ademais foi preciso um longo processo para que o discurso de preservação do patrimônio se consolidasse.

Não devemos acreditar que com o tombamento do conjunto arquitetônico do Centro Histórico em 1974 o patrimônio tornou-se hegemônico rapidamente, ao contrário, as matérias jornalísticas são divergentes, acabando por revelar continuidades e rupturas, como demonstra ao se comparar a reportagem anterior com um editorial de título “Os sobradões são inocentes” do mesmo jornal que traz uma visão absolutamente oposta sobre o mesmo tema.

Um pobre funcionário que, ao passar por baixo dos beirais de um dos nossos sobradões, perdeu a vida, há poucos dias, tem sido motivo para muitos comentários a respeito do descaso em que vive a cidade nos últimos tempos. Há quem chegue a afirmar que São Luís já é em si mesma um

desastre, que os sobrados têm aspectos catastróficos e estão começando a devorar o povo.

Ontem este jornal fez dois longos comentários sobre o assunto. E mais uma vez o Edifício São Luís veio à baila, sendo apontado como uma das maiores ameaças contra a população. Mas quem ameaça mesmo a comunidade não é o velho edifício que, coitado, já foi vítima de um violento incêndio e até agora vem se aguentando para não cair, apesar de se achar em ruínas (O ESTADO DO MARANHÃO, 06/09/75, p.3).

Ao fazer uma comparação entre os dois textos do mesmo jornal, percebe-se que não há uma concordância a respeito do título recebido em 1974. Muito longe das representações que a mídia em geral vai asseverar nas décadas posteriores quando o discurso de valorização do patrimônio tornar-se-á preponderante. Tal artigo mostra uma visão que se adapta com o discurso patrimonial assentado em torno dos bens patrimoniais.

O editorial escrito por José Chagas analisa a condição de debilidade dos muitos casarões antigos de São Luís, frequentemente aclamados nos versos poéticos e exaltados para a atração de turistas, mas não sendo observados pelos órgãos públicos responsáveis por sua preservação. Sendo assim, o poeta maranhense chega até a atribuir às prostitutas maiores feitos com relação a manutenção dos sobrados históricos:

Os sobradões que resistam ao tempo por si mesmos. Ninguém mais os ajuda em nada. Patrimônio Histórico tem sido uma histórica conversa fiada. E já houve quem dissesse que até a prostituição em São Luís chegou a fazer mais pelos sobradões do Desterro do que o falado e falido patrimônio, que é uma vergonha para a nossa própria história (O ESTADO DO MARANHÃO, 06/09/75, p.3).

Não há nenhuma surpresa no tom crítico e pessimista sobre a manutenção física do conjunto arquitetônico naquele contexto, pois só a partir da década de 1980, o poder público vai viabilizar ações para a revitalização do centro histórico. Na conclusão do editorial, o autor faz alegoricamente uma análise sobre a morte dos sobrados e das pessoas, pela imprecisão dos órgãos responsáveis pelo patrimônio:

O sobradão matou um homem. Crime praticado pela nossa imprevidência. Essa mesma imprevidência que já matou vários sobradões na cidade, que

já levou à ruína tantos prédios e que agora está como que esperando ver até onde pode chegar à paciência do Edifício São Luís. É possível que se abusarem muita da paciência dele, o edifício acabe por cair, talvez causando desastre e provocando a morte de pessoas. Mas ainda assim eu posso garantir que o sobradão estará inocente. (O ESTADO DO MARANHÃO, 06/09/75, p.3).

Pode-se apreender, analisando a matéria que a contagem de imóveis em estado de abandono e, por assim se deteriorando no decorrer do tempo era inconciliável com uma cidade que ostentava o status de patrimônio nacional.



**Figura 7 – Imóvel abandonado em processo de arruinamento. Fonte: O Estado do Maranhão 08/09/1987**

Além dos problemas na estrutura física devido ao abandono<sup>84</sup>, muitos imóveis acabaram sendo destinados a depósitos de lixo, contribuindo ainda mais para a sua deterioração.

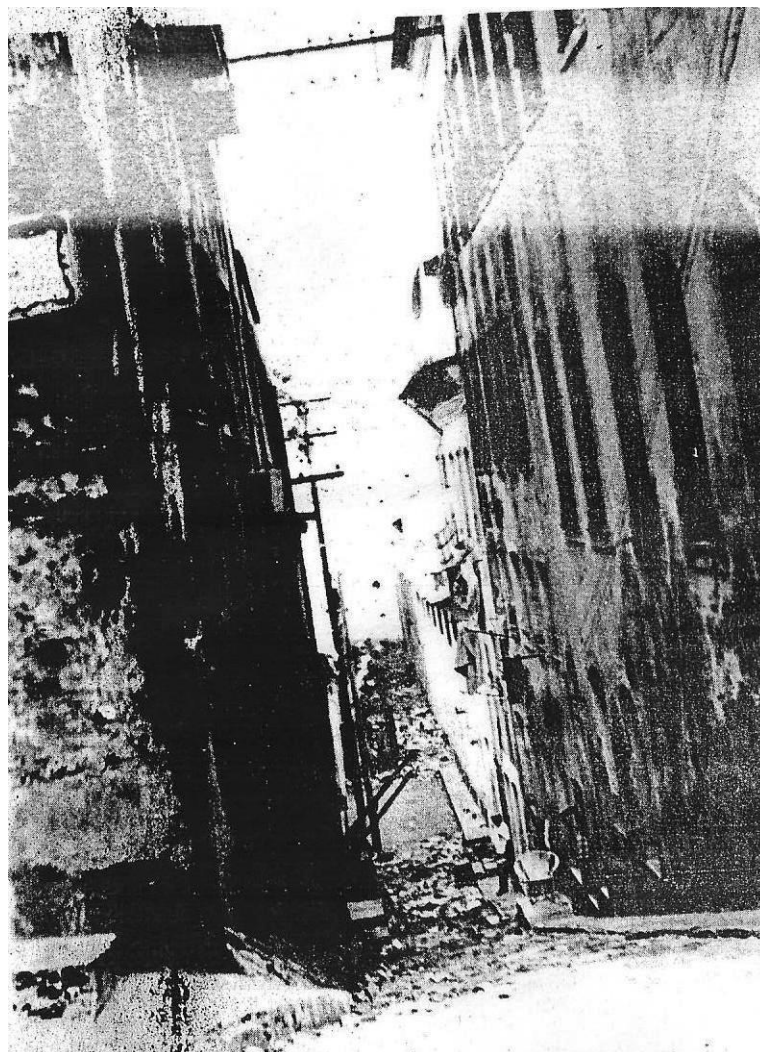
Além dos casarões havia a estrutura das ruas e praças que também necessitavam de reformas. Em outro editorial se compreende como as péssimas condições do casario tombado se estendia a todo espaço urbano em geral. “A

---

<sup>84</sup> O inventário do IPHAN contabiliza 119 imóveis com problemas estruturais.



travessa da Prensa é uma das ruas do tempo colonial, inseridas no patrimônio histórico da cidade, guardando toda uma tradição já esquecida pelos moradores que habitam os quartinhos insalubres do prédio colonial ao lado daquela artéria”. (O IMPARCIAL, 17/09/78, p.5).



**Figura 8 – Beco da Prensa. Fonte: Jornal O Imparcial 17/09/78**

No tocante à beleza da vista que é descrita na continuação da matéria, a rua tornara-se um verdadeiro monturo, conforme se observa na figura nº 8. A referida imagem atesta a situação de degradação e abandono daquele logradouro do Centro Histórico.

A rua, uma das mais estreitas, apresenta uma vista de rara beleza, principalmente por se tratar de uma ladeira bem acentuada, toda ela calçada com pedras irregulares, já retiradas a maior parte. Tem acesso

direto ao Anel Viário, entretanto, o tráfego de veículos, ali, faz-se impossível, devido a não medir mais que três metros de largura e também por possuir um imenso lixeiro, que tanto impede esse acesso como contribui diretamente para tornar aquele local inabitável, transformando-se num foco de doenças que são transmitidas pelos ratos, baratas e moscas e toda espécie de insetos nocivos a saúde (O IMPARCIAL, 17/09/78, p.5).

O Beco da Prensa sofria com acúmulo de lixo e resíduos que davam à paisagem um aspecto repugnante além de contribuir para a proliferação de doenças, tornando-se um problema de saúde pública. Diante disso não faltaram tentativas de reverter esse quadro de degradação urbana. No início da década de 1980, o Grupo de Trabalho do Projeto Praia Grande, elaborou a seguinte proposta de intervenção urbanística:

Tendo em vista o estado precário deste beco é que surgiu a preocupação de recuperá-lo, de forma a permitir condições de higiene e de acesso aos pedestres que circulam da Rua da Estrela ao Anel Viário.

Os serviços neste trecho se resumirão nas seguintes obras: 1. Desobstrução e limpeza de bocas de lobo, galerias e canais; 2. Prover boca de lobo já existente, de grelha com ralo e cantoneira; 3. Implantar e reconstruir as sarjetas e pavimentações necessárias nos locais onde não existam ou onde tenham sido danificadas; 4. Remoção e recolocação do pavimento existente; 5. Complementação da pavimentação até o Anel Viário (MARANHÃO, 1981, p. 4-5).

As propostas de reforma do Beco da Prensa estavam associadas às iniciativas do projeto de revitalização alvitado pelo norte-americano John Gisiger e as discussões em torno de tal projeto. Essas intervenções vão originar um lento processo (que ainda não findou) de revitalização da Praia Grande e outros pontos do centro histórico da cidade.

Em matéria intitulada “Um plano para salvar São Luís, unindo o velho e o novo”, constam algumas alusões ao projeto elaborado por John Gisiger como um eficiente programa para solucionar o problema de arruinamento dos casarões.

A Praia Grande – onde velhos casarões assombrados ainda guardam memórias de um tempo em que São Luís era um das mais ricas e importantes cidades brasileiras – talvez atravesse hoje, como afirma alguns urbanistas, a fase mais crítica de um longo processo de deteriorização. Em breve, porém, poderá transformar-se no bairro comercial e institucional mais valorizado da capital maranhense.

Quem propõe isso através de um plano detalhado de renovação urbana, já nas mãos do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN),

da Universidade Federal do Maranhão, é o arquiteto John U. Gisiger. Ele fez todo o levantamento do local, com suas ruas e praças, construções centenárias e outras mais recentes, pontos de grande valor histórico-cultural e outros já atingidos pela modernização, numa área que cobre mais de 49 hectares (O IMPARCIAL, 15/09/79, p. 20).

A fabricação dessa mudança ocorre na medida em que se solidifica um novo valor para os casarões, a partir de um elemento que revela o declínio do Estado, pois os mesmos vão sendo ressignificados como a memória viva do que se poderiam considerar os tempos áureos do Maranhão. É bem certo que o próprio projeto criado pelo estadunidense, tenha colaborado para esse novo valor que vai se confiando às construções de arquitetura de tipologia tradicional portuguesa.

Nesse momento, às intervenções urbanas no conjunto arquitetônico, vão se somar a elevação de uma política oficial em defesa da salvaguarda do patrimônio.

No artigo intitulado “São Luís, um S.O.S ao pró-memória” temos uma referência a prédios históricos que foram descaracterizados ou demolidos no decorrer do século XX. O articulista dispara críticas veementes contra aqueles que colaboram para a perda de imóveis do conjunto arquitetônico. O artigo discrimina importantes bens de valor patrimonial que foram destruídos ou passaram por arruinamento de sua estrutura.

Esse “sacrário de história” com características ímpares entre todas as cidades brasileiras, e do qual os homens dos nossos tempos nada acrescentaram; vai lentamente tombando e sendo tombado no dia a dia na força das picaretas de um falso progresso, do Turismo Predatório ou dos Mirabolantes contratos pré-fabricados nos escuros caminhos da especulação imobiliária.

Palácio dos Holandeses, Igreja de Santaninha, Igreja da Conceição, Cemitério dos Ingleses, dos Holandeses, dos Franceses, o Quartel Velho, a Velha Penitenciária, o antigo Correio, a Quinta do Barão, o sítio Britânia, Ribeira D’ouro, Quanta do Macacão, o sítio do Físico, a fonte do Bispo e muitas obras raras de Lioz, os frontais de cantaria, a azulejaria, os balcões e as grades de ferro batido, desapareceram como por encanto da ilha do Amor.

Em seu lugar quase sempre um monstrengo modernoso cujo mau gosto agride a fina sensibilidade artística das nossas tradições coloniais de outrora, hoje sepultadas pelo asfalto do desenvolvimento (JORNAL PEQUENO, 23/09/84, p.4).

Ao lado das muitas colunas que acusavam a negligência com o patrimônio, o título jornalístico “São Luís: 372 anos depois já não é como

antigamente”, refere-se a algumas questões da constituição urbana da cidade, avultando os monumentos históricos, edificações coloniais e o formato de praças e ruas. A matéria aborda também os prejuízos consumados ao longo do século XX, tanto pela descaracterização de bens quanto pela sua destruição para dar lugar a construções modernas.

Das ladeiras, ruas e praças que fizeram a São Luís de um quarto de século, quase nada resta. As pedras de cantaria foram sumindo como por encanto, e muitas propriedades particulares guardam indevidamente parte desse acervo, assim como pias, canhões e outros equipamentos que compunham os nossos monumentos.

A modernização em nome do progresso foi abrindo novas artérias e modificando os cortes da área urbana, a partir da abertura da Avenida Magalhães de Almeida, da demolição da Igreja de Santaninha, da construção da Biblioteca Pública no Campo de Ourique e do próprio prédio do Liceu Maranhense. As praças laterais foram destruídas e recuperadas inteiramente fora de sua forma original. O mesmo ocorria com o antigo Largo da Cadeia que mesmo cedendo lugar a um moderno Hospital, nem por isto deixou de ter registrado crime histórico ali cometido. O asfalto trazido pelos americanos no início dos anos 40, que só se conhecia de nome, acabou por mutilar o piso das nossas ruas (O IMPARCIAL, 07-08/09/84, p. 2).

No artigo em epígrafe, publicado décadas após o período em que as construções antigas eram sinônimas de atraso, há o lamento pela perda de peças, imóveis e do traçado urbano legado pelo passado. As praças foram reformadas e modificadas na sua essência e as ruas por sua vez, antes calçadas com paralelepípedos agora cobertas com camada asfáltica.

Em outra reportagem do jornal o Imparcial, dessa vez a preocupação é com o espaço interno dos casarões que eram modificados: “Nesses prédios são instalados estabelecimentos comerciais ou agências bancárias. A preocupação em se preservar a arquitetura original se restringe, geralmente, à fachada do prédio” (O IMPARCIAL, 09/09/84, p. 13).

A transformação de casarões em estabelecimentos comerciais era uma prática que descaracterizava bens tombados (IPHAN, 2007, p. 60). Além da adaptação dos casarões como unidades comerciais, havia ainda o abandono de caráter especulativo. Essa forma de destruição do patrimônio consiste em permitir que o prédio se degrade com ação do tempo para empregá-lo em geral como estacionamento de veículos. O desinteresse de muitos proprietários em manter seus

imóveis foi movido pela evidente falta de espaço para estacionamento no centro da cidade (SILVA, 2009, p. 141).



**Figura 9 – Casarão em demolição. Fonte: Jornal O Estado do Maranhão de 12/05/1985**

As intervenções urbanísticas no centro histórico durante a década de 1980 projetaram uma nova visão sobre os velhos casarões que deixam de serem elementos perigosos à segurança pública devido à péssima conservação passando a ser vistos como sujeitos do abandono. Se nos anos anteriores a imprensa estava dividida entre aqueles que condenavam o perigo dos casarões em ruínas e aqueles que culpavam os gestores públicos pelo estado de abandono, no decorrer dos anos 80 a evolução das ações institucionalizadas para a proteção do centro histórico vão construindo um modelo sobre a dinâmica entre a cidade e o patrimônio.

O articulista Viégas Neto ao tratar do assunto, destaca que a alteração irresponsável de imóveis junto a ausência de medidas institucionalizadas para a proteção do patrimônio é determinante para a sua ruína. Menciona ainda a necessidade de compreender as diferenças entre “São Luís histórica e a São Luís nova”, as quais precisavam de cuidados especiais de acordo com suas especificidades:

É, aliás, o que, de certo modo, vem acontecendo, naturalmente, mas não de modo taxativo e institucionalizado capaz de impedir as agressões com que se continua a desfigurar a unidade arquitetônica da velha cidade. Tal institucionalização teria evitado, por exemplo, que uma das mais belas moradas inteiras da Rua da Paz, que, ano após ano, o proprietário Oliveira Maia preparara para desabar, mas não conseguindo, transformou-a em terreno para vendê-la a um banco, que, no local, construiu um elegante sobrado, de pretensa inspiração colonial, para a sede seus serviços (O ESTADO DO MARANHÃO, 08/09/85, p. 3).

Uma década após o tombamento do conjunto arquitetônico e paisagístico da cidade de São Luís pelo IPHAN, a situação dos imóveis tombados era degradante, com muitos casarões em estado de abandono e arruinamento.

Os especialistas afirmam que São Luís possui o maior conjunto arquitetônico de valor histórico de todo o Brasil. Mas dá pena passear pela Praia Grande. Grande decepção a dos protectionistas e de constatar o estado do casario; quando não ruína, promessa de ruína. Desaba o teto, o beiral desaba, desmorona a cimalha, caem as bandeiras das janelas, o reboco desfaz-se, até que aos poucos desabam as paredes: e a memória que se esvai (O ESTADO DO MARANHÃO, 08/09/86, Especial, p. 11).

A matéria jornalística denunciava o descaso nos sucessivos governos. Como se pôde ver, nas décadas de setenta e oitenta os jornais enfocavam principalmente o abandono do acervo arquitetônico, com os investimentos em obras urbanísticas. Essa tendência, no entanto, vai se alterando, sobretudo a partir de 1987 quando o foco se volta para os investimentos de revitalização, com suas obras urbanísticas e posteriormente (década de 1990) para o projeto de inclusão do Centro Histórico da cidade na Lista do Patrimônio Mundial.

Entretanto, o próprio poder público não era modelo em preservar suas construções tombadas, conforme se depreende do Inquérito Civil Público MPF/PR/MA 08109.000258/95-71. Ofício do então Procurador Chefe no Maranhão<sup>85</sup>, Nicolau Dino de Castro e Costa Neto, em alusão ao referido inquérito requisita do Poder Público Estadual, que proceda com obras nos imóveis em processo de arruinamento.

Nos termos do artigo 6º, inciso XX da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993 e, em razão do Inquérito Civil Público acima epigrafiado, que trata da situação de abandono dos imóveis tombados pelo IPHAN nesta Capital, ocasionando perigo iminente tanto para as respectivas estruturas

---

<sup>85</sup> O ofício se dirigia para a Procurada-Geral do Estado do Maranhão, que o encaminhou para a Secretaria de Estado de Administração.

quanta para a população em geral, fica Vossa Excelência notificada a tomar as medidas necessárias para que sejam efetuadas as obras cabíveis para salvaguarda dos prédios de propriedade do Governo do Estado do Maranhão, localizados à Rua da Palma nº 337 e Rua da Estrela nº 562, “Solar dos Vasconcelos”, pertencentes à área de tombamento federal (MPF, 1995).

Sob este prisma, é possível inferir pelos meandros contidos entre a constituição física do conjunto arquitetônico, seu período de esplendor, seu abandono, o processo de patrimonialização e a prevalência de desafios para preservação do conjunto urbano tombado.

As reformas que ocorreram em duas décadas possibilitaram a legitimação de um novo valor simbólico para o Centro Histórico da cidade. A atuação dos órgãos de gestão do patrimônio e os enunciados na imprensa local sobre as ações patrimoniais desenvolvidas na cidade repercutiram na formação de quadros cognitivos de pensamento. A imprensa local atua na disseminação das ações patrimoniais (ou ausência) desenvolvidas pelos órgãos de gestão do patrimônio. Essa atenção sobre o patrimônio arquitetônico por parte da imprensa escrita também é presente no percurso que culminou com a inserção na Lista do Patrimônio Mundial.

#### **3.3.4. A inserção na Lista do Patrimônio Mundial da Humanidade**

Apesar da situação de abandono e degradação de imóveis dentro do perímetro de tombamento federal, as obras executadas pelo PPRCH no conjunto urbano contribuíram para uma melhora significativa da paisagem e a crescente exaltação do conjunto arquitetônico.

Com sucessivas etapas de intervenções urbanísticas do PPRCH houve uma mudança valorativa sobre as velhas construções herdadas dos séculos XVIII e XIX. Referida mudança está relacionada com tombamento estadual feito em 1986, a retomada dos investimentos em obras urbanísticas a partir de 1987 (considerada a terceira etapa do projeto de revitalização) e uma maior percepção dos governantes que o patrimônio poderia ser ótima fonte de benefícios políticos através da divulgação de ações em defesa e promoção do patrimônio.

Se o conjunto arquitetônico de tipologia lusa foi tratado como sinônimo de atraso devido a sua estrutura espacial não ser favorável a utilização do automóvel, sua arquitetura ser de gabarito inferior aos arranha-céus e por não ter inclinação para se adaptar às transformações da modernidade, no entanto, ao adquirir valor patrimonial este mesmo espaço se reinventa, adquirindo o valor histórico. O que antes era considerado velho, obsoleto e passível de destruição é reconstruído em um processo de invenção (HOBBSAWM, 1997) como símbolo de esplendor de uma época próspera da cidade, sendo, portanto, portador de um valor inestimável que deve ser preservado.

Esse processo de “invenção” do Patrimônio contribui para consolidar uma nova representação social sobre a cidade. A legitimação de todo este processo de criação da cidade patrimônio estará contíguo ao trabalho desenvolvido pelo órgão de gestão do patrimônio.

Um dos elementos para projeção do Centro Histórico de São Luís como um local diferenciado por causa da singularidade consiste na variedade do seu patrimônio de azulejos contido no conjunto urbano. O acervo “reúne um belíssimo conjunto de peças importadas da Europa entre os séculos XVIII e XX” (FIGUEIREDO, 2006, p. 1).

Segundo os historiadores e pesquisadores da arte azulejar, o Maranhão só recebeu azulejos a partir da segunda metade do século XVIII, isto é, para revestimento interno. Quanto ao revestimento da fachada, só começou no século XIX, após a independência do Brasil, época aproximada da utilização desses azulejos em outras cidades brasileiras, cuja importação foi favorecida pelo estabelecimento dos laços comerciais entre Brasil e Portugal.

Segundo o pesquisador Santos Simões, o Maranhão recebeu azulejos portugueses em 1790, para o revestimento interno do antigo convento franciscano da Igreja de Santana e da Igreja do Rosário, ambas em São Luís e da Igreja de Nossa Senhora do Carmo na cidade de Alcântara. O pesquisador diz também que a primeira edificação civil que recebeu azulejos em São Luís foi um sobrado na Rua Oswaldo Cruz, em 1800.

Outra informação relevante, segundo o historiador Domingos Vieira Filho, registra que “conforme dados da Balança Geral do Comércio de Portugal, nos anos de 1776 a 1800, chegaram a São Luís, cerca de 107.402 peças” De acordo com esse registro, conclui-se que foi no século XVIII que se iniciou a utilização do azulejamento interno em São Luís, principalmente em silhares nas igrejas.

A técnica de azulejamento de fachadas chegou ao Maranhão a partir do século XIX, por volta do ano 1840, surgindo assim, como uma nova utilização do azulejo, que passa a revestir vastas superfícies exteriores de edifícios religiosos e civis. Mas é, sobretudo, a integração do azulejo na arquitetura urbana que exerce um papel simultaneamente funcional e



decorativo constituindo-se parte importante do nosso patrimônio cultural (FIGUEIREDO, 2006, p. 2).

A particularidade dos azulejos das fachadas dos casarões seria um dos fatores que teriam levado o órgão federal a incluir aquele núcleo no rol dos bens de valor patrimonial. O acervo de azulejaria sempre foi destaque, sem dúvida devido à beleza e a quantidade de fachadas revestidas com peças de diversas procedências, especialmente Portugal. Os azulejos reunidos em extensos planos de paredes das fachadas em São Luís "adquirem extraordinária força plástica, que reforçam o caráter de imponência do conjunto - dão-lhe brilho, realeza; todos os aspectos da aspiração burguesa" (VIVEIROS FILHO, 2006, p. 169).

Em razão da relevância da azulejaria do conjunto tombado, no Plano de Reabilitação do Bairro do Desterro<sup>86</sup> - 2005, se implantou a primeira etapa da Oficina-Escola de Restauro com fins de qualificar mão de obra especializada para conservação da azulejaria.

[...] a Escola de Azulejaria de São Luis, que contempla a formação no restauro de azulejos antigos e manufatura de peças de reposição. A Oficina-Escola de Restauro funcionará no edifício da Rua da Palma, 360 e já tem projeto executivo completo em fase final de aprovação. A obra está prevista de acontecer através da utilização de recursos do Convênio entre o Governo Espanhol (AECI), Iphan e prefeitura de São Luis, com o apoio da Caixa, SEBRAE, UEMA e UFMA (BRASIL, 2005, p. 61).

Os azulejos como as construções edificadas representam o período de maior vigor econômico do Estado do Maranhão. Os antigos casarões com a chancela do IPHAN deixam de ser representantes da decadência econômica, sendo ressignificados como símbolo de tempos áureos e elementos do esplendor da arquitetura lusa em São Luís.

A construção de uma nova visão sobre o Centro Histórico começa a se consolidar no fim da década 1980, a partir da iniciativa das obras urbanísticas. As ações patrimoniais contribuem para alimentar a possibilidade de São Luís pleitear sua inscrição na Lista do Patrimônio Mundial.

---

<sup>86</sup> Apoiado pelo Ministério das Cidades com recursos do Orçamento Geral da União do ano de 2004 (BRASIL, 2005, p. 59).

Artigo jornalístico do final da década de 1980 faz alusão aos projetos de preservação e revitalização do referido espaço urbano, mostrando como tais começavam a alterar a condição de descuido sofrida por vários prédios coloniais. Ao mesmo tempo pode-se perceber o crescente interesse do poder público com a participação de vários órgãos, principalmente do Governo Estadual em agenciar os empreendimentos cabíveis para transformar o Centro Histórico em um setor dinâmico. Apesar dessas intervenções, os projetos não abrangiam todo o acervo arquitetônico, devido a grande área geográfica decorrente dos sucessivos tombamentos realizados.

Com a conclusão das obras de reconstrução do Centro de Criatividade Odylo Costa Filho, um conjunto de vários prédios do final do século passado, ocupando toda uma quadra central da Praia Grande, chegam a quase vinte os imóveis de grande valor arquitetônico recuperados pela Setop Secretária de Transportes e Obras Públicas – dentro do Programa de Restauração e Revitalização do Centro Histórico de São Luís, reativado pelo governador Eptácio Cafeteira depois de vários anos de paralisação. O programa tem a coordenação das Secretarias do Planejamento e da Cultura e conta com a participação de diversos outros órgãos estaduais, municipais e federais.

Além dos prédios já recuperados outros encontram-se em obras, como o Solar do Largo do Comércio, um sobradão de dois andares onde será instalada uma pousada, na Praia Grande; a Casa da Cidade de São Luís, na Praça João Lisboa, que durante muitos anos abrigou a Câmara Municipal; a fábrica Cânhamo, na Rua de São Pantaleão, com fundos para o Anel Viário, que a exemplo do Centro de Criatividade se transformará num espaço cultural; o sobradão da Secretária de Comunicação e a sede do próprio Programa de Restauração do Centro Histórico, um sobrado próximo à SEPLAN, ambos na Praia Grande (O ESTADO DO MARANHÃO, 20/09/88, Cidade, p. 5).

Podemos observar que há algum empenho do poder público estadual em preservar não apenas a área onde se concentrava a maior parte do acervo colonial, mas também imóveis localizados em seu entorno, a exemplo do prédio onde funcionava a fábrica Cânhamo<sup>87</sup>, que evoca o processo de industrialização vivenciado pela cidade.

Em 1989 Luiz Phelipe Andrés, àquela época o coordenador geral do projeto para revitalização do centro histórico, destacava em artigo escrito no Jornal o Estado do Maranhão, que através do Projeto Praia Grande, executado no período de

<sup>87</sup> É implantada na cidade em 1891, a Companhia de Fiação e Tecidos Cânhamo, localizada no final da Rua da Madre Deus as margens do rio Bacanga. Sua implantação provocou a ocupação de terrenos vazios próximos a ela, nas proximidades do Cemitério do Gavião, fazendo surgir os bairros operários (ZENKNER, 2010, p. 09).

1981 a 1982, o governo estadual promoveu importantes obras de restauração, Feira da Praia Grande, a Praça, Albergue e Beco da Prensa (O ESTADO DO MARANHÃO, 08/09/89, Alternativo, p. 1). Nesse tempo tivemos a chamada primeira etapa de obras que se concentraram exclusivamente na Praia Grande e que foi destaque na imprensa escrita.

A realização da 1ª Etapa deste Sub-Programa, com as obras da Feira da Praia Grande, Praça, Albergue, Beco da Prensa, Estacionamento de coletivos e Obras de Urbanização, constitui-se hoje uma experiência prática bem sucedida e que contou com a ativa participação da comunidade. Envolvendo a aplicação de recursos na ordem de CR\$ 10,0 bilhões (valores atualizados) exclusivamente provenientes do governo estadual no período de 81/82 é hoje uma experiência nacionalmente reconhecida como um modelo para intervenções em Centros Históricos (MARANHÃO, 1986, p. 26).

Ressaltando a condição de precariedade sofrida pelo conjunto arquitetônico, Luiz Phelipe Andrés, em artigo de sua autoria publicado no jornal o Estado do Maranhão, aborda o aparecimento de alguns movimentos na cidade em defesa do patrimônio e ressalta o impulso durante o governo Cafeteira, o qual é ovacionado, por colocar em prática ações do Projeto Reviver para a revitalização do Centro Histórico.

Cresceu pouco a pouco a consciência da necessidade de preservar a cidade para garantir a qualidade de vida. Protestos contra o abandono surgiam de algumas entidades, campanhas contra a pichação eleitoral surtiram efeito surpreendente na última eleição municipal. A imprensa sempre denunciou o abandono. No âmbito estadual havia um projeto amadurecido, mas faltavam dois detalhes importantes: A decisão política e a coragem para o empreendimento. Estas vieram na forma do Projeto Reviver. Desde março de 1987 as coisas começaram a mudar. (O ESTADO DO MARANHÃO, 08/09/89, Alternativo, p. 1).

As intervenções urbanísticas durante o governo Cafeteira foram importantes para que o patrimônio ocupasse lugar de destaque dentro das políticas públicas do Estado. Porém, cabe advertir que o Projeto Reviver foi apenas uma continuação do PPRCH, sendo uma nova etapa deste. O próprio texto esclarece tal informação quando afirma que “havia um projeto amadurecido”. Um projeto da SEPLAN-MA, que projetava ações para o período entre 1987 e 1991 afirmava que as intervenções urbanísticas a serem realizadas seriam um prolongamento do programa de revitalização em curso:

Assim, a realização desta 2ª etapa se afigura como necessariamente prioritária dentro da ordenação geral do Programa como forma de se consolidar o processo de recuperação social e econômica da área da Praia Grande, antecipando condições favoráveis à implantação do Sub-Programa de Promoção Social e Habitação no Centro Histórico. Para esta 2ª etapa do Programa de Obras do Largo do Comércio estão sendo propostos oito projetos [...] (MARANHÃO, 1986, p. 26).

As intervenções de obras de revitalização tiveram o mérito de colocar o Centro Histórico num lugar de destaque. O Projeto Reviver se impôs de tal forma, que duas décadas depois ainda é comum as pessoas ao se referirem a Praia Grande por Reviver.

O coordenador do Projeto Reviver, Luiz Phelipe Andrés havia enfatizado a dificuldade em se reformar tão vasto conjunto arquitetônico. Segundo ele aquelas obras recuperaram apenas 15% de toda a área do centro histórico que precisava ser restaurada. (O ESTADO DO MARANHÃO, 08/09/91, Especial, p. 6).

As matérias dos periódicos denotam como foi sendo erigida uma imagem de singularidade ímpar no acervo arquitetônico de São Luís, trazendo elementos da paisagem urbana do Centro Histórico da cidade que denotariam as belezas do patrimônio arquitetônico.

As intervenções de revitalização do conjunto arquitetônico, empreendidas na década de 1980, vão fornecer suporte na década seguinte para a possibilidade de São Luís ser incluída na lista do Patrimônio Mundial da UNESCO. A proximidade deste acontecimento associada à expansão do turismo cultural colocará o Centro Histórico numa posição de destaque nos meios de comunicação, multiplicando-se as matérias jornalísticas que vão enfocar as ações do poder público.

Dominique Poulot destaca como veículos de comunicação escrita são um mecanismo para atribuir uma ordem cognitiva aos leitores em relação ao patrimônio e no caso específico do centro histórico de São Luís, os jornais em regra promovem o sentimento de singularidade do conjunto arquitetônico.

O jornalismo patrimonial, se é que pode atribuir-lhe tal qualificativo, que anuncia periodicamente “invenções” e descobertas, continua empenhado em ajustar o sentido de um passado e a consciência do presente – contribuindo tanto para normalizar as diferenças, como para colocar em destaque a singularidade de um monumento ou de uma peça para o entendimento da história e para suscitar o orgulho de uma coletividade (POULOT, 2009, p. 206).

Em 1996, a então Governadora Roseana Sarney iniciou a tentativa de colocar o Centro Histórico de São Luís na Lista do Patrimônio Mundial elaborada pela UNESCO. A imprensa escrita local havia destacado a entrega do Dossiê com dados do acervo a ser inserido na lista:

O documento entregue pela governadora Roseana Sarney à UNESCO contém dados concretos e completos sobre o centro histórico, como álbum fotográfico, slides, informações cadastrais, plantas, mapas, e ainda, dados sobre a evolução urbana, estado de conservação desse acervo, obras de recuperação que já foram feitas e as que estão sendo planejadas (O IMPARCIAL, 08/09/96, Cidades, p.11).

O projeto de inclusão do centro histórico da cidade na Lista do Patrimônio Mundial da UNESCO foi a ação política de maior relevância para divulgar o conjunto arquitetônico da cidade em nível internacional. Uma empreitada que será destaque na imprensa local que acompanha com ufania a possibilidade de São Luís ingressar num grupo distinto de cidades que possuem o título da UNESCO.

Tal processo coube a um grupo de técnicos<sup>88</sup> (principalmente engenheiros e arquitetos), sob a coordenação executiva de Phelipe Andrés, os quais montaram a proposta do Dossiê de apresentação da cidade para a UNESCO. Apoiado num “parecer técnico”, o referido Dossiê assim descreve a cidade:

É neste momento, em que a economia do planeta se reorganiza, internacionalizando-se, derrubando antigas fronteiras, que a eventual inclusão de São Luís na lista do patrimônio mundial se constituirá em importante fator de reconhecimento por parte da comunidade internacional representada pela UNESCO, de seu inestimável valor cultural, testemunho vivo da história da ocupação do território sul-americano (SILVA, 1997, p. 37).

De acordo com AIRES (2007), tal discurso oficial do Dossiê enfatizava que a eventual homologação do título de “Patrimônio da Humanidade” a São Luís contribuiria para acelerar a conclusão das negociações de um empréstimo entre o

---

<sup>88</sup> A defesa da proposta feita pelo Governo do Estado do Maranhão durante a 21ª Reunião do Comitê do Patrimônio Mundial foi feita pela Missão Observadora integrada pelos seguintes técnicos: Luiz Phelipe Andrés, Ronald de Almeida Silva, Dora Alcântara, Alessandro Candeas, Jean-Pierre Havély. A montagem da proposta foi supervisionada pelo Secretário de Estado da Cultura, Eliezer Moreira Filho, com a coordenação executiva do engenheiro Luiz Phelipe Andrés, com a colaboração do arquiteto Ronald Almeida e do historiador francês Jean-Pierre Havély. Houve ainda a participação dos seguintes profissionais: Rafael Moreira, dos arquitetos da SECMA, Dora e Pedro de Alcântara, da arquiteta do IPHAN, Sílvia Leal e dos também arquitetos: Danilo Rocha e Edson Fogaça (SILVA, 1997, p. 99-100).

Governo do Maranhão com o BID, assim como a contratação de recursos financeiros junto ao Governo Federal.

Mesmo que o empenho em querer transformar São Luís num grande polo turístico tenha tropeçado nas obras inconclusas e em políticas públicas incapazes de viabilizar uma revitalização completa do centro histórico, ainda assim o governo estadual se aventurou em inscrever o Centro Histórico na Lista do Patrimônio Mundial da UNESCO.

De fato as fases do programa de revitalização aplicadas pelos sucessivos governos até a década de 1990, foram importantes em melhorar as condições de infraestrutura ao dispor investimentos para a melhoria da rede de esgoto, água, telefonia e energia elétrica. No entanto, todo o afincado empreendido, não foi suficiente para resolver os problemas de arruinamento e abandono de muito imóveis, o que acabou impondo certo entrave para as ambições de fazer da Praia Grande um importante centro turístico conforme era categoricamente divulgado na imprensa local.

Diante dessa conjuntura foi formalizada a candidatura do Centro Histórico de São Luís para inclusão na Lista do Patrimônio Mundial da UNESCO. O principal fundamento para o reconhecimento como Patrimônio Mundial, estava na destacada tipologia arquitetônica e traçado urbano, sendo corroborado com as ações de mais de duas décadas de intervenções para revitalização e salvaguarda do conjunto arquitetônico.

Para convencer a comissão que ia julgar a proposta de reconhecimento pela UNESCO foi apresentado um Dossiê da cidade de São Luís exibindo uma série de justificativas relacionadas principalmente ao valor histórico dos bens culturais, fazendo referência a importantes acontecimentos que marcaram a história da cidade quais sejam: a fundação francesa, invasão holandesa, e a colonização portuguesa.

Núcleo habitacional fundado por franceses, anteriormente visitado por espanhóis atraídos por um possível caminho até o El Dourado, conquistada e saqueada por holandeses, São Luís é, finalmente, colonizada por portugueses que consolidaram seu domínio em todo o território brasileiro. Destes primórdios que fazem caminho e destino de inúmeros povos, São Luís atravessou sua história como ativo participante na vida do Estado Colonial do Maranhão, que mantinha relação de comércio e poder diretamente com Lisboa. (SILVA, 1997, p. 36).

O texto prossegue se referindo a importância econômica do seu porto para toda a região Norte e implantação do parque fabril no início do século XX. Alude também a contribuição cultural do Maranhão ao país, referendada na produção intelectual de seus muitos escritores, o que acabava se refletindo na produção do espaço urbano:

Porto de escoamento da produção de toda região Norte, pujante parque têxtil do princípio do século XX, São Luís manteve papel preponderante na cultura nacional que se traduziu na produção de seus poetas, escritores e políticos e materializou-se nos espaços urbanos, praças e solares. (SILVA, 1997, p. 36).

Em determinado trecho do dossiê temos a principal justificativa para a inclusão de São Luís na lista da UNESCO. A particularidade da arquitetura portuguesa dominante no conjunto urbano da Praia Grande, associando a beleza dos materiais utilizados à criatividade adotada nas construções, sem se esquecer dos azulejos:

Palco de lutas pela afirmação nacional, a São Luís coube criar através da releitura da arquitetura portuguesa, uma arquitetura única: seja pela generosidade dos materiais construtivos utilizados, seja pelas soluções ambientais adotadas, a casa maranhense se distingue de toda arquitetura colonial do país. O caso requintado do azulejo como proteção térmica e adorno, a modulação de cheios e vazios reforçados pela pedra lioz, nas molduras, cunhais, bacias de sacada e passeios públicos, dão a singularidade externa a esta maneira de construir. Internamente, são avarandados de rótulas, o pé-direito de 4 a 5 metros de altura as espessuras das paredes, os forros variados. (SILVA, 1997, p. 36).

Adiante o dossiê destaca a significativa extensão geográfica do acervo arquitetônico que ultrapassa o número de 3.500 imóveis de tipologia tradicional portuguesa, afirmando ser este o “mais extenso conjunto urbano e arquitetônico colonial da América Latina”.

Mais extenso conjunto urbano e arquitetônico colonial da América Latina, com seus mais de 3.500 imóveis representativos de nossa história, São Luís é definitivamente um dos mais acabados exemplos da maneira de viver do Brasil dos séculos XVIII e XIX.

Atualmente o Centro Histórico concentra as principais funções administrativas, financeiras e comerciais da Capital, que por sua vez é o epicentro de um região metropolitana que atinge cerca de 1 milhão de habitantes. Apresenta-se portanto uma rara oportunidade de assegurar a

salvaguarda e a preservação de seu valioso acervo cultural. (SILVA, 1997, p. 36).

Contudo, é necessário mencionar que o quantitativo contido no dossiê supera o número de imóveis catalogados em inventário pelo IPHAN, pois para o mesmo seriam 978 imóveis constantes com tombamento federal e incluindo bens isolados<sup>89</sup>.

O IPHAN<sup>90</sup> ao proceder com a produção do inventário computou cinco centenas de imóveis onde foi informado apenas o endereço. Existem outros 475 bens que dispõe de outros dados além da informação sobre o endereço (IPHAN, 2007). O inventário destaca ainda as seguintes informações: uso atual, uso anterior, gabarito, outros gabaritos, área do lote, área de projeção e estado de conservação. (SILVA, 2009, p. 83). Sendo que nem todos trazem todos os mencionados dados.

A quantidade de imóveis dentro do perímetro inscrito pela UNESCO<sup>91</sup> excedia inicialmente a quantidade de bens com tombamento federal. A área de patrimônio tombada pela UNESCO possui um acervo de 1.369 imóveis, numa extensão que engloba logradouros na área federal e alguns quarteirões de tombamento estaduais. Os imóveis inscritos como patrimônio mundial se encontram distribuídos nos bairros da Praia Grande, Desterro, praças D. Pedro II, Benedito Leite, João Lisboa, Carmo, Antonio Lobo, Santo Antonio e São João (ESPÍRITO SANTO, 2006, p. 90).

Finalizando, o dossiê destaca as intervenções urbanas feitas por mais de duas décadas que possibilitaram uma relativa integração socioeconômica do centro histórico na cidade. Justificando que apesar de algumas áreas se encontrarem em

---

<sup>89</sup> Além destes imóveis, constam no inventário ainda 08 bens que possuem tombamento individual e sobre os mesmos houve uma atenção especial (SILVA, 2009, p. 83).

<sup>90</sup> O inventário do centro histórico de São Luís faz parte do Projeto denominado Inventário Nacional de Bens Imóveis em Sítios Urbanos (INBI/SU) sobre cidades tombadas. De acordo com o IPHAN, sua função é: "apoiar os trabalhos de preservação, pela aplicação e consolidação de um método que reúne e sistematiza dados coletados a partir de levantamentos de campo, de levantamentos de fontes documentais e sobre a história de atuação do IPHAN nessas cidades" (IPHAN, 2007, p. 15).

<sup>91</sup> Em 2012 a área de tombamento federal foi ampliada através manifestação do Conselho Consultivo do IPHAN (Processo Nº 454-T-57/nº 01450.018038/2007-88) para que a mesma tivesse idêntica dimensão da área inscrita na Lista da UNESCO. (ANDRÉS, 2012, p. 52). A Portaria do Ministério da Cultura nº 93, de 29 de outubro de 2013, homologou a rerratificação do tombamento do Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico da cidade de São Luís, Estado do Maranhão.



estado de deterioração os poderes estadual e municipal vão implementar a continuidade dos trabalhos de preservação do patrimônio.

Nos últimos 20 anos foram recuperadas dezenas de quadras e mais de 200 edificações de interesse histórico, além de dois grandes complexos industriais do século XIX agora readaptados para funções modernas. Outras medidas de natureza legal e institucional vêm sendo aplicadas no sentido de valorizar e proteger o acervo.

Pela extensão do conjunto e grandes áreas ainda em precário estado de conservação, o Governo Estadual e a municipalidade de São Luís terão que exercer doravante um permanente trabalho no sentido de garantir a continuidade dos Programas de Preservação já iniciados. Negociações estão em curso, com organismos financiadores, nacionais e internacionais com intuito de assegurar os recursos financeiros necessários para tanto.

É neste momento, em que a economia do planeta se reorganiza, internacionalizando-se, derrubando antigas fronteiras, que a eventual inclusão de São Luís na lista do Patrimônio Mundial se constituirá em importante fator de reconhecimento por parte da comunidade internacional representada pela UNESCO, de seu inestimável valor cultural, testemunho vivo da história da ocupação do território sul-americano (SILVA, 1997, p. 37).

Elaine Aires (2007), ao discorrer sobre o Dossiê destaca sobre os elementos e estrutura do documento apresentado como justificativa para inclusão do Centro Histórico de São Luís.

O documento é extremamente técnico, apresenta a cronologia das tratativas para a inclusão do Centro Histórico na listagem da UNESCO – Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura – tendo como marco a data de 23 de maio de 1996, data em que a então governadora Roseana Sarney envia ofício ao Diretor Geral da UNESCO, Dr. Frederico Mayor, apresentando oficialmente o pleito de inclusão do Centro Histórico da cidade lusitana na lista do Patrimônio Mundial, acompanhado de relatório e dossiê fotográfico. Além disso, apresenta a delimitação do núcleo principal do acervo em questão, sua localização, os domínios jurídicos da área, sua caracterização (delimitação, topografia, conjunto arquitetônico, suas edificações), o histórico da cidade, sob a ótica do historiador Mário Meireles, o estado de preservação e conservação, bem como a origem e as políticas de preservação empreendidas na região (AIRES, 2007, p. 153).

No dossiê, é perceptível como o turismo cultural se transforma num importante elemento dentro da política de preservação patrimonial. A ênfase turismo cultural é evidente em documentos do Governo Estadual. O Plano estadual de turismo do Maranhão 1995-1999 insere o Centro Histórico de São Luís como um polo turístico prioritário na política de turismo do Estado destacando 22.000m<sup>2</sup>

recuperados pelo Projeto Reviver, mas com a necessidade de urbanização (MARATUR, 1995, p. 26-28).

O título de Patrimônio Mundial da Humanidade era entendido como uma importante via de acesso para a cidade se inserir nos roteiros de turismo cultural, tanto nacional, como internacional. No documento intitulado “Estratégia para o desenvolvimento turístico do Maranhão”, o Governo Maranhense destaca como condicionante básica a “priorização do Pólo São Luís-Alcântara” para investimentos “a continuidade de projetos de recuperação e preservação do patrimônio e monumentos históricos e culturais” (MARANHÃO, 1996a, p. 4).

Outro razão para o empenho na inserção do Centro Histórico na Lista do Patrimônio Mundial da UNESCO seria a maior facilidade em se obter investimentos para continuidade das intervenções no acervo arquitetônico.

Para Andrés, o reconhecimento internacional do patrimônio de São Luís, garantirá à cidade não somente status e divulgação, mas servirá ainda de aval junto às entidades financiadoras internacionais, que passarão a ter um referencial seguro para investir no Estado, e este por sua vez terá condições de preservar o seu acervo (O IMPARCIAL, 08/09/96, Cidades, p.11).

Nas comemorações do aniversário de São Luís no ano de 1997, a imprensa destacava o assunto, a exemplo do que foi abordado em entrevista feita com o então prefeito da cidade Jackson Lago:

O Imparcial – Até o final do ano, São Luís pode ser considerada Patrimônio Cultural da Humanidade, em que isso contribuirá de fato para melhorar não apenas o aspecto urbano, como também transformá-la num polo turístico?  
Jackson Lago – O fato de termos São Luís homologada como patrimônio cultural da humanidade é de uma importância muito grande para a nossa cidade, por que vai permitir com que nossas riquezas arquitetônicas e culturais possam ser vistas por um número muito maior de pessoas. Nós entendemos que, na medida que São Luís seja homologada como tal, nós conseguiremos atrair mais visitantes e, conseqüentemente, mais recursos e divisas para a capital. São Luís não tem indústrias e o turismo é a sua vocação natural (O IMPARCIAL, 08/09/97, Especial Cidades, p. 15).

A entrevista destaca que a inserção de São Luís na lista da UNESCO possibilitaria a implantação de um núcleo de turismo cultural apto a transformar a cidade num grande polo turístico e conseqüentemente seria uma fonte de recursos financeiros.

No mês de dezembro de 1997, na cidade de Nápoles na Itália, a recomendação do ICOMOS foi acatada e finalmente São Luís era incluída na Lista do Patrimônio Mundial da Humanidade, baseado na seguinte justificativa:

O Comitê decidiu inscrever esta propriedade com base em critérios (iii), (iv) e (v), considerando-se que o Centro Histórico de São Luís do Maranhão é um exemplo marcante de cidade colonial portuguesa adaptada com sucesso para as condições climáticas da América do Sul equatorial e que tem preservado o seu tecido urbano, harmoniosamente integrado com o seu ambiente natural, em grau excepcional. (UNESCO, 1998, p.41 – Tradução do autor).

Frente à confirmação do título, a imprensa local noticiou aquele acontecimento de forma ampla, publicando matérias bastante festivas. Ao mesmo tempo era apregoada a chegada de novos tempos onde o incremento do turismo proporcionaria uma economia próspera e expansiva. No dia seguinte à contemplação do título da UNESCO, a imprensa escrita local assim se expressava:

Nápoles – São Luís do Maranhão é a quarta cidade histórica brasileira considerada Patrimônio da Humanidade. O título concedido a poucas cidades do mundo – Atenas, Paris e Veneza, por exemplo – foi aprovado ontem (3) por unanimidade pela Organização das Nações Unidas para Educação e Cultura (Unesco), cujo Comitê do Patrimônio Mundial está reunido desde segunda-feira passada nesta cidade do Sul da Itália. (O IMPARCIAL, 04/12/97, p. 9).

O articulista lembra que poucas cidades tiveram o privilégio de serem incluídas na lista da UNESCO, e o Centro Histórico São Luís era o quarto conjunto arquitetônico urbano a ser contemplado com o título de Patrimônio Mundial<sup>92</sup>, ficando ao lado dos sítios históricos como Ouro Preto, Olinda, Salvador e Brasília, sendo também comparada com importantes cidades patrimônio conhecidas no cenário mundial.

Para a cidade de São Luís foi um grande prestígio ter o seu acervo arquitetônico a honraria de receber um título tão nobre. Enquanto se comemorava importante acontecimento, a partir daquele momento carregava-se o encargo

---

<sup>92</sup> São Luís foi o quarto centro histórico brasileiro incluso na lista, mas outros patrimônios como as Missões Jesuíticas Guaranis, o Santuário de Bom Jesus do Matosinho, o conjunto urbanístico-arquitetônico de Brasília e o Parque Nacional Serra da Capivara precedem cronologicamente também como inscritos na Lista do Patrimônio Mundial da UNESCO.

obrigatório de se preservar os bens patrimoniais. A própria governadora Roseana Sarney reconhecia essa tarefa em seu discurso de agradecimento:

A governadora do Maranhão, Roseana Sarney, disse que vê a partir de agora, “uma excepcional responsabilidade, crescente e mais complexa, que é a preservação de um bem cultural inscrito na Lista do Patrimônio Mundial”. “Será uma tarefa que exigirá, cada vez mais, reflexão e criatividade, diálogo e firmeza, para que o centro histórico de São Luís, enquanto patrimônio mundial, constitui uma referência cultural universal expressiva, permanente e socialmente relevante”, disse a governadora. (O IMPARCIAL, 04/12/97, p. 9).

A partir daquele momento a necessidade de se preservar o acervo arquitetônico era algo imprescindível, pois mesmo que já houvesse um tombamento federal e estadual, ainda assim era recorrente na cidade o arruinamento de bens de valor patrimonial. A permanência na Lista do Patrimônio Mundial requeria que o patrimônio recebesse proteção frequente e efetiva de forma a inibir a perda de bens patrimoniais na cidade.

O Jornal Pequeno, outro importante periódico local ao noticiar a concessão do título da UNESCO a São Luís, descreve o caminho percorrido para que a cidade ostentasse o título, destacando que o centro histórico da capital maranhense concorreu com outros 429 bens pela inclusão da Lista da UNESCO:

Para conquistar o título de Patrimônio Mundial da Humanidade este ano concorreram 429 bens de todo o planeta, onde participaram seis do Brasil. Após passagem pelo crivo, somente 27, entre os quais São Luís, lograram a aprovação nos variados estágios programados pelas Unesco.

Todo o processo teve início com uma solicitação da governadora Roseana Sarney Murad ao organismo internacional. O primeiro grande passo dado pela única capital brasileira fundada por franceses e colonizada por portugueses aconteceu no dia 26 de março quando a **Cidade dos Azulejos e dos Sobradões** teve sua proposta aprovada por unanimidade pelo ICOMOS – Conselho Internacional de Monumentos e Sítios, órgão da Unesco, responsável pela concessão do título.

Já o segundo passo aconteceu o mês de julho, ocasião em que se reuniu o Bureau do Patrimônio Mundial para ultimar a decisão que culminaria o reconhecimento da capital maranhense como Patrimônio pelos representantes do México, Alemanha, Austrália, Itália, Marrocos e Níger, o organismo se reuniu e recomendou a proclamação de São Luís ao Comitê do Patrimônio Mundial, responsável pela decisão final.

Agora concretamente, São Luís, a partir de amanhã, quando a governadora Roseana Sarney Murad receberá a distinção na Itália, será Patrimônio Mundial da Humanidade (JORNAL PEQUENO, 04/12/97, JP Turismo, p.2).

A campanha para a conquista do título em epígrafe passou por várias etapas desde seu início no ano de 1996 junto a UNESCO, na cidade de Paris. Naquele mesmo ano, o Ministério da Cultura do Brasil aprovou a proposta feita pelo governo do Estado do Maranhão.

Em janeiro do ano seguinte, uma comissão de técnicos enviados pela UNESCO aportou em São Luís, tendo como dirigente da equipe o arquiteto argentino Júlio Morosi. A referida comissão avaliou cuidadosamente o acervo arquitetônico e concluiu que a cidade satisfazia aos critérios estabelecidos. No mês de março de 1997 o ICOMOS fez a recomendação da inscrição apresentada. Em dezembro daquele mesmo ano, o Comitê do Patrimônio Mundial por unanimidade acatou a recomendação do ICOMOS e finalmente o centro histórico de São Luís era incluído na Lista do Patrimônio Mundial da Humanidade.

Deste modo, todo o empenho investido no processo de preservação e revitalização do Centro Histórico de São Luís teve o seu auge em dezembro de 1997, quando a Governadora do Estado juntamente com o Prefeito de São Luís Jackson Lago e os demais membros da comitiva oficial que representavam a cidade no evento tiveram a honra de receber o título de Patrimônio Cultural da Humanidade, durante a 21ª reunião do Comitê do Patrimônio Mundial.

Após a concessão do título em 1997 pela UNESCO, foram iniciadas no ano seguinte obras, especialmente no perímetro do espaço urbano reconhecido como Patrimônio da Humanidade. A candidatura da cidade que resultou na inscrição do seu Centro Histórico na Lista do Patrimônio Mundial recompensou todo o esforço empenhado pelos órgãos de gestão do patrimônio, pesquisadores e políticos envolvidos no desfecho que culminou com a cerimônia realizada em Nápoles.

As ações patrimoniais implementadas durante a segunda metade do século XX foram fundamentais para o reconhecimento do Centro Histórico como um bem de valor inestimável, obtendo a chancela máxima junto à UNESCO, contudo o problema de manter preservado o conjunto arquitetônico de tipologia lusa descortinava-se como um desafio para os responsáveis pelo patrimônio. O próprio inventário do IPHAN denota o imperativo de se aprofundar mais sobre o próprio centro histórico na busca de mais dados e informações referentes aos bens tombados.

Com seu núcleo urbano inicial de tipologia lusa sendo tombado como patrimônio nacional, estadual e inscrito na Lista do Patrimônio Mundial da UNESCO, o desafio dos órgãos de gestão do patrimônio torna-se ainda maior em preservar e integrar o conjunto urbano tombado. As práticas patrimoniais promovidas no Centro Histórico de São Luís e seus resultados serão aprofundados no próximo capítulo.

#### **4. A MOLDAGEM DO PATRIMÔNIO**

O capítulo faz uma análise dos desafios para a preservação do conjunto arquitetônico de tombamento federal do Centro Histórico de São Luís. A reflexão se inicia ponderando sobre os programas de intervenção urbanística para revitalização do patrimônio arquitetônico urbano através do exame de ações e projetos desenvolvidos nas sucessivas etapas de revitalização do conjunto arquitetônico, no intuito de analisar as diretrizes de atuação da gestão patrimonial.

Em seguida traz uma radiografia das modificações sociodemográficas ao longo de três décadas acerca das pessoas residentes e dos domicílios na área de tombamento federal através da construção de informações com a utilização de dados oriundos dos Agregados por Setores dos Censos Demográficos do IBGE.

Na parte final contrapõe as ações patrimoniais desenvolvidas em relação às modificações no tecido social da área de preservação histórica, com fins de subsidiar a reflexão sobre os desafios que se impõem para a manutenção do acervo tombado.

##### **4.1. Diretrizes de Preservação e Revitalização**

Conforme analisado no capítulo anterior, desde a década de 1980 ocorreram significativas mudanças na atuação do poder público no âmbito da área urbana em que se encontra o acervo histórico.

Neste íterim também muitos foram os projetos e as propostas para preservar o acervo patrimonial tombado. Se no capítulo anterior foi apresentada a história da cidade e do processo de institucionalização do Centro Antigo de São Luís como área de preservação histórica, neste capítulo da tese será sopesado o esforço para manutenção do patrimônio tombado com a apresentação e debate sobre projetos e intervenções oriundas das diretrizes da política patrimonial planejada no âmbito do PPRCH.

Pela proposta, vemos o quanto a região parecia “caótica”, pela dificuldade de acesso, falta de limpeza pública e problemas na circulação dos veículos pelas ruas estreitas, entre outros. Neste momento, a proposta era atender necessidades do comércio praticado no Centro Histórico e construir alguma estrutura para receber turistas que visitavam a cidade. No projeto também havia a ideia de devolver à Praia Grande uma vitalidade comercial que estava desaparecendo, sinais do esvaziamento econômico e social da área que vinha ocorrendo desde a década de 1970 (CAMÊLO, 2010, p. 143).

As políticas adotadas pela Coordenação do Programa de Preservação e Revitalização do Centro Histórico de São Luís são derivadas dos “princípios que evoluíram a partir das diretrizes definidas na I Convenção Nacional do Projeto Praia Grande” (MARANHÃO, 1986, p. 18). Assim, as ações de preservação e promoção do patrimônio arquitetônico são orientadas nas seguintes políticas:

- Propiciar a permanência da população residente no Centro Histórico, através de um processo de gestão comunitária das questões relativas à habitação, tomando como base das ações da administração pública no setor.
- Intensificar as atividades de assistência e promoção social e consolidar instituições existentes na área que se dedicam ao atendimento da pessoa e da família.
- Incentivar as manifestações culturais e educacionais, mediante o estabelecimento de centros comunitários, de treinamento e de criatividade artística e o fortalecimento das instituições públicas e privadas existentes na área, dedicadas à ação e à difusão cultural, bem como apoiar as manifestações culturais e artísticas de indivíduos ou grupos comunitários residentes no Centro Histórico.
- Restaurar e preservar o patrimônio arquitetônico e ambiental urbano do Centro Histórico, reintegrando-os à dinâmica cultural e econômica da cidade, em condições adequadas de utilização e apropriação social.
- Promover a revitalização econômica do comércio varejista, especialmente de gêneros alimentícios regionais (hortifrutigranjeiros, pescado e secos e molhados), e artesanato e das atividades relacionadas ao turismo cultural.
- Adequar as redes de utilidades, serviços e logradouros públicos – água, esgoto, drenagem, energia elétrica, telefone, limpeza urbana, transportes, saúde, segurança, praças e rede viária – de forma a beneficiar a população residente e aos usuários, propiciando uma ocupação mais coerente e diversificada no Centro Histórico.

- Dinamizar as atividades portuárias tradicionais, visando a revitalização das funções econômicas culturais mais representativas do Centro Histórico, relativas a pesca artesanal e ao transporte hidroviário de passageiros e carga.
- Contribuir para a evolução do associativismo e para a consolidação das entidades de classe e demais associações existentes, de forma a garantir uma participação efetiva da comunidade no processo de preservação e revitalização do Centro Histórico.
- Garantir no âmbito da Comissão de Coordenação do Projeto Praia Grande, um processo permanente de reavaliação crítica do Programa de Preservação e Revitalização do Centro Histórico de São Luís, de forma a assegurar que todas as intervenções propostas sejam estabelecidas a partir das contribuições e reivindicações definidas por cada entidade participante e pelos representantes da comunidade.
- Assegurar o compromisso político da administração pública quanto a inclusão dos temas relativos a restauração e conservação dos bens culturais e dos concomitantes trabalhos de promoção social das comunidades, nos planos de governo federal, estadual e municipal, de forma a garantir o estabelecimento de uma filosofia governamental que se materialize através de programas de trabalho, em dotações orçamentárias e na alocação de recursos humanos e financeiros, compatíveis com a natureza e o volume das atividades e serviços que se fazem imprescindíveis à preservação do patrimônio e da memória cultural maranhense (MARANHÃO, 1986, p. 18-20).

Além destas dez diretrizes políticas, Andrès (2012, p. 74-77) afirma ainda sobre a existência na consecução do plano de trabalho desenvolvido “que o programa manteve ao longo de sua existência uma estrutura composta de 11 subprogramas criados para atender às políticas adotadas”.

Os referidos subprogramas (SILVA, 1997; ANDRÈS, 2012) foram eles o elemento canalizador de projetos planejados e implantados. I) Subprograma de Promoção Social e Habitação no Centro Histórico de São Luís; II) Subprograma de Restauração do Patrimônio Artístico e Arquitetônico; III) Subprograma de Recuperação da Infraestrutura e Serviços Públicos; IV) Subprograma de Prédios Públicos no Centro Histórico no Centro Histórico; V) Subprograma de Incentivo às atividades de Turismo Cultural; VI) Subprograma de Revitalização das Atividades Portuárias; VII) Subprograma de Recuperação do Patrimônio Ambiental Urbano; VIII) Subprograma de Recuperação da Arquitetura Industrial; IX) Subprograma de Gerenciamento, Planejamento e Administração; X) Subprograma de Pesquisa e Documentação; XI) Subprograma de Editoração e Divulgação. No programa de trabalho do PPRCH para o período 1987-1991 se observa os mencionados subprogramas e a existência de mais um, sendo específico para a 2ª etapa de obras do Largo do Comércio (MARANHÃO, 1986, p. 22).



Esses subprogramas planejados no âmbito do PPRCH visavam superar o abandono ao qual ficou submetido o Centro Histórico durante décadas. Os documentos elaborados pela coordenação do Projeto destacavam “o conjunto homogêneo, mantendo características originais que lhe conferem caráter peculiar” (MARANHÃO, 1986, p. 12). O projeto aborda também como o PPRCH vem sendo gradativamente implantado, sendo investidos Cr\$ 11,4 bilhões de cruzeiros em estudos, pesquisas, projetos e obras no período de 1977-1984 (MARANHÃO, 1986, p. 14).

#### 4.1.1. Habitação Residencial

Em razão do próprio déficit habitacional<sup>93</sup> existente na cidade de São Luís, conjugado com a necessidade de apontar destinação para imóveis componentes do acervo tombado, desde o início dos estudos sobre o PPRCH a questão da promoção da habitação residencial foi um dos elementos que mereceram destaque. Ainda na década de 1980 a Coordenação do Projeto já apontava como uma necessidade central a busca por manter a tradição de ocupação do solo do Centro Histórico com ênfase nas habitações residenciais.

Todavia existe no Centro Histórico uma rara oportunidade de conjugar soluções necessárias para preservar o rico acervo de arquitetura urbana e ao mesmo tempo minorar o agudo habitacional para um razoável contingente de trabalhadores que necessitam morar perto do seu local de trabalho.

Hoje, o Centro Histórico ainda inclui uma ampla faixa de níveis habitacionais, localizadas em áreas distintas. Desde residências de classe média alta, passando pelas residências unifamiliares de classe média, até os “cortiços”, grandes sobrados coloniais, ocupados em regime multifamiliar, em péssimas condições de habitabilidade por não apresentarem os mínimos requisitos quanto à segurança, higiene e espaço vital.

Por outro lado, as principais políticas adotadas pela Coordenadoria do Programa de Preservação e Revitalização do Centro Histórico de São Luís visam criar condições não só para a permanência das famílias que residem atualmente na área, como para assegurar o aumento da oferta de unidades habitacionais garantindo o uso residencial como um dos principais fatores na ocupação do solo no centro da cidade. (MARANHÃO, 1986, p. 37).

---

<sup>93</sup> "A questão habitacional constitui-se num dos mais graves problemas sociais da Ilha de São Luís. O déficit atual alcança cerca de 200 mil pessoas que se encontram residindo nas áreas periféricas em condições desumanas" (MARANHÃO, 1986b, p. 23).

De fato a tentativa de promover a permanência dos que já residiam no Centro Histórico e ao mesmo tempo aumentar o número de habitantes foi um dos quesitos com proeminência no decorrer dos projetos para a área. Essa diretriz tinha grande relevância em um momento no qual com a expansão da cidade para orla marítima que "remeteu ao abandono gradativo do centro tradicional. A deterioração de seus equipamentos urbanos, o abandono do acervo arquitetônico do bairro da Praia Grande, o decréscimo populacional são mostras desse processo" (DA SILVA, 2010, p. 79).

Um dos aspectos dentro dessa política era a tentativa de reversão do processo de encortiçamento verificado em imóveis do acervo, pois além do problema social tal situação também criava sérios empecilhos para preservação do próprio conjunto arquitetônico.

A situação destas habitações é a de um edifício com dois ou três pavimentos, em péssimo estado de conservação, muitas vezes sem instalações sanitárias, abrigando de 20 a 50 pessoas. As famílias em geral ocupam 2 cômodos sem instalações hidráulicas próprias e os solteiros e mesmo outras famílias se restringem à um só cômodo (MARANHÃO, 1986, p. 38).

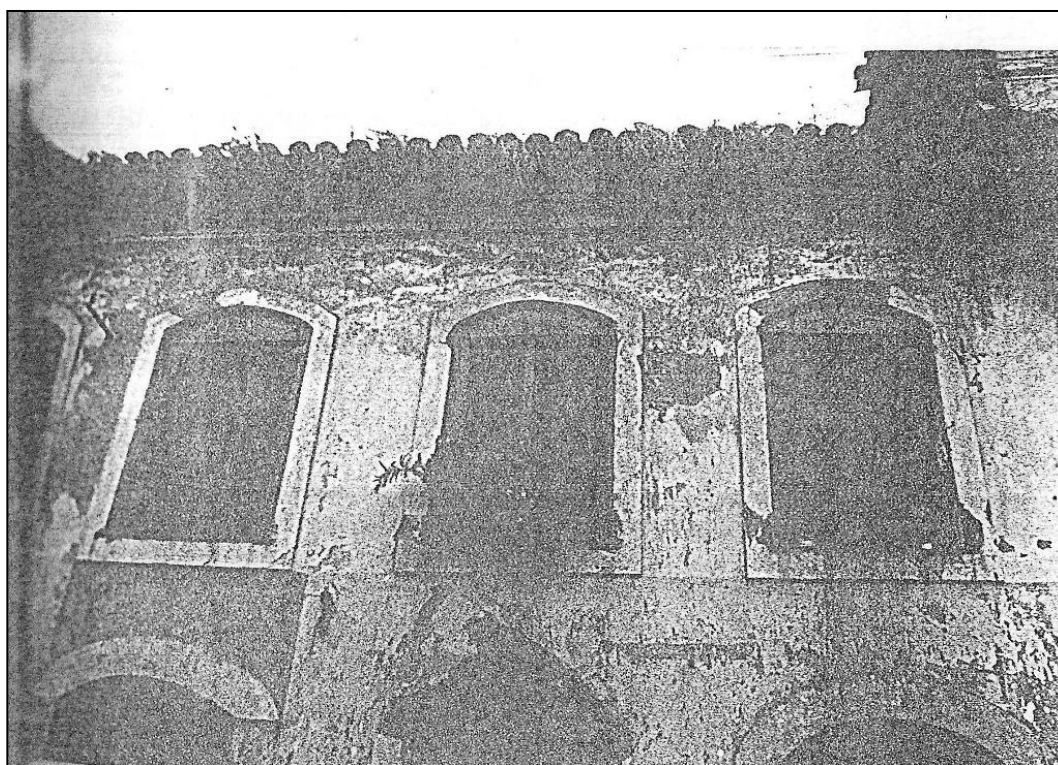
O diagnóstico da situação dos cortiços criados em imóveis tombados demonstra de forma clara e inequívoca o problema social existente oriundo da falta do direito à moradia digna na cidade de São Luís e com repercussão no sítio histórico.

Essa situação além de acarretar vexatória situação social também contribuía sobremaneira para a degradação do conjunto urbano tombado, pois os imóveis nesta situação não recebiam a devida manutenção.

O prédio é regularmente administrado por um arrendatário ou "zelador" que funciona como intermediário entre o proprietário e os moradores e paga ao primeiro um valor fixo, bastante inferior ao que recebe dos moradores. O proprietário não tem interesse em investir na conservação de seu imóvel, o zelador também não, e os moradores só podem realizar pequenos consertos mais urgentes e provisórios (MARANHÃO, 1986, p. 38).

Este quadro precário de habitação acabava por erigir um processo progressivo de degradação até atingir, estado intolerável, gerando um quadro de segurança aos moradores em razão do arruinamento da construção. Em situações extremas ocorria o abandono do imóvel que criava forte tendência de um futuro desabamento.

Com esse diagnóstico o subprograma de habitação e promoção social elencava como objetivo “abrigar cerca de (1.000) mil famílias apenas na 1ª Etapa período 86/90” (MARANHÃO, 1986, p.39).



**Figura nº 10 – Imóvel em ruínas. Fonte: MARANHÃO, 1986, p. 42**

Para implantação do programa propunha-se a aquisição de 25.000m<sup>2</sup> de área construída de imóveis “ocupados por uso habitacional multifamiliar de baixa renda (os cortiços), e outros completamente desocupados” (MARANHÃO, 1986, p.42). Com essa diretriz procurava-se dar dignidade de condições humanas de moradia, restaurar dezenas de grandes sobrados históricos e ao mesmo tempo

movimentar atividades na área histórica no setor de construção civil e serviços. A figura nº 10 é um exemplo de imóvel em processo de arruinamento em condições de servir para o projeto do subprograma de habitação e promoção social. Para a consecução dos objetivos estava previsto o custo estimado de CZ\$ 189.500.000,00 (OTN 517.568) para aquisição de imóveis e 300.000.000,00 (OTN-818.509) para recuperação dos imóveis adquiridos para fins habitacionais.

A restauração do acervo arquitetônico ao ser conjugada com projetos de uso residencial de imóveis tombados é um desafio por ser necessário um uso compatível com suas características, conforme se depreende dos documentos internacionais sobre preservação do patrimônio contidos no segundo capítulo da presente tese. É também uma necessidade para aumentar o leque de destinações possíveis para os imóveis e ao mesmo tempo incrementar a vida social da área tombada<sup>94</sup>. Os residentes acabam por utilizarem-se das vias, calçadas, logradouros e equipamentos públicos, e deste modo, garantindo uma melhor distribuição de pessoas no decorrer do dia. Esse desafio não é exclusivo do Centro Histórico de São Luís, mas de conjuntos urbanos tombados. Gilmar de Siqueira ao tratar da reutilização de imóveis de interesse patrimonial no bairro da Ribeira em Natal também trata da necessidade de fomentar a fixação e atração de residentes em imóveis tombados.

[...] compartilhamos das idéias de alguns autores de que a presença de pessoas durante todo o dia estimula e incrementa todo o processo de revitalização dessas áreas. O dia-a-dia dos moradores com seus horários diferenciados e também o fato de, onde existirem pessoas morando, sempre ocorrer o aparecimento da mercearia, da farmácia, da padaria, etc. Uma atividade acaba por fomentar outras (COSTA, 2006, p. 116).

Contudo, o objetivo do subprograma de habitação no Centro Histórico de São Luís, teve avanços aquém dos almejados em sua formulação inicial. Projeto de 1996 comprova essa assertiva ao trazer justificativas similares dos projetos da década de 1980 (MARANHÃO, 1986a; MARANHÃO, 1986b). Demonstra que a temática era recorrente nos projetos.

---

<sup>94</sup> Paula Paoliello Cardoso (2012), em sua dissertação apresenta análise detalhada sobre o tema das intervenções para uso habitacional no Centro Histórico de São Luís.

No Centro Histórico de São Luís, no entanto, existe uma rara oportunidade de conjugar as soluções necessárias para preservar o rico acervo de arquitetura urbana e, ao mesmo tempo, minorar o agudo problema habitacional para um razoável contingente de trabalhadores, que precisa morar perto do seu local de trabalho (MARANHÃO, 1996b).

Os projetos do subprograma de habitação tinham por escopo primordial manter "diferentes extratos sócio-econômicos", atrair novos residentes, e restaurar prédios transformados em cortiços, pois neste "a degradação é progressiva, insuportavelmente ameaçadora à segurança dos residentes, os quais, quando a situação se torna mais crítica, acabam abandonando o prédio" (MARANHÃO, 1996b).

#### **4.1.2. Mobilidade e serviços públicos**

O Centro Histórico de São Luís convive com o desafio da mobilidade urbana mesmo antes de ser tombado como Patrimônio Histórico. Nas décadas de 1940 e 1950 a área já sofria com a questão do aumento da utilização de veículos automotores que não se adequavam às suas ruas estreitas.

À medida que o processo de urbanização passa a prosperar, várias intervenções "modernizantes", à moda dos anos 40 e 50, começam a ser feitas em São Luís, especialmente para dar espaço aos automóveis e outros veículos. Duas igrejas e alguns sobrados notáveis foram demolidos para dar espaço à abertura de avenidas e ruas mais largas, para a circulação de veículos, o que ocasionou perdas irreparáveis para o patrimônio cultural (ANDRÉS, 1998, p. 54).

Se o problema de circulação dos automóveis é uma questão desafiadora, pode-se considerar que em zonas históricas a magnitude da questão se torna hercúlea devido às limitações legais e administrativas impostas na promoção de mudanças urbanísticas em áreas de proteção histórica. Assim, questões como circulação de pessoas e deslocamento de veículos e limitações do estacionamento de automóveis tornam-se centrais em qualquer projeto de mobilidade executado nessas áreas.

Tal caracterização ganha corpo ao se perceber que o traçado do centro histórico de São Luís com suas ruas estreitas acaba por impor limites para a circulação de veículos, o que condiciona também a circulação dos indivíduos. As cidades que possuem zonas históricas têm o desafio de equacionar dentro das políticas de preservação do patrimônio a questão da mobilidade.

Já nos primórdios do PPCRH, o subprograma de recuperação da infraestrutura e serviços públicos possuía como um dos eixos viabilizar soluções para a mobilidade urbana (trânsito e circulação), saneamento, drenagem e energia elétrica.

Com exceção do primeiro item (mobilidade) que pouco avançou, os demais de fato apresentaram um grande incremento de melhoria com os variados projetos e ações executadas no decorrer das últimas décadas.

Os problemas diagnosticados de mobilidade e serviços públicos não eram primazia exclusiva do Centro Histórico, mas de toda urbe. Contudo, em razão da degradação apresentada na zona histórica acentuavam a já calamitosa situação vivenciado pelo conjunto urbano.

Desde o início da década de 1980, os primeiros projetos desenvolvidos no âmbito do Grupo de Trabalho do PPRCH vislumbravam a necessidade da “redução do congestionamento do trânsito de veículos e a melhoria da circulação de pedestre” (MARANHÃO, 1982) em virtude da grande quantidade de veículos que circulavam e estacionavam sem qualquer tipo de restrição nas ruas do centro histórico.

Na década de 1980 mesmo com o tombamento federal do conjunto urbano a questão da circulação de veículos, inclusive pesados, dentro das ruas do século XVIII e XIX era uma constante. Para Guillermo Giucci (2004, p. 52) “O sujeito moderno é o indivíduo em movimento. Glorifica a mobilidade e consome o espaço da mesma forma que ingere alimentos”. Com essa avidez por mobilidade e fruição, o automóvel como grande figura do moderno disputava por espaço nas ruas e praças centenárias.

Assim, logo no início das primeiras intervenções no sítio urbano tombado foi elaborado o Plano de Circulação no Centro Histórico – PCCH, que incluía a restrição do tráfego de veículos em certos trechos em prol de ruas exclusivas para pedestres.



BECO  
DA  
ALFÂNDEGA

- ÁREA EXCLUSIVA  
P/ PEDESTRE



BECO  
DA  
ALFÂNDEGA

- ÁREA EXCLUSIVA  
P/ PEDESTRE

Figura 11 – Carros nas ruas tombadas. Fonte: MARANHÃO, 1982

O PCCH tinha por objetivo atuar na área onde já eram executadas obras do Programa Largo do Comércio, dessa forma foi considerado oportuno efetuar as primeiras interferências do Plano de Circulação no espaço em que o Poder Público já atuava na revitalização da Praia Grande. Além de procurar “amenizar o tráfego e o conflito de pedestre que atualmente ocorre com frequência; visa também melhorar as condições de saneamento, rede elétrica, telefones e drenagem pluvial” (MARANHÃO, 1982).

A figura nº 11 demonstra bem a situação do trânsito de veículos no Centro Histórico no período da imagem, com suas ruas e becos estreitos não projetados para os veículos automotores, acabava por gerar degradação do sítio histórico e dificultar a circulação dos pedestres.

É possível perceber que o PCCH não tinha por escopo apenas tratar da questão do trânsito de veículo e pessoas de forma isolada, mas dentro de um conjunto de serviços públicos que contribuíssem para melhoria da circulação em sua área de atuação com um conjunto de intervenções físicas na infraestrutura.

O alcance do projeto era limitado apenas a alguns trechos da Praia Grande: Beco da Prensa, Beco da Alfândega, Rua da Estrela (apenas uma parte) e Beco Catarina Mina. Em todos esses logradouros a intervenção proposta consistia no serviço de implantação e reconstituição da pavimentação e sarjetas, desobstrução e limpeza de bocas de lobo, galerias e canais existentes (MARANHÃO, 1982).

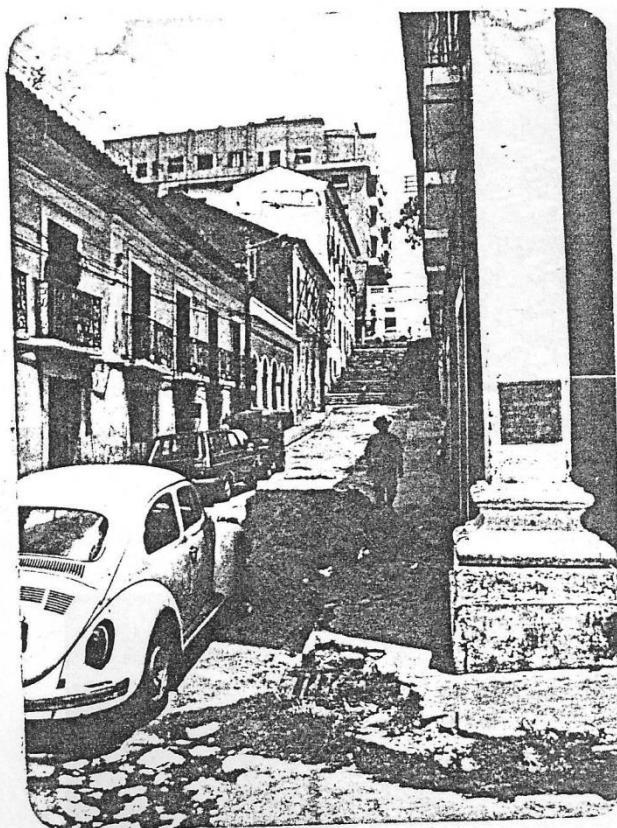
Além das obras físicas para garantir a circulação de pedestres, propunha-se a colocação de luminárias “fixadas nas paredes e muros” (MARANHÃO, 1982), conforme projeto a ser elaborado.

Em relação à limitação de circulação de veículos o PCCH planejava o fechamento ao tráfego dos mesmos nos trechos já mencionados através da inserção de obstáculo físico de concreto. Em razão dessa limitação imposta com o fechamento de algumas ruas no entorno da Feira da Praia Grande, o projeto já antevia a necessidade de criação de áreas de estacionamento (MARANHÃO, 1982).





RUA  
DO  
GIZ  
- TRECHO  
EXCLUSIVO P/  
PEDESTRE



RUA  
DO  
GIZ  
- TRECHO  
EXCLUSIVO P/  
PEDESTRE

Figura 12 – Carros na Rua do Giz. Fonte: Maranhão, 1982

O PCCH teve o mérito de impedir por completo a circulação de veículos em diversas ruas e em outras serem criados trechos exclusivos para pedestres como no caso da Rua do Giz, que conforme se observa na figura nº 12 tinha intenso uso por veículos e após o projeto implantado teve grande parte sua configurada apenas para pedestres, inclusive o local onde na mencionada imagem se encontrava estacionado um veículo do modelo fusca. Contudo, é um plano rústico e pouco abrangente em sua área de ação.

A necessidade de alteração da circulação de automóveis no Centro Histórico, já prevista nos primeiros trabalhos do PPRCH, conforme consta no Plano de Circulação do Centro Histórico de 1982, perdurou ainda no decorrer da década de 1980, visto que em projeto do PPRCH datado de 1986 os problemas levantados são similares:

Constantes congestionamentos provocados por estacionamento irregular e por operações inadequadas de carga e descarga;

- Condições desfavoráveis à circulação de pedestres (calçadas estreitas e/ou tomadas por veículos);
- Trânsito de veículos pesados;
- Dificuldades de acesso ao transporte coletivo;
- Precariedade da sinalização de regulamentação e de orientação;
- Precariedade de fornecimento de água potável canalizada, bem como da captação e destinação dos esgotos sanitários;
- Destruição paulatina do sítio urbano, particularmente da rede viária, devido às péssimas condições e características da rede de drenagem;
- Comprometimento dos dispositivos de drenagem propostas e construídas no Anel Viário, devido ao grande acúmulo de material sedimentar carregado pelas enxurradas;
- Deficiência de atendimento e de instalações da rede elétrica (MARANHÃO, 1986, p. 88).

Assim, no subprograma de recuperação da infraestrutura urbana e serviços públicos era previsto um novo projeto: o Plano de Circulação e Transportes no Centro Histórico (MARANHÃO, 1986 p. 89). O qual já antevia uma série de intervenções com fulcro em superar os problemas levantados no projeto e destarte “Tem por finalidade otimizar a operação do sistema viário da área, considerando as restrições físicas e, particularmente, de preservação histórica que orientam de um modo geral as intervenções no Centro Histórico” (MARANHÃO, 1986 p. 89).

Em relação à mobilidade no centro histórico, já era previsto a necessidade de intervenções em razão das próprias peculiaridades de restrições físicas de uma

área tombada. Assim, previa-se a necessidade de alterar o formato de circulação de veículos e pedestres, criar restrições para operações de carga/descarga e de estacionamento. Consta no projeto, o planejamento para operação de um terminal urbano de transporte coletivo, construção de estacionamentos ao redor do sítio histórico, bem como a integração do sistema viário do centro histórico com o seu entorno (MARANHÃO, 1986 p. 89).



**Figura 13 - Ônibus circulando no centro histórico. Fonte: Maranhão, 1986, p. 89**

Em relação à circulação de veículos um dos grandes problemas se referia ao deslocamento por diversas ruas de ônibus coletivos, que com seu grande peso afetavam ruas e construções que foram edificadas em um período no qual apenas

pessoas, animais e carroças transitavam. A figura nº 13 é possível visualizar essa situação com um ônibus de grande porte trafegando pela Rua da Paz já nas proximidades da Praça João Lisboa. Outro problema comum era o estacionamento de grande quantidade de veículos, sejam carros de passeio até caminhões, nas ruas calçadas com paralelepípedos, inclusive no interior da Praia Grande onde se situam a maior parte dos grandes casarões de tipologia lusa.

As referidas situações denotam o desafio constante de preservar áreas históricas e ao mesmo tempo possibilitar o desenvolvimento nesses locais de múltiplos tipos de atividades, inclusive das geradoras de fluxo como o comércio.

O problema fundamental que o planejamento enfrenta em cidades históricas é a tensão entre a necessidade de conservar a malha física da cidade (seu centro e sua paisagem) e a demanda das atividades que ocorrem nesses espaços ou as que para ele são atraídas. Todos os problemas, em particular nas cidades históricas, originam-se dessa tensão básica (OLIVEIRA, 2003, p. 38).

Com relação aos ônibus, a solução encontrada pela administração municipal foi abolir sua circulação em várias ruas outrora utilizadas como trajeto, assim como na Rua da Paz e do Sol, que desembocavam na Praça João Lisboa já dentro do perímetro de tombamento federal.

A questão da mobilidade no Centro de São Luís, neste incluso o perímetro tombado, continua sendo alvo de projetos do poder público. Em 2011, foi dado início a elaboração do Plano Diretor de Mobilidade e Acessibilidade Urbana da Área Central de São Luís<sup>95</sup> (PMOB – São Luís – Área Central).

O referido plano de mobilidade é de fundamental importância em razão de a mobilidade ter se tornado elemento central na vida atual, bem como pelo fato do fluxo de veículos, principalmente os particulares, ser um grande desafio nos centros urbanos, pois conforme Guillermo Guiucci: “A automobilização transforma-se em um suporte fundamental do individualismo moderno e o automóvel é seu expoente máximo: um objeto de culto” (GIUCCI, 2004, p. 15).

---

<sup>95</sup> A ordem de serviço para a elaboração do PMOB foi assinada em 22 de agosto de 2011 pelo então, secretário municipal de Trânsito e Transportes, Clodomir Paz, tendo participado do ato ainda: o secretário-adjunto da SMTT, José Artur Cabral Marques, o presidente da Fundação Municipal do Patrimônio Histórico (FUMPH), Aquiles Andrade, representantes do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e os diretores do consórcio vencedor da licitação, Urbaniza/Setepla.

O PMOB tem por objetivo a elaboração de uma análise sobre a situação de mobilidade da área circundada pelo Anel Viário para assim, trazer propostas relativas à mobilidade de veículos em geral: ônibus, taxis, veículos de carga, particulares e até mesmo de tração animal.

A falta de número suficiente de vagas para estacionamento<sup>96</sup> de veículos é um dos pontos a serem superados com projetos para estacionamentos e acessibilidade de portadores de mobilidade reduzida.

O PMOB faz parte do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) das Cidades Históricas do governo federal. Sendo responsabilidade da Prefeitura de São Luís em parceria com o IPHAN e o Ministério da Cultura. Essa é mais uma tentativa de melhorar a mobilidade na zona histórica e em seu entorno. Apesar do projeto permanece sendo um desafio a questão da circulação de pessoas e automóveis no perímetro tombado e seu entorno.

Se no tocante a mobilidade o surgimento de soluções efetivas foi de pouca monta, em relação aos demais serviços públicos: água, esgotamento, drenagem e energia elétrica, é possível se afirmar que a melhoria dos serviços públicos foi uma das áreas mais promissoras do PPRCH a obter avanços significativos.

Na questão elétrica além da rede ser antiga, a fiação área exposta causava uma séria de transtornos, pois dificultava a circulação dos pedestres nas calçadas e ocasionava um problema estético ao conjunto arquitetônico ao poluir a paisagem urbana com elementos fora do contexto histórico. Nos primórdios do PPRCH foram feitos investimentos na retirada da fiação aérea e mudança por rede subterrânea, mas apenas na Praia Grande (MARANHÃO, 1997a, p. 17).

Em 1997 foi desenvolvido um amplo projeto de substituição da rede de distribuição elétrica área por uma rede subterrânea no Centro Histórico de São Luís<sup>97</sup>. O projeto seria bancado por recurso do PRODETUR e tomando “como

---

<sup>96</sup> Essa outra forma de destruição do patrimônio se corporifica em deixar o prédio se arruinar com ação do tempo para a utilização do mesmo em geral como estacionamento para carros. A inércia de alguns proprietários com relação a manutenção física dos imóveis é movida pelo constante problema de falta de vagas para estacionamento no centro da cidade, gerando um lucrativo comércio de espaços destinados aos automóveis (SILVA, 2009, p. 141).

<sup>97</sup> O projeto define o serviço como “execução das redes de distribuição subterrâneas, sendo a primária em 15 KV e a secundária em 380 KV/220 V”. Sendo que também faz parte dos serviços “a

referência a bem sucedida experiência concretizada no bairro da Praia Grande” (MARANHÃO, 1997a, p. 17). O projeto traz imagens da fiação exposta originadoras de situações de perigo e da incompatibilidade ao interferir no visual do conjunto arquitetônico tombado.



**Figura 14 – Fiação elétrica aérea. Fonte: Maranhão, 1986, p. 86**

A rede de telefonia aérea também segue a mesma lógica da rede elétrica por ser um elemento de poluição visual e reduzir o passeio de pedestres em razão dos postes. O estudo de viabilidade socioeconômica de projetos da infraestrutura do Centro Histórico de São Luís justifica enterramento da rede de telefonia como “decorrência natural do tombamento dos postes de energia elétrica, onde a rede telefônica é apoiada, através do convênio entra a CEMAR e a Telecomunicações do

---

implantação de rede de iluminação pública e de iluminação de monumentos, bem como a ligação dos consumidores primários e secundários existentes instalados na área” (MARANHÃO, 1997a, p. 28).

Maranhão S.A. - TELMA, responsável pela implantação do projeto” (MARANHÃO, 1997b, p. 11).

Com relação aos serviços de água, esgotamento sanitário e drenagem os estudos hidrológicos e geotécnicos apontavam a necessidade de complementação e adequação dos serviços já existentes.

As obras necessárias de serviços públicos foram um dos programas que teve um dos maiores avanços no centro histórico no decorrer das décadas de 1980 até a atualidade, conforme se depreende das diversas intervenções nessa esfera.

#### **4.1.3. Reforma de espaços públicos**

Um dos aspectos contemplados desde os primórdios do PPRCH foi a revitalização de espaços públicos no Centro Histórico com o intuito de criar espaços de socialização na área. Para consecução deste fim foi planejado o subprograma de recuperação do patrimônio ambiental urbano, que tinha como objetivo a recuperação de praças e jardins em conformidade com as diretrizes de preservação do PPRCH.

Atualmente são raras as praças que se encontram em bom estado de conservação no Centro Histórico, cumprindo sua finalidade de espaço de lazer da população.

Na sua maioria, encontram-se desaparelhadas, mal-iluminadas, com pontos onde o lixo se acumula e o serviço de manutenção dos equipamentos inexistente.

Evidencia-se a necessidade de recuperar e ampliar as áreas de praças no Centro Histórico, na medida em que constituem elemento integrante do patrimônio ambiental urbano, e sua conservação contribui para o padrão de qualidade do conjunto como um todo (MARANHÃO, 1986, p. 108).

Ao longo das décadas seguintes ao planejado as praças do Centro Histórico<sup>98</sup> foram sendo recuperadas com auxílio da documentação e de imagens antigas, que serviram como balizadores das intervenções efetuadas. Sendo possível afirmar que este foi um dos subprogramas com grande êxito na execução.

---

<sup>98</sup> Praça Poeta Nauro Machado, Praça do Desterro, Praça Poeta Valdelino Cécio, Praça da seresta, Praça dos catraieiros e Praça da Praia Grande (ANDRÉS, 2012).

Em consonância à preservação do patrimônio ambiental urbano a Coordenação do PPRCH vislumbrou a revitalização das atividades portuárias da Praia Grande através da urbanização da Beira-Mar. Havendo um subprograma específico: de recuperação das atividades portuárias. O objetivo geral do mesmo era garantir o desenvolvimento e dinamizar funções econômicas significativas para a população de baixa renda vinculada às atividades portuárias do centro histórico. Esse objetivo se especificava em ações para os seguintes setores:

Aumento da produção pesqueira artesanal e industrial; melhorias físicas na infra-estrutura portuária e de apoio, adequação da frota, aprimoramento dos recursos humanos, adequação técnica-administrativa e institucional, suporte creditício compatível com as necessidades de preservação da pesca artesanal e industrial de pequeno porte;

Melhoria do sistema de transporte fluvial e marítimo de passageiros e carga (ligação da Capital com as cidades interioranas e do litoral); melhorias físicas na infra-estrutura portuária, reestruturação da frota, adequação técnico-administrativa e institucional, suporte creditício aos operadores;

Promoção do turismo cultural e atividades de lazer; urbanização e melhorias físicas na orla do Bacanga (área de influência das atividades portuárias), provisão de infra-estrutura de apoio ao turismo (MARANHÃO, 1986, p. 108).

Em relação ao rol de objetivos traçados no decorrer das décadas seguintes foram feitas uma série de intervenções: dragagem do canal de acesso ao terminal portuário da Praia Grande, ampliação da orla do Bacanga (através de aterro), a transformação do cais da Praia Grande<sup>99</sup> em um Terminal Hidroviário de Passageiros em 1999.

O Projeto embarcações do Maranhão<sup>100</sup> além de documentar “A beleza singular das embarcações, os conhecimentos tradicionais utilizados na sua fabricação, que estavam ameaçados de desaparecimento [...]” (ANDRÈS, 2012, p. 94), deu origem ao Centro Vocacional Tecnológico – CVT- Estaleiro-Escola vinculado a Secretaria de Ciência e Tecnologia do Governo do Estado do Maranhão, oferece o Curso Técnico de Nível Médio em Construção de Embarcações Artesanais Maranhenses desde 2007, sendo pioneiro no país. É voltado para o conhecimento

<sup>99</sup> O terminal hidroviário localiza-se no mesmo local da antiga Rampa Campos Melo construída em 1862 e serviu de primeiro porto de São Luís (LOPES, 2008, p. 165).

<sup>100</sup> Projeto elaborado por Phelipe Andrès e financiado pelo convênio entre o Ministério da Ciência e Tecnologia (através da FINEP) e o Governo do Estado do Maranhão. “Sua execução exigiu a montagem de uma equipe multidisciplinar de 22 profissionais que durante três anos percorreu todo o litoral do Maranhão assim como a região dos lagos e rios navegáveis” (ANDRÈS, 2012, p. 95).



sobre a carpintaria naval contribuindo na formação de recursos humanos com característica de atuação projetada na metodologia de trabalho do CVT Estaleiro Escola.

#### **4.1.4. Intervenções para espaços institucionais**

Uma das diretrizes do PPRCH foi da recuperação de imóveis de grande relevância histórico-arquitetônico dentro do conjunto urbano tombado para fins de utilização como espaço institucional ou implantação de projetos de interesse social.

No decorrer de mais de três décadas imóveis foram desapropriados e adquiridos para destinarem sua ocupação por órgãos da administração pública. Essa forma de atuação tinha por objetivo a “racionalização dos investimentos em edificações de valor histórico-arquitetônico relevante, reduzindo as despesas com aluguéis” (MARANHÃO, 1986, p. 78).

Dentro da recuperação de imóveis inclusos na área tombada dois subprogramas distintos podem ser agrupados dentro do quadro de análise da preservação do conjunto urbano: o subprograma de restauração do patrimônio artístico e arquitetônico e de recuperação da arquitetura industrial.

O primeiro subprograma tinha como prioridade atuar na restauração das Igrejas<sup>101</sup> e terreiros seculares que se encontravam no centro histórico e o segundo os antigos prédios onde funcionaram as fábricas têxteis de São Luís como exemplares ímpares da arquitetura industrial do século XIX (MARANHÃO, 1986).

Em relação às construções religiosas é possível se inferir que os projetos conseguiram manter em boas condições os imóveis centenários ao procederem a sucessivas reformas para manutenção destes exemplares.

Contudo, em relação ao patrimônio industrial o avanço foi tímido nos primórdios. As fábricas localizadas no Centro Histórico que se encontravam em situação de abandono quando do início dos trabalhos da Coordenação do PPRCH

---

<sup>101</sup> Como exemplo o projeto de restauração do Retábulo do Altar - Mor em estilo nacional-português e dos cinco painéis da Sacristia da Igreja da Sé (MARANHÃO, 1992).

eram: Fábrica Cânhamo, São Luís, Irmãos Martins e Santa Amélia. Sendo consideradas passíveis de recuperação pelo PPRCH para novos fins de aproveitamento (MARANHÃO, 1986, p. 101).

Destas somente o prédio da Companhia de Fiação e Tecidos Cânhamo<sup>102</sup> foi recuperado ainda na década de 1980, tendo suas instalações adequadas para funcionamento do Centro de Comercialização de Produtos Artesanais do Maranhão – CEPRAMA<sup>103</sup>, conforme objetivo planejado pelo PPRCH (MARANHÃO, 1986, p. 102).

A fábrica São Luís, com sua ampla área de 2.000m<sup>2</sup>, foi planejada pelo PPRCH para ter sua edificação recuperada e utilizada na “instalação de um Mercado de Gêneros Alimentícios” (MARANHÃO, 1986, p. 103). Contudo, a mesma se encontra atualmente na mesma condição de abandono da década de 1980, estando em péssimas condições físicas, conforme se constata na figura nº 15.



**Figura 15 – Fábrica São Luís. Fonte: LOPES, 2008, p. 203**

As fábricas Irmãos Martins e Santa Amélia, que se encontravam na mesma situação de abandono das anteriores com risco de arruinamento, por serem localizadas próximas ao Anel Viário se vislumbrava na década de 1980 serem recuperadas para utilização pela Universidade Federal do Maranhão. Pois a

---

<sup>102</sup> Obra realizada em 1987 (ANDRÉS, 2012, p. 105).

<sup>103</sup> Localiza-se no bairro da Madre Deus, com 6.000 m<sup>2</sup> de área construída. Em sua parte interna funciona de forma permanente uma feira de artesanato típico. O projeto valorizou a geração de emprego e renda, bem como a cultura popular, pois se tornou um dos principais locais de celebração das tradicionais festas juninas (ANDRÉS, 2012, p. 105).

localização das mesmas possibilitaria acesso rápido ao Campus da UFMA. A equipe do PPRCH previa na intervenção desses espaços a aquisição e adequação para implantação de núcleos de expansão da UFMA, sendo entregue para Universidade para execução das obras físicas (MARANHÃO, 1986, p. 104).

Entretanto, passaram-se quase três décadas desde o projeto inicial onde os edifícios das Fábricas Santa Amélia e Irmãos Martins continuaram abandonados e sem utilização, sendo que este último se tornou uma edificação em ruínas.



**Figura 16 - Ruínas da Fábrica Irmãos Martins. Fonte:**  
<http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/3331/semana-de-entrega-de-obras-no-maranhao>

O destino da fábrica Irmãos Martins também demorou a ter um desfecho para obras de recuperação do que ainda restavam de suas ruínas. A ação na construção fabril foi dirigida por um grupo privado de supermercados, que ao adquirir o antigo terreno fez a edificação de um estabelecimento, mas preservando as ruínas remanescentes, resultado de ação mitigadora e compensatória do processo de licenciamento ambiental. As ruínas estabilizadas da antiga Fábrica Irmãos Martins tornaram-se palco de um Memorial, com a exposição “A Sedução das Ruínas”, desde outubro de 2015.

O prédio da antiga Fábrica Santa Amélia só começou a ter sua destinação pensada alterada quando a UFMA decidiu recuperar o imóvel para abrigar os cursos de Turismo e Hotelaria. Assim, o complexo da Fábrica Santa Amélia teve suas obras de restauração iniciadas sob o manto do PAC Cidades Históricas com a entrega da obra em outubro de 2015.

#### **4.1.5. Gestão do conjunto tombado**

O gerenciamento das intervenções previstas desde o início do PPRCH se estruturava no planejamento e administração dos projetos e ações a serem efetivados no conjunto urbano histórico através dos órgãos envolvidos no Programa. “A Coordenação Geral é da SEPLAN-MA que mantém para isso um Grupo de Trabalho em caráter permanente e em horário integral, desenvolvendo projetos específicos e supervisionando a elaboração de estudos pelos demais órgãos” (MARANHÃO, 1986, p. 14).

Ainda sobre o aspecto da gestão institucional podem ser agrupados os subprogramas de pesquisa e documentação e o subprograma de editoração e divulgação em razão dos mesmos tratarem do levantamento e divulgação de informações e dados sobre os projetos e ações para preservação do Centro Histórico de São Luís.

O Programa de Preservação e Revitalização deixa explícita a importância da Pesquisa e Documentação sobre o Centro Histórico na identificação de “dados fidedignos sobre sua origem e função social, econômica, política e cultural” (MARANHÃO, 1986, p. 67), que seriam de fundamental importância para o planejamento dos projetos e ações patrimoniais a serem desenvolvidos. Dentro dessa diretriz, o volume documental produzido deveria ser organizado em arquivo e os estudos produzidos editados para fins de divulgação.

Nos seus primórdios o PPRCH foi institucionalizado pelo Decreto Estadual nº 7345 de 16 de novembro de 1979, que criou a Comissão de Coordenação do Programa de Preservação e Revitalização do Centro Histórico de São Luís (Projeto Praia Grande), “que ainda contava com representantes de outros órgãos: SPHAN, UFMA, SETOP, Prefeitura de São Luís, Secretaria de Urbanismo

de São Luís, MARATUR e Secretaria de Cultura do Maranhão” (MARANHÃO, 1986, p. 14).

Esse rol de participantes propunha uma visão abrangente de atores de diversas entidades a participarem da política patrimonial e com isso, em tese, propiciar uma avaliação crítica das ações efetivadas pelo Programa de Revitalização do Centro Histórico.

A Coordenação Geral das atividades do PPRCH foi vinculada a SEPLAN-MA como órgão mantenedor do Grupo de Trabalho responsável por desenvolver projetos e auxiliar os demais órgãos e entidades componentes do Projeto de Preservação do Centro Histórico.

Dados demonstram que em 1986 já haviam sido aplicados Cr\$ 11,4 bilhões de cruzeiros (em valores da época) nos projetos, pesquisas e obras no período compreendido entre 1977 e 1984. Entre as atividades que foram implantadas com o montante investido encontra-se: pesquisa histórica e socioeconômica, plano de circulação no centro histórico, o plano de melhorias das redes de utilidades públicas e as obras do programa Largo do Comércio (MARANHÃO, 1986, p. 14).

Desde o início dos debates e estudos em 1977 sobre a revitalização e preservação do Centro Histórico de São Luís o protagonismo da gestão patrimonial esteve com a esfera estadual como catalisadora dos projetos e ações. Contudo, se iniciou uma significativa mudança na forma institucional<sup>104</sup> de coordenação da preservação do patrimônio com a criação do Núcleo Gestor do Centro Histórico de São Luís. Essa alteração de vínculo do órgão de gestão do centro histórico de São Luís marca uma grande mudança, pois desde os primórdios do Programa o mesmo esteve vinculado mais diretamente ao Governo Estadual. A concepção do Núcleo Gestor<sup>105</sup> marca o aumento do gerenciamento do patrimônio de forma mais intensiva na esfera municipal (ANDRÈS, 2012, p. 137).

---

<sup>104</sup> Salvador e São Luís, duas das localidades brasileiras consideradas Patrimônios Culturais da Humanidade pela Unesco, estão desenvolvendo planos de reabilitação dos respectivos centros históricos com o apoio do Ministério das Cidades através do Programa de Reabilitação de Áreas Centrais (BRASIL, 2005, p. 51).

<sup>105</sup> A criação, funcionamento e os obstáculos do Núcleo Gestor do Centro Histórico são tratados mais detalhadamente na parte final do capítulo.

## 4.2. Aspectos sociodemográficos do Centro Histórico

Um obstáculo para pesquisas sobre a área de preservação histórica de São Luís se perfaz na pouca disponibilidade de dados empíricos sociodemográficos, que possam servir como meio de análise para cotejar variações ao longo do tempo em relação aos projetos de revitalização planejados e executados desde o início da década de 1980. A recomendação de Nairobi (tratada no segundo capítulo), já apontava sobre a importância de estudos na esfera do patrimônio arquitetônico para além da estrutura edificada.

Além dessa investigação arquitetônica, são necessários estudos pormenorizados dos dados e das estruturas sociais, econômicas, culturais e técnicas, assim como do contexto urbano ou regional mais amplo. Esses estudos deveriam abranger, se possível, dados demográficos e uma análise das actividades econômicas, sociais e culturais, os modos de vida e as relações sociais, os problemas fundiários, infraestrutura urbana, o estado do sistema viário, as redes de comunicação e as inter-relações recíprocas da zona protegida com as zonas circundadas. As autoridades competentes deveriam atribuir suma importância a esses estudos e compreender que, sem eles, não seria possível estabelecer planos eficazes de salvaguarda (UNESCO, 1976).

Como o conjunto arquitetônico possui uma área extensa, qualquer tentativa de trabalhar com dados quantitativos torna-se um desafio para o levantamento dos mesmos.

Visando contornar essa dificuldade de obter dados quantitativos para auxiliar na construção de um quadro de possíveis variações das características da população residente na área de tombamento federal foi realizada uma pesquisa de dados disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, no decorrer do ano de 2014 com o intuito de levantar e analisar criticamente categorias estatísticas sobre o referido espaço com o intuito de “desembocar em informações específicas e novas que apresentem um interesse peculiar” (MERLLIÉ, 1996, p. 109).

A ideia foi de utilizar dados oriundos dos três últimos Censos Demográficos, por ser “a mais complexa operação estatística realizada por um país, quando são investigadas as características de toda a população e dos domicílios do

Território Nacional” (IBGE, 2011). A utilização dos censos demográficos foi tomada por pesquisarem todos os domicílios do País, e desta forma constituem uma grande fonte de referência para o conhecimento das características dos domicílios e das condições de vida da população em todos os municípios e em seus recortes territoriais internos.

Contudo, inicialmente esbarrou-se no problema da falta de norma legal que delimitasse os bairros de São Luís por ausência de legislação para regulamentação da temática. Para superar esse obstáculo a pesquisa trabalhou com o setor censitário<sup>106</sup>, que é a menor unidade geográfica utilizada pelo IBGE, sendo formado em áreas urbanas por um ou mais conjuntos de quadras de acordo com o quantitativo de domicílios existentes.

Assim, foram tabulados em planilhas dados selecionados dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010, através dos arquivos denominados de agregados por setor censitário. Os agregados foram originalmente concebidos como cadastros básicos de áreas para a seleção de amostras para as pesquisas domiciliares.

De acordo com a publicação Agregados por Setores Censitários dos Resultados do Universo do Censo, 2ª edição de 2000, “as variáveis de descrição da divisão territorial brasileira e algumas variáveis de porte ou tamanho dos setores, para estratificação dos setores e seleção de amostras com probabilidades desiguais” (IBGE, 2003, p.3).

A utilização dos agregados de setores censitários se apresentou como um caminho viável, pois a partir do Censo Demográfico 1991, estes arquivos “passaram a incorporar mais variáveis em nível de setor, como forma de produzir rapidamente resultados para subdivisões geográficas<sup>107</sup> não atendidas pelas publicações do censo” (IBGE, 2003, p.3). Deste modo, em razão da ausência de delimitação legal dos Bairros em São Luís, ocorre uma não divulgação de dados neste nível geográfico. Tal situação gera um grave problema para análises dos dados oriundos

---

<sup>106</sup> O setor censitário é a menor unidade territorial, com limites físicos identificáveis em campo, com dimensão adequada à operação de pesquisas e cujo conjunto esgota a totalidade do Território Nacional, o que permite assegurar a plena cobertura do País (IBGE, 2003, p. 3).

<sup>107</sup> Alguns dos níveis territoriais do Censo Demográfico: Brasil, Grandes Regiões, Unidades da Federação, Municípios, Bairros e Distritos.

dos Censos Demográficos em menor nível geográfico.

Como forma de conseguir trabalhar com os dados quantitativos oriundos da área do perímetro federal de tombamento foi feita a confrontação entre os setores censitários de centro e a área histórica. Deste cruzamento foram selecionados e agrupados os seguintes setores: 211130005000002, 211130005000003, 211130005000008, 211130005000009, 211130005000010 e 211130005000011. Esses setores reunidos não possuem perímetro exato ao da área federal, mas se apresentam de forma bem aproximada, conforme é possível depreender da comparação entre o mapa do perímetro da área tombada com a imagem dos setores censitários selecionados na figura nº 17.

Superada a etapa de investigar quais setores deveriam ser selecionados, foi feita a leitura da documentação do censo demográfico de 1991, 2000 e 2010, que apresentam como foram construídos os arquivos dos agregados por setores censitários. Nessa segunda etapa foi feita a delimitação de quais temas, dentre os inúmeros existentes, seriam escolhidos para tratamento e construção de tabulações.

Cabe destacar que ao longo das décadas as divulgações incorporaram novos temas com a ampliação dos quesitos coletados. O censo de 1991 apresenta apenas quatro planilhas: chefes, pessoa, domicílio e condição de ocupação.

Para o Censo Demográfico 2000, o IBGE produziu um primeiro arquivo agregado com base nos dados da Sinopse Preliminar. Em seguida, com a conclusão dos trabalhos de crítica dos dados de universo, foi publicada a primeira edição do arquivo de agregados por setores, com 527 variáveis sobre características dos domicílios, dos seus responsáveis e das pessoas residentes.

A segunda edição do arquivo Agregado por Setores Censitários dos Resultados do Universo - utilizado nesta pesquisa - é composta por um conjunto de planilhas para cada Unidade da Federação. Esse material forma a publicação: Censo Demográfico 2000 - Agregado por Setores Censitários dos Resultados do Universo. “Trata-se de um conjunto de 21 tabelas que abrange todo o conjunto de variáveis de dados, exceto as que constam da planilha básica” (IBGE, 2003, p. 133).



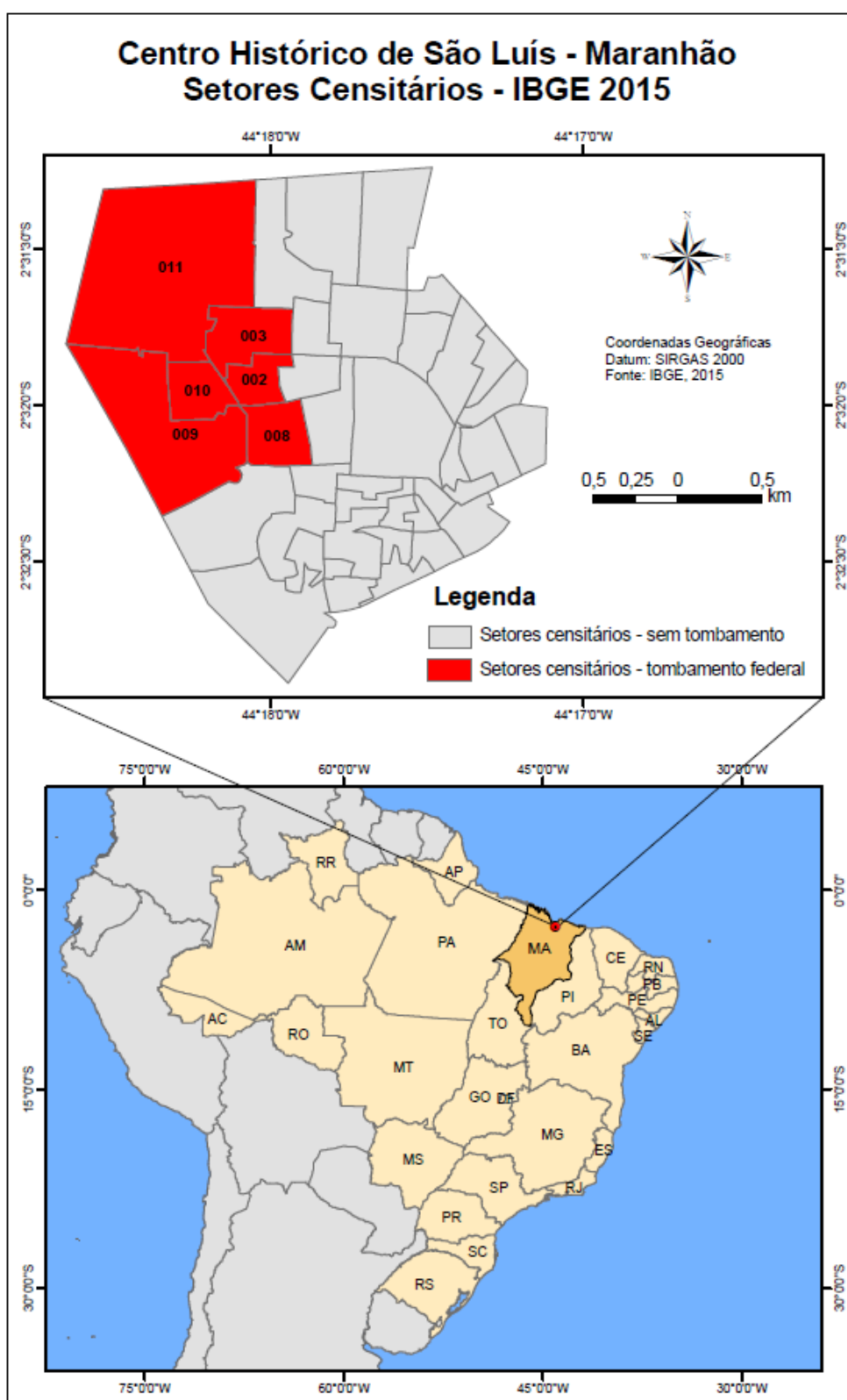


Figura nº 17 – Mapa de localização dos setores censitários. Fonte: IBGE

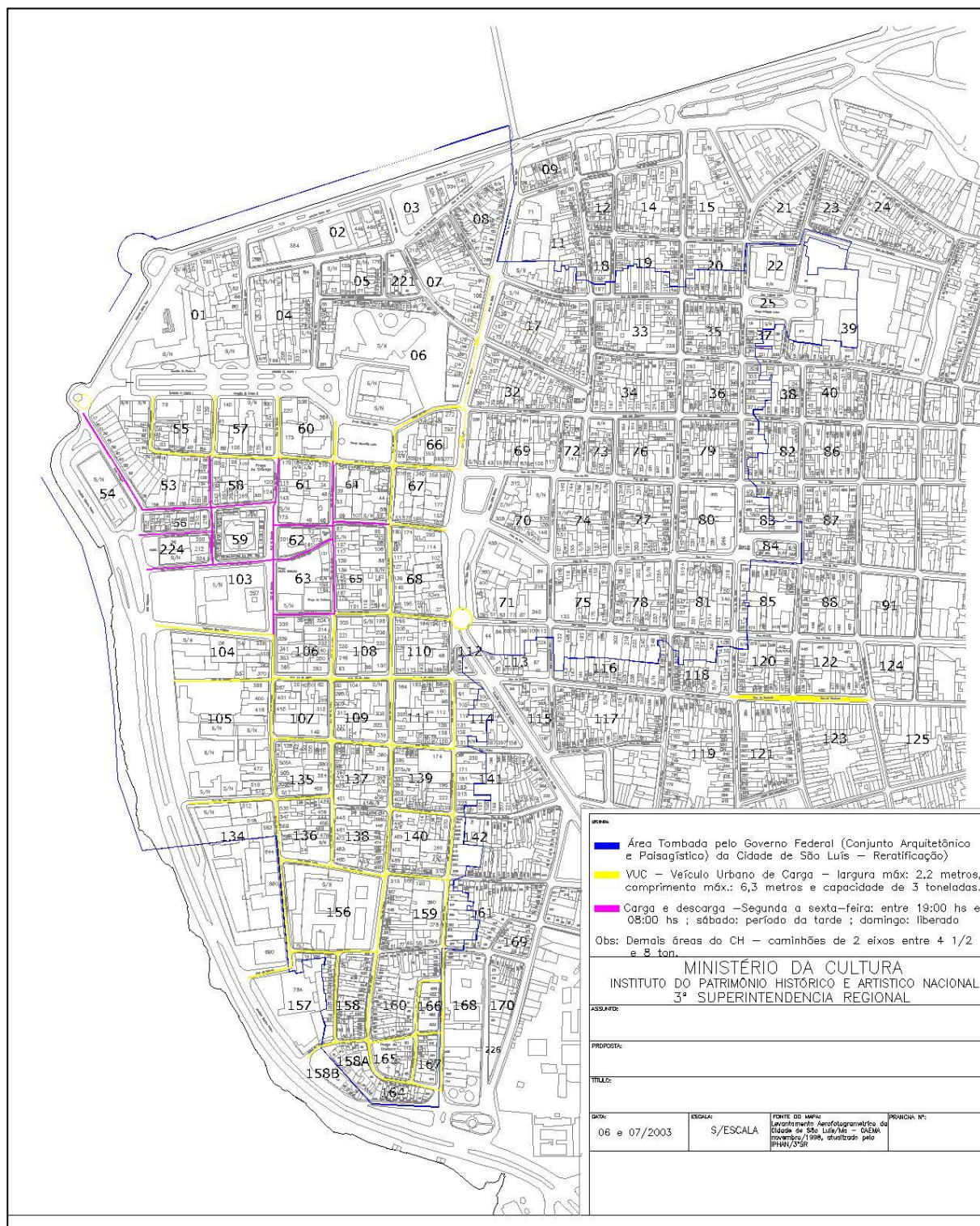
Em relação ao Censo Demográfico 2010, foi “produzido o primeiro arquivo com dados em nível de setor censitário, contendo os resultados para as mesmas variáveis que foram divulgadas na Sinopse, em abril de 2011” (IBGE, 2011, p. 5). Posteriormente foram divulgados os resultados definitivos do Conjunto Universo, contendo os resultados para as mesmas variáveis que foram divulgadas na publicação “Censo Demográfico 2010 - Características da população e dos domicílios - Resultados do universo”, em novembro de 2011.

Deste modo, o IBGE publicou o documento “Base de informações do Censo Demográfico 2010: Resultados do Universo por setor censitário” contendo os dados dos agregados do universo do Censo Demográfico de 2010, tendo composição de vinte e cinco planilhas para cada Unidade da Federação.

Além das variáveis de identificação geográfica (Grandes Regiões, Unidades da Federação, Mesorregião, Microrregião, Região Metropolitana ou RIDE, Município, Distrito, Subdistrito, Bairro, Setor, Situação do Setor e Tipo do Setor), as informações em nível de setor estão distribuídas em planilhas, uma por Unidades da Federação, com cerca de 3.000 variáveis, que abrangem as seguintes características da população residente: sexo, idade, cor ou raça, condição no domicílio; pessoas responsáveis pelo domicílio; alfabetização; registro de nascimento das crianças de até 10 anos de idade; e características dos domicílios particulares.

Após verificar todas as planilhas com seus respectivos dados brutos foram escolhidas as variáveis para serem analisadas, e com isso passou-se para uma terceira etapa com a tabulação dos temas escolhidos.

Para constituição da referida tabulação foram construídas novas planilhas com os setores censitários componentes da área tombada somente com os temas selecionados. Com base no tratamento dos dados foi possível a construção de quarenta e quatro gráficos, bem como a obtenção de dados quantitativos que serviram como material base para reflexões qualitativas desenvolvidas.



**Figura 18 – Perímetro de tombamento federal. Fonte: IPHAN**

Através da construção de informações oriundas dos dados é possível tecer análises em relação a(s) maneira(s) como vêm sendo desenvolvidas práticas patrimoniais de preservação do patrimônio arquitetônico tombado.

O desafio aqui é pensar a cidade de São Luís, Patrimônio da Humanidade, distinção recebida em 1997, não enquanto produto de consumo que o título e a própria concepção da UNESCO proporciona, mas como a ocupação da cidade foi acontecendo e as referências do passado construíram no presente a noção de cidade preservada que garante inclusão, principalmente, na Europa (CAMÊLO, 2010, p. 144).

Essa reflexão dos projetos e ações patrimoniais e o impacto sociodemográfico no tecido social do Centro Histórico é um elemento capaz de possibilitar novos debates sobre como em mais de três décadas de ações dos órgãos responsáveis pela gestão do patrimônio orientaram e deliberaram prioridades desde as primeiras intervenções.

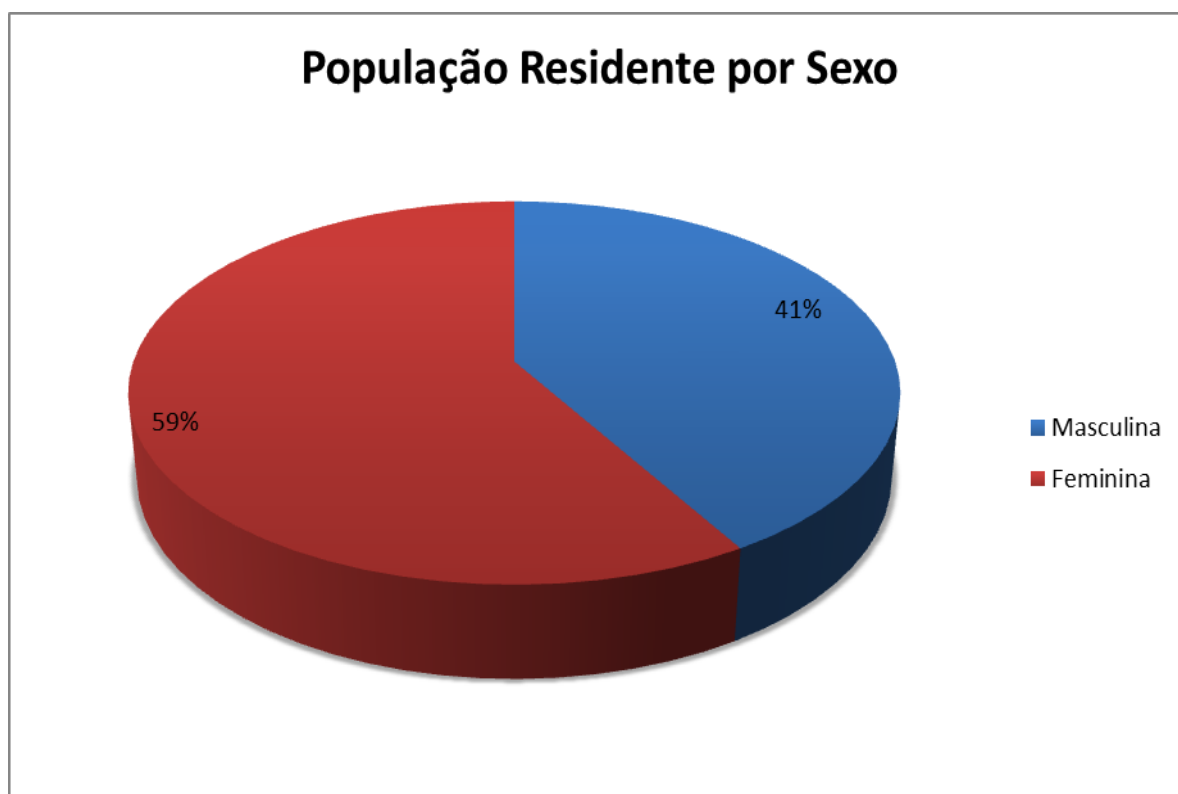
As primeiras obras do Programa de Preservação e Revitalização do Centro Histórico de São Luís – PPRCH foram iniciadas através do Subprograma de Obras da Praça do Comércio em pontos da Praia Grande nos anos de 1981 e 1982, “com a realização das obras da Feira da Praia Grande, Albergue, Beco da Prensa, Praça da Praia Grande e obras de urbanização em geral, representando investimentos da ordem de 2,5 milhões” (ANDRÈS, 1998, p.85). Todas as referidas obras se encontravam no perímetro de tombamento federal, o qual é possível se observar na figura nº 18.

#### **4.2.1. Características gerais da população**

Os gráficos construídos sobre os moradores do Centro Histórico possibilitam uma melhor configuração do perfil das pessoas domiciliadas na área tombada e de possíveis variações no número de residentes ao longo das décadas.

Assim, passados dez anos das primeiras intervenções do PPRCH na tentativa de reverter a situação de abandono e degradação do conjunto arquitetônico

tombado, a caracterização sociodemográfica do referido espaço se apresentava com uma população residente que somava 5.447 (cinco mil quatrocentas e quarenta e sete) pessoas de acordo com a tabulação construída com dados oriundos do censo demográfico de 1991, sendo destaque a predominância feminina, conforme gráfico nº 01.

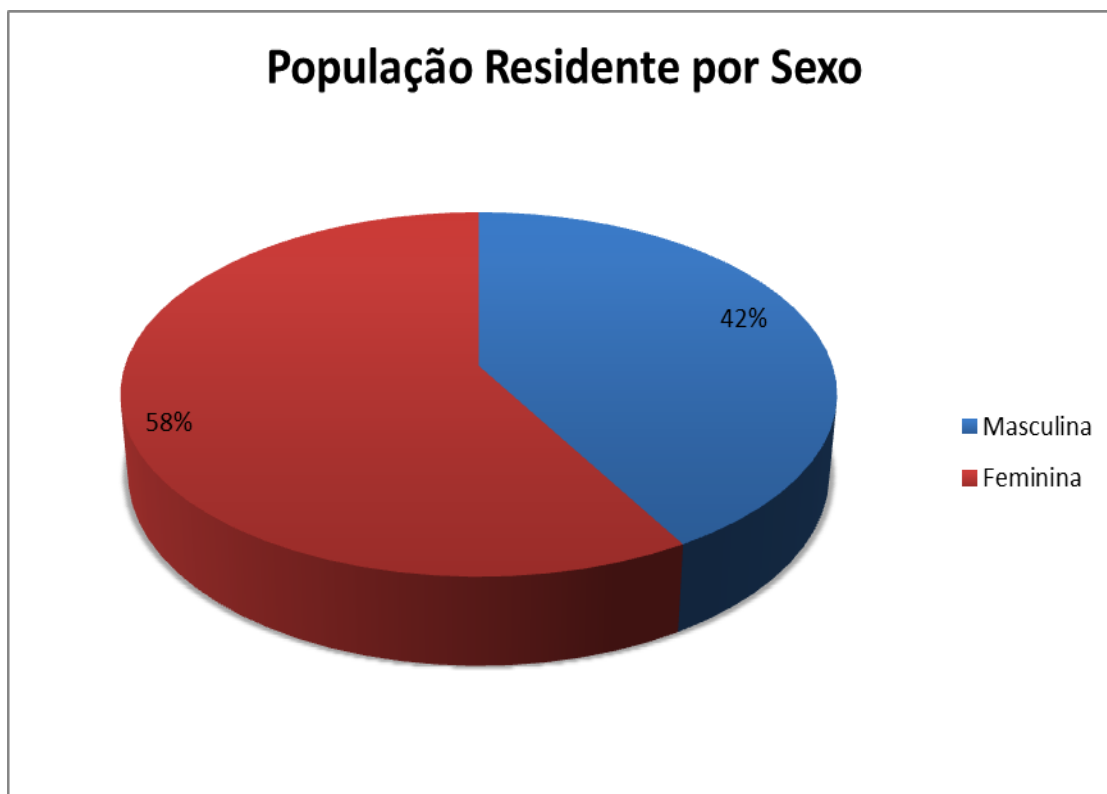


**Gráfico nº 01 - População Residente por Sexo 1991. Fonte: Autoria Própria a partir de dados do IBGE**

Conforme o gráfico acima do total de pessoas residentes no Centro Histórico de São Luís, 3.187 (três mil cento e oitenta e sete) era do sexo feminino e 2.260 (dois mil duzentos e sessenta) do sexo masculino. Deste modo, a área tombada se apresenta como um espaço de predominância do sexo feminino.

Essa característica demográfica, no perfil dos residentes por sexo, com um número de indivíduos do gênero feminino bem acima do masculino também é observada na última jornada censitária do século XX, que também foi a primeira após a inserção do Centro Histórico na Lista do Patrimônio Mundial da Humanidade. Ocorrida no ano 2000 mostra uma pequena variação negativa no número total de

residentes no Centro Histórico. Se em 1991 foram recenseadas cinco mil quatrocentas e quarenta e sete pessoas residindo na área, em 2000 esse número sofre uma redução para 4.645 (quatro mil seiscentas e quarenta e cinco) residentes.

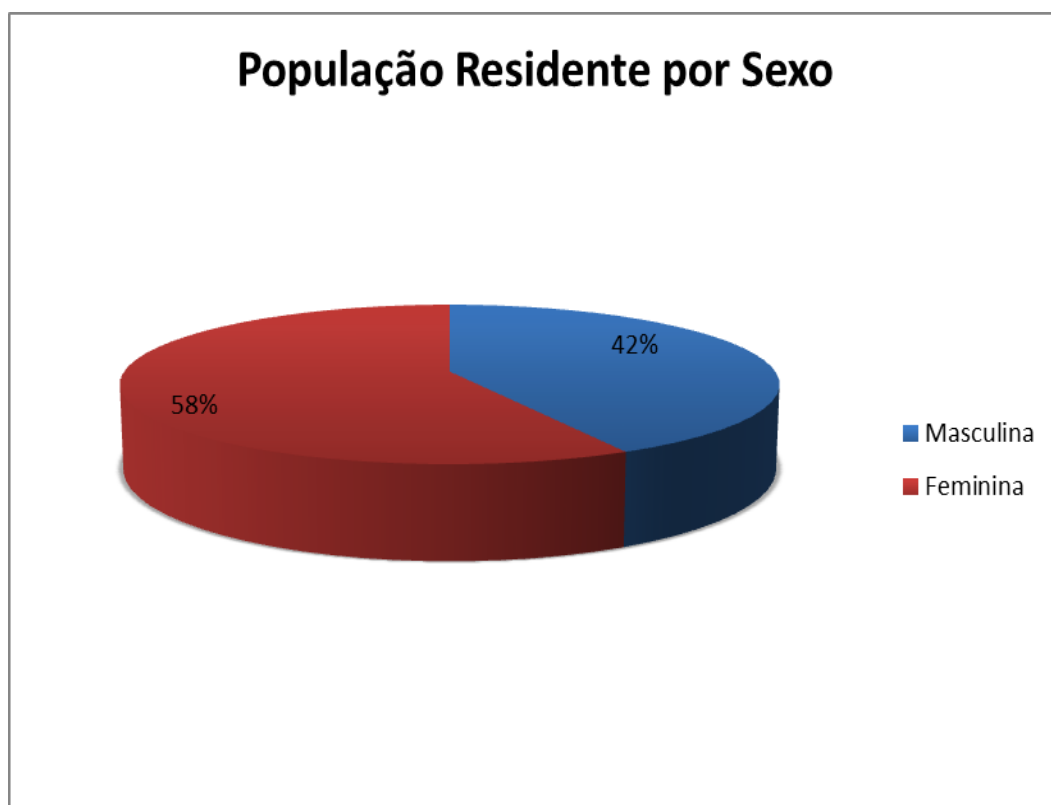


**Gráfico nº 02 - População Residente por Sexo 2000. Fonte: Autoria Própria a partir de dados do IBGE**

Assim, no espaço de nove anos ocorreu uma variação negativa de 14,73% no número total de residentes. No que se refere à divisão por gênero foi mantida a predominância feminina sobre a masculina, conforme gráfico nº 02. Destarte, no último censo do século XX das quatro mil seiscentas e quarenta e cinco pessoas recenseadas, 2.708 (duas mil setecentas e oito) eram do sexo feminino e 1.937 (mil novecentos e trinta e sete) do sexo masculino. A diferença populacional entre os sexos na área tombada é superior da apresentada na cidade de São Luís<sup>108</sup>.

<sup>108</sup> O Censo Demográfico 2000 registrou na cidade de São Luís percentual de 46,71% residentes do sexo masculino e 53,29% do sexo feminino. Em 2010, foram recenseadas 46,81% pessoas do sexo masculino e 53,19% do sexo feminino.

O primeiro censo demográfico do século XXI, ocorrido em 2010, evidencia a aceleração do esvaziamento populacional de residentes no Centro Histórico, pois foi recenseado um total de 2.993 (duas mil novecentas e noventa e três) pessoas residindo na área. Esse número demonstra uma significativa diminuição de 35,57% em comparação ao apurado dez anos antes.



**Gráfico nº 03 - População Residente por Sexo 2010. Fonte: Autoria Própria a partir de dados do IBGE**

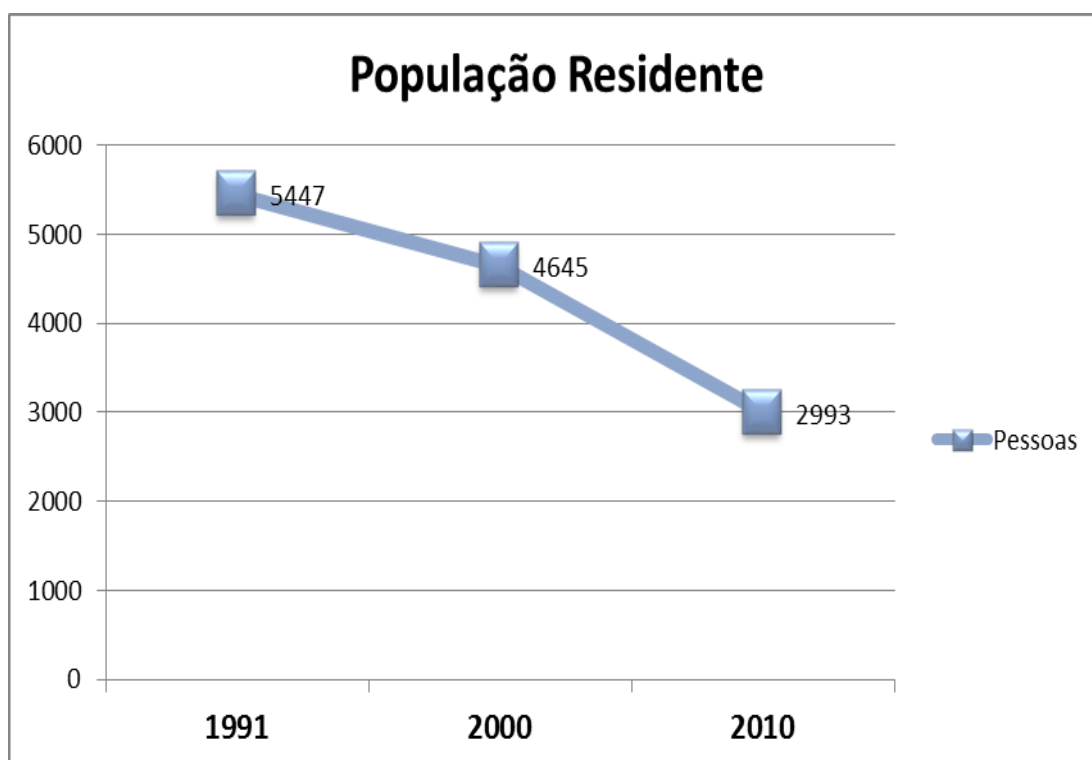
Essa informação é de suma relevância, pois apesar de todo o investimento das políticas de preservação do Centro Histórico, os dados apontam para uma constante redução do número de moradores, fato este intensificado no decorrer do primeiro decênio do século XXI.

No tocante ao quantitativo da população residente por gênero, manteve-se inalterado a relação percentual existente em 2000. Deste modo, pode-se afirmar que a redução dos residentes ocorreu de forma simétrica entre declarados do sexo masculino e feminino. Assim, foram contabilizados no censo demográfico de 2010 um total de 1.726 (mil setecentos e vinte e seis) pessoas do sexo feminino e 1.267

(mil duzentas e sessenta e sete) do sexo masculino, representando conforme o gráfico nº 3 em termos percentuais de 58% e 42% respectivamente.

Apesar de toda a pompa devido à inserção na Lista do Patrimônio Mundial e dos efusivos discursos de autoridades e gestores públicos, as informações populacionais demonstram o desafio dos órgãos de gestão do patrimônio para efetivação da diretriz de "propiciar a permanência da população residente no Centro Histórico" (MARANHÃO, 1986, p. 18).

O gráfico nº 04 denota como apesar de toda a ênfase na importância e relevância do conjunto arquitetônico nas falas dos agentes responsáveis por sua preservação, que os projetos para salvaguarda do patrimônio não conseguiram fazer com que essa área da cidade voltasse a ter uma nova dinâmica social e econômica. Ao contrário, verifica-se que ao longo das três últimas décadas ocorreu um progressivo esvaziamento do Centro Histórico com a saída de forma contínua de moradores.



**Gráfico nº 04 - Variação do número de residentes. Fonte: Autoria Própria com base em dados do IBGE**



Neste cenário verifica-se, que a queda de aproximadamente 15% de residentes entre 1991 e 2000, mesmo com a inclusão da área na Lista do Patrimônio Mundial denota a incapacidade de manutenção da população residente.

Contudo, o decréscimo populacional de maior monta ocorreu no primeiro decênio do século XXI, quando ocorre uma diminuição na ordem de 35% dos residentes. Deste modo, ao se comparar a população residente no início da última década do século XX com o número recenseado em 2010, verifica-se a redução de quase metade do número absoluto de moradores com uma redução de 45% em quase duas décadas.

Fatores podem ser apresentados para compreensão desse fenômeno, sendo que deve ser ressaltado, conforme Georgia Patrícia da Silva (2010, p. 83): "O princípio da revitalização do bairro da Praia Grande recaiu na criação de mais um ponto turístico na cidade". Em torno dessa premissa foi estruturado todo o discurso de preservação do Centro Histórico de São Luís através dos investimentos físicos e simbólicos de proteção do patrimônio.

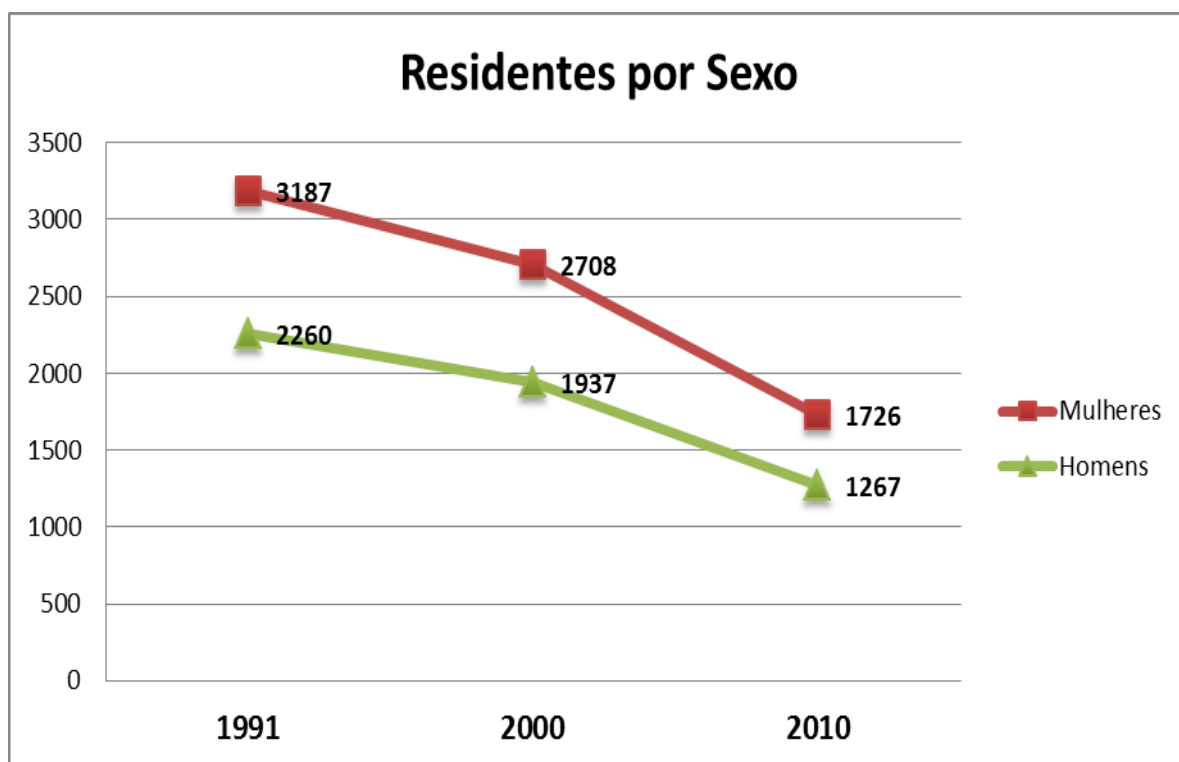
Em que pese desde o nascedouro dos projetos de preservação do Centro Histórico de São Luís apresentarem uma gama de diretrizes abrangentes, no intuito de buscar um amplo plano de recuperação física e funcional para o sítio histórico, o confronto entre os inúmeros projetos e planos com as informações sociodemográficas produzidas através dos dados estatísticos apontam para fragilidade das ações desenvolvidas.

Um dos entraves para o alcance das diretrizes de revitalização no Centro Histórico de São Luís se assenta na falta de continuidade dos projetos ao longo do tempo, conforme já asseverado por Georgia Patrícia da Silva ao afirmar que "As descontinuidades entre as propostas voltadas para o plano e as práticas efetivas de uso do espaço emergiram, no entanto, no decorrer do tempo" (DA SILVA, 2010, p. 83).

Andrès (1998), Silva (2009), Reis (2010) e Lima (2014) destacam como essas descontinuidades possuem relação com a dinâmica política local, onde sucessivos governos utilizaram o patrimônio como vetor político fazendo com que as políticas do patrimônio tivessem distintos momentos.

Ressalte-se, que a redução do número de residentes ocorre de forma bastante equilibrada entre o sexo masculino e feminino, como se observa no gráfico nº 05 ocorrendo apenas uma variação inferior a um por cento no comparativo entre 1991 e 2000.

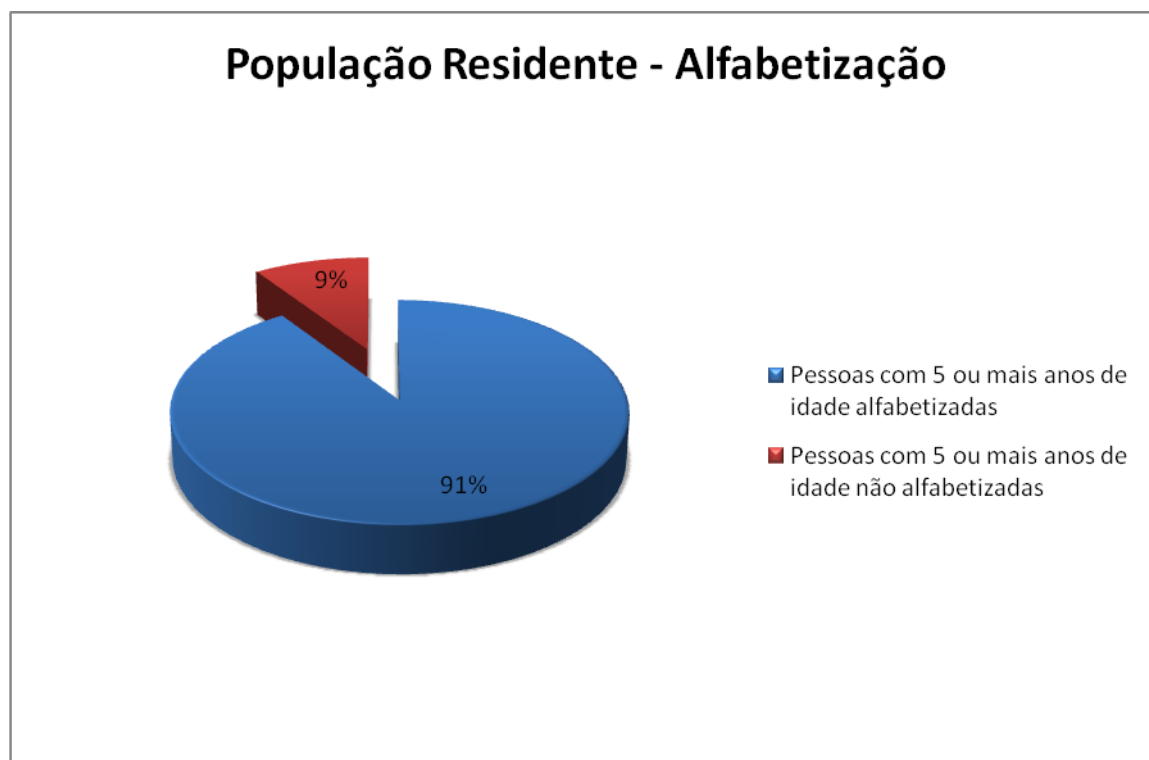
Tal quadro se mantém praticamente inalterado na comparação entre os dados do censo 2000 e 2010, onde é observado uma redução percentual levemente maior no universo feminino, com o decréscimo de 36%, em relação a queda masculina que foi de 34%.



**Gráfico nº 05 - Variação do número de residentes por Sexo. Fonte: Autoria Própria com base em dados do IBGE**

Desse universo populacional foram constituídas informações sobre duas outras características das pessoas residentes na área tombada: alfabetização e faixas etárias. Esses elementos servem para dar um melhor embasamento sobre o perfil populacional dos residentes no Centro Histórico.

Quanto a temática de alfabetização foi considerado o grupo formado por pessoas com cinco anos ou mais de idade para fins de apuração do quantitativo de indivíduos residentes considerados alfabetizados ou não alfabetizados<sup>109</sup>.



**Gráfico nº 06 - Alfabetizados e não alfabetizados 1991. Fonte: Autoria Própria a partir de dados do IBGE**

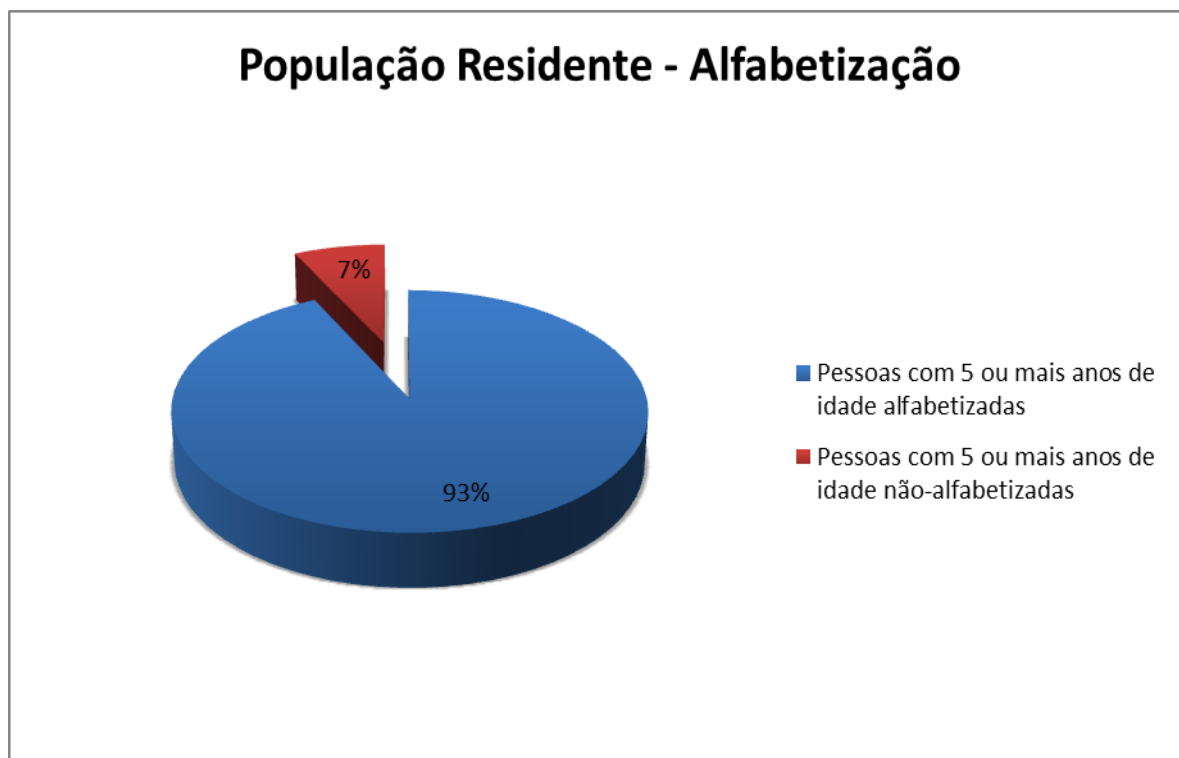
Em 1991 se apurou que 5.065 (cinco mil e sessenta e cinco) pessoas estavam na faixa etária de cinco anos ou mais idade, sendo que destas 4.591 (quatro mil quinhentas e noventa uma) eram alfabetizadas e 474 (quatrocentos e setenta e quatro) eram analfabetas perfazendo um percentual, conforme o gráfico nº 06, de nove por cento do universo. Ou seja, quase uma em cada dez pessoas nessa área não estava apta a ler e escrever um bilhete simples. No mesmo período o

---

<sup>109</sup> Considerou-se como alfabetizada a pessoa capaz de ler e escrever um bilhete simples no idioma que conhecia. Aquela que aprendeu a ler e escrever, mas se esqueceu e aquela que apenas assinava o próprio nome foi considerada analfabeta. (IBGE, 2000).

número de pessoas com cinco anos ou mais não alfabetizadas em São Luís era de 17,34%.

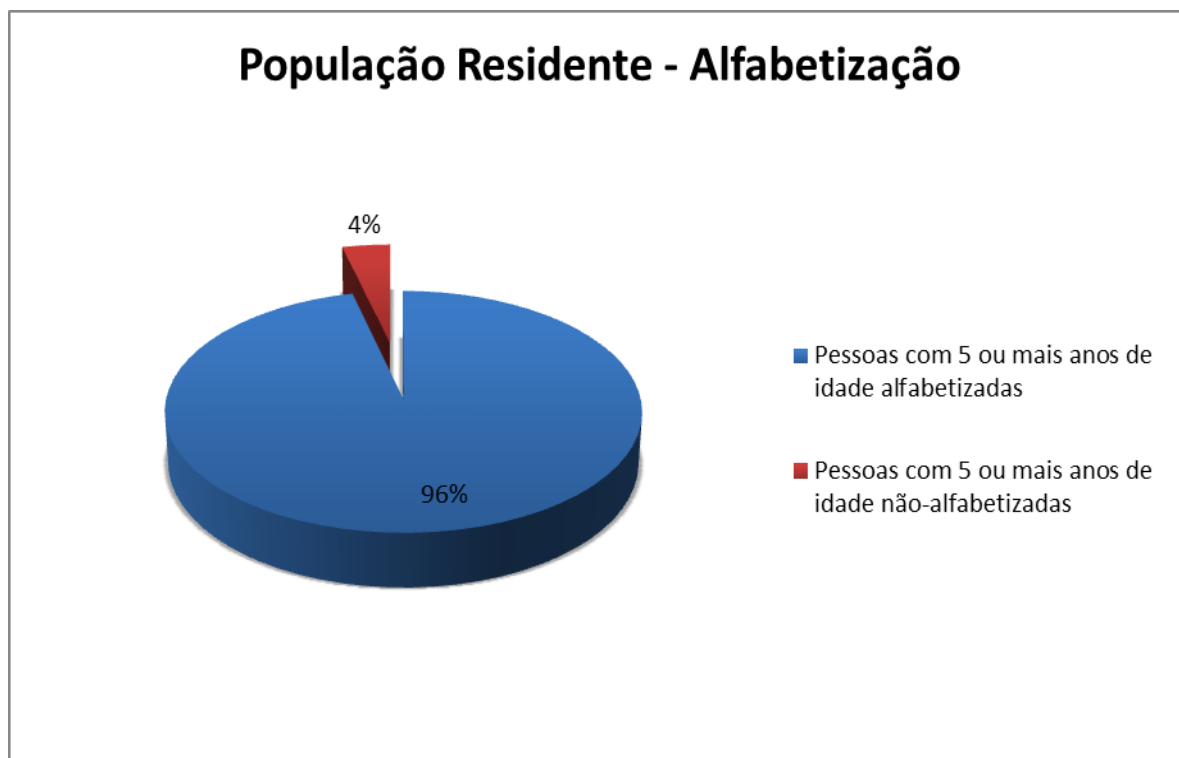
Essa situação também se apresentava no Censo 2000, onde foi feito novamente tabulação referente à situação de alfabetização da população residente, constante no gráfico nº 07.



**Gráfico nº 07 - Alfabetizados e não alfabetizados 2000. Fonte: Autoria Própria a partir de dados do IBGE**

O percentual apurado de sete por cento de pessoas com cinco ou mais anos que não sabiam ler e escrever representa um quantitativo inferior ao observado no censo de 1991, provavelmente influenciado pela busca da universalização do ensino fundamental no Brasil, contudo apesar da diminuição verificada de 22% o número absoluto de pessoas não alfabetizadas na área do Centro Histórico ainda se mostrava relevante, mas inferior ao dado da cidade de São Luís, que em 2000 era de 10,92%.

No último levantamento censitário em relação à população residente, novamente foram tabulados dados sobre a questão de alfabetização ou não. Os dados obtidos foram utilizados para construção do gráfico nº 08.

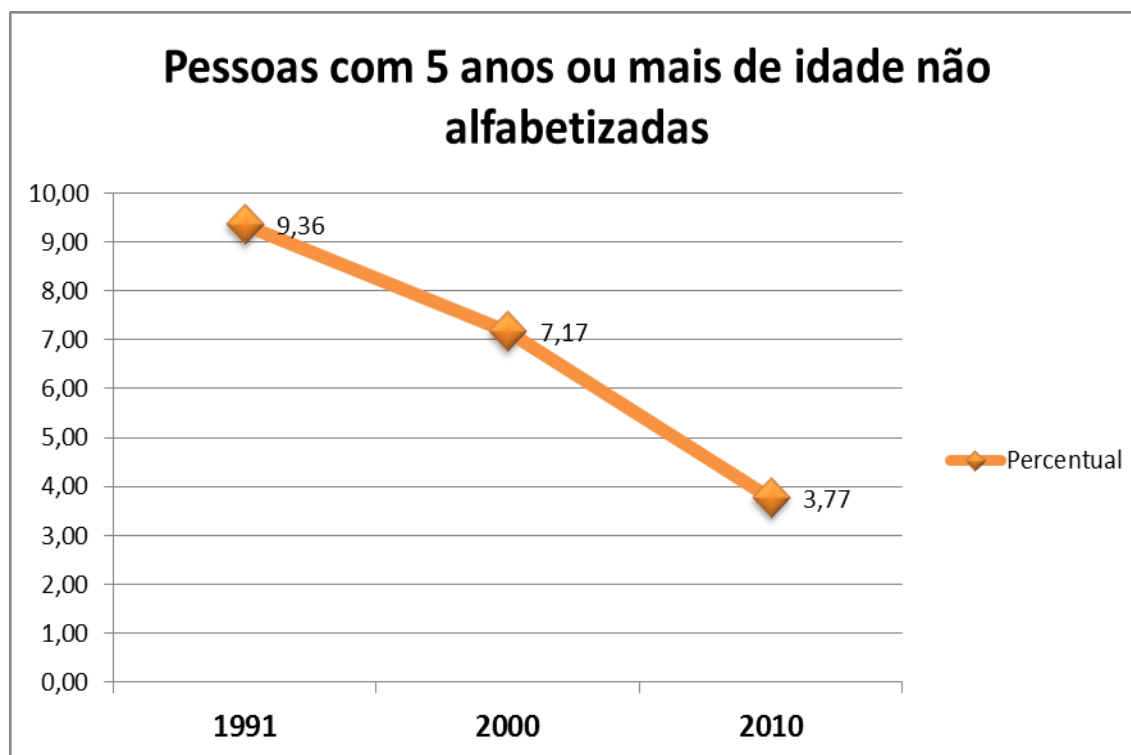


**Gráfico nº 08 - Alfabetizados e não alfabetizados 2010. Fonte: Autoria Própria a partir de dados do IBGE**

Pelos números verifica-se a tendência já observada de diminuição do número de analfabetos, sendo que no decênio pesquisado ocorreu uma redução forte na ordem de 42,86% ao comparar os dados de 2000 com os de 2010<sup>110</sup>.

No tocante aos dados sobre o percentual considerado de pessoas de cinco anos ou mais de idade que não eram alfabetizadas, ao se construir o gráfico nº 09 fica nítida a progressiva redução dessa situação, em especial com a expressiva diminuição ocorrida entre os anos 2000 e 2010.

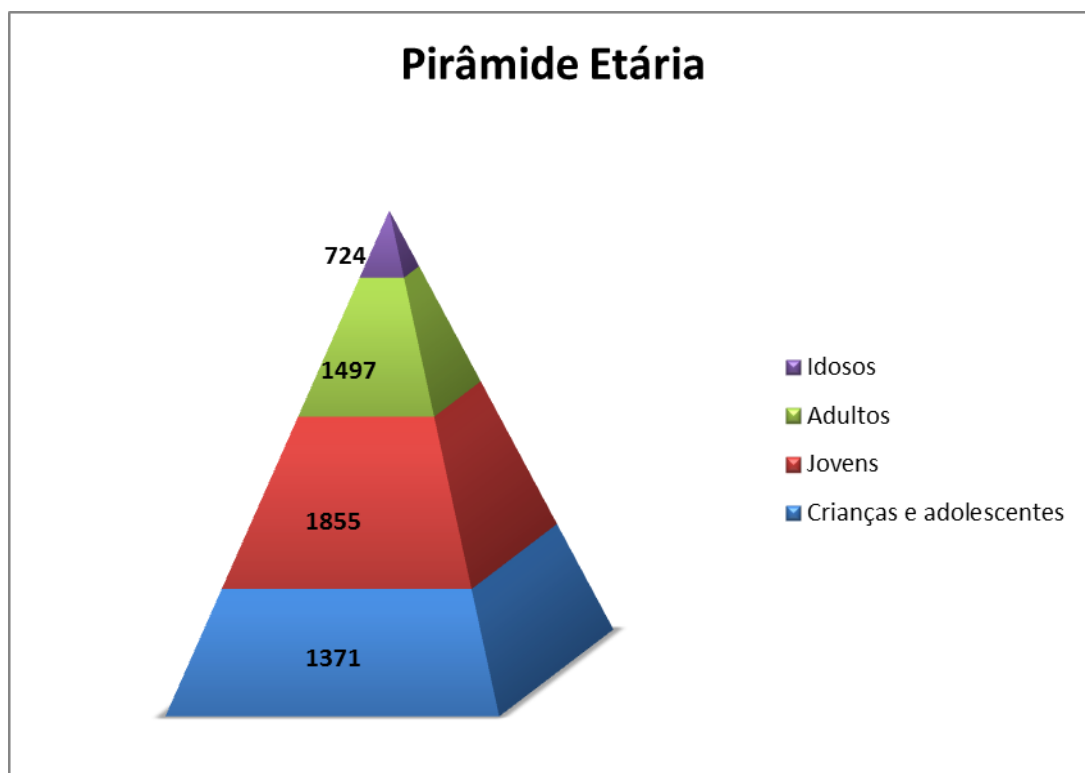
<sup>110</sup> O censo demográfico 2010 registrou taxa de 6,6% de pessoas não alfabetizadas para o município de São Luís.



**Gráfico nº 09 - Variação percentual de não alfabetizados. Fonte: Autoria Própria com base em dados do IBGE**

Em relação às faixas etárias da população residente no Centro Histórico foram construídas pirâmides etárias para perceber variações no perfil de idade dos residentes. Nos gráficos elaborados foi feita classificação de acordo com determinados grupos etários. Na categoria de criança e adolescente, o indivíduo com até quatorze anos completos. Para ser caracterizado como jovem foi utilizado como referência etária de 15 até 29 anos, os adultos as pessoas de 30 a 59 anos e na categoria de idosos todas as pessoas acima de 60 anos de idade<sup>111</sup>.

<sup>111</sup> Foi considerada para formulação da pirâmide etária a seguinte legislação: Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990, Lei nº 10.741 de 1º de outubro de 2003 e a Lei nº 12.852 de 05 de agosto de 2013. Ressalta-se que em razão da Lei 8.069 e da Lei 12.852 referirem-se de forma simultânea aos indivíduos de 15 a 18 anos – cada uma dentro de sua abrangência – optou-se por caracterizar essas pessoas como jovens.

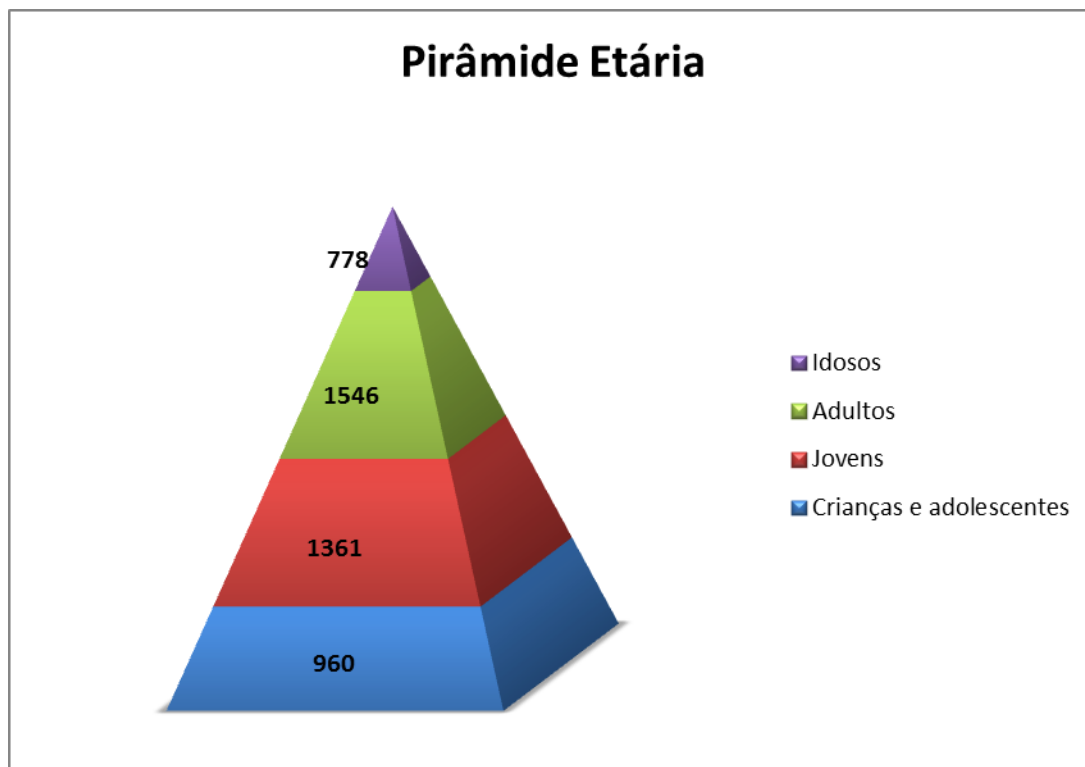


**Gráfico nº 10 - Faixas etárias 1991. Fonte: Autoria Própria a partir de dados do IBGE**

Em 1991, a faixa etária com maior número de indivíduos era a de jovens respondendo por 35% (trinta e cinco por cento). Em seguida, a faixa etária das crianças e adolescentes com 26% (vinte e seis por cento). Somadas essas duas faixas etárias tem-se uma população de 61% (sessenta e um por cento) dos residentes com até 29 anos de idade, o que denota a predominância de uma população jovem.

Na parte de cima da pirâmide a população em idade adulta correspondia por 25% (vinte e cinco por cento) e os idosos somente por 14% (quatorze por cento). Essa era a composição etária da população residente no Centro Histórico em 1991.

Já em 2000 a pirâmide etária construída denota ocorrerem modificações na estrutura dos grupos de idade na população com um aumento da proporção de indivíduos do meio para o topo da pirâmide através do incremento de pessoas classificadas como adultas e idosas.



**Gráfico nº 11 - Faixas etárias 2000. Fonte: Autoria Própria a partir de dados do IBGE**

Ao se analisar os dados do gráfico nº 11, é possível perceber a ocorrência do envelhecimento da população moradora do Centro Histórico, pois no censo de 1991 a faixa etária com o maior número de pessoas era a dos enquadrados como jovens, que em 2000 perde o posto para a dos adultos.

Esse fenômeno encontra-se situado dentro do que vem ocorrendo no perfil populacional brasileiro, através da mudança demográfica que se torna mais nítida a partir de meados do século XX. Se em 1991 a população de adultos encontra-se em menor número em relação à de jovens, em 2000 (gráfico nº 11), os residentes classificados como adultos assumem a primeira posição na pirâmide etária.

Com relação aos idosos, apesar do número em termos absolutos continuar na última posição, em termos proporcionais passa a ter maior peso na pirâmide etária, visto que apesar da diminuição do número residentes no Centro Histórico, o número absoluto de idosos no Censo 2000 se apresenta em quantitativo superior ao do recenseamento anterior.



Reportagens da edição de 08.09.2011 do jornal O Estado do Maranhão, trazem entrevistas com senhoras idosas residentes em casarões do Centro Histórico de São Luís. Exemplos emblemáticos da vida nas construções tombadas. A matéria se inicia reproduzindo a relação da senhora Laura Rosa de Sousa Pires Neves Braúna com o seu casarão situado no Beco da Pacotilha. Dona Laura na época com seus 87 anos residia “com um filho adotivo e uma auxiliar”, bem como na companhia de seus nove gatos. Em razão da dificuldade de locomoção pela idade a anciã já não circulava por todos os ambientes em razão do acesso por escada. Por esse motivo a idosa manifestava seu desejo de se mudar do Centro Histórico: “Dona Rosita diz que quer se desfazer do casarão onde mora. Para isso vai tentar vendê-lo ao governo e, com o dinheiro, comprar uma casa menor e sem escadas” (O ESTADO DO MARANHÃO, 2001, Caderno especial São Luís 389 anos, p. 11).



**Figura 19 - Dona Laura e seus felinos. Fonte: O Estado do Maranhão, 2001, Caderno especial 389 anos, p. 11.**

A reportagem traz ainda histórias da vida de Dona Nenen de 88 anos, que é moradora de um antigo casarão próximo ao de Dona Rosita, com toda sua família: “Filhos, netos e bisnetos” como costuma frisar. Ao contrário de Dona Rosita, que não possui condições de subir escadas, Dona Nenen costuma subir até o mirante do casarão para admirar a paisagem da Baía de São Marcos “mesmo depois de estar morando no lugar há 60 anos” (O ESTADO DO MARANHÃO, 2001, Caderno especial São Luís 389 anos, p. 11).

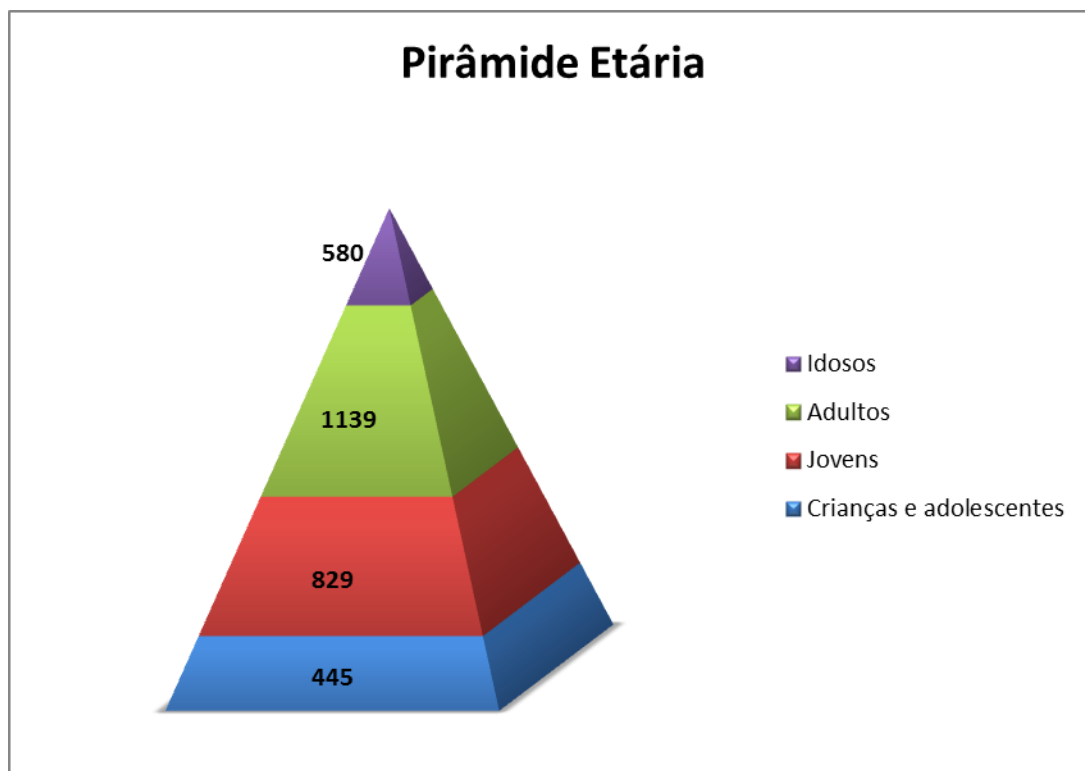
Outro exemplo marcante de relação entre moradores e seus imóveis históricos é o de Dona Vitória Perez Santos Castro, 85 anos.

A relação de Dona Vitória com casarão localizado na rua Humberto de Campos, 200, esquina com a Praça João Lisboa, existe há muitos anos, mas só se tornou pública no dia 28 de abril de 1999, quando ela foi retirada do sobrado praticamente à força pelos soldados do Corpo de Bombeiros. O sobrado ameaçava ruir e ela se negava a deixá-lo. Para sua segurança teve que ser retirada (O ESTADO DO MARANHÃO, 2001, Caderno especial São Luís 389 anos, p. 13).

Segundo a reportagem do periódico, Dona Vitória sempre teve sua vida relacionada com os casarões desde o seu nascimento. E almeja só sair do casarão da Rua Humberto de Campos após seu falecimento. Por isso, a idosa ainda guarda na lembrança detalhes e magoa da sua abrupta retirada do imóvel em que residia. “Não me deram nem satisfação. Amarraram meu corpo nos braços e me levaram mesmo contra minha vontade. Não perdôo os bombeiros por isso” (O ESTADO DO MARANHÃO, 2001, Caderno especial São Luís 389 anos, p. 13). Essas histórias de vida demonstram um apego especial das pessoas que durante décadas mantiveram suas residências e suas vidas em imóveis do Centro Histórico.

O aumento do número de residentes idosos no Centro Histórico é registrado com a construção da pirâmide etária para examinar a distribuição nas faixas de idade existentes do Censo Demográfico 2010.

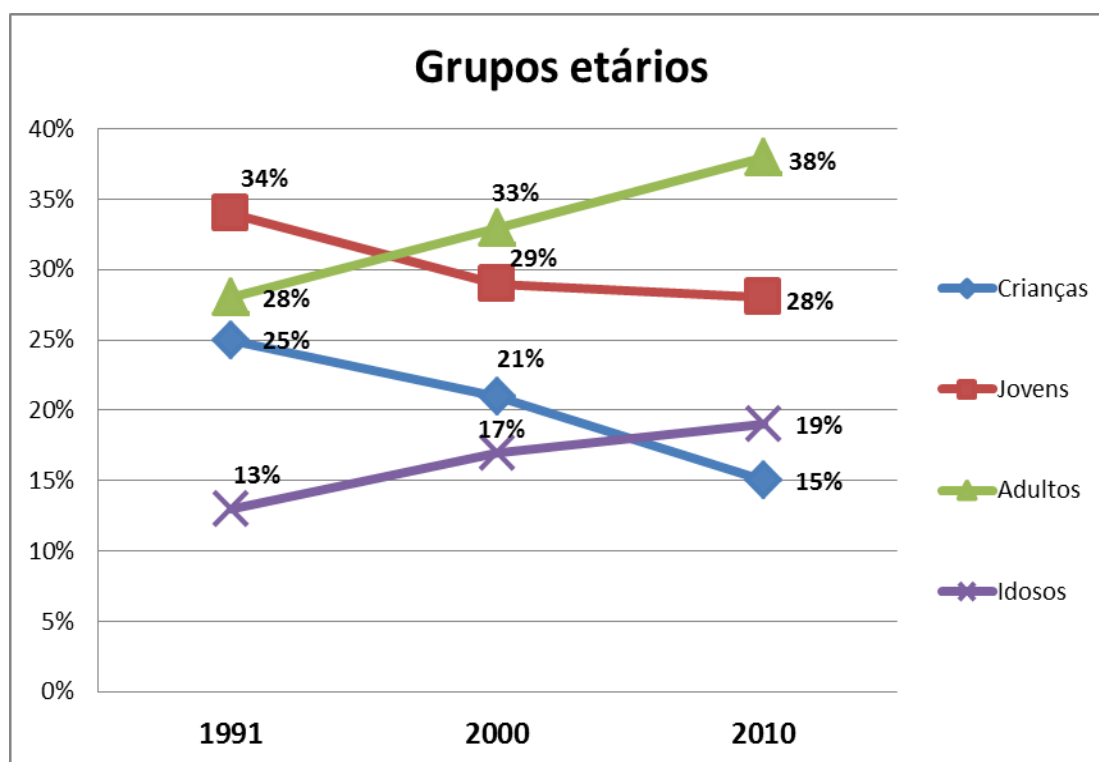
Na referida jornada censitária a composição das faixas de idade dos residentes (gráfico nº 12) mantém a tendência capturada no censo anterior, na qual se apresenta diminuição da base e o alargamento do topo. Para fins de mensuração em 2000 a soma de adultos e idosos perfazia 50% e em 2010 esse percentual cresceu para 57% superando pela primeira vez a soma de crianças, adolescentes e jovens.



**Gráfico nº 12 - Faixas etárias 2010. Fonte: Autoria Própria a partir de dados do IBGE**

Ao se confrontar os dados da população total de residentes da área com os obtidos na construção da pirâmide etária, constata-se que além de uma redução constante, e inclusive mais acelerada entre os dois últimos censos demográficos, ocorre também um contínuo envelhecimento da população residente no Centro Histórico. Referido cenário aponta para uma situação de maior decréscimo populacional nas próximas décadas se não ocorrerem políticas públicas na tentativa de reverter esse quadro.

O gráfico de nº 13 permite uma melhor visualização do acentuado processo de envelhecimento da população residente no Centro Histórico com a curva de crescimento persiste na séria histórica para os grupos de idosos e adultos. Em sentido contrário, se apresenta decrescente a curva dos grupos etários de crianças e jovens, especialmente no caso das crianças e adolescentes.

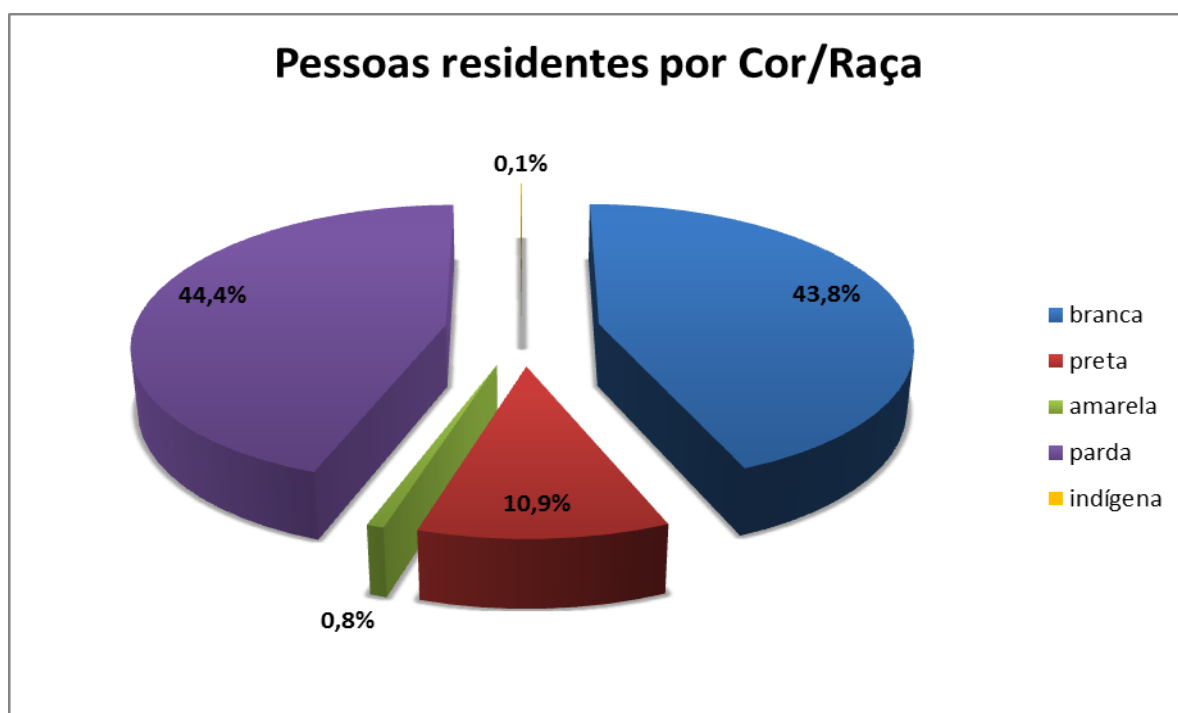


**Gráfico nº 13 - Variação dos grupos etários. Fonte: Autoria Própria a partir de dados do IBGE**

Fechando os dados gerais sobre população, os agregados por setores censitários do censo de 2010 possibilitaram a construção de gráfico da representação dos residentes por cor/raça<sup>112</sup>. Esse gráfico foi elaborado para ilustrar

<sup>112</sup> O primeiro Censo Demográfico realizado no Brasil, em 1872, a classificação por raças se apresentava com quatro opções de resposta: branco, preto, pardo e caboclo, esta última para contabilizar a população indígena. No segundo Censo Demográfico (1890) foi utilizado o termo mestiço em substituição a pardo e mantidas as demais categorias. Nos Censos de 1900 e 1920, as informações sobre cor ou raça não foram coletadas e, em 1910 e 1930, não foram realizadas operações censitárias no País. A partir do Censo 1940, as categorias utilizadas para a classificação, agora denominada de cor, sem fazer referência às raças e com critérios de atribuição diferentes compreendem: branco, preto e amarelo, esta última para dar conta da imigração japonesa ocorrida fundamentalmente entre 1908 e 1930. Os Censos 1950 e 1960 reincorporaram o grupo pardo à categorização de cor, como unidade de coleta e análise, sendo os primeiros levantamentos que orientaram explicitamente nas suas instruções de preenchimento a respeitar a resposta da pessoa recenseada. No Censo 1970, mais uma vez a variável foi excluída da pesquisa, sendo que a partir do Censo 1980 o quesito voltou a ser pesquisado, desta vez no questionário da amostra. Em 1991, foi acrescentada a categoria indígena às já mencionadas, após um século de ausência desta identificação, passando a pergunta a ser denominada como de “raça ou cor” e, no Censo 2000, de “cor ou raça”. Em 2010, último censo realizado, repetiram-se as mesmas categorias de classificação da pergunta, que voltou ao questionário básico aplicado à totalidade da população, sendo que, pela primeira vez, as pessoas identificadas como indígenas foram indagadas a respeito de sua etnia e língua falada (IBGE, 2011).

informações sobre como se autodeclararam em relação ao quesito cor/raça os residentes do Centro Histórico.



**Gráfico nº 14 - Residentes por cor/raça. Fonte: Autoria Própria a partir de dados do IBGE**

A composição racial obtida pelo Censo Demográfico de 2010 é oriunda da auto identificação de pertencimento atribuída. Observa-se que os indivíduos que se autodeclararam como pardos são maioria, sendo acompanhados por números bem próximos das pessoas brancas. Esses dois grupos somados representam quase noventa por cento do total de residentes. Apesar de em termos gerais os que se autodeclararam como de cor amarela representarem menos de um por cento do total de residentes é interessante acompanhar nas próximas jornadas censitárias se ocorre o aumento desse grupo, visto que é notório o surgimento dentro da área do Centro Histórico de São Luís a fixação de pessoas de origem oriental nos últimos anos. Deste modo, será necessário esperar o próximo recenseamento para perceber se a chegada desses indivíduos terá capacidade de alterar de forma mais consistente essa divisão que ora vigora.

Com as informações construídas nos gráficos sobre as características gerais dos moradores do Centro Histórico se depreende que o mesmo é formado em grande parte por uma população feminina autodeclarada parda/preta.

#### 4.2.2. Características gerais dos domicílios

Além de tabular dados sobre a população residente, também foi elaborada uma tabulação com os dados atinentes às características gerais dos domicílios da área delimitada. A partir dessa tabulação foram elaborados os gráficos com o intuito de construir informações mais precisas sobre aspectos das residências no Centro Histórico como: o tipo de domicílio, condição de ocupação e o número de moradores. Os primeiros gráficos elaborados e analisados foram para retratar o perfil do tipo de domicílio predominante, sendo que o resultado para 1991 pode ser visualizado no gráfico abaixo.

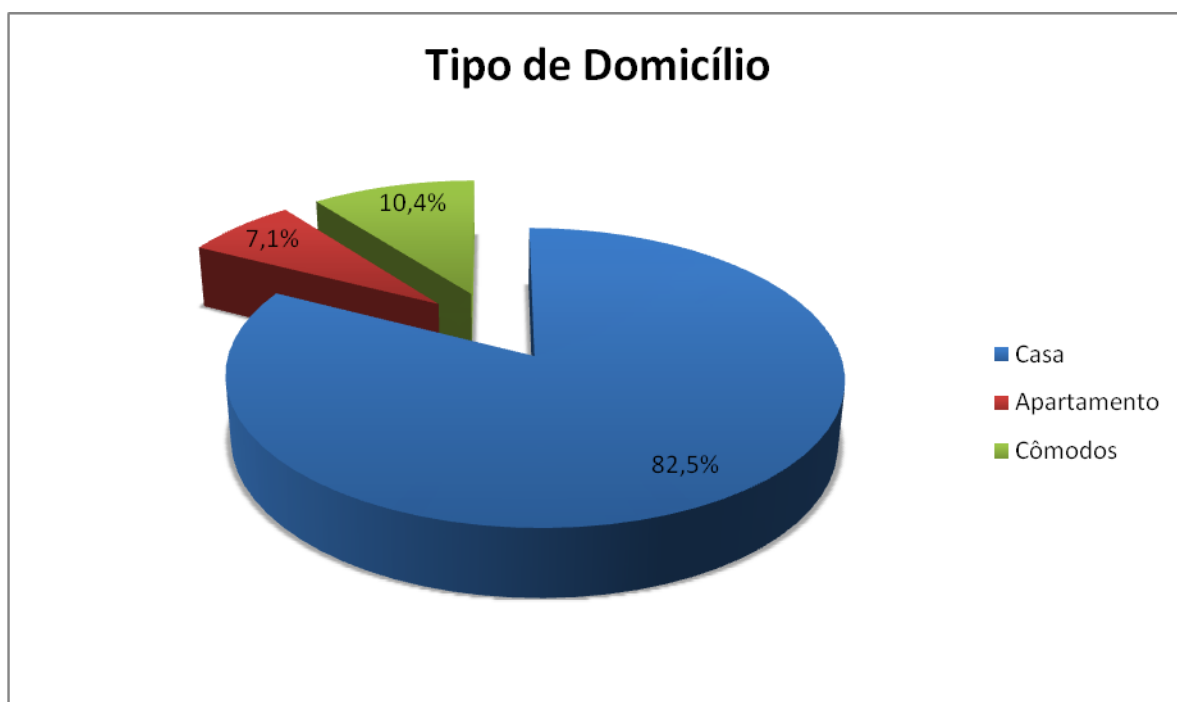


**Gráfico nº 15 - Tipo de Domicílio 1991. Fonte: Autoria Própria a partir de dados do IBGE**

Como se observa no gráfico nº 15 existe uma predominância do tipo de domicílio casa, pois dos 1.161 (mil cento e sessenta e um) domicílios particulares

permanentes<sup>113</sup> o do tipo casa contava com 1.088 (mil e oitenta e oito) unidades. Ao se contar também os domicílios coletivos<sup>114</sup>, que somavam 38 (trinta e oito), obtêm-se ao total de 1.199 (mil cento e noventa e nove) existentes.

O número de domicílios do tipo apartamento somava apenas 52 (cinquenta e duas) unidades e os classificados como cômodos (espécie composta por um ou mais aposentos localizado em uma casa de cômodos, também denominado de cortiço) perfazia um total de 21 (vinte uma) unidades domiciliares. Portanto, é possível afirmar que na área de preservação histórica, existe uma clara preponderância do tipo domiciliar classificado como casa. Tal fato não é de se estranhar em razão do transcurso de formação desse espaço urbano, bem como das limitações de caráter normativo oriundas dos tombamentos realizados.



**Gráfico nº 16 - Tipo de Domicílio 2000. Fonte: Autoria Própria a partir de dados do IBGE**

<sup>113</sup> Domicílio particular permanente é a unidade construída para servir exclusivamente à habitação e, na data de referência, tinha a finalidade de servir de moradia a uma ou mais pessoas (IBGE, 2003, p. 9).

<sup>114</sup> Domicílio coletivo, quando a relação entre as pessoas que nele habitavam era restrita a normas de subordinação administrativa, como em hotéis, pensões, presídios, cadeias, penitenciárias, quartéis, postos militares, asilos, orfanatos, conventos, hospitais e clínicas (com internação), alojamento de trabalhadores, motéis, *camping*, etc. (IBGE, 2003, p. 10).

Em relação às características dos domicílios, o censo demográfico de 2000 traz dados interessantes em relação aos tipos de domicílios existentes no Centro Histórico, conforme gráfico nº 16.

Em 2000 os domicílios do tipo casa, apesar do decréscimo percentual verificado, ainda se apresentam como predominantes com 82,5% do total, contudo se esse tipo de unidade domiciliar ainda prepondera de forma majoritária, é necessário destacar que ocorre um significativo crescimento do tipo apartamento que salta de 4,5% para 7,1%, ou seja, um aumento de 58% entre 1991 e 2000.

O crescimento do número de apartamentos deve-se à implantação de projetos de moradia com a reforma e adaptação de imóveis em habitações no formato de apartamentos. Tal fato ocorreu dentro do planejamento de ações do poder público para dar nova destinação para imóveis de grande porte do conjunto arquitetônico tombado.



**Figura 20 - Cortiço na zona histórica. Fonte: MARANHÃO, 1986, p. 48**



Em que pese a atuação governamental através de projetos de habitação o destaque negativo fica por conta do grande crescimento das moradias do tipo cômodos, denotando a formação de cortiços que saltam de 1,8% para 10,4% dos domicílios. Esse tipo de unidade domiciliar foi o que teve o maior incremento do entre os dois períodos em comparação.

Esse aumento bastante significativo do tipo definido como cômodo inclusive fornece explicação plausível para compreensão da razão de apesar do número de residentes ter se reduzido entre os censos de 1991 e 2000, haver ocorrido um leve aumento do número total de domicílios particulares permanentes na área tombada entre 1991 e 2000.

Se em 1991 foi apurada a existência de 1.161 domicílios e em 2000 esse número cresce para 1.174. Essa pequena variação positiva de treze unidades domiciliares encontra explicação na transformação de alguns imóveis em unidades do tipo apartamento, mas também no processo de encortiçamento verificado no período entre os dois censos mencionados.

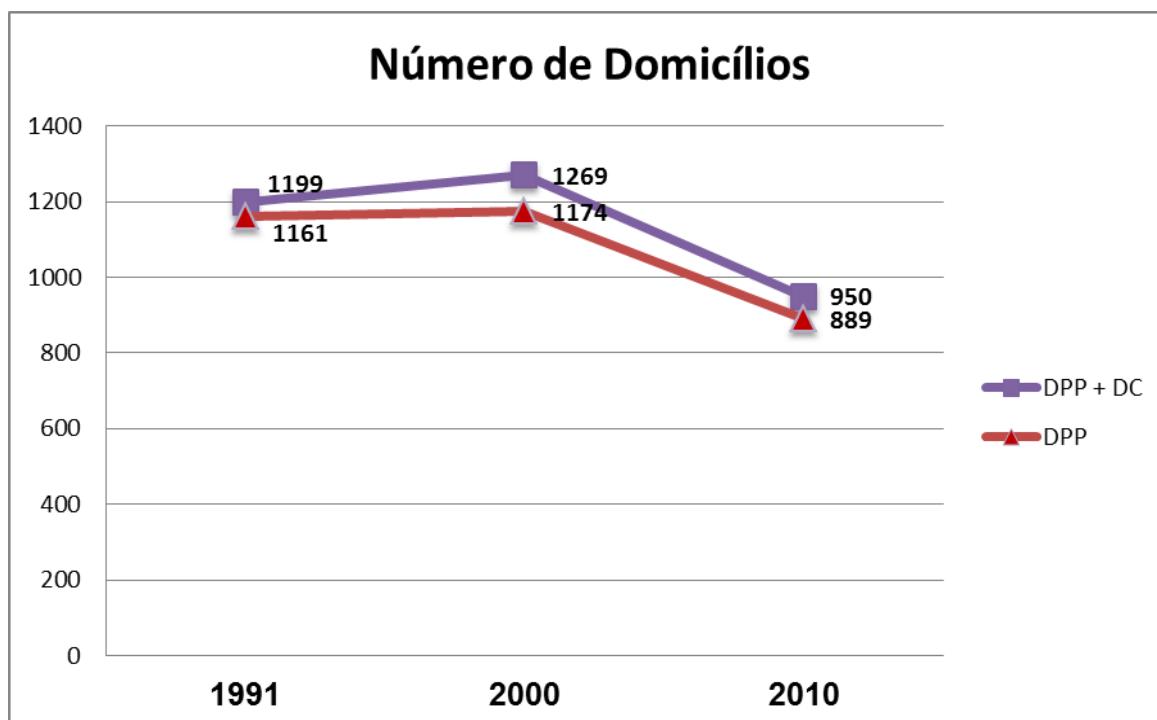
O fato é que o uso do solo e formas de ocupação pelas classes populares, no centro antigo de São Luís foram considerados como um problema, pois estes usos e formas tornaram-se indesejáveis e inadequados aos olhos das instituições dominantes. Sabe-se que os resultados do projeto de intervenção foram restritos e, portanto, insuficientes para renovar as paisagens desejadas e eliminar na totalidade as que já historicamente estão posicionadas em função do contexto da reocupação do centro no passado (SILVA, 2010, p. 176).

O problema da forma de ocupação dos imóveis é um dos desafios para os órgãos de gestão do Centro Histórico. Cabe destacar que no censo de 2010, apesar da manutenção da predominância de unidades domiciliares do tipo casa com 86% do total, se apresenta uma significativa alteração, pois na segunda posição ocorre mudança em que as unidades do tipo apartamento superam o número de domicílios do tipo cômodos. Apesar dos números do gráfico nº 17, o percentual de cômodos ainda existentes demonstra que o quesito habitação necessita ainda de atenção dos órgãos de gestão patrimonial.



**Gráfico nº 17 - Tipo de Domicílio 2010. Fonte: Autoria Própria a partir de dados do IBGE**

Com os dados dos três censos foi construído o gráfico nº 18, que é uma série histórica da variação do número de domicílios, na qual emergem números interessantes para reflexão da situação do Centro Histórico de São Luís. Ao contrário do ocorrido com o número de residentes, que apresenta queda de forma ininterrupta no período pesquisado, o quantitativo total de domicílios perpassa entre 1991 e 2000 por uma pequena elevação, tanto dos domicílios particulares permanentes ou mesmo da soma destes acrescentados aos domicílios coletivos existentes, conforme o gráfico nº 18.

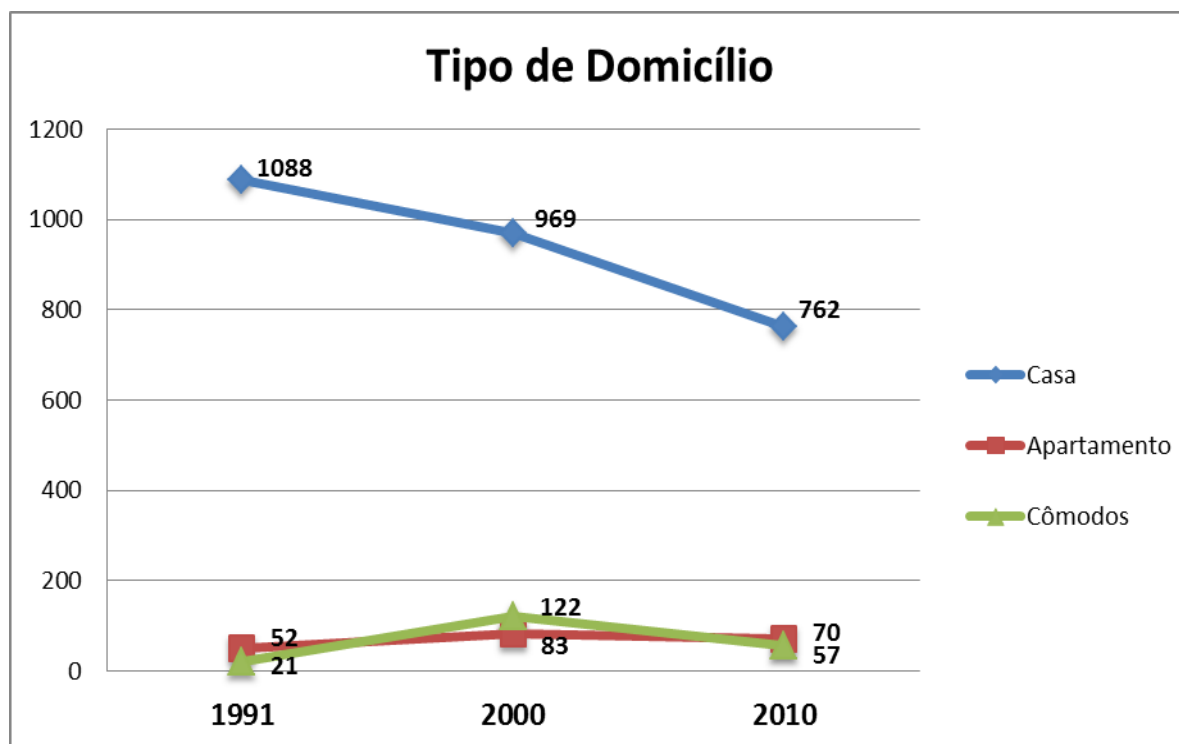


**Gráfico nº 18 – Variação do número de domicílios. Fonte: Autoria Própria com base em dados do IBGE**

Essa variação ocorrida inicialmente no período de análise pode ser atribuída em parte ao programa de habitação desenvolvido na área, conforme já explorado anteriormente neste mesmo capítulo, onde imóveis foram reformados e passando a ser utilizado como apartamentos. Em 1993 foi inaugurado um projeto de habitação, que além de reconstruir mais um sobrado em ruínas e habitado como cortiço, o adaptou para apartamentos com abrigo de famílias de trabalhadores e antigos moradores (ANDRÉS, 2012, p. 11).

Apesar dessa iniciativa que rememorava ao planejamento dos primórdios do PPRCH, o aumento do número absoluto de domicílios ocorreu também em razão da transformação de alguns imóveis em cortiços.

A afirmação exposta se escora nos dados do gráfico nº 19, onde através da construção de uma série histórica da representação por tipo de domicílio, é possível visualizar de forma mais significativa no tempo a dinâmica domiciliar.



**Gráfico nº 19 – Variação do tipo de domicílio. Fonte: Autoria Própria com base em dados do IBGE**

Através do gráfico nº 19 se percebe que apesar do aumento do número total de domicílios entre 1991 e 2000, recordando-se que no mesmo período ocorreu a redução do número de moradores, esse acréscimo não foi de maneira uniforme entre os tipos de domicílio.

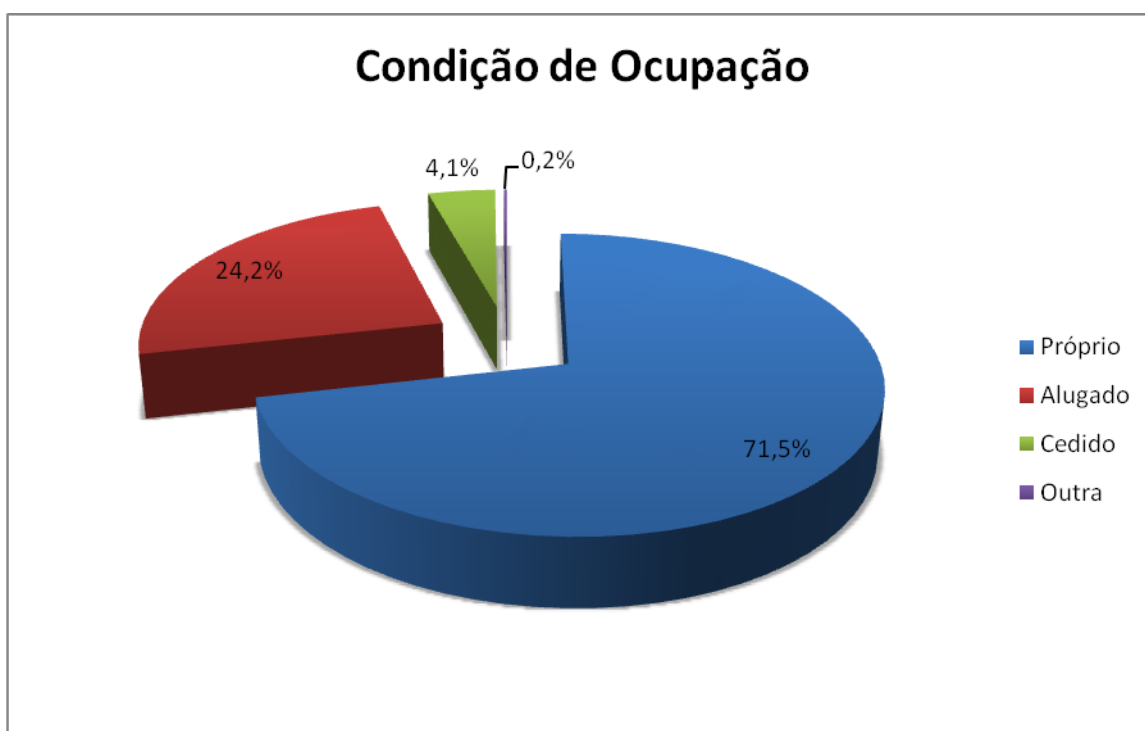
Ao contrário, ocorre uma permanente redução do domicílio do tipo casa, mas os do tipo apartamento e cômodos, entre 1991 e 2000 experimentam um acréscimo para no decênio seguinte também sofrerem redução.

Os domicílios do tipo apartamento e cômodos aumentam, em número de unidades: 59,62% e 480,25% respectivamente entre 1991 e 2000. Com relação aos números apresentados chama atenção o grande aumento de três dígitos dos domicílios do tipo cômodos. Demonstrando que muitos dos imóveis tombados se encontravam em processo de encortiçamento.

Entretanto, no período compreendido entre 2000 e 2010 acompanhando a acentuada diminuição do número de residentes, ocorre diminuição de todos os três

tipos de domicílio, em especial os do tipo cômodos, que recuam em torno de 53,27%.

Além do tipo de unidade domiciliar a pesquisa levantou dados que foram tabulados para produção de informações sobre a condição de ocupação dos domicílios, sendo classificados em quatro situações utilizadas pelo IBGE: próprio, alugado, cedido e outra.



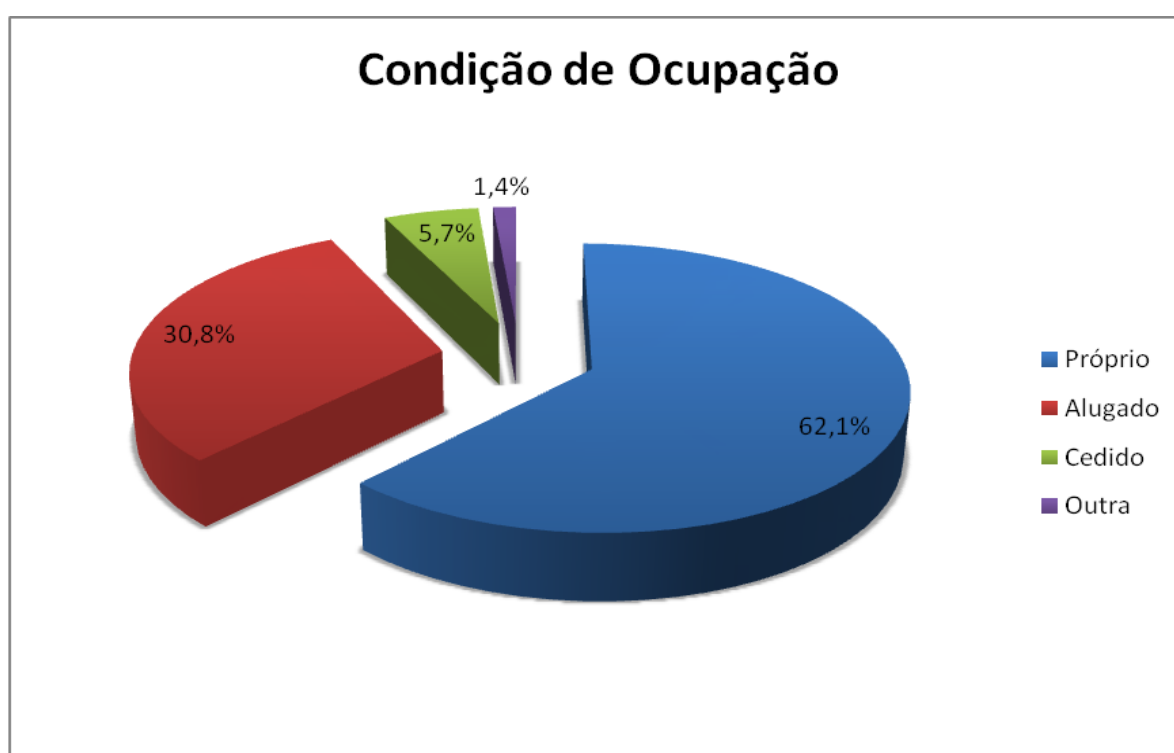
**Gráfico nº 20 - Condição de ocupação 1991. Fonte: Autoria Própria a partir de dados do IBGE**

Conforme o gráfico nº 20 nota-se que o maior percentual da condição de ocupação dos domicílios do centro histórico se enquadra como próprio. Está contabilizado no percentual de 71,5% (setenta e um e meio por cento) a soma dos já quitados com os que se encontram em processo de aquisição. Ou seja, o referido percentual corresponde aos domicílios de propriedade dos moradores que se encontravam integralmente ou não integralmente pagos, sendo 830 unidades.

Os domicílios alugados – aqueles cujo aluguel era pago por um ou mais de seus moradores – correspondiam por quase um quarto do total, com 281

unidades. Já os cedidos foram tabulados somando-se os cedidos por empregador com os cedidos de outra forma (gratuitamente por pessoa que não era moradora ou por instituição que não era empregadora de algum dos moradores). Esses perfaziam um total de 48 unidades.

A condição de ocupação caracterizada como outra<sup>115</sup> se apresentava quando o domicílio era ocupado de forma diferente das anteriormente relacionadas e em 1991 aparecia de forma residual com apenas duas unidades.

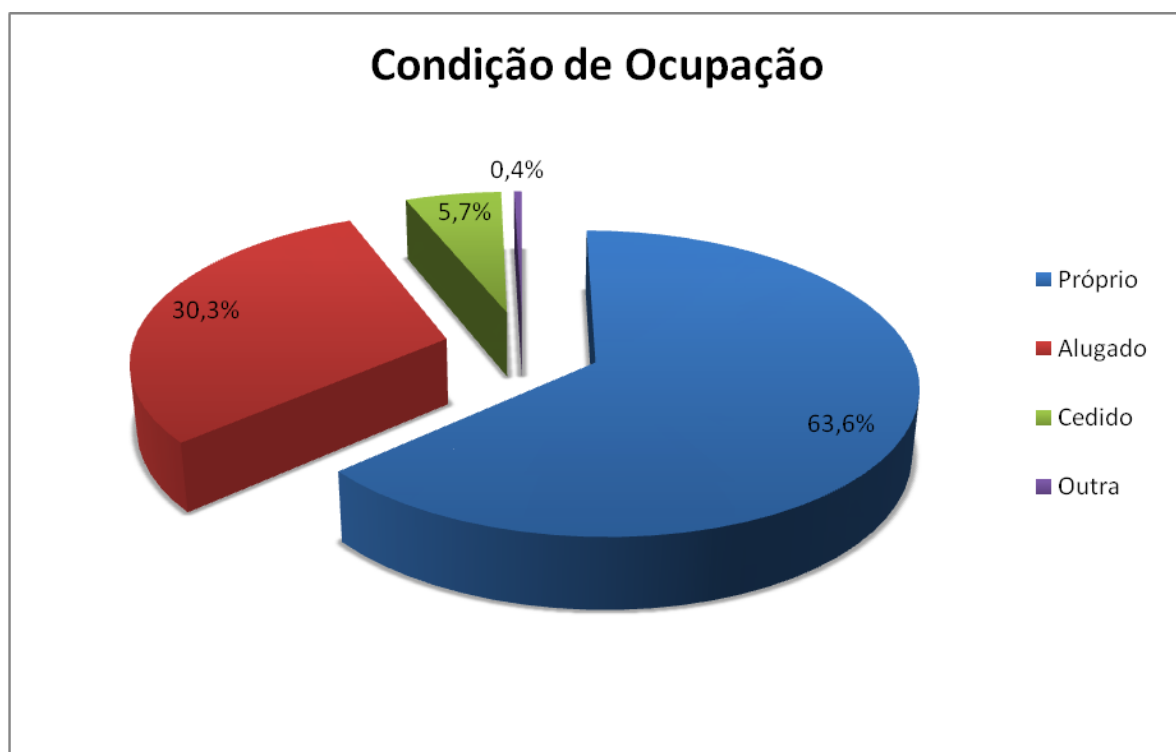


**Gráfico nº 21 - Condição de ocupação 2000. Fonte: Autoria Própria a partir de dados do IBGE**

No censo 2000 verifica-se na condição de ocupação dos domicílios particulares permanentes uma diminuição do número de unidades classificadas na condição de domicílio próprio e o aumento do percentual das demais categorias, em especial da condição de alugado, como pode ser observado no gráfico nº 21.

<sup>115</sup> Incluíram-se, neste caso: o domicílio cujo aluguel, pago por morador, referia-se à unidade domiciliar em conjunto com unidade não residencial (oficina, loja, etc.); o domicílio localizado em estabelecimento agropecuário arrendado; e também, o domicílio ocupado por invasão.

A condição de ocupação não sofre modificação relevante no censo 2010, pois a ocupação das unidades domiciliares se apresenta praticamente inalterada apenas com pequenas variações dos percentuais. Dessa forma, continua predominante a forma de ocupação própria, seguida pela forma do alugado, cedido e outra forma respectivamente, conforme o gráfico nº 22.

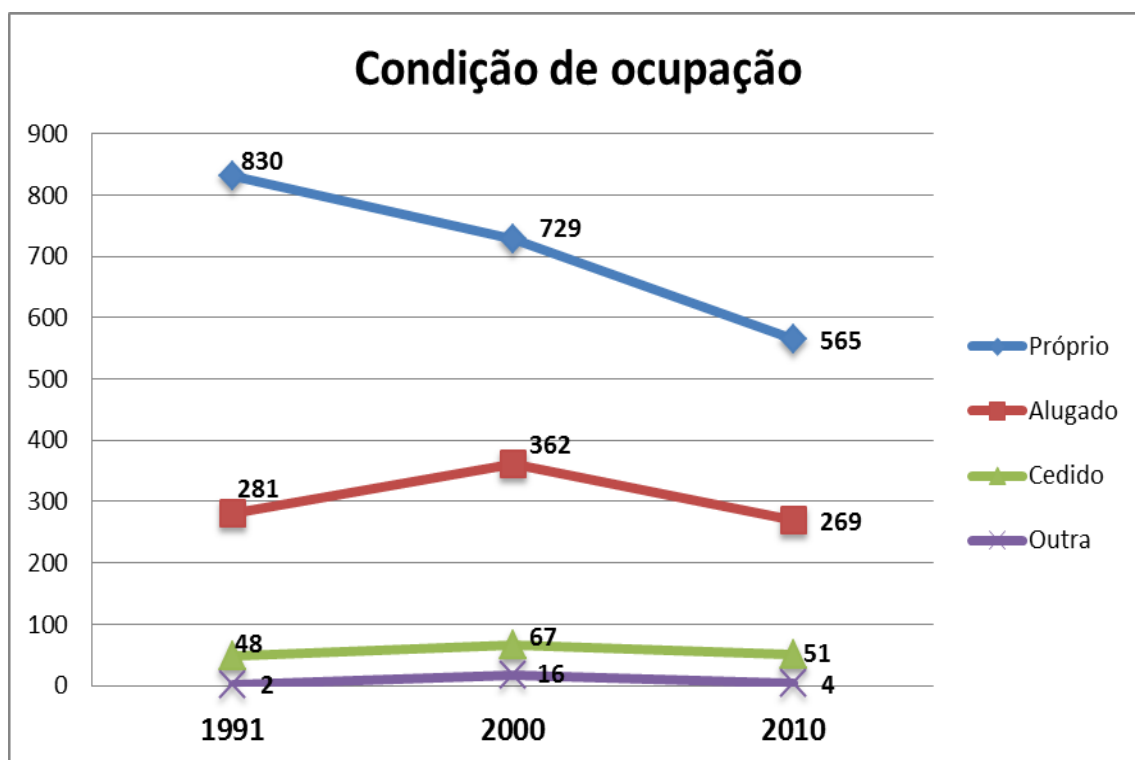


**Gráfico nº 22 - Condição de ocupação 2010. Fonte: Autoria Própria a partir de dados do IBGE**

Os dados acerca do tipo de unidade e sobre a condição de ocupação dos domicílios são informações relevantes para compreensão da configuração e forma de ocupação das construções no espaço urbano tombado.

E para ter uma descrição maior sobre os domicílios foram tabulados também dados que auxiliassem a constituição de um perfil das moradias do centro histórico. Assim, foram elaborados gráficos capazes de montar um retrato da quantidade de moradores por unidade domiciliar no decorrer das três últimas jornadas censitárias.

Em relação à condição de ocupação dos domicílios a construção de uma série histórica possibilitou compreender as dinâmicas deste quesito no decorrer do lapso temporal.



**Gráfico nº 23 – Variação da condição de ocupação. Fonte: Autoria Própria com base em dados do IBGE**

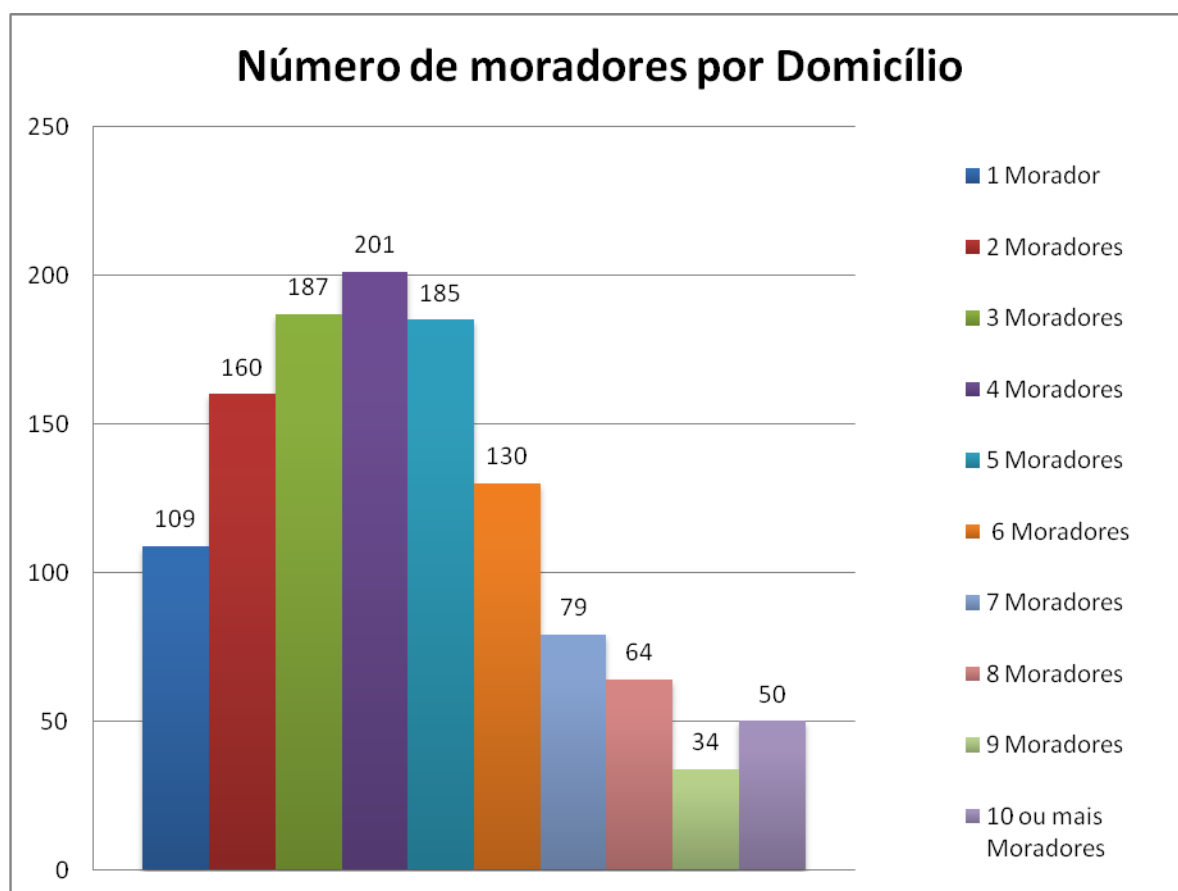
Apesar da condição do domicílio do tipo próprio perdurar como a de maior número em termos absolutos no decorrer do período pesquisado, foi essa forma de condição de ocupação que sofreu a maior redução, variando negativamente na ordem de 31,92% entre 1991 e 2010.

Os domicílios na condição de alugados, os cedidos e os da condição outra passam por um incremento do número total entre 1991 e 2000 para no decênio seguinte acompanharem os domicílios de condição de ocupação próprio na curva descendente. Esse comportamento amolda-se em consonância a ocorrência da trajetória de diminuição do número de residentes, que entre 1991 e 2000 foi mais tênue e somou-se ao fenômeno do aumento do número de cortiços, provavelmente muitos dos quais eram alugados.



Contudo, com o incremento mais acentuado na queda dos residentes entre o decênio de 2000 e 2010 todas as formas de condição de ocupação declinam, conforme gráfico nº 23.

Esses comparativos envolvendo número de moradores, domicílios e condição de ocupação também se inter-relacionam com outro quesito: a quantidade de moradores por domicílio.

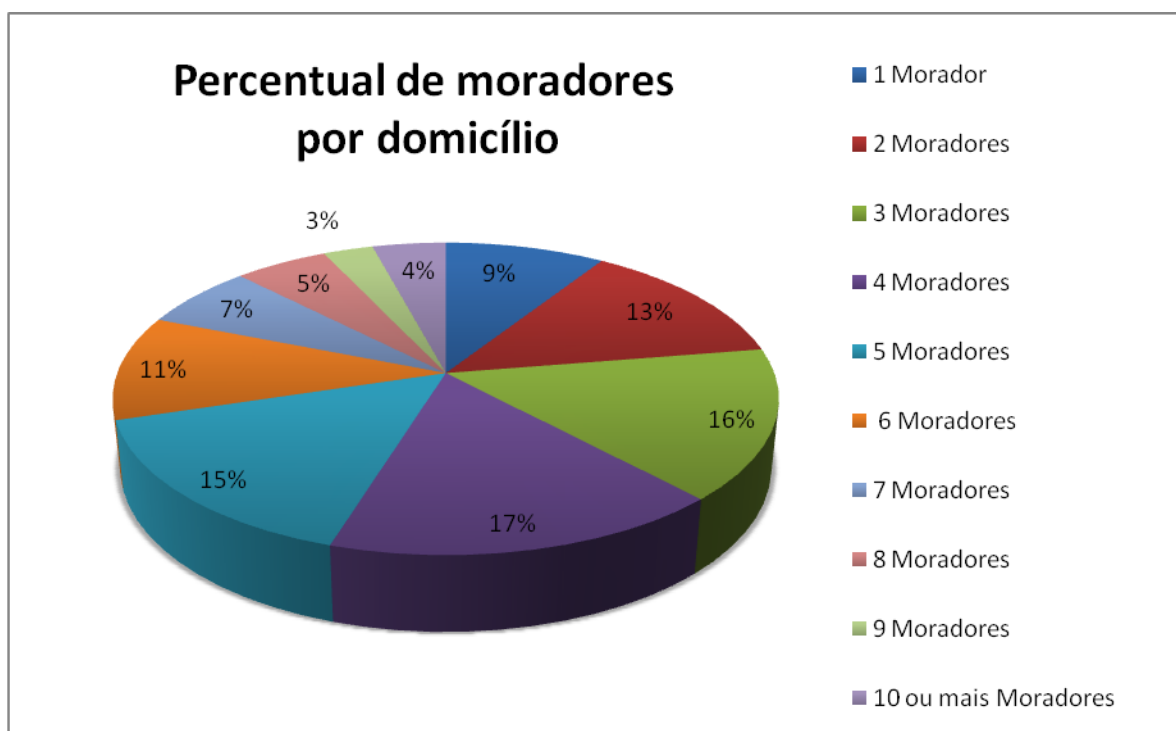


**Gráfico nº 24 - Moradores por domicílio 1991. Fonte: Autoria Própria a partir de dados do IBGE**

Pelo gráfico nº 24 nota-se que em 1991 a configuração de número de moradores por domicílio mais comum na área era a unidade composta por quatro pessoas na mesma residência.

Com números próximos apresentavam-se as unidades formadas por três e cinco moradores respectivamente em números absolutos, sendo proeminente

também os domicílios com 8, 9 e 10 ou mais moradores, o que se coaduna perfeitamente com a existência das unidades do tipo cômodos existentes.

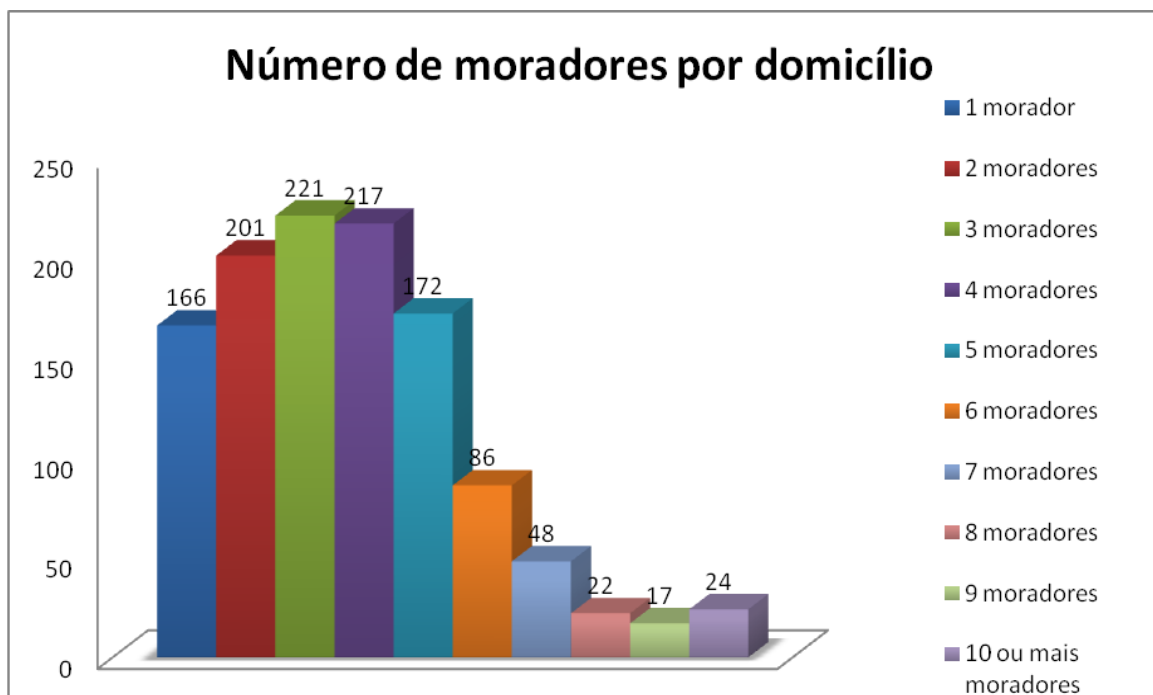


**Gráfico nº 25 - Percentual de moradores por domicílio 1991. Fonte: Autoria Própria a partir de dados do IBGE**

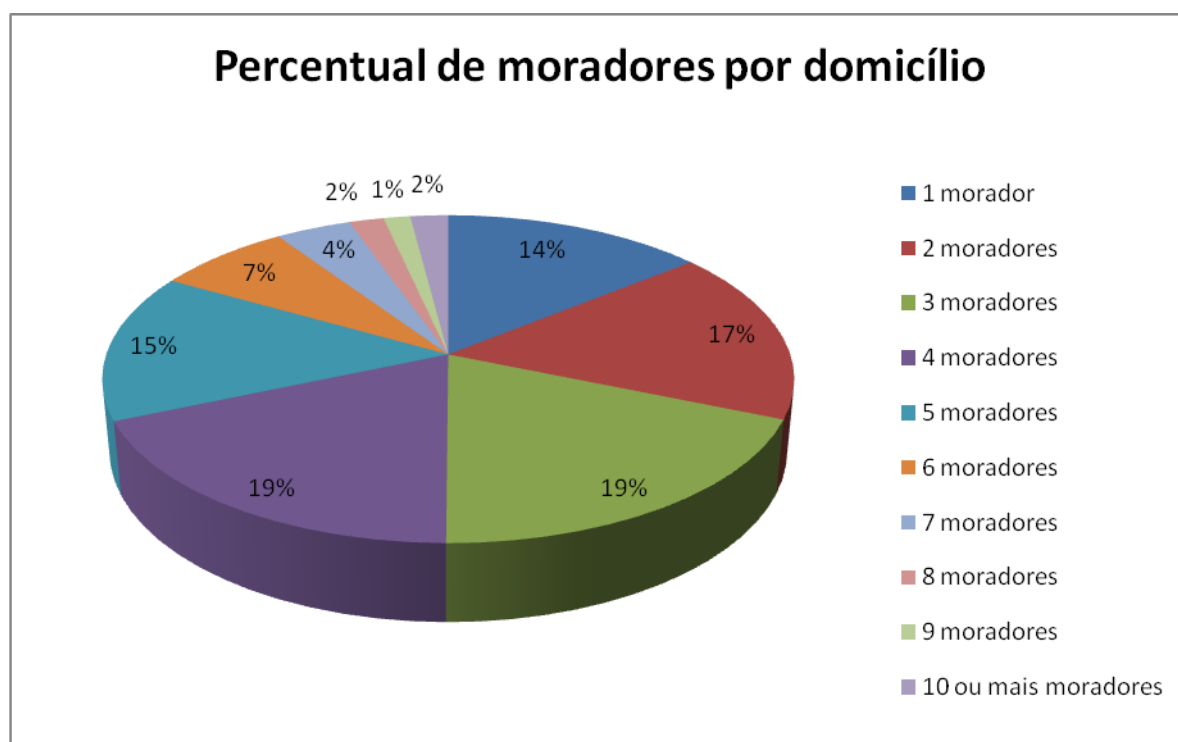
O gráfico de nº 25, ao apresentar números em formato de percentual, facilita a percepção das informações. Sendo que um dado a ser destacado se refere a soma nas unidades compostas de 6, 7, 8, 9 e 10 ou mais moradores, pois as mesmas perfaziam quase um terço do total de residentes com 30% da população residente.

As informações produzidas a partir dos dados do censo 2000 apontam uma mudança em relação a quantidade de moradores por unidade domiciliar. Se em 1991, se destacavam as unidades com quatro moradores em 2000, esse lugar passa a ser ocupado pelas unidades formadas por três moradores. Esse fenômeno também é parte das mudanças do perfil demográfico brasileiro, que vem apresentando uma queda do número de membros da família nuclear.

Os gráficos de nº 26 e 27 trazem respectivamente as informações tabuladas do número absoluto e a participação em termos percentuais do número de moradores por domicílio em 2000.



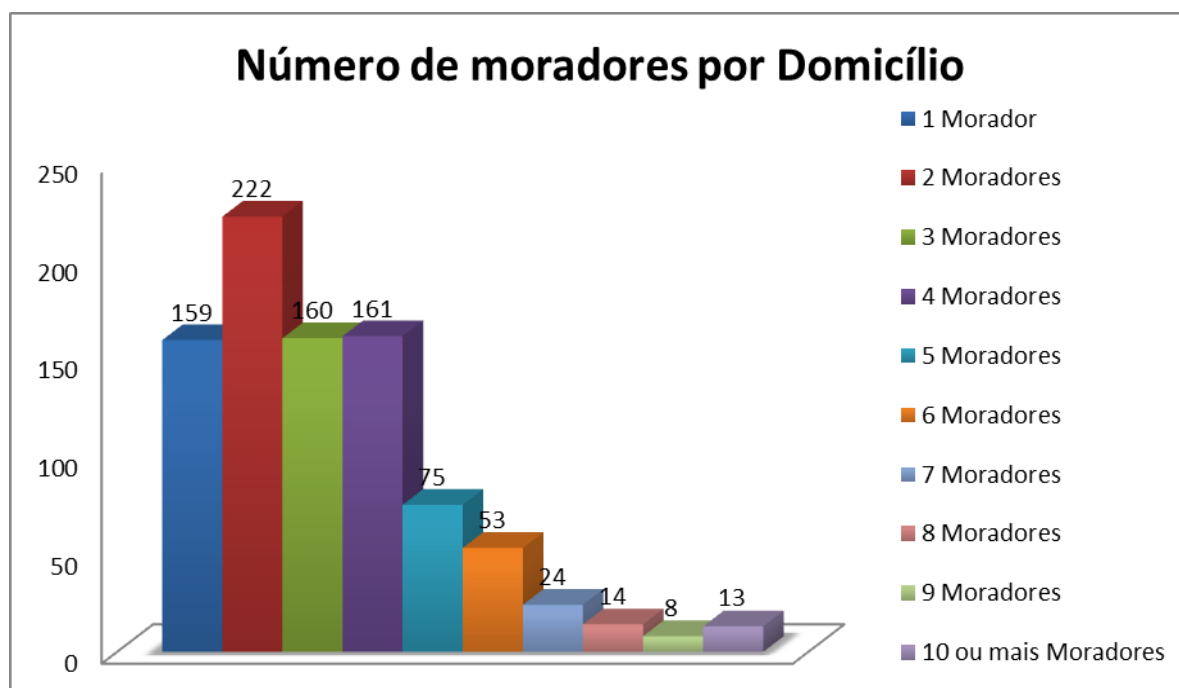
**Gráfico nº 26 - Moradores por domicílio 2000. Fonte: Autoria Própria a partir de dados do IBGE**



**Gráfico nº 27 - Percentual de moradores por domicílio 2000. Fonte: Autoria Própria a partir de dados do IBGE**

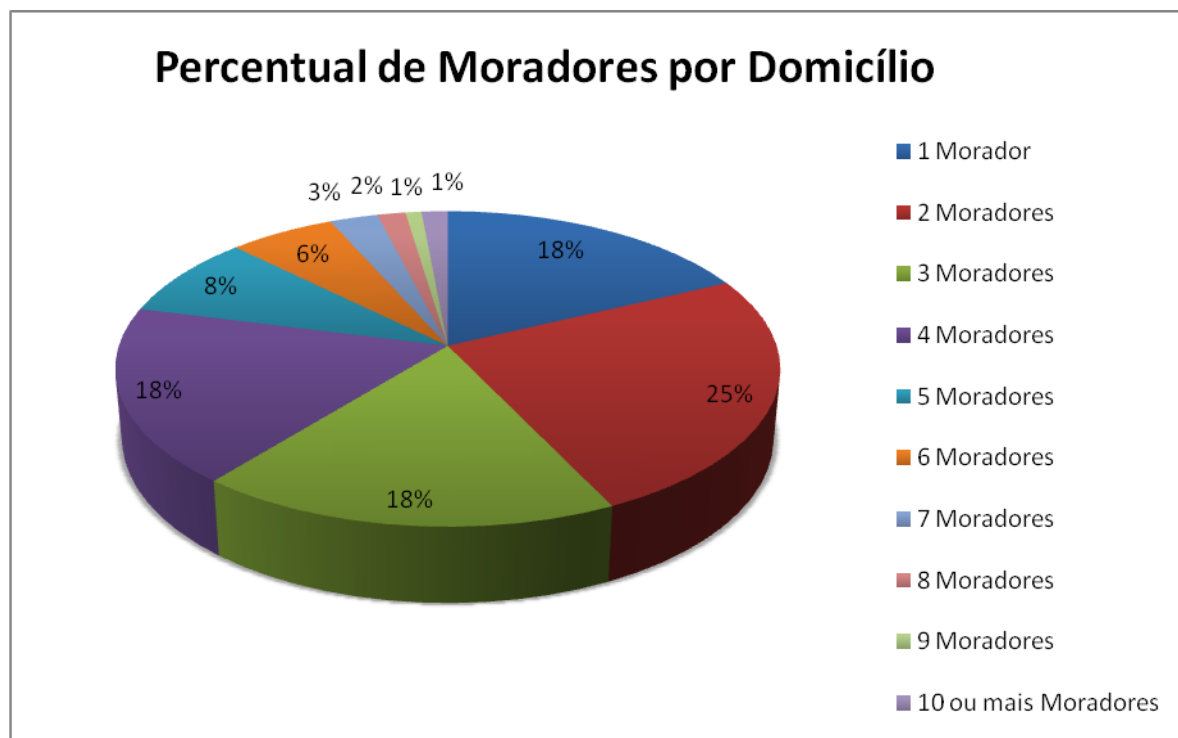
Ao se comparar a situação apresentada em 1991 com a de 2000 é imperioso destacar que ocorre uma significativa redução dos domicílios compostos por 8, 9 e 10 ou mais moradores, pois em 1991 essas unidades representavam 12% do total e em 2000 apenas 5%. Ao se somar todas as unidades composta de 6 ou mais moradores e cotejar entre os censos torna-se ainda mais nítido, pois em 1991 somadas representavam 30% e em 2000 somente 16% do total.

Com o censo 2010 se verifica uma nova alteração na composição do número de moradores por domicílio com a manutenção da tendência já verificadas anteriormente de decréscimo do número de pessoas habitando na mesma unidade domiciliar, conforme gráfico nº 28.



**Gráfico nº 28 - Moradores por domicílio 2010. Fonte: Autoria Própria a partir de dados do IBGE**

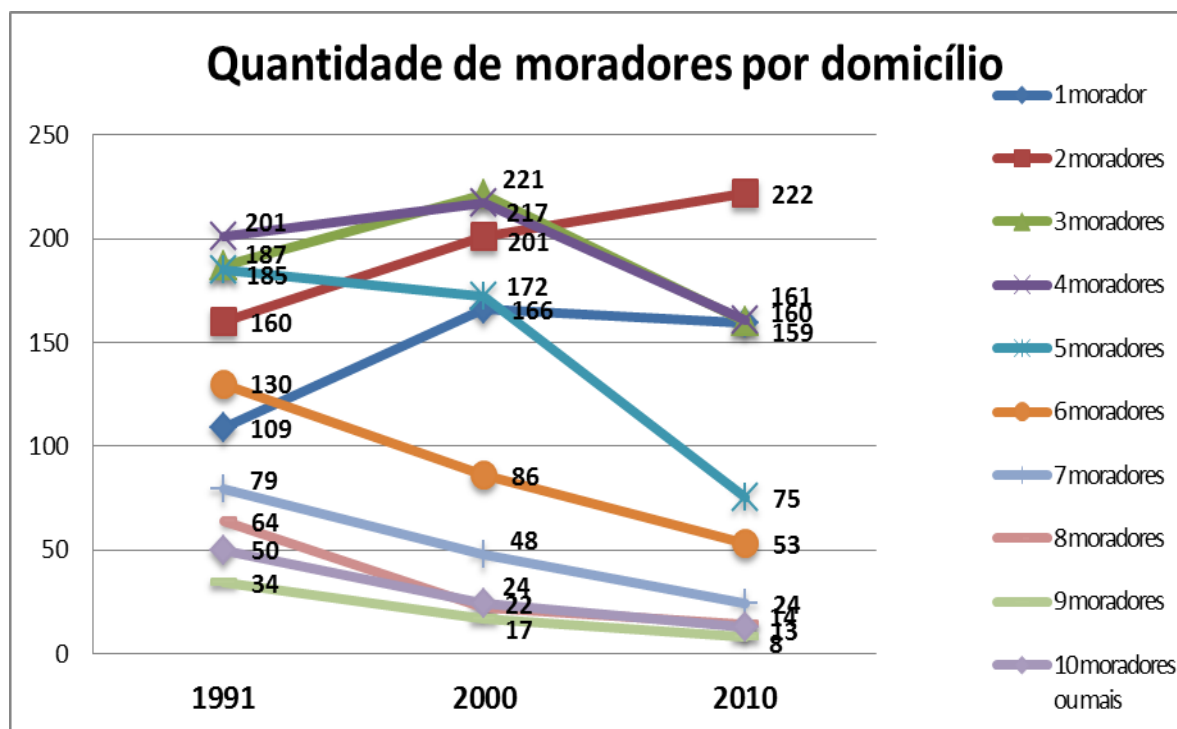
Se em 1991 os domicílios com quatro moradores lideravam o ranking, o que passou para os com três moradores em 2000, com a permanência da diminuição em 2010, conforme o gráfico nº 28, se destacam em maior número os domicílios formados por apenas duas pessoas residentes.



**Gráfico nº 29 - Percentual de moradores por domicílio 2010. Fonte: Autoria Própria a partir de dados do IBGE**

O gráfico nº 29 denota como houve uma forte redução da quantidade de pessoas residindo nos domicílio, pois ao se somar as unidades domiciliares com um, dois e três moradores, as mesmas são responsáveis por 61% de toda a população residente no centro histórico.

Em contrapartida, os domicílios com 8, 9 e 10 ou mais moradores, que já representaram 12% do total de unidades em 1991, passam a corresponder por apenas 4% em 2010.



**Gráfico nº 30 – Variação do número de moradores por domicílio. Fonte: Autoria Própria com base em dados do IBGE**

Ao se analisar a série histórica da variação do número de moradores por domicílio é possível visualizar de forma mais nítida, que um dos aspectos relacionados à redução do quantitativo de moradores é também ligado à própria dinâmica demográfica com a redução do número de moradores por domicílio. Se em 1991 os domicílios com quatro moradores lideravam o *ranking* estatístico essa posição era em 2000 dos domicílios com três moradores, sendo seguido de perto pelas unidades compostas de quatro residentes.

Porém em 2010 a liderança isolada ficava com os domicílios compostos por dois moradores, estes que em 1991 ocupava apenas a quarta posição. Outra informação possível de extrair do gráfico nº 30 é sobre a dinâmica dos domicílios com agrupamento maiores de indivíduos - compostos por seis ou mais moradores. Esses vêm sofrendo também redução ao longo das décadas.

Com os gráficos desta seção é possível perceber permanências e variações no decorrer das últimas décadas nas características dos domicílios do centro histórico, sendo com maior relevância a mudança na composição de moradores e as variações dos tipos de unidades domiciliares ao longo do tempo.

### 4.2.3. Características dos responsáveis pelos domicílios

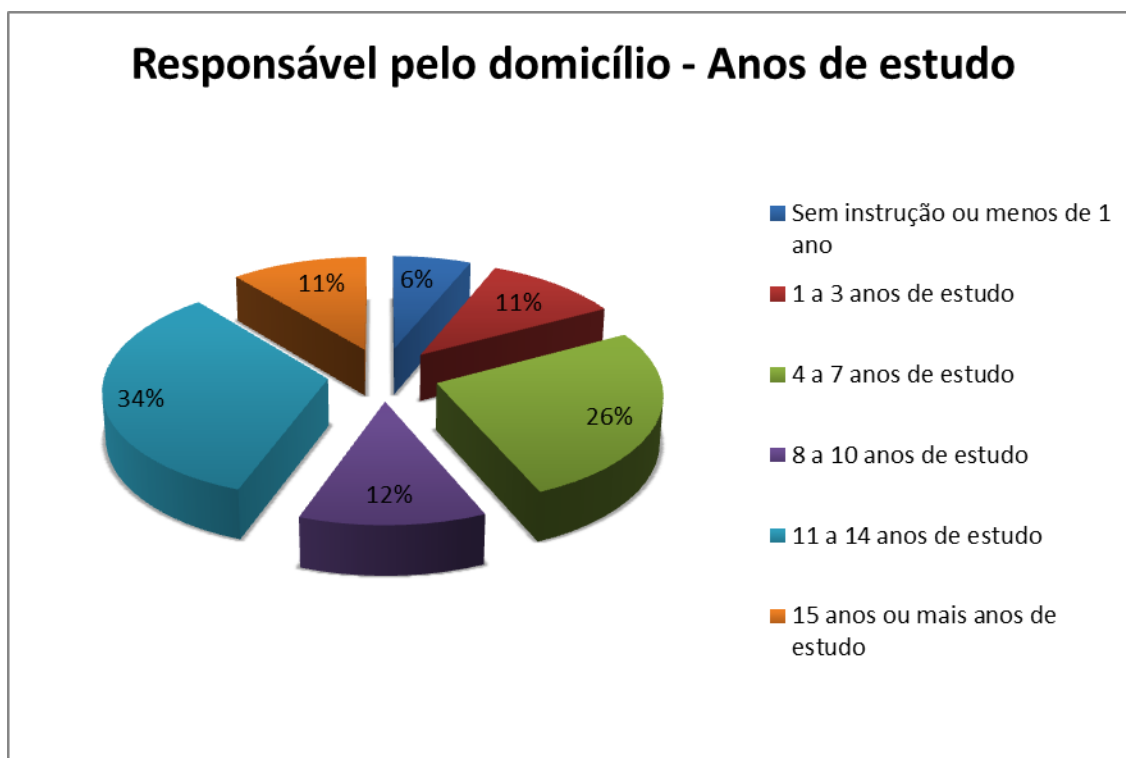
Além dos gráficos elaborados com informações sobre as características da população residente e das unidades domiciliares, também foram tabulados dados e com base nas informações alcançadas construídos gráficos específicos sobre as características das pessoas declaradas como sendo as responsáveis pelos domicílios particulares permanentes da área do centro histórico.

Sobre essa temática foi possível explorar dos dados duas informações. A primeira referente à instrução e a segunda acerca das classes de rendimento com o intuito de buscar uma melhor configuração sobre a pessoa detentora da responsabilidade sobre os domicílios pesquisados. Esses subsídios serviram para formar uma melhor caracterização sociodemográfica.

Cabe ressaltar que no Censo de 1991 os responsáveis pelos domicílios eram denominados pela terminologia de Chefe do Domicílio. A nomenclatura faz alusão ao fato que naquele período, em geral, o homem era apontado como a pessoa que respondia pela unidade domiciliar.

Com relação à instrução dos responsáveis pelo domicílio foi apurada a quantidade de anos de estudo, sendo a mesma classificada em seis distintos grupos: a) sem instrução ou menos de um ano de estudo, b) de um a três anos de estudo, c) de quatro a setes anos de estudo, d) de oito a dez anos de estudo, e) de onze a quatorze anos de estudo e f) com quinze ou mais anos de estudo.

Dos dados tabulados do Censo 1991 para elaboração do gráfico nº 31 é possível perceber que a maior fatia percentual é a do chefe do domicílio que possuem entre 11 e 14 anos de estudo. Em contrapartida o segundo maior grupo se encontra na faixa dos 04 aos 07 anos de estudo, ou seja, pessoas que não concluíram sequer o ensino fundamental.

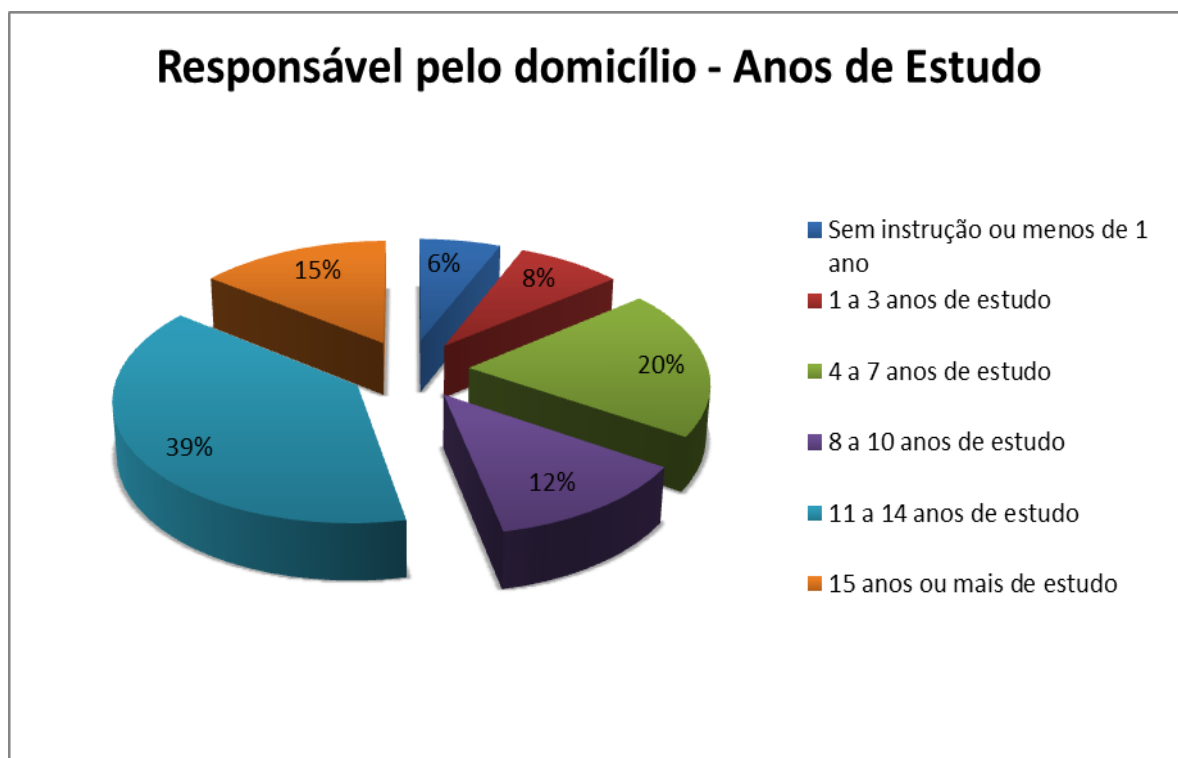


**Gráfico nº 31 - Anos de estudo do responsável pelo domicílio 1991. Fonte: Autoria Própria a partir de dados do IBGE**

Somando-se dos que não possuem instrução até os que têm sete anos de estudo, ou seja, o quantitativo de pessoas com nenhuma ou baixa instrução, chega-se ao quantitativo de 43% (quarenta e três por cento) dos chefes de domicílio com poucos anos de estudo. Se for acrescentado o grupo que possui de 8 a 10 anos de estudo, ou seja, indivíduos que iniciaram e não terminaram o ensino médio, o percentual chega 55% (cinquenta e cinco por cento).

Com relação às informações provenientes do Censo 2000 sobre o aspecto da instrução dos responsáveis pelos domicílios, a análise dos dados tabulados demonstra que entre os censos demográficos ocorreu o crescimento do nível de escolaridade, pois em 1991 o percentual dos que tinham onze ou mais anos de estudo somava 45%, enquanto em 2000 esse percentual aumentou para 54% dos responsáveis, conforme explicitado no gráfico nº 32.



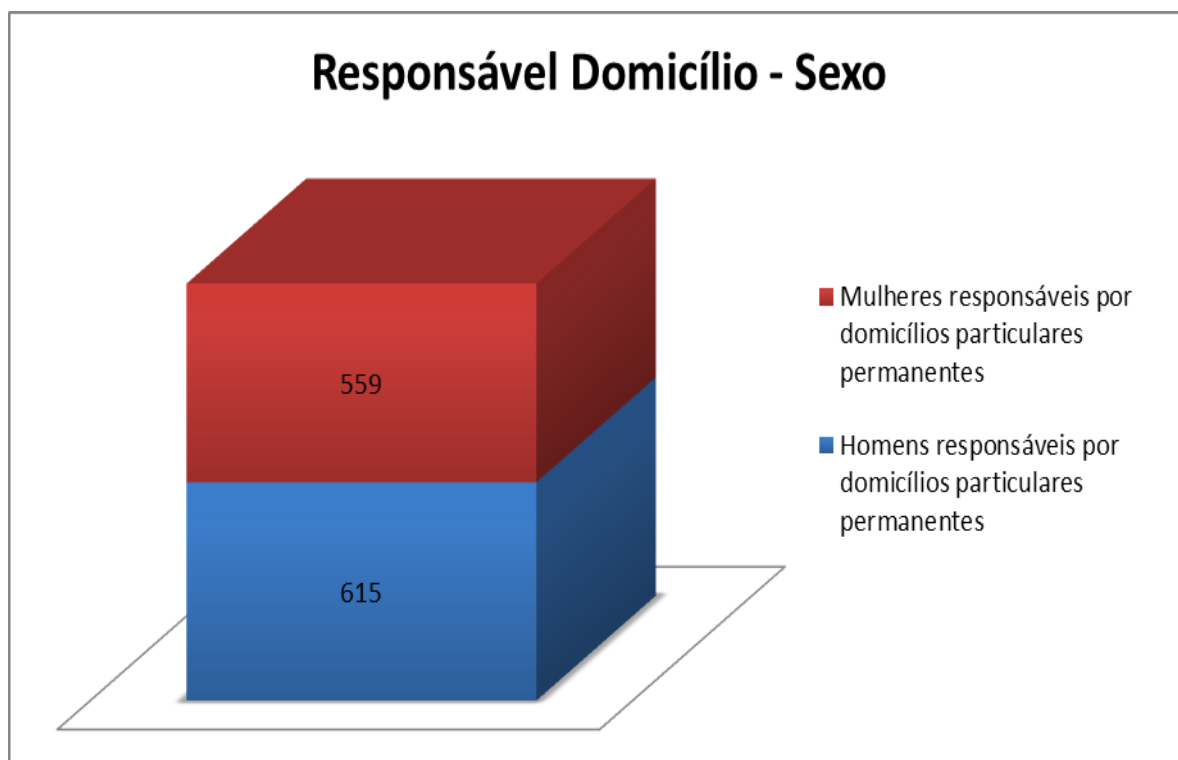


**Gráfico nº 32 - Anos de estudo do responsável pelo domicílio 2000. Fonte: Autoria Própria a partir de dados do IBGE**

Já na faixa dos que possuem de oito a dez anos de estudo permaneceu sem variação com 12%. A faixa dos sem instrução até menos de um ano de instrução se manteve inalterada em 6%. E ocorreu a diminuição dos que detinham de um até sete anos de estudo. Essa informação dos anos de estudo do responsável pelo domicílio não existe nos agregados por setores censitários do Censo de 2010, razão pela qual não foi possível tabular e construir um gráfico para o referido período.

Aprofundando os conhecimentos sobre a educação dos responsáveis pelos domicílios, também foi possível tabular dados sobre o gênero do responsável pelo domicílio e detalhar melhor o sobre a temática instrução, inclusive com clivagem por gênero, mas apenas para os Censos de 2000 e 2010.

Dentro das análises sobre o responsável pelo domicílio destaca-se o fato de que apesar das mulheres formarem o maior contingente populacional, as mesmas são apontadas como minoria no tocante a serem a pessoa responsável pelo domicílio nos dados do Censo 2000, de acordo com o gráfico nº 33.



**Gráfico nº 33 – Sexo do responsável pelo domicílio 2000. Fonte: Autoria Própria com base em dados do IBGE**

Conforme se observa no gráfico nº 33, os homens são a maioria das indicações feitas na jornada censitária de 2000 sobre ser considerado como o responsável pela unidade domiciliar. Assim, dos mil cento e setenta e quatro domicílios existentes, 47,61% eram liderados por uma pessoa do gênero feminino, sendo que na população geral da área as mulheres correspondiam por 58% da população total residente. Ou seja, apesar de numericamente ser o maior contingente populacional, tal fato não se refletia em uma maior presença também na indicação acerca da responsabilidade pelo domicílio.

Outro aspecto a ser ressaltado é a existência de 68 (sessenta e oito) pessoas, declaradas como responsáveis por domicílios particulares permanentes, serem analfabetas, respondendo por 6% do total, conforme gráfico nº 34.

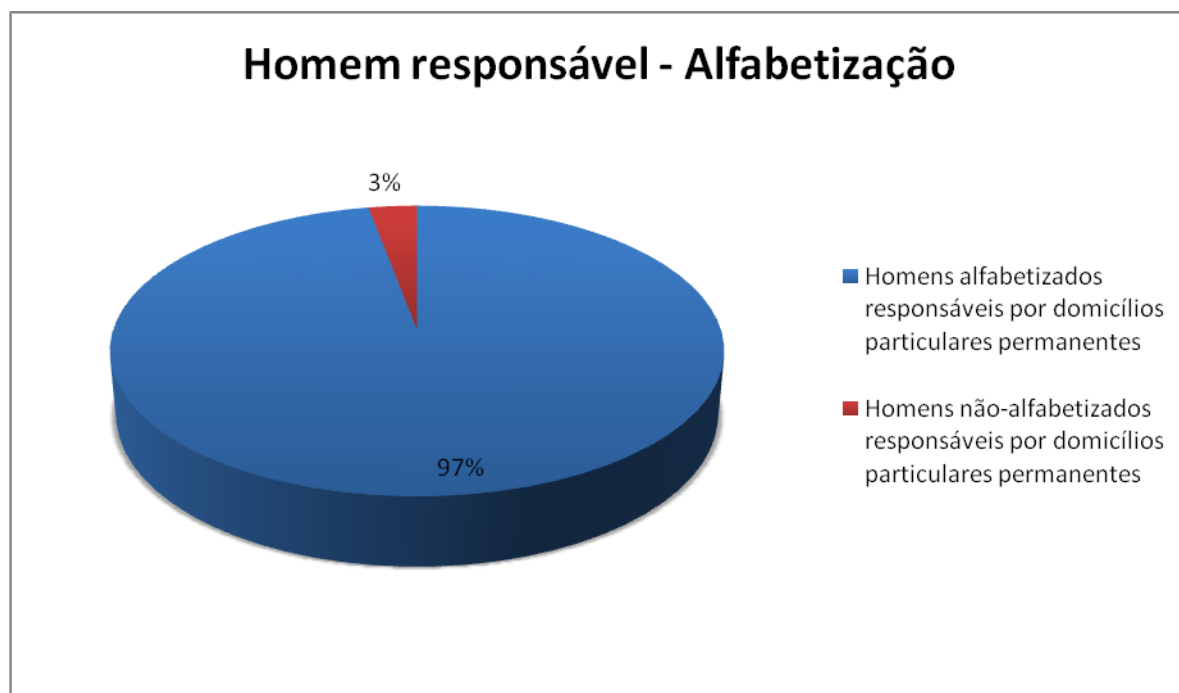


**Gráfico nº 34 - Responsável pelo domicílio e alfabetização 2000. Fonte: Autoria Própria a partir de dados do IBGE**

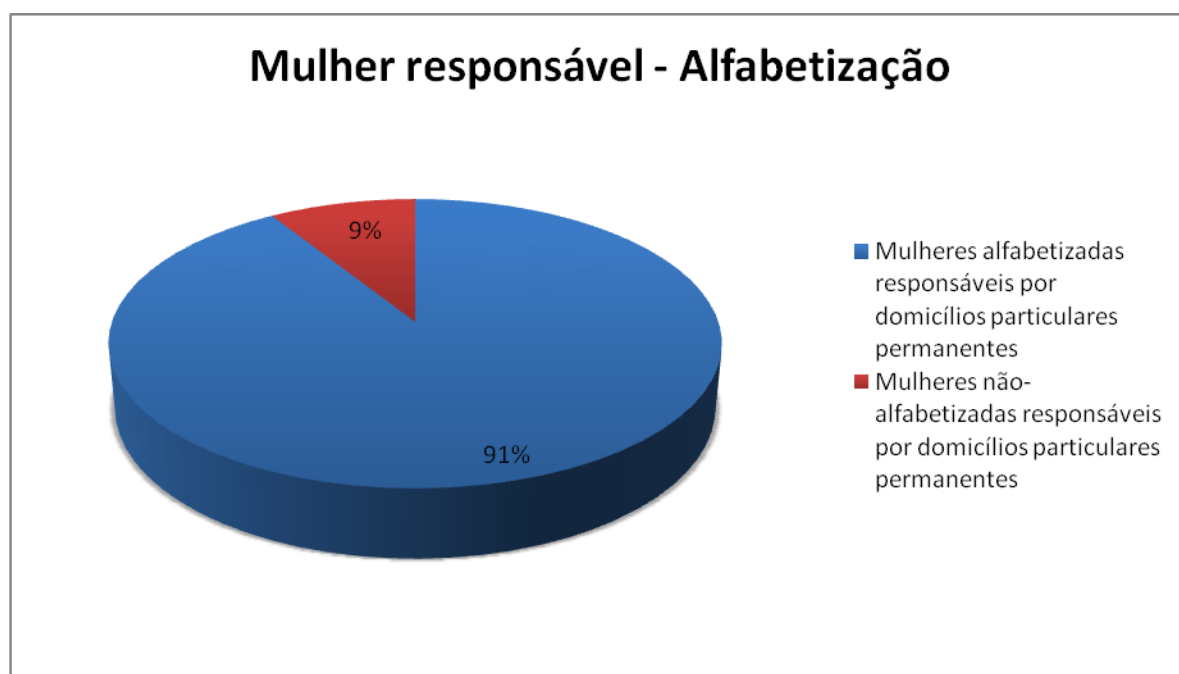
Os números despontados do gráfico nº 34 denotam um problema não só da seara educacional, mas especialmente de caráter social e econômico, visto que ao se ter pessoas responsáveis pelo domicílio sem nenhuma escolaridade<sup>116</sup> é grande a possibilidade daquela unidade domiciliar ter dificuldades de sobrevivência com dignidade.

Esse número alarmante foi possível ser clivado ainda por gênero para mensurar de que maneira o mesmo se apresentava. E fazendo a análise das informações apuradas identificou-se que o problema de pessoas responsáveis não alfabetizadas se apresentava em maior percentual sobre o gênero feminino em comparação com o masculino, conforme gráficos de número 35 e 36.

<sup>116</sup> A utilização/ocupação de um bem tombado deve atender a um conjunto de regras: alterações, reformas, consertos necessitam de autorização prévia dos órgãos de gestão do patrimônio, dependendo, inspeções do corpo de bombeiro. Manter um imóvel tombado ocupado demanda responsabilidades legais específicas. Esse é outro elemento importante em que a escolaridade pesa: o conhecimento e condições de assumir e cumprir tais responsabilidades.



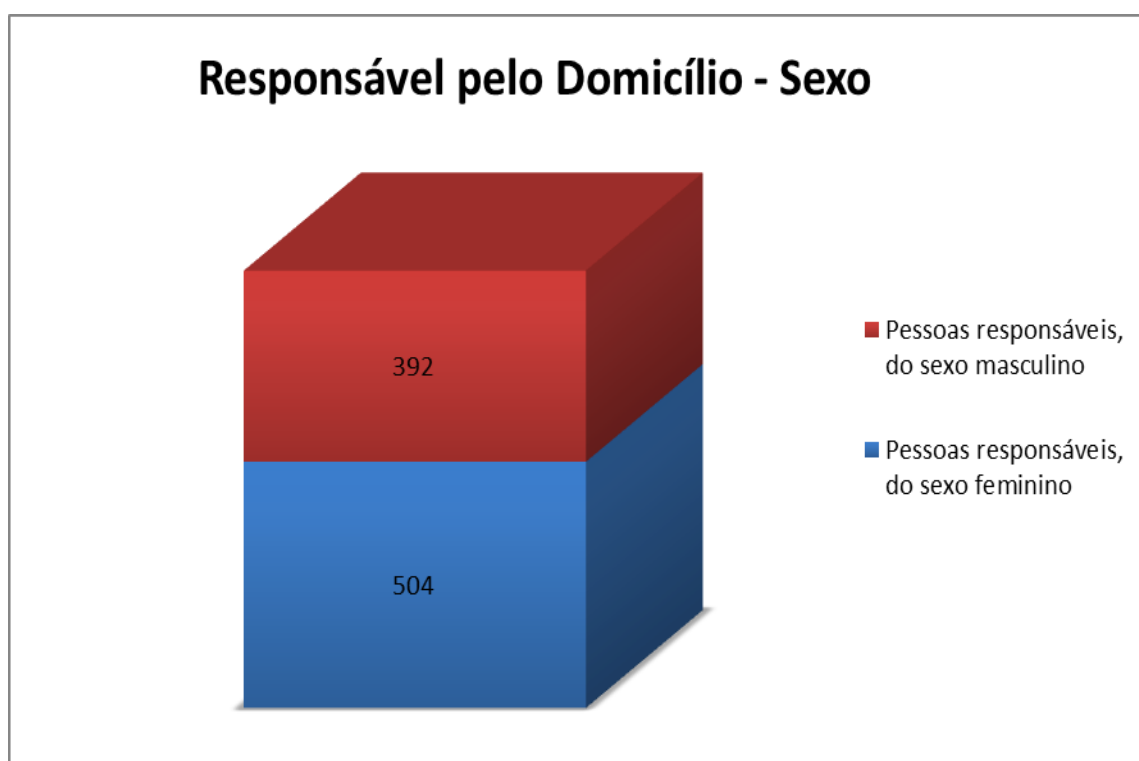
**Gráfico nº 35 - Responsável masculino e situação de alfabetização – 2000.**  
Fonte: Autoria Própria a partir de dados do IBGE



**Gráfico nº 36 - Responsável feminino e situação de alfabetização 2000.** Fonte: Autoria Própria a partir de dados do IBGE

O número de homens responsáveis por domicílios particulares permanentes analfabetos perfazia um total de 18 (dezoito) indivíduos e correspondia a três por cento do universo masculino.

Em contrapartida, dentro do universo feminino de responsáveis por domicílios, o número ampliava-se para 50 (cinquenta) pessoas perfazendo 9% (nove por cento) do total. Assim, ao se mensurar o percentual de responsáveis não alfabetizados por gênero, é notado uma discrepância significativa entre os percentuais masculino e feminino, com esse último tendo quase triplo de responsáveis analfabetos.



**Gráfico nº 37 - Sexo do responsável pelo domicílio 2010. Fonte: Autoria Própria a partir de dados do IBGE**

Passados dez anos, o censo demográfico de 2010 apresentou uma inversão marcante no que se refere ao gênero predominante por ser responsável pelos domicílios no Centro Histórico. Interrompendo a sequência verificada anteriormente na qual as mulheres eram a maioria da população, mas minoria em relação a serem apontadas como sendo a pessoa responsável pelo domicílio, os dados oriundos do censo 2010 mantêm a mulher como maioria da população do

centro histórico, conforme os dados do gráfico nº 37, porém desta vez o gênero feminino desponta como o maior quantitativo na liderança dos domicílios.

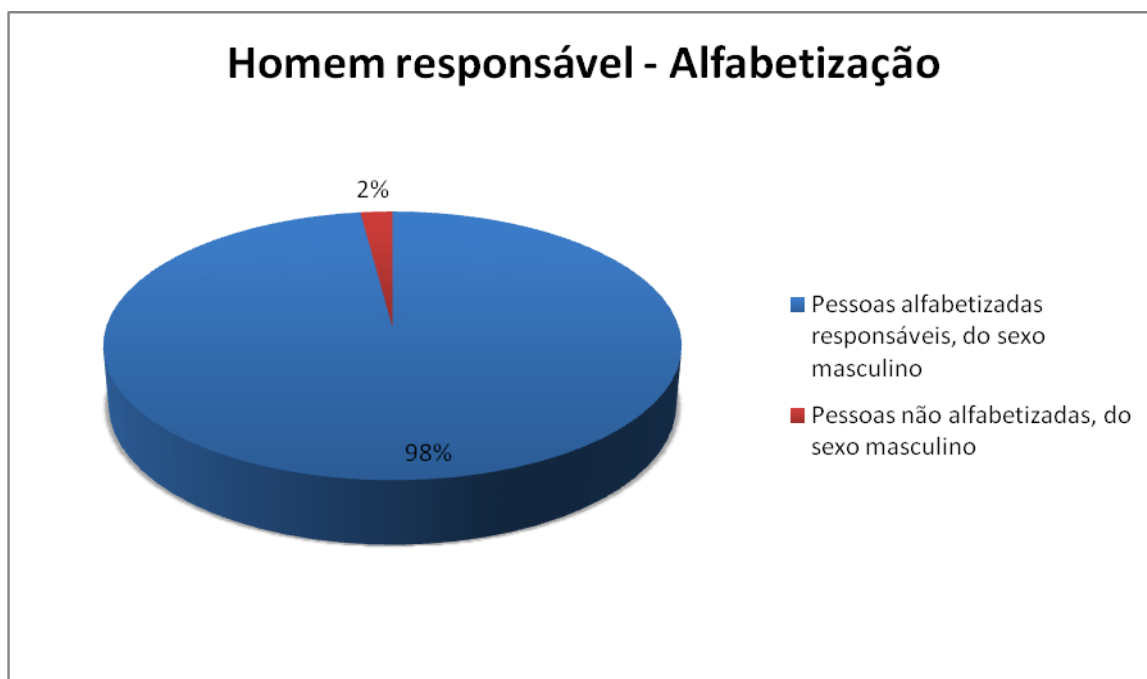
Dos oitocentos e noventa e seis responsáveis por domicílios, 504 (quinhentos e quatro) eram do sexo feminino e 392 (trezentos e noventa e dois) do sexo masculino. Ou seja, 56% dos domicílios tinham uma pessoa do sexo feminino como responsável pelo mesmo.

Sobre o quesito instrução somente foi possível montar gráfico referente a alfabetização ou não alfabetização do responsável pelo domicílio, acompanhando a tendência geral ocorreu uma queda para 3% dos que não sabiam ler e escreve, conforme o gráfico nº 38.

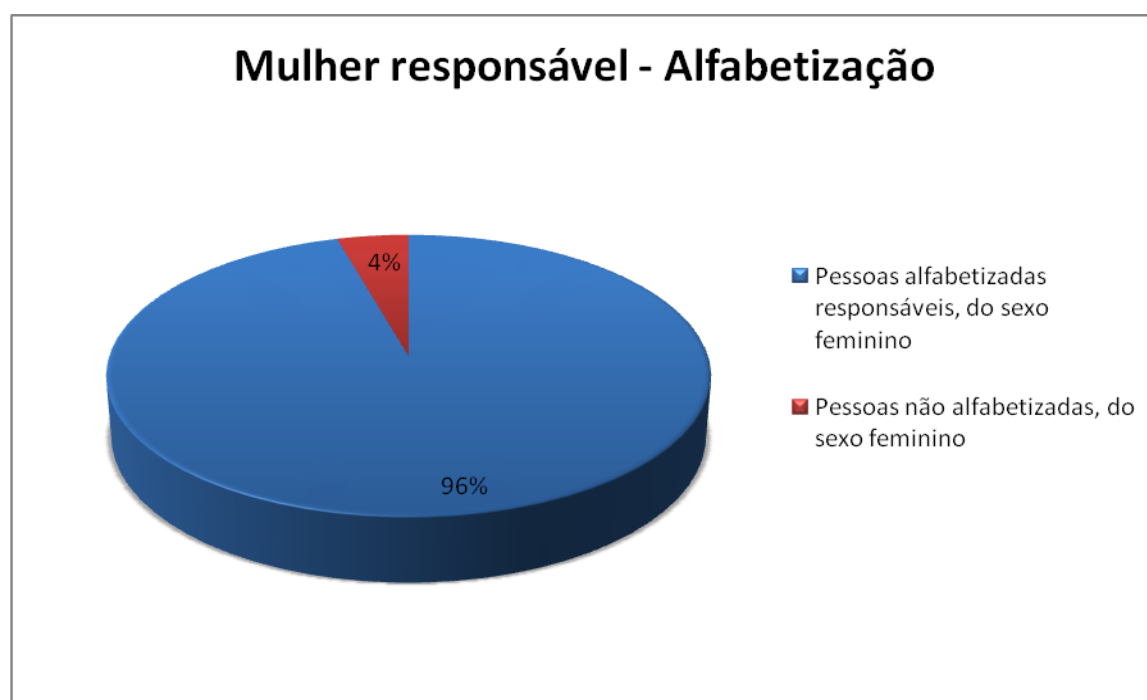


**Gráfico nº 38 - Responsável pelo domicílio e alfabetização 2010. Fonte: Autoria Própria a partir de dados do IBGE**

Ao se clivar por gênero, o dado negativo se mostra clarividente, pois apesar da queda do número total de analfabetos, persiste a manutenção da situação onde um percentual maior de mulheres responsáveis por domicílios são analfabetas.



**Gráfico nº 39 - Responsável masculino e situação de alfabetização 2010. Fonte: Autoria Própria a partir de dados do IBGE**



**Gráfico nº 40 - Responsável feminino e situação de alfabetização 2010. Fonte: Autoria Própria a partir de dados do IBGE**

Assim, o percentual de homens analfabetos que era de 4% em 2000 foi reduzido para 2%, conforme o gráfico nº 39.

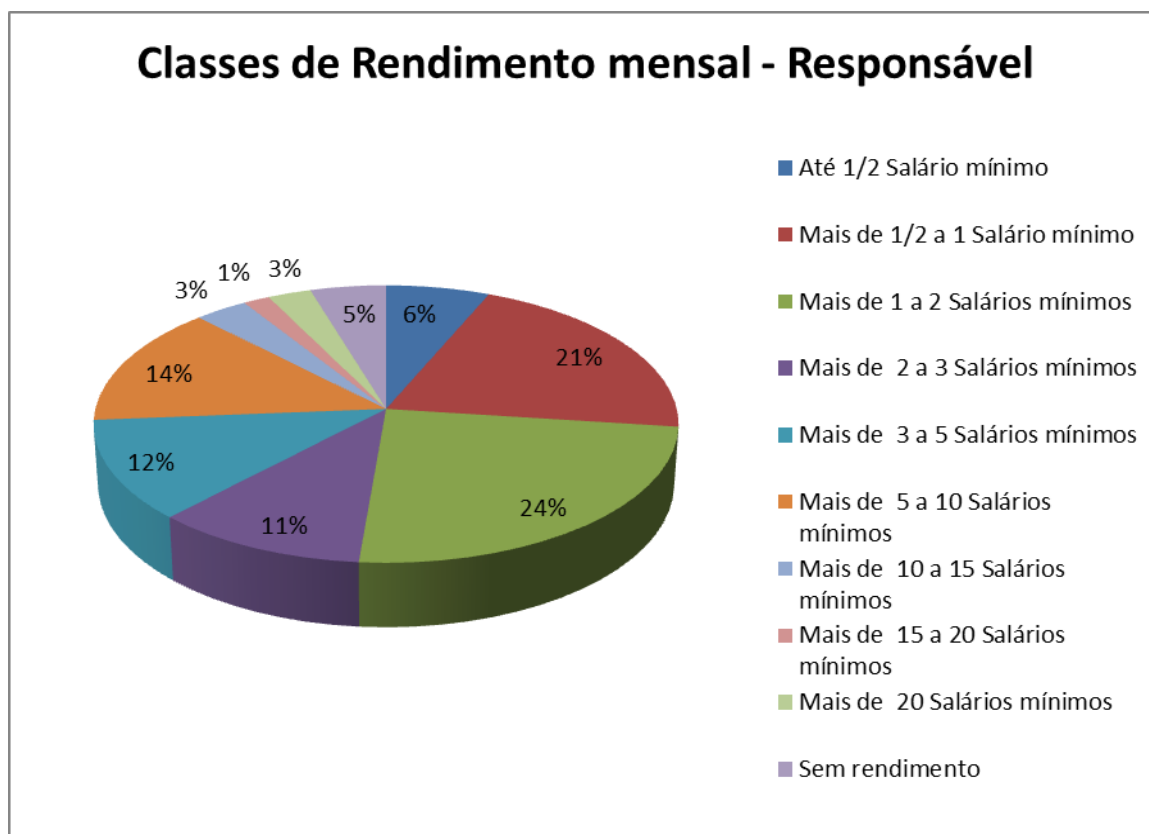
Já o gráfico nº 40 demonstra, que apesar da redução do percentual de mulheres responsáveis por domicílio analfabetas, esse número se apresenta como sendo o dobro das pessoas do sexo masculino. Os números demonstram que apesar do avanço na erradicação do analfabetismo, o mesmo se mostra discrepante na comparação por gênero na área.

Além das características das pessoas responsáveis pelos domicílios particulares permanentes referentes aos quesitos sobre temática de educação, também foram tabulados dados para produção de informações atinentes a situação das classes de rendimento dessas pessoas.

Em relação ao rendimento mensal dos responsáveis pelo domicílio, os dados foram classificados em dez classes distintas, sendo abarcado da pessoa sem rendimento até aquelas com rendimento mensal superior a vinte salários mínimos.

A classificação completa dessas classes se apresenta da seguinte forma sobre o rendimento: de até  $\frac{1}{2}$  salário mínimo; mais  $\frac{1}{2}$  a 1 salário mínimo; mais de 1 a 2 salários mínimos; mais de 2 a 3 salários mínimos; mais de 3 a 5 salários mínimos; mais de 5 a 10 salários mínimos; mais de 10 a 15 salários mínimos; mais de 15 a 20 salários mínimos; mais de 20 salários mínimos e encerrando os sem rendimento.





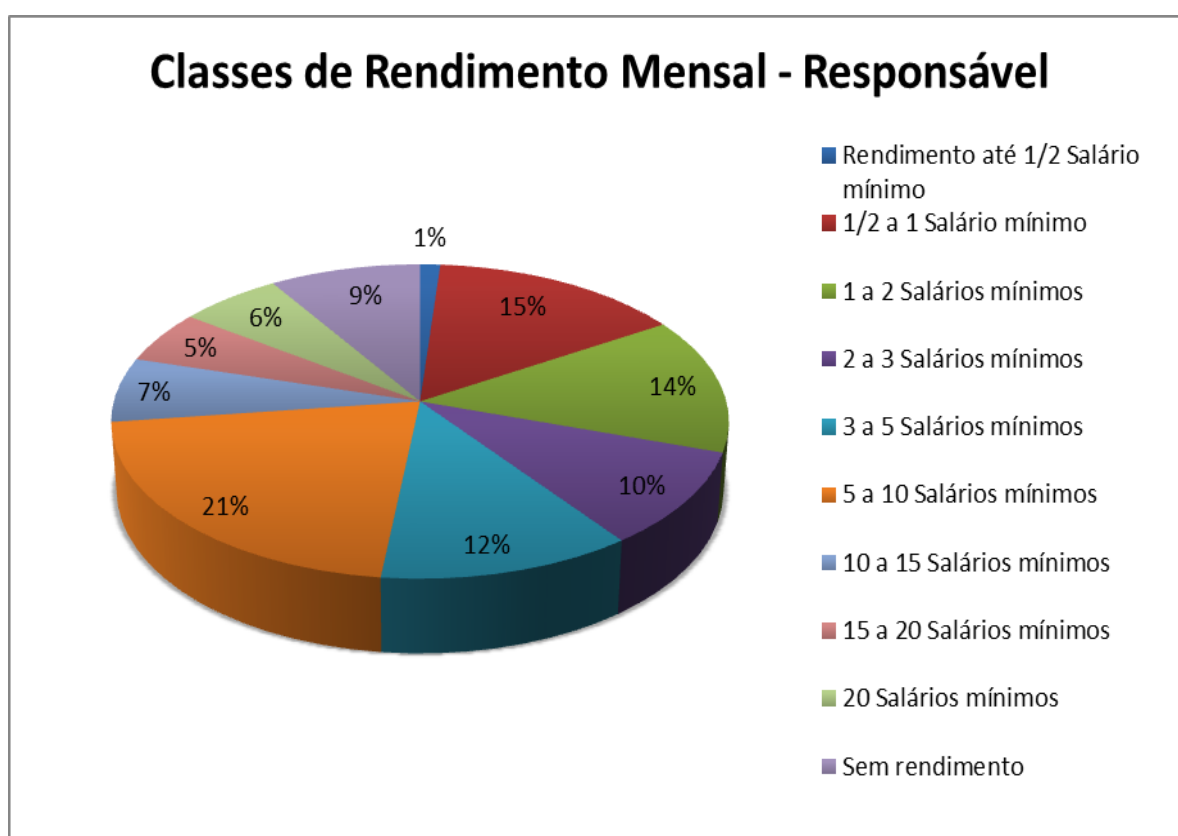
**Gráfico nº 41 - Classes de rendimento mensal do responsável pelo domicílio 1991. Fonte: Autoria Própria a partir de dados do IBGE**

Pelo gráfico nº 41 é possível se perceber *prima facie* a predominância das classes de rendimento de menor poder aquisitivo em 1991, sendo a classe de 1 a 2 salários mínimos a com maior quantitativo de pessoas.

Ao serem verificadas apenas as quatro classes de menor receita: sem rendimento, até meio salário mínimo, de meio a um salário mínimo e de um a dois salários mínimos, e somando os seus percentuais chega-se a 56% (cinquenta e seis por cento) dos responsáveis pelas unidades domiciliares, compondo um bloco no qual o poder aquisitivo é predominantemente baixo.

Um detalhe importante de ser mencionado é que ao se comparar o percentual de pessoas com baixa instrução constante no gráfico nº 31 com o percentual de indivíduos com baixo poder aquisitivo constante no gráfico nº 41, os números são próximos, respectivamente 55% e 56%, mostrando que a baixa escolaridade tem relação com o baixo poder aquisitivo dos responsáveis pelos domicílios.

Em relação às classes de rendimento mensal dos responsáveis pelas unidades domiciliares oriundas do Censo 2000, o gráfico nº 42 demonstra uma alteração no perfil dos rendimentos, pois se em 1991 o maior percentual se encontrava na classe de rendimento de um a dois salários mínimos, já em 2000 despontava na liderança a classe com rendimento de cinco até dez salários mínimos, que sozinha perfazia um pouco mais de um quinto do total com 21%.

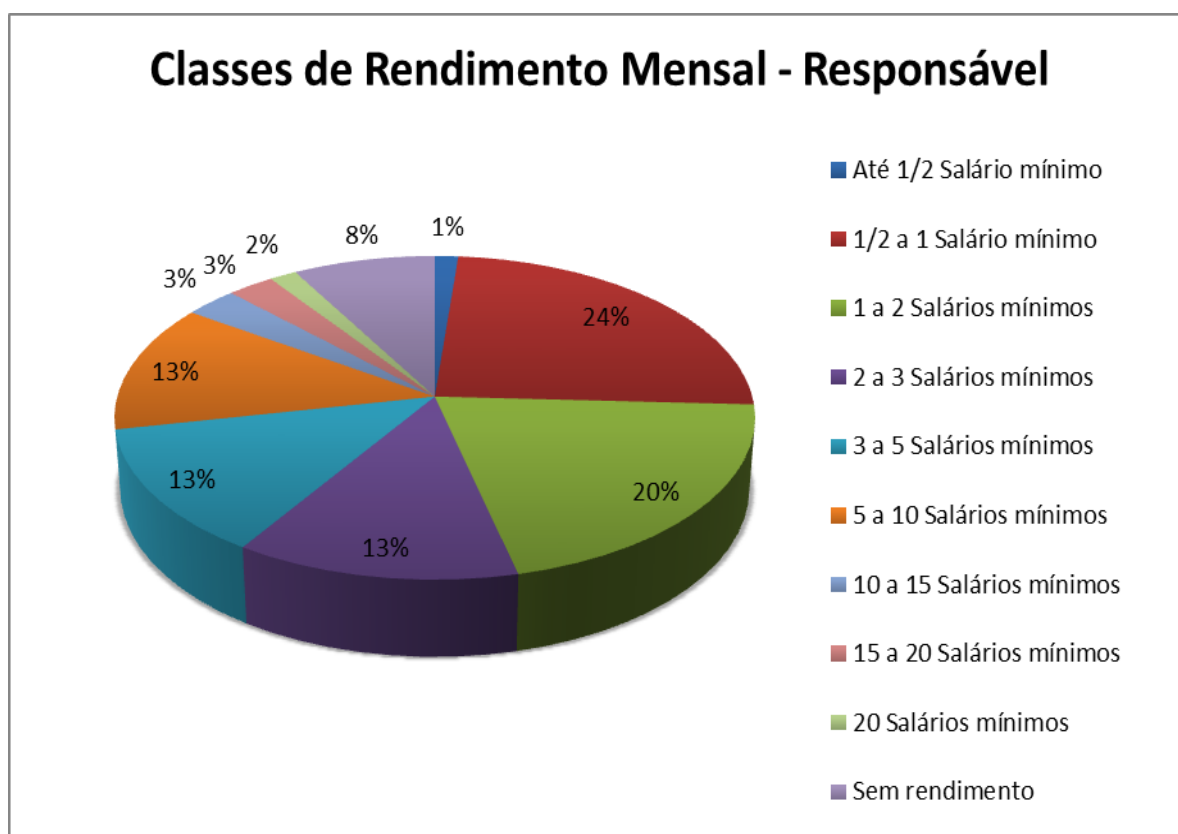


**Gráfico nº 42 - Classes de rendimento mensal do responsável pelo domicílio 2000. Fonte: Autoria Própria a partir de dados do IBGE**

Se por um lado ocorreu um crescimento dentro da classe intermediária, por outro lado o percentual de responsáveis que se declararam sem rendimento saltou significativamente de 5% para 9% do total de responsáveis. Esses números corroboram com o vertiginoso crescimento dos domicílios do tipo cortiço, que conforme já se referiu no gráfico de nº 16, representavam 10,4% do total de habitações em 2000.

Apesar disso, houve uma melhoria geral do rendimento dos responsáveis por domicílios do centro histórico, pois em 1991 ao se somar a classe dos sem rendimento até a dos que recebiam dois salários mínimos chegava-se a mais da metade com um total de 55% do universo. Já em 2000, ao se somarem esses mesmos segmentos notava-se uma diminuição relevante, pois correspondiam por 39% do total de responsáveis.

O(s) motivo(s) para esse incremento não são tão claros de se inferir. Uma hipótese diz respeito ao fato de ter ocorrido uma melhoria do nível de instrução dos responsáveis pelos domicílios entre o Censo 1991 e o de 2000, contudo a mudança no perfil de classes de rendimento é bem mais acentuada. Deste modo, outra hipótese plausível é a implantação de projetos de habitação, alguns voltados para servidores públicos estaduais que certamente teve o condão de influir na parcela de responsáveis que tinham um padrão de rendimento mediano.



**Gráfico nº 43 - Classes de rendimento mensal do responsável pelo domicílio 2010. Fonte: Autoria Própria a partir de dados do IBGE**

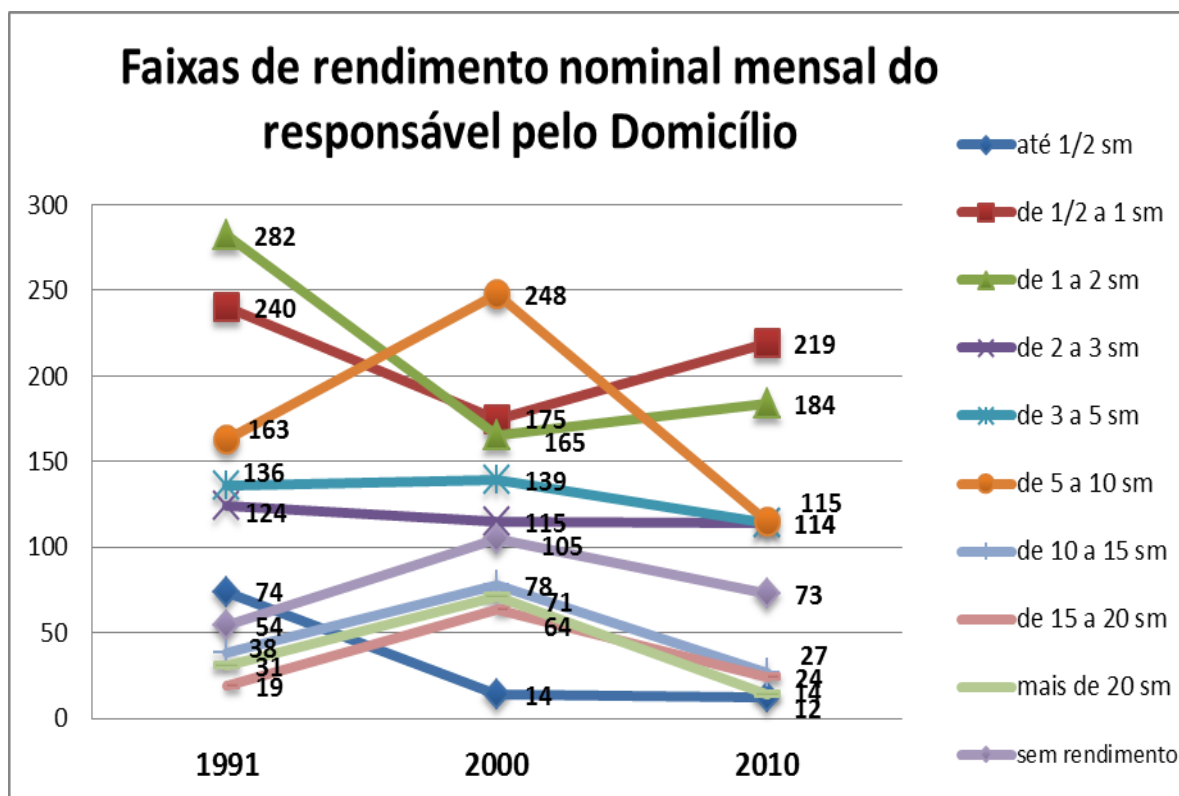
Os dados tabulados referentes ao Censo 2010 a propósito das classes de rendimento mensal dos responsáveis por domicílios denota uma forte alteração em relação ao analisado em 2000, pois revela um empobrecimento dos responsáveis pelas unidades domiciliares no espaço urbano do Centro Histórico.

Se em 2000 a classe com maior percentual era dos que ganhavam de 5 até 10 salários mínimos, respondendo por 21% do total, em 2010 a mesma apresentava somente 13%. Portanto, entre 2000 e 2010 ocorreu uma diminuição dos responsáveis por domicílios na classe de rendimento intermediária - composta entre 5 e 10 salários mínimos.

Os dados percentuais do gráfico nº 43 descortinam um novo perfil de rendimento dos responsáveis pelos domicílios. Nesta nova configuração compõe a maior classe de rendimento os que auferem mensalmente entre meio e um salário mínimo. Logo em seguida encontra-se a classe dos com rendimento entre um e dois salários.

Ao somar a classes dos sem rendimento até aos daqueles que recebem dois salários mínimos, chega-se a 53%, enquanto em 2000 essa mesma faixa de rendimentos correspondia apenas por 39%. Na outra ponta, observa-se uma grande redução dos que ganham 10 ou mais salários mínimos, que em 2000 chegou a representar 18% dos responsáveis e em 2010 são reduzidos a menos de dois dígitos, sendo apenas 8% do total.

O último gráfico, construído como uma série histórica, se refere às faixas de rendimento nominal mensal da pessoa apontada como sendo a responsável pelo domicílio.



**Gráfico nº 44 - Variação das classes de rendimento nominal mensal. Fonte: Autoria Própria a partir de dados do IBGE**

Da análise do gráfico nº 44 chama atenção primeiramente a grande variação ocorrida no quantitativo de responsáveis por domicílios compreendidos na faixa de rendimento de cinco até dez salários mínimos, que têm um incremento considerável entre 1991 e 2000 com uma variação percentual positiva de 52,14%.

Deve-se recordar que nesse mesmo período ocorre um aumento, conforme gráfico nº 40, dos moradores em domicílios do tipo apartamento e também um acréscimo do nível de instrução dos responsáveis pelo domicílio, segundo o gráfico nº 32. Esses dados possuem correlação pelo fato que o projeto de habitação efetivado em alguns imóveis foi direcionado em grande parte para servidores públicos, o que certamente contribui para o incremento desses números.

Deste modo, o fato de servidores ocuparem essas unidades domiciliares foi elemento fundamental para durante a coleta dos dados no Censo Demográfico de 2000 se capturasse essa movimentação nas faixas de rendimento domiciliar na área do centro histórico de São Luís.

Entretanto, como demonstrado no referido gráfico, os dados oriundos da jornada censitária de 2010 apresentam uma redução significativa dessa faixa de renda com uma queda na ordem de 53,62%. Seria necessário um estudo mais detalhado especificamente sobre essa variação, mas certamente o arrefecimento dos projetos de habitação e o próprio esvaziamento do número de residentes são fatores que devem ter contribuído para essa reversão.

A evolução gráfica também denota que no último decênio pesquisado tornou-se preponderantemente uma área de ocupação por pessoas de baixa renda<sup>117</sup>, sendo que esse movimento das faixas de rendimento mensal foi decorrente não só da já mencionada redução de pessoas na faixa de cinco até dez salários mínimos, mas também da redução nas faixas de rendimento superiores.

Não é fácil buscar explicações para essa grande deterioração nas classes de rendimento com maior poder aquisitivo, da diminuição da faixa intermediária e do crescimento nos segmentos de menor poder. Contudo, ao se relacionar a informação da renda com a da diminuição dos residentes, torna-se crível se inferir que a saída de moradores ocorreu nitidamente do meio para o ápice das classes de rendimento.

Ao se refletir sobre o perfil sociodemográfico dos moradores do Centro Histórico fica patente a necessidade das políticas para esse espaço urbano da cidade considerarem com mais vigor dois segmentos da população: os idosos e as mulheres.

O primeiro grupo se encontra em tendência constante de crescimento e o segundo se apresenta na série histórica como sendo o maior contingente populacional por sexo. Para o caso das mulheres é ainda imperioso destacar que as mesmas são apontadas na atualidade como a pessoa responsável pela manutenção da unidade domiciliar em mais da metade das residências.

---

<sup>117</sup> Considerando-se dos responsáveis sem renda até os que percebiam três salários mínimos.

### 4.3. Os desafios para preservação do Centro Histórico de São Luís

Apesar da importância das intervenções do PPRCH e da grande ênfase com a inscrição na Lista do Patrimônio da UNESCO, os anos seguintes descortinaram-se como de grande desafio para um conjunto urbano inserido em seletivo rol. Essa dificuldade em preservar o sítio histórico não é uma especificidade do Centro Histórico de São Luís, mas ao contrário uma constante nos centros históricos latino-americanos.

[...] Há na América Latina problemas originais e diversos em relação à experiência européia, que tornam a cidade histórica terreno de reflexão rico e estimulante. Em geral, os centros históricos das cidades americanas são lugares residenciais degradados, de pequenos comércios e oficinas, de poucos serviços e de grande e difusa pobreza. São também, frequentemente, sede de comércios ilegais e de marginalidade cultural e social. Nos centros históricos latino-americanos é ainda forte o entrelaçamento das vicissitudes sociais com a organização do espaço: faz-se necessário reconhecer as características de ambas, caso se queira salvaguardar, junto com as pedras, o significado profundo da cidade histórica para seus moradores. (PICCINATO, 2007, p. 14)

Nesse contexto a partir de 1998 se desenvolveu a negociação para implantação do PRODETUR no Maranhão com intuito de angariar recurso para projetos e ações de preservação do patrimônio. Os investimentos além de terem sido utilizados na restauração de destacados imóveis dentro do conjunto arquitetônico, também foram empregados na melhoria dos serviços públicos da área com ações de colocação de rede elétrica e de telefonia subterrânea em pontos da área ainda não atingidos em etapas anteriores. Os recursos também foram empregados em obras nos sistemas de abastecimento de água, coleta de esgotos, drenagem e calçamento de ruas e passeios do Centro Histórico (ANDRÈS 2012, p. 115-116).

Através dos recursos oriundos desse programa surgiram os projetos para reforma e adaptação de determinados sobrados como museus e instituições culturais com fins de “tornarem-se motivo de atração e de movimentação para a área” (ANDRÈS, 2012, p. 119).

Foram desenvolvidos novos projetos de habitação para funcionários públicos do Estado do Maranhão com renda mínima de R\$ 600,00<sup>118</sup>, que trabalhassem em órgão situado na área tombada e não fosse proprietário de outro imóvel (ANDRÈS, 2012, p. 124).

Luiz Phelipe Andrès, (2012) assevera o ano de 2002 como o fim da quinta etapa de intervenções no Centro Histórico de São Luís e o início do que seria a sexta etapa que se prolongaria até 2006<sup>119</sup>. Concordamos com essa análise de clivar as intervenções do PPRCH nas cinco em etapas tratadas por ANDRÈS (1998) e muito difundida conforme AIRES (2007), SILVA (2009), SILVA (2010), pois o liame entre a gestão do chefe do poder executivo estadual e as intervenções urbanísticas se mostra bem nítida até a denominada quinta fase.

Para Andrès a quinta etapa seria a mais longeva, sendo compreendida de 1995 até 2002, “devido à reeleição do governo do Estado” (2012, p. 113). Esse período tem grande destaque por ocorrer a “coroação” do PPRCH com a inscrição na Lista da UNESCO. No referido período, após a conquista do título de Patrimônio Mundial, o conjunto de ações para preservação do patrimônio mantém-se sob o manto do Estado com a execução de ações de projetos financiados pelo PRODETUR. Em que pese à instalação do programa no Maranhão em 1998, somente no decênio seguinte os projetos tomaram forma como grande parte “das ações só fossem finalizadas a partir de 2001 e, muitas delas, alguns anos depois” (SILVA, 2010, p. 110). Ao se analisar o relatório PRODETUR em sua primeira fase, o mesmo assevera os seus desembolsos finais em junho de 2005 (PRODETUR, 2005, p. 58).

Andrès (2012) acrescenta o que seria a sexta etapa do PPRCH, que em sua visão estaria compreendida entre 2002 e 2006. Esse marco novamente coincide com o mandado do Governo Estadual e se caracteriza pela entrega de obras iniciadas em período anterior, bem como pela execução de novos projetos<sup>120</sup>.

Em 2003 a Prefeitura instalou o Núcleo Gestor do Centro Histórico de São Luís, através da edição do Decreto nº 25.441 de 15 de agosto de 2003 com o intuito

---

<sup>118</sup> Em 2000 o salário mínimo vigente era a quantia de R\$ 151,00.

<sup>119</sup> Essas etapas de intervenções propostas coincidem com os mandados dos Governadores do Estado.

<sup>120</sup> Diversos imóveis foram restaurados para usos institucionais.



do poder público municipal adquirir maior relevância nas ações sobre o patrimônio arquitetônico.

Essa significativa alteração na gestão centro histórico se aprimora quando a Prefeitura Municipal de São Luís, o Governo do Estado do Maranhão e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional resolvem firmar o Termo de Adesão para a Gestão Compartilhada dos Sítios Históricos de São Luís e em ato contínuo formar a comissão Gestora.

Processo nº: 01450.016370/2004-65. Signatários: A Prefeitura Municipal de São Luís, O Governo do Estado do Maranhão, O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Espécie: Termo de Adesão Local dos Sítios Históricos de São Luís/MA. Objeto: Formalizar a adesão local para a gestão compartilhada dos Sítios Históricos de São Luís/MA. Data da Assinatura: 24 de novembro de 2004. Vigência: indeterminada. Assinaram: Tadeu Palácio pelo Município de São Luís, José Reinaldo Tavares, pelo Estado do Maranhão e Sérgio da Silva Abrahão pelo Iphan. Testemunharam: Representantes do CREA - MA e da Arquidiocese de São Luís do Maranhão.

O Núcleo Gestor abriga em sua organização órgãos e agentes detentores de responsabilidade do planejamento urbano das esferas federal, estadual, municipal, bem como representantes do setor privado e da sociedade civil<sup>121</sup>. Com a publicação da Lei nº 4.669 de 11 de outubro de 2006, se consolidou sua missão para organizar esforços em prol da preservação do centro histórico.

O Núcleo Gestor do Centro Histórico, vinculado à Fundação Municipal de Patrimônio Histórico, é a entidade de gerenciamento e articulação dos órgãos municipais e de outras esferas do poder público, parceiros da sociedade civil, moradores, visitantes ou usuários que atuam ou se relacionam na dinâmica urbana do Centro Antigo de São Luís, para o planejamento ou execução de intervenções e serviços na área central (SÃO LUÍS, 2006, Art. 79).

De acordo com a Lei nº 4.669, o Núcleo foi criado para descentralizar o planejamento e a execução da gestão patrimonial, sendo administrativamente vinculado de forma direta à Fundação Municipal de Patrimônio Histórico – FUMPH.

---

<sup>121</sup> Nos anexos se encontra o extrato de cooperação técnica firmado com os nomes dos órgãos públicos e representantes do setor privado e da sociedade civil.

Art. 111. São atribuições da Fundação Municipal de Patrimônio Histórico:  
II. planejar e executar o Programa de Revitalização do Centro Histórico de São Luís;  
VI. coordenar o Núcleo Gestor do Centro Histórico de São Luís e administrar o Fundo de Preservação e Revitalização do Patrimônio Histórico e Cultural do Município de São Luís – FUPREPAHC;

Essa mudança na estrutura institucional do gerenciamento do patrimônio histórico foi adotada na esteira da inclusão de São Luís na Lista do Patrimônio Mundial da UNESCO, após longos anos de trabalho da estrutura anterior com a “expectativa em torno de sua institucionalização residia na possibilidade de uma gestão compartilhada, por meio de discussões sobre temáticas relacionadas ao desenvolvimento sustentável do espaço urbano e à preservação do patrimônio local” (CARVALHO, SIMÕES, 2012, p. 205).

O trabalho coordenado dos entes públicos em prol do centro histórico se amoldava ao plano de trabalho proposto pela Secretaria Nacional de Programas Urbanos do Ministério das Cidades de Reabilitação de Centros Urbanos.

O Plano Municipal de Gestão do Centro Histórico de São Luís, em elaboração com apoio do MCidades a partir de 2005, visa contribuir para o desenvolvimento e reabilitação da área, de reconhecido potencial econômico-cultural e turístico, e propiciar maior legitimidade e sustentabilidade ao processo através da integração dos agentes de preservação (BRASIL, 2005, p. 57).

O Núcleo Gestor do Centro Histórico de São Luís é o órgão com o dever de gerenciar e articular todos os órgãos de preservação nas três esferas governamentais, bem como operacionalizar as ações (BOGÉA, 2005, p. 56). Esse modelo de gestão de sítios históricos é defendido por Carlos Ferrán ao propor uma responsabilidade compartilhada para êxito da preservação do patrimônio histórico.

La protección del Patrimonio esta tarea que incumbe la cooperación interdepartamental de distintos niveles de gobierno (Municipal, Comunidades Autónomas, Supramunicipales), la compatibilización entre distintas normas legales (Patrimonio, Urbanismo, Medio Ambiente...) y colaboración entre distintos campos disciplinares (FERRÁN, 1998, p. 45).

Necessário destacar que o Núcleo Gestor enfrenta entraves para cumprimento da sua missão institucional, inclusive passando desde sua criação por

alguns momentos sem funcionar regularmente, sendo que em 2013, através do Decreto Municipal nº 43.540 retomou suas atividades até então suspensas.

Apesar dos obstáculos, a salvaguarda do patrimônio arquitetônico tornou-se por imposição normativa uma atividade na qual os órgãos de gestão dos bens culturais deveriam relacionar seus projetos e suas ações dentro de suas competências administrativas.

A sétima etapa do programa de revitalização iniciada em 2006 e estendendo-se até 2010 marca a continuidade das ações oriundas da etapa anterior em razão das exigências e procedimentos técnicos para o financiamento obtido através do PRODETUR. A sétima etapa consolida-se com a execução de projetos de restauração e se finaliza com o encerramento da segunda fase do PRODETUR.

Dentro dessa etapa ocorreu a publicação do inventário do Centro Histórico (IPHAN, 2007), e como já mencionado no capítulo antecedente, deixou inúmeros imóveis apenas com a informação do endereço físico. Mas apesar dessa ausência de informações, que poderiam subsidiar no planejamento de ações de restauração, o inventário aponta um grande número de imóveis com deficiências em sua estrutura física. Essa constatação é significativa para demonstrar como depois de quatro décadas do tombamento federal e sucessivas etapas de revitalização, ainda permanece o problema de conservação de bens do conjunto arquitetônico.

No transcurso da sétima etapa é importante destacar alterações na gestão do centro histórico, pois desde os primórdios dos projetos de intervenções, para revitalização iniciados na década de 1980, a administração estadual foi a grande protagonista. Mas esse modelo no qual o Estado liderava as ações começa a ser modificado em 2005 com a criação da Fundação Municipal de Patrimônio Histórico<sup>122</sup>.

É neste momento que ações iniciadas ainda no final da sexta etapa ganham corpo e começam a trazer modificações na participação dos entes de gestão patrimonial local. Com a estruturação da FUMPH se inicia uma participação mais efetiva da Prefeitura Municipal de São Luís para promover ações de preservação do patrimônio histórico. Luís Felipe Andrès já destacava ao tratar da sexta etapa (período 2002-2006) que “A Prefeitura Municipal de São Luís ampliou

---

<sup>122</sup> Criada pela lei municipal nº 4.493 de 08 de junho de 2005.

seus compromissos no processo de reabilitação da área, que até então vinha sendo liderado pelo Estado” (2012, p. 136).

Essa mudança tem um avanço com a transformação da Coordenação de Patrimônio Cultural da Fundação Municipal de Cultura do Município de São Luís no Núcleo Gestor do Centro Histórico (FERREIRA, 2005, p. 20).

O processo de gestão compartilhada foi então transferido para o âmbito municipal, que, para tanto, criou o Núcleo Gestor do Centro Histórico envolvendo todos os níveis das administrações federal, estadual e municipal, bem como representante da sociedade civil organizada [...] (ANDRÉS, 2012, p. 137).

A sétima etapa pode ainda ser caracterizada por uma diminuição no ritmo das obras de revitalização do Centro Histórico, o que coincide com o período final de desembolsos dos financiamentos da segunda fase do PRODETUR. É neste período que se apresenta a menor participação do Governo Estadual em razão da transição do modelo de preservação que vigorou por mais de duas décadas com a equipe de trabalho do Governo Estadual sendo o motor das intervenções urbanísticas. Contudo, o estudo<sup>123</sup> de viabilidade socioeconômica de projetos de revitalização no Centro Histórico de São Luís, contém resultados para intervenções em imóveis com nova destinação funcional com financiamento do PRODETUR/MA: Escola de Música do Estado do Maranhão, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e Sobrado na Rua Formosa.

Nas últimas décadas o Poder Público carrou grandes investimentos para o Centro Antigo da cidade. Esta área sofreu várias intervenções urbanísticas, como a recuperação da infra-estrutura através da renovação das redes de água, esgoto e drenagem, a substituição parcial da rede telefônica e elétrica pela subterrânea, bem como a construção de praças, jardins e alargamento de calçadas. Empreendimentos hoteleiros, comerciais (artesanato) e institucionais (Faculdade de Arquitetura, Escola de Música) têm se instalado na área, o que, espera-se, irá dinamizar a economia do bairro. Os investimentos em habitação no centro e em equipamentos culturais como o Centro de Referência Azulejar e a Oficina Escola de São Luís, incluídos no Programa de Revitalização do Centro Histórico, conferem sustentabilidade ao processo de preservação do patrimônio cultural ludovicense (LOPES, 2008, p. 48).

---

<sup>123</sup> Os estudos foram desenvolvidos no âmbito do contrato 340/98 entre a Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e Turismo do Estado do Maranhão e a PBLM em julho de 1998. (MARANHÃO, 1998)

Apesar da recuperação da infraestrutura física de serviços e da restauração de sobrados no decorrer dessas sete etapas de intervenções, problemas para preservação do conjunto urbano continuam desafiando os órgãos de gestão do patrimônio para preservação e promoção do patrimônio, pois diversas adversidades persistem apesar dos investimentos.

De acordo com alguns turistas que vão ao centro histórico, o bairro não está preparado para promover a atividade turística. Isso é também muito registrado nas falas dos comerciantes e dos flanelinhas. Apesar de ser reconhecido como um dos pedaços mais atrativos da cidade, ainda sofre com carências de cuidados e conservação. A falta de infraestrutura, além do grande assédio aos visitantes, por parte de pedintes e vendedores ambulantes, integram a lista das queixas feitas não apenas pelos visitantes, mas por profissionais da área de turismo (SILVA, 2010, p. 115).



**Figura 21 - Casarões em arruinação. Fonte: O Estado do Maranhão de 08.09.2007**

Embora o turismo tenha sido desde o início do PPRCH (SILVA, 2009) alçado como um dos objetivos do projeto de revitalização o mesmo ainda segue enfrentando dificuldades para sua consolidação mesmo com o tombamento do conjunto urbano e sua inscrição na Lista da UNESCO.

Na prática, o tombamento vem se restringindo muito mais à inscrição de bens no papel, do que à proteção propriamente dita. A degradação do patrimônio pelo tempo, pelo não uso, impõe obras que custam muito, e os proprietários ou inquilinos não conseguem arcar. Como resultado, muitos imóveis acabam sendo abandonados e transformados em ruínas.

Nos centros históricos do Nordeste, não são raras as notícias do desabamento de um patrimônio cultural. Como exemplo, na Bahia tem mais de 111 casarões tombados que estão correndo o risco de desabar, conforme o levantamento da Coordenadoria de Defesa Civil de Salvador (CODESAL) (MAIS DE CEM..., 2010). Na cidade de São Luís, a situação não é diferente (SILVA, 2010, p. 122).

Apesar da grande exaltação do poder público e o destaque conferido pela imprensa local, a magnitude valor do patrimônio histórico não acrescentou muitas coisas, pois criou expectativas e não as atendeu a contento. De acordo com Georgia Patrícia da Silva, existe um leque de fatores que precisam ser enfrentados no intuito de atrair não só turistas, mas também novos moradores para reverter o declínio de residentes.

O Centro Histórico, tendo à frente o bairro da Praia Grande, seguido pelo bairro do Desterro, foi contemplado com a arrojada e necessária iniciativa de restauração e preservação levada a cabo pelo governo estadual. [...] Com o passar do tempo, contudo, o Centro Histórico foi sendo gradativamente abandonado, largado à própria sorte, e os problemas começaram a surgir. Questões como insegurança, falta de limpeza, colocação de cartazes nas paredes dos prédios, iluminação precária ou inexistente, descumprimento às leis que no passado disciplinaram o local se multiplicam a cada dia, ameaçando o título alcançado por São Luís de Patrimônio Cultural da Humanidade (SILVA, 2010, p. 118).

Embora as intervenções do PRODETUR não tenham conseguido alcançar os objetivos propostos pelo PPRCH desde o seu nascedouro, é preciso destacar a importância para preservação de muitos imóveis que poderiam ter caminhado para o desaparecimento.

O Dia Municipal do Patrimônio, que celebra o reconhecimento pela UNESCO do valor cultural do Centro Histórico de São Luís, é ocasião para

meditarmos sobre o real estado do nosso acervo urbano e arquitetônico e, sem pretender estragar a festa, lançar algumas questões que – a nosso ver – deveriam estar na ordem do dia de autoridades e gestores públicos. Afinal, apesar dos quase trinta anos de unanimidade sobre a relevância do nosso Patrimônio, do alto valor dos investimentos federais, estaduais e municipais que recuperam infra-estrutura, espaços públicos, monumentos e edificações, e da qualidade das obras literárias, musicais, pictóricas e fotográficas dedicadas a conhecer e louvar a grandeza de nosso passado, forçoso é reconhecer que os fantasmas do abandono, da descaracterização e do arruinamento teimam em assombrar nosso Centro Histórico.

Tais ameaças são evidentes tanto na área tombada pelo Governo Federal que, mesmo tendo sido privilegiada pelas intervenções físicas para requalificação ambiental, continua com baixa densidade populacional, reduzida atividade econômica e alto índice de desabamentos, quanto na área protegida por decreto estadual, onde se concentra a quase totalidade das funções residenciais, comerciais e de serviços do Centro Histórico, mas que permanece como o patinho feio das políticas públicas de preservação e revitalização cultural, pois ali reina a informalidade na ocupação e conservação das edificações e do espaço público, o caos do trânsito, a insegurança física de usuários e moradores, o colapso da infra-estrutura urbana (BURNETT, 2011, p. 09).

Com o fim do Programa Monumenta (1999-2010) e o início do Programa de Aceleração do Crescimento - Cidades Históricas, que teve seu início em 2009 com o envolvimento dos agentes intergovernamentais, ocorreu o planejamento inicial de investimento de R\$ 140 milhões destinados a projetos que deverão ser realizados em 32 cidades históricas<sup>124</sup>.

Para reverter o subaproveitamento do potencial econômico e simbólico do patrimônio urbano para a geração de renda, de novos empregos, de agregação social e de afirmação de identidades, para posicionar o patrimônio cultural como eixo indutor e estruturante, e com o objetivo de contribuir para o ordenamento e o planejamento do crescimento urbano, o PAC Cidades Históricas, além de promover ações de reabilitação de imóveis e requalificação de espaços urbanos tombados, também viabilizará ações de saneamento ambiental, de melhoria do transporte público e implantação de habitações sociais, intervindo em processos que aceleram a deterioração do patrimônio cultural. E assim, intervir nos processos de esvaziamento populacional e funcional de centros históricos, contribuindo para a reversão de quadros de subutilização imobiliária e da infraestrutura urbana instalada (IPHAN, 2009, p. 5).

---

<sup>124</sup> Nesse primeiro momento serão beneficiadas as cidades de Marechal Deodoro, Penedo e Piranhas, em Alagoas; Cachoeira, Cairu e Salvador, na Bahia; Icó, Sobral e Viçosa, no Ceará; Pirenópolis, em Goiás; São Luís, no Maranhão; Belo Horizonte, Diamantina, Ouro Preto e São João del Rei, em Minas Gerais; Corumbá, no Mato Grosso do Sul; Belém, no Pará; Areia e João Pessoa, na Paraíba; Olinda, Recife e Serinhaém, em Pernambuco; Parnaíba e Pedro II, no Piauí; Natal, no Rio Grande do Norte; Jaguarão e Piratini, no Rio Grande do Sul; Laguna e São Francisco do Sul, em Santa Catarina; Santos, em São Paulo; São Cristóvão, em Sergipe e Rio de Janeiro (IPHAN, 2009, p. 25).

No Maranhão, as ruínas de Alcântara e o Centro Histórico de São Luís estão entre os patrimônios arquitetônicos elegíveis para receberem recursos do referido programa.



**Figura 22 - Fábrica Santa Amélia restaurada (2015). Fonte: <http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/3316/fabrica-santa-amelia-restaurada-e-entregue-em-outubro>**

As intervenções sob o manto do PAC Cidades Históricas podem ser caracterizadas como a oitava etapa de ações no Centro Histórico de São Luís, sendo que na mesma o papel do IPHAN ganha ainda maior relevância em razão da meta de investimentos com aportes do Governo Federal. São quarenta e quatro ações<sup>125</sup> planejadas pelo programa para o patrimônio histórico de São Luís.

---

<sup>125</sup> Relação de ações do PAC Cidades Históricas em São Luís: Implantação da Praça das Mercês Recuperação do sobrado à R. de Nazaré, 135 - anexo do Museu da Gastronomia; Requalificação da Fortaleza São Luís; Requalificação da Pç. da Alegria; Requalificação da Pç. João Lisboa e Largo do Carmo; Requalificação Urbanística da R. Grande (incluindo embutimento da fiação aérea); Restauração da Antiga Alfândega - Casa do Maranhão; Restauração da Escola de Música do Estado do Maranhão; Restauração da Estação Ferroviária - Centro Cultural; Restauração da Fábrica São



A seleção do patrimônio arquitetônico de São Luís para restauração através do PAC Cidades Históricas é uma necessidade em razão do incômodo causado pela continuidade de ações e omissões que levam à perda parcial, e algumas vezes total, de imóveis históricos.

Um das grandes intervenções para recuperação física e destinação funcional de imóveis componentes do patrimônio histórico dentro do Programa PAC Cidades Históricas já finalizadas é a entrega da obra de restauração da Fábrica Santa Amélia.

A restauração desse imóvel localizado na Rua Cândido Ribeiro estava prevista desde os primórdios do PPRCH. Com a requalificação urbanística o complexo de prédios deste monumento terá como destinação ser um novo centro de estudos da Universidade Federal do Maranhão com a instalação dos cursos de Turismo e Hotelaria no imóvel restaurado.

Essa forma de destinação além de possibilitar a recuperação física atua como um elemento catalizador de ocupação do espaço público de novas sociabilidades no centro histórico ao propiciar circulação de novos usuários: trabalhadores e alunos.

---

Luís - Câmara de Vereadores; Restauração da Fachada de Azulejo do Sobrado da Praça João Lisboa, 37; Restauração da Igreja de Santana; Restauração da Igreja de Santo Antônio; Restauração da Igreja de São João; Restauração da Igreja do Carmo; Restauração de casarões na R. da Palma, 445 e 459 (habitação de interesse social); Restauração de casarões na R. do Giz - Implantação do Polo Digital; Restauração do imóvel da R. 14 de Julho - Teatro Tablado - UFMA; Restauração do Mercado Central; Restauração do Museu Histórico Artístico do Maranhão; Restauração do Palácio Cristo Rei - UFMA - Reitoria; Restauração do Palácio das Lágrimas - UFMA - Palácio da Ciência; Restauração do sobrado à R. de Nazaré, 316 - Secretaria de Direitos Humanos; Restauração do Sobrado à Rua do Giz esquina com Rua 14 de Julho - Escola de Música da UEMA; Restauração do Sobrado da Av. Pedro II, 199/205 - Junta Comercial; Restauração do Sobrado da Baronesa de São Bento - COTEATRO; Restauração do sobrado da Praça Antônio Lobo - Casa do Estudante - UEMA; Restauração do sobrado da R. da Estrela - Biblioteca Escolar; Restauração do sobrado da R. Giz - Centro de Arqueologia; Restauração do sobrado da R. Portugal - Casa de Nhozinho; Restauração do sobrado da R. Portugal - Museu de Artes Visuais; Restauração do Sobrado da R. Portugal, 303 - Secretaria do Estado da Cultura; Restauração do sobrado da Rua da Estrela - Faculdade de História; Restauração do sobrado da Rua da Estrela, 386 - FAPEMA; Restauração do Sobrado da Rua do Giz - Centro de Cultura Popular; Restauração do Sobrado do Arquivo Público; Restauração do sobrado do Centro Artístico Operário; Restauração do Sobrado R. Nazaré, 58 - Centro Educacional Guaxenduba; Restauração do Solar dos Vasconcelos - Dep. De Patrimônio Histórico; Restauração do Teatro Artur Azevedo; Restauração do Teatro João do Vale; Restauração dos Antigo Galpão de Algodão - Centro de Criatividade Odylo Costa Filho; Restauração e adaptação do Paleete da R. Formosa, 46 - Sec. Mun. de Turismo; Restauração Sobrado do Fórum Universitário - UFMA - Curso de Direito (MPOG, 2016).

Outras intervenções sob o manto do PAC Cidades Históricas estão em andamento como a restauração da Fábrica Progresso<sup>126</sup>. O imóvel foi construído na quadra final do século XIX, na Rua Antônio Rayol. Após o encerramento da fábrica o prédio foi utilizado pelo Estado do Maranhão para o Serviço de Imprensa e Obras Gráficas do Estado - SIOGE.



**Figura 23 – Prédio do antigo SIOGE (2015). Fonte: Autoria própria**

O ambiente que possui cerca de quatro mil e quatrocentos metros quadrados será restaurado para instalação do Núcleo de Arqueologia da UFMA. O referido núcleo terá a incumbência da preservação do Patrimônio Arqueológico do Maranhão. Além de garantir um espaço adequado para exposição dos bens arqueológicos, o local será aproveitado para pesquisas e estudos referentes ao patrimônio arqueológico.

---

<sup>126</sup> O prédio foi cedido por 20 anos pelo Governo do Maranhão à UFMA. A cedência prevê a recuperação e a requalificação total do prédio por parte da UFMA que já garantiu, via Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, os recursos para cumprir com este objetivo. O imóvel será reutilizado como Museu de Arqueologia da instituição (UFMA, 2014).

A restauração de construções da arquitetura industrial, em estado de abandono para uma nova destinação funcional, é uma das formas de recomposição da paisagem urbana para Henri-Pierre Jeudy. E essa conciliação entre memórias de zonas industriais e paisagem urbana seria incontestável através da preservação da concepção arquitetônica.

O que é preservado é mais uma concepção arquitetônica do que uma arquitetura de construções industriais que são, além disso, objeto de uma reordenação permanente. E essa concepção arquitetônica revela que a cidade jamais suprime seu próprio passado, sua própria história, ou como a recomposição da paisagem urbana não termina – felizmente, por sinal – de fazer-se por si mesma, produzindo seus próprios efeitos arqueológicos com a atualização da produção social e cultural dos laços territoriais. É sempre a gestão do espaço que, de maneira incidental, se cada vez mais supersignificada, superinvestida de sentido simbólico, na medida em que o passado histórico é mais longo (JEUDY, 2005, p. 122).

Ao se proceder com a restauração de exemplares significativos da concepção arquitetônica do período industrial em São Luís, em especial os situados dentro do perímetro de tombamento federal, é uma possibilidade de garantir a memória histórica contida nas construções e com destinação trazer novas formas de sociabilidade para a área histórica através do aumento da circulação de pessoas.

Françoise Choay (2006, p. 219) assevera que “os edifícios isolados, em geral de construção sólida, sóbria e de manutenção fácil, são facilmente adaptáveis às normas de utilização atuais e se prestam a múltiplos usos, públicos e privados”. Assim, a intervenção da Fábrica Santa Amélia, bem como a vindoura restauração do antigo SIOGE, ambos para fins educação e pesquisa, são exemplos de condições de reutilização de imóveis do patrimônio industrial.

Outros projetos de intervenções dentro do Programa PAC Cidades Históricas contam com a parceria de repasse de recursos através IPHAN para a UFMA com vistas a obras de restauração: Palácio Cristo Rei, Palácio das Lágrimas e Fórum Universitário.

Ainda no âmbito do PAC Cidades Históricas, foi assinada a ordem de serviço e executados os trabalhos de restauração para reforma e adaptação do sobrado na Rua da Estrela (figura nº 24). Atualmente o imóvel já está sendo utilizado para fins da Faculdade de História da Universidade Estadual do Maranhão.

Em que pese todo o esforço empreendido ao longo de mais de três décadas com sucessivas etapas de intervenções para alterar a situação de abandono de grande parte do acervo arquitetônico, o desafio da preservação do acervo histórico para os órgãos de gestão do patrimônio se mantém presente.



**Figura 24 – Casarão restaurado. Fonte: Autoria própria**

Apesar do tombamento e da inscrição na Lista do Patrimônio Mundial continuam a ocorrer situações que põem em risco o conjunto arquitetônico de tipologia lusa. Abandono por parte dos proprietários, conservação inadequada, descaracterização da forma original por reformas, demolição para construção de estacionamentos e invasão por desocupados são alguns dos entraves existentes.

É conclusão equivocada que a defesa dos bens urbanos pelo tombamento define prioridades de interesse coletivo, uma restrição de intervenção, relacionada à proteção. Foi observado, durante o ano de 2008, que situações distintas vêm destruindo e descontextualizando esse patrimônio e colocando em risco a sua preservação para a geração presente e futura. O fator de maior visibilidade na mídia vem sendo as chuvas torrenciais, um fenômeno relativamente frequente na região. Com a chegada do período chuvoso, aumenta o risco de desabamento dos prédios que estão em péssimo estado de conservação e/ou abandonados. Com isso, aumenta também, cada vez mais, a preocupação dos comerciantes e residentes da área histórica também (SILVA, 2010, p. 123).

Com a falta de reparos básicos para sua manutenção exemplares magníficos da arquitetura são perdidos através das intempéries naturais. Além disto, outro problema de monta são as reformas concretizadas sem autorização legal do poder público.

A própria superintendente do IPHAN, quando comentou que esta era uma das maiores dificuldades enfrentada pelos técnicos, reconhece que a destruição dos imóveis se dá por causa da especulação imobiliária: “Não existe o entendimento de que o patrimônio é deles, mas por estar localizado em uma área especial da cidade deve atender a uma série de restrições”. (SILVA, 2010, p. 127).

Para Frederico Lago Burnett, um dos problemas para o Centro Histórico seria a falta de um maior compromisso do Poder Público Municipal ao não assumir sua responsabilidade sobre a gestão do solo urbano.

[...] Por isso, quando matérias jornalísticas se referem à “falta de compromisso da comunidade com a preservação do conjunto urbanístico e arquitetônico” – ensaiando lançar a culpa em todos e em ninguém, receitando campanhas de “educação patrimonial” -, é importante “dar nome aos bois” e afirmar que a razão do abandono, da degradação física e do arruinamento moral do centro da cidade se deve, fundamentalmente, à omissão dos órgãos de controle urbanístico da Prefeitura de São Luís.

...

Além da anarquia generalizada, passamos a ter redução no enfrentamento da questão, muitas brechas legais e pouca racionalidade na gestão do espaço urbano, características que acompanham as sofridas crônicas da preservação dos centros históricos brasileiros. Por um lado, a gestão passa a se resumir ao caráter de monumento do imóvel, exigindo estudo caso a caso e impossibilitando uma abordagem urbanística da área e de suas relações com o restante da cidade; por outro lado, ao não possuir o controle das informações sobre propriedade fundiária, bem como das taxas, licenças e alvarás, os órgãos de patrimônio se perdem nos meandros burocráticos e aquilo que é ilegal do ponto de vista da preservação, facilmente obtém alvará de funcionamento das repartições municipais, caso das dezenas de estacionamentos irregulares, recentemente autuados (BURNETT, 2011, p. 12).

A questão da falta de uma fiscalização adequada no sítio histórico também se corporifica na ausência de uma atuação mais incisiva dos órgãos de gestão do patrimônio para aplicar punições aos proprietários por destruir o patrimônio arquitetônico. A mutilação de imóveis ocorre em inúmeras vezes por fundamento puramente econômico.

Um dos desafios que ganhou envergadura nos últimos anos é a situação da mobilidade na área histórica da cidade. Com a falta de vagas para o estacionamento e uma crescente demanda para deixar veículos na referida zona, um número crescente de imóveis tombados começaram a ser utilizados como estacionamento com a demolição da parte interna.

Atualmente, um dos grandes problemas do Centro Histórico consiste na falta de estacionamento. Com algumas ruas interditadas para o trânsito livre de pedestre, como é o caso das imediações do Largo do Comércio, estacionar tem sido uma inconveniência para alguns e oportunidade para outros. Com vistas a ganhar mais dinheiro, os flanelinhas destroem partes internas de sobrados tombados por conta própria; outras vezes, seriam mandados pelos proprietários, para dar lugar a estacionamentos clandestinos/irregulares. A prática é considerada irregular, porque os proprietários não possuem autorização da prefeitura para utilizar essas propriedades para fins lucrativos [...] (SILVA, 2010, p. 123).

Novamente a falta de atuação do poder público, neste caso em especial o municipal, acaba gerando essa situação de risco para o patrimônio. Essa situação ganhou tal monta tornando-se necessário uma intervenção em conjunto com o Ministério Público para autuar os responsáveis por estacionamentos clandestinos, pois essa ação de descaracterização trouxe até São Luís um representante da UNESCO para avaliar os riscos do patrimônio.

Para tentar mitigar esse problema, além do incremento da fiscalização o município criou o Projeto de Mobilidade Urbana da área central com vistas a promover uma racionalização da utilização do espaço. Contudo, esse o referido projeto praticamente não saiu do papel.

Para Fernando Vicente de Oliveira (2003, p. 38), o cerne das dificuldades em cidades históricas residiria em conciliar para a atividade de planejamento do sítio histórico “a tensão entre a necessidade de conservar a malha física da cidade (seu

centro e sua paisagem) e a demanda das atividades que ocorrem nesses espaços ou as que para ele são atraídas”.

Apesar destes percalços, é maciça a propaganda de divulgação do Centro Histórico como um local excepcional para o turismo cultural. O vetor do turismo, que sempre esteve presente nas justificativas de preservação do centro histórico, teve um reforço de peso desde a inserção na Lista do Patrimônio Mundial.

Para promover a cidade de São Luís, no circuito global das cidades houve a utilização de técnicas na construção e divulgação da identidade do lugar, principalmente do programa de revitalização. Para isso, teve um esforço para a geração de valor que segue as tendências de mercado, resultando na constante busca pela diferenciação, a qual se traduziu na supervalorização de um “pedaço” da cidade, o bairro da Praia Grande, como distinção entre suas concorrentes e também entre os próprios espaços intraurbanos (SILVA, 2010, p. 135).

Essa conexão de se utilizar do título para promoção do espaço urbano não é uma característica isolada do Centro Histórico de São Luís, mas o contrário pode ser inscrita em uma tradição da qual Salvador, Olinda, Ouro Preto também fazem parte ao atribuírem em suas políticas de atração turística como um espaço diferenciado e reconhecido mundialmente através da inserção na Lista da UNESCO.

A expansão do turismo cultural de massa seria uma derivação da vontade moderna de fruição dos valores intelectuais e artísticos aliada ao desenvolvimento da sociedade de lazer (CHOAY, 2006, p. 210). Neste prisma surgem problemas com a cultura em geral transformando-se em uma indústria de fruição.

A indústria do turismo transforma tudo o que toca em artificial, cria um mundo fictício e mistificado de lazer, ilusório, onde o espaço se transforma em cenário para o “espetáculo” para uma multidão amorfa mediante a criação de uma série de atividades que conduzem a passividade, reduzindo apenas a ilusão de evasão, e, desse modo, o real é metamorfoseado, transfigurado, para seduzir e fascinar (CARLOS, 1999, p. 26).

O turismo cultural não pode ser visto apenas pelo prisma de indutor de movimentação da economia e ótica do capital, mas poderá ter função significativa desde que também “[...] atraia investimentos e traga outros benefícios para a comunidade local, como instalações, atrações e melhorias ambientais, tornadas economicamente viáveis pela presença do turista” (OLIVEIRA, 2003, p. 40).

Essa dupla função, de guardião da memória passada e produto cultural econômico, também é constatada por Françoise Choay (2006, p. 211) ao asseverar que: “os monumentos e o patrimônio históricos adquirem dupla função – obras que propiciam saber e prazer, postas à disposição de todos; mas também produtos culturais, fabricados, empacotados e distribuídos para serem consumidos”.



**Figura 25 – Restauração de imóvel para utilização como museu. Fonte: Autoria própria**

A restauração de imóveis abandonados e em processo de arruinamento é salutar, mas também não se deve em nome do turismo cultural ser uma ferramenta para a transformação do Centro Histórico em um museu a céu aberto, pois se utilizando do pretexto da valorização da cultura, desde o final da década de 1990, novos museus foram inaugurados no centro histórico<sup>127</sup> vindo a somar-se aos já

<sup>127</sup> Casa do Maranhão e Casa de Nhozinho



existentes. Atualmente encontram-se planejados e com obras em andamento: o Museu da Gastronomia Maranhense e a Casa do Tambor de Crioula.

Essa imbricação entre a preservação da memória e o turismo cultural é elemento presente nas intervenções dos centros históricos, sendo apresentada como um mecanismo para melhoria da qualidade de vida da população.

Nas sociedades modernas, as intervenções nos centros antigos em nome do patrimônio já fazem parte do cotidiano das cidades. No Maranhão, não foi diferente: o poder público interferiu no centro histórico, principalmente no Bairro da Praia Grande, prometendo a elevação das condições de vida da população com a valorização do patrimônio cultural e também mudar a face urbana, já que durante algumas décadas os imóveis desse bairro tiveram relativamente pouca utilidade, por causa do abandono e do estigma associado à marginalidade. (SILVA, 2010, P. 174)

Com a difusão política do turismo cultural<sup>128</sup>, que esteve sempre presente na ação dos governantes locais, os projetos e obras de revitalização do conjunto arquitetônico foram sendo efetivados, mas sem conseguir transformar São Luís em um grande polo de atração turística ao contrário de Salvador e Olinda.

O desafio de conciliar a preservação do passado com sua integração ao presente é uma questão ainda sem uma solução clara para o patrimônio histórico de São Luís, pois em que pese os discursos dos gestores públicos o rol de problemas crônicos para a manutenção do acervo arquitetônico se mantém.

Reportagem do jornal o Estado do Maranhão de setembro de 2007, ou seja, quase dez anos após o título de Patrimônio Mundial da Humanidade retrata o abandono de parte do casario com título: "Casarões abandonados não resistem à ação do tempo". A matéria do referido veículo de comunicação aborda o problema da preservação "Na rua do Giz, casarões abandonados não resistem à ação do tempo, sustentados por madeiras para não desabar por completo. Muitos deles servem para famílias que não tem onde morar" (O ESTADO DO MARANHÃO, 08.09.2007, caderno especial, p. 28).

---

<sup>128</sup> Essa concepção do patrimônio cultural como um recurso que gera e atrai investimentos através do turismo se inseri no bojo do modo como organismos multilaterais (Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento, além da União Europeia) "começam a compreender a cultura como esfera crucial de investimentos, a cultura e as artes são cada vez mais tratadas como qualquer outro recurso" (YÚDICE, 2006, p. 30).



**Figura 26 – Casarão em ruínas estabilizado. Fonte: Autoria própria**

Um dos entraves se encontra na gestão compartilhada entre as três esferas do poder público cuja definição da atuação, seja individual ou em conjunto, não é tão nítida apesar dos esforços como a criação do Núcleo Gestor do Centro Histórico. Deste modo, os processos de constituição de políticas patrimoniais através da elaboração de projetos, as ações para manutenção e o necessário trabalho contínuo de fiscalização do acervo padecem de delimitação nítida de qual o(s) ente(s) responsável(is) por garantir a preservação da memória guardada pelo patrimônio arquitetônico.

Outro ponto essencial para a proteção se refere a uma política permanente e atuante de educação patrimonial, pois o patrimônio tombado não pode servir apenas como elemento para o turismo cultural e deixar à margem os próprios cidadãos do local onde se encontra inserido. De acordo com Dominique Poulot ao se colocar ênfase excessiva nos órgãos de gestão estatal do patrimônio pode contribuir para o desinteresse dos cidadãos sobre patrimônio histórico.

[...] o avanço espetacular da construção social do patrimônio - graças a uma administração específica e à constituição progressiva de um *corpus* - coincide, às vezes com um progressivo desprendimento dos cidadãos em relação a seus patrimônios históricos e naturais, transferidos para o domínio turístico (POULOT, 2009, p. 227).

Giorgio Piccinato ao refletir sobre a preservação do patrimônio histórico no Brasil, afirma ser perceptível notar que alguns dos avanços na legislação e elaboração de projetos ocorreram em momentos de exceção democrática,<sup>129</sup> mas as políticas patrimoniais na atualidade se orientam sob o prisma de uma ética de reconhecimento holístico das diferentes formas de manifestação cultural.

A experiência daquela época não pode se repetir hoje, quando já não existe mais regime autoritário e novos sujeitos políticos entraram em cena. Os parâmetros de distinção entre o que deve ser conservado e aquilo que pode ser substituído mudaram, assim como mudaram as modalidades de conservação. Não só olhamos para o passado da cidade como parte do presente, mas também sabemos da importância de que todos sejam conscientes disso. Numa sociedade democrática, o papel das elites é diferente: a salvação do patrimônio histórico requer consciência social e políticas econômicas apropriadas. Não bastam providências legislativas vindas de cima para baixo. É preciso agir para que o tema adquira, como é justo, a popularidade que ainda lhe falta. Isso permitirá direcionar as políticas urbanas para perspectivas de recuperação e valorização do existente e não apenas para estruturação de novos espaços (PICCINATO, 2007, p. 14).

[...] é necessário construir um quadro sistemático de conhecimento, colocando o patrimônio arquitetônico e urbanístico numa perspectiva correta. Isso significa percorrer o processo de construção do espaço brasileiro, dando o devido relevo às iniciativas de fundação e organização territorial, fora da geografia metropolitana que se consolidou nas últimas décadas. Reconstruir as diversas históricas das cidades, não só dos monumentos e dos tecidos edificados, mas da sociedade e das culturas que os produziram, além de permitir reconhecer os elementos de qualidade merecedores de conservação, fornece a chave para entendermos as características funcionais e culturais dos lugares onde a história se condensou e sugere possíveis percursos futuros, porque também não é pensável que tudo se congele (PICCINATO, 2007, p. 14).

---

<sup>129</sup> Vide o decreto lei 25/37 editado logo após o início do Estado Novo.

A política patrimonial, que teve grandes avanços em períodos de exceção onde não se configurava o Estado de Democrático de Direito, precisa se amoldar dentro do contexto no qual as pessoas não podem ser compelidas a apenas ratificar decisões do poder público sem questionamentos. Se a política patrimonial brasileira foi estruturada desde seus primórdios através de uma atuação concentrada no Estado, como o garantidor de sua proteção, é necessário sem perder as conquistas desta forma de ação trazer novos atores na cena patrimonial.

A participação permanente da sociedade é indispensável para a garantia da preservação e principalmente a diminuição das tensões surgidas em torno das políticas de preservação, pois as limitações administrativas oriundas do tombamento nem sempre se coadunam sem gerar atritos.

A tensão existente entre a necessidade de preservar esses elementos materiais e imateriais que expressam nossa identidade cultural e o aumento da demanda de atividades que ocorrem no Centro Histórico de São Luís, vem causando perdas irreparáveis em nosso conjunto urbano e, sobretudo em suas edificações históricas. A má adaptação e as modificações insensíveis ao caráter histórico que vem ocorrendo nesses edifícios para acomodar usos diversos têm provocado a descaracterização e a mutilação desses bens culturais. Como principal medida de preservação, o tombamento impede juridicamente que essa destruição e conseqüente desaparecimento dos bens culturais aconteçam, definindo critério para intervenções físicas nos imóveis situados em áreas tombadas (BOGÉA, 2005, p. 39).

A fiscalização eficaz com os instrumentos jurídicos disponíveis é fator essencial para o patrimônio arquitetônico, mas não pode ser a única ferramenta de trabalho dos gestores. Os investimentos na área histórica além de garantirem a preservação do espaço precisam considerar também a proteção do aspecto social e econômico para que os moradores e empresário do perímetro tombado possam também sentir-se parte do patrimônio cultural.

A dificuldade está na compreensão por parte da população de que o tombamento não congela o espaço urbano e que o bem “ganha” valor ao ser tombado. A cidade sendo um espaço em constante construção tem necessidades de saneamento básico, meios de transporte, abastecimento de água, rede elétrica, enfim, diversos serviços urbanos necessários ao bem estar de seus moradores. No caso de um conjunto histórico tombado, como o Centro Histórico de São Luís, é preciso estar atento para que as

características essenciais, especiais - aquelas que o tornam diferente de todos os outros não desapareçam (BOGÉA, 2005, p. 40).

Sem um amplo projeto que considere não somente a restauração de exemplares monumentais da arquitetura, mas a dimensão sócia histórica do conjunto urbano de tipologia lusa os obstáculos para preservação permaneceram consumindo, mesmo que lentamente, a imponência do conjunto arquitetônico. São necessárias políticas patrimoniais que considerem um incremento da restauração para reutilização de imóveis como domicílios na tentativa de reverter o contínuo decréscimo populacional na área histórica.

Contudo, não basta apenas a execução de ações isoladas neste campo, pois apesar do conjunto arquitetônico ser do século XVIII e XIX as necessidades são do século XXI. Assim, um dos desafios é garantir que os residentes tenham uma boa oferta de mobilidade, que pode ser conseguida com a criação nas proximidades de estacionamentos públicos para os residentes e se construindo estratégias para melhoria da circulação na zona histórica.

O excesso de automóveis estacionados com pouca organização precisa ser revertido com fiscalização do órgão municipal de trânsito para garantir que veículos não fiquem em cima das calçadas, praças ou quaisquer outros locais indevidos.

Ambas as políticas de habitação e mobilidade precisam de planejamento e execução de forma conjugada para uma não ser obstáculo para uma boa aplicação da outra. Sendo que a restauração de vários dos grandes exemplares do conjunto arquitetônico, essa forma de atuação isolada, não trouxe o almejado disparo para a preservação da área como um todo.

Outra coisa que pode inferir é que o programa de preservação mostrou-se inadequado para o reaproveitamento do estoque edificado do centro histórico, fato que é recorrente, já que a demanda por solo urbano caminha para outras partes da cidade conforme apontou Santana (2003). Por isto, arrisca-se afirmar que a intervenção se configurou como uma nova forma de (re) apropriação daquele espaço desvalorizado e com várias limitações. Isso decorre da própria lógica de apropriação do território, com a conseqüente super estetização do patrimônio e reprodução de desigualdades socioespaciais. (SILVA, 2010, p. 177)

Nos primórdios do PPRCH, fruto da I Encontro Nacional da Praia Grande (SILVA, 2009, p. 92) foi elaborado um grande projeto composto por subprogramas, os quais não tiveram uma linearidade de ações ao longo do tempo. De tal modo, que após mais de trinta anos existe um hiato entre o planejado no nascedouro do projeto e as necessidades atuais para esse espaço urbano. A própria questão da mobilidade é um exemplo solar desse afastamento temporal, pois se na década de 1980 o maior problema era a circulação de veículos, inclusive de grande porte, no interior da Praia Grande e que foi resolvido com limitações, hoje, a intensidade do trânsito no entorno das áreas com proibição de circulação é o desafio levando inclusive à destruição de imóveis para uso da área interior como estacionamento de carros.

Essa situação fez com que a coordenadora da UNESCO no Brasil, Jurema Machado, visitasse pessoalmente o sítio histórico. Em suas observações sobre a situação encontrada definiu como problemas a ausência de uma política habitacional e a falta de conscientização da população da capital sobre a importância de se preservar o conjunto urbano tombado.

Entre algumas sugestões tratadas pela Coordenadora de Cultura da UNESCO para superar a dificuldade de preservação do conjunto urbano tombado, está a implementação de campanhas educativas para preservação, políticas de inclusão da área no desenvolvimento da cidade de São Luís, a elaboração de um projeto de habitação que contemple os imóveis tombados e um plano de contingenciamento do trânsito (O ESTADO DO MARANHÃO, 08.09.2008, p. 9). No caso do centro histórico de São Luís a afirmação de Fraçoise Choay (2006, p. 222): “A prática da reutilização deveria ser objeto de uma pedagogia especial”, que serviria de aporte como um dos principais elementos de trabalho dos responsáveis pela gestão do conjunto urbano, pois são inúmeros os imóveis fechados sem uma destinação específica.

Cidades e conjuntos arquitetônicos antigos: tendo se tornado patrimônios históricos de pleno direito, os centros e os bairros históricos antigos oferecem atualmente uma imagem privilegiada, sintética e de certa forma magnificada, das dificuldades e contradições com as quais se confrontam a valorização do patrimônio arquitetônico geral, e em especial sua reutilização ou, em outras palavras, sua integração a vida contemporânea (CHOAY, 2006, p. 222).

A dificuldade para dar uma nova destinação para uma construção de épocas passadas é um dos grandes desafios para a conservação e preservação do bem patrimonial, pois as limitações de caráter intrínseco e extrínseco<sup>130</sup> precisam ser consideradas para um bom procedimento de restauração com vista a uma nova função.



**Figura 27 – Rua do Giz. Fonte: Autoria própria**

<sup>130</sup> Restrições atinentes à própria estrutura física do prédio e de modificações em razão do tombamento.

O desafio da reutilização do vasto conjunto arquitetônico é essencial para aumentar a circulação de pessoas e por consequência atrair novas atividades, no intuito de não termos um espaço urbano com poucas pessoas como se constata na figura de nº 27, na qual a Rua do Giz em plena manhã de sábado quase não se percebe a presença de pessoas.

Os órgãos de gestão precisam refletir sobre a necessidade de debate em torno da elaboração de novo e amplo projeto para o Centro Histórico de São Luís. Com uma nova ideia sobre o próprio patrimônio arquitetônico urbano com base nos desafios atuais, sendo indispensável que na reflexão dos órgãos de gestão do patrimônio seja franqueada a participação de outras instituições e da sociedade civil, em especial os atuais residentes. Não devendo os órgãos de gestão patrimonial tratar a inscrição na Lista do Patrimônio da UNESCO do centro histórico apenas como um “índice de prestígio internacional” (CHOAY, 2006, p. 208).

O desafio da preservação do patrimônio histórico nas próximas décadas precisa de um amálgama mais forte com outros atores sociais e tendo como premissa, tão importante quanto a manutenção do conjunto arquitetônico, a melhoria da qualidade de vida dos residentes e comerciantes da área, no intuito que o sentimento de preservação do patrimônio histórico seja sentido de forma mais intensa aos que possuem relação direta com o mesmo.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da tese foram apresentados os desafios existentes em relação à preservação dos bens inseridos na categoria de patrimônio histórico. Especificamente sobre o patrimônio arquitetônico urbano de São Luís, a presente pesquisa postulou delinear as práticas patrimoniais desenvolvidas em seu centro histórico através das ações e políticas efetivadas pelos órgãos de gestão do patrimônio.

O trabalho procurou traçar um comparativo entre as ações patrimoniais desenvolvidas ao longo de mais de três décadas para preservação do conjunto arquitetônico de tipologia lusa com a situação socioeconômica da população residente no centro histórico, com o intuito de cotejar como no curso das intervenções de salvaguarda no conjunto urbano, os projetos e ações patrimoniais influíram na configuração sociodemográfica da área tombada. Esse paralelo entre ações do poder público e suas implicações foram de relevância para mensurar de forma mais objetiva o alcance das metas estabelecidas nos primórdios do PPRCH.

Para alcançar esse objetivo, a tese trilhou inicialmente por percorrer o transcurso histórico das contendas sobre a preservação de bens patrimoniais através dos debates teóricos sobre quais e de que forma determinados bens deveriam ser protegidos para tempos vindouros.

Com o crescimento da importância conferido para a preservação de bens culturais, vão sendo elaborados documentos em âmbito internacional, destacando-se o papel das Cartas Patrimoniais como elementos para preservação do patrimônio. Proeminente também é a importância do surgimento e atuação da UNESCO em universalizar o enfoque da preservação dos bens culturais.

Dentro da reflexão sobre os bens patrimoniais, o foco foi dirigido para o patrimônio arquitetônico urbano, sendo o centro histórico de São Luís o local objeto de estudo. Assim, sobre o referido objeto foi construída uma apresentação acerca de sua evolução histórica, desde a fundação da urbe passando pela ascensão física dos imóveis de tipologia lusa até o declínio valorativo deste modelo de edificação. Ação seguinte foi refletir a trajetória de transformação, que culminou na

ressignificação do centro antigo em centro histórico através da mudança valorativa do conjunto urbano com os sucessivos tombamentos e ações efetuadas pelos órgãos de gestão do patrimônio.

Esse transcurso foi a base na qual culminou a problematização da gestão pública de preservação do patrimônio. Os planos, projetos e ações delineadas para espaço urbano do centro histórico de São Luís, área de valor especial, que tiveram por escopo a revitalização de sítio histórico.

Deste modo, sobre as práticas patrimoniais desenvolvidas pelos órgãos de gestão patrimonial foram analisadas para compreender a(s) ideia(s) de preservação em torno do patrimônio arquitetônico são-luisense.

Essa assertiva coaduna com o pensamento de Eliana Tavares dos Reis (2010, p. 518), "Tanto o "patrimônio cultural" como a "cultura popular" são categorias cujos sentidos são variáveis e construídos conforme as relações e os conteúdos jogados em dinâmicas específicas". Ainda sobre o patrimônio cultural de São Luís, alude com propriedade da necessidade de se observar os elementos essenciais para análise da dinâmica dos posicionamentos e ações praticadas "subjacentes aos discursos que ressaltam a importância da valorização, restauração e revitalização" (REIS, 2010, p. 518).

Assim, os projetos e ações executados pelos vários atores estatais, responsáveis pela gestão patrimonial, foram analisados e conclui-se que as ações foram calcadas essencialmente na restauração de imóveis isolados e na melhoria dos serviços públicos. Outros elementos indispensáveis para uma conservação integrada do sítio histórico, como habitação e mobilidade urbana, apesar de terem tido ações ficaram relegados em plano inferior.

Em conjunto com a análise das ações patrimoniais, a pesquisa focou na construção de uma classificação sobre o perfil dos moradores e dos domicílios na área de tombamento federal. A produção de informações oriundas dessa classificação ocorreu através da tabulação de dados do IBGE decorrente de três operações censitárias (entre 1991 e 2010) e foram de suma importância para constituição de sérias estatísticas, nas quais fosse possível examinar possíveis permanências ou variações sociodemográficas em decorrência das ações patrimoniais executadas.

Conforme hipótese levantada pela tese na exposição inicial de se afirmar que a política patrimonial de reformas pontuais em imóveis no centro histórico de São Luís, levada a cabo por mais de três décadas, foi capaz de proteger apenas alguns exemplares monumentais de edificações, assim salvaguardando algumas das mais excepcionais edificações, que sem a contribuição dos programas de preservação provavelmente teriam sido destruídas ao longo dos anos. Contudo, não se implantou um plano de intervenções abrangente capaz de integrar o centro histórico através da reutilização de seu conjunto urbano. Essa assertiva encontra respaldo no quadro de declínio populacional constante do número de pessoas residentes apontado pela tese.

Apesar de desde os primórdios dos projetos patrimoniais no início da década de 1980 buscarem em sua política do patrimônio uma ampla revitalização física, social e econômica para o conjunto urbano tombado e a execução de inúmeras ações dentro das diretrizes gerais pensadas no âmbito do PPRCH, o confronto entre o planejado/executado e as informações sociodemográficas denotam que não se conseguiu atingir as metas estabelecidas nos primórdios do PPRCH. A reversão da decadência social e econômica do tecido urbano da área de tombamento federal foi apenas parcial e tampouco se alcançou plenamente uma nova funcionalidade para o sítio histórico em consonância com suas características e peculiaridades.

Em que pese todo o discurso da necessidade de preservação do patrimônio histórico e da ênfase pela inserção do mesmo na Lista do Patrimônio Mundial da Humanidade em 1997, observa-se uma política patrimonial aquém das necessidades pelas esferas governamentais envolvidas, capaz de promover uma gestão patrimonial efetiva da preservação física, social e econômica do sítio histórico de forma integrada com a cidade.

Esse obstáculo é nítido ao se perceber que os projetos sobre o patrimônio são deficitários em estipular indicadores ou metas para mensuração da efetividade dos desembolsos financeiros. Sem mecanismos claros para avaliação dos projetos, seja por parte dos órgãos de gestão e da população diretamente afetada, torna-se extremamente complexa a tarefa de avaliar o êxito das ações.

Com base nesta reflexão é que a tese buscou sopesar com a construção de informações estatísticas a elaboração de informações para serem utilizadas

como parâmetro de ponderação das ações patrimoniais desenvolvidas. Esse cotejo entre as diversas ações dos órgãos de gestão patrimonial com os dados estatísticos são uma forma objetiva de mensurar até que ponto as diretrizes formuladas no nascedouro do PPRCH conseguiram atingir seus objetivos.

E no caso do conjunto urbano de tipologia lusa de São Luís essa comparação demonstra como apesar dos esforços feitos para reverter o declínio dos moradores na área tombada ocorre um progressivo esvaziamento de residentes, mesmo com alguns projetos de habitação implantados. Ao se comparar um arco temporal alongado é possível se construir um *feedback* de informações que deve ser utilizados de forma crítica para uma reflexão aprofundada por parte dos gestores do patrimônio sobre as ações implantadas.

Esse é o desafio colocado para que o atual cenário onde ainda permaneça a falta de destinação funcional de dezenas de imóveis do conjunto arquitetônico possa ser superado. Sendo necessária uma política patrimonial capaz de propor um amplo projeto de revitalização do centro histórico de forma adequada a um espaço tombado na qual o conjunto urbano não seja essencialmente uma coleção de prédios de arquitetura tradicional portuguesa expostos para visitaçãoturística dentro da visão construída por Dominique Poulot, na qual a própria consolidação da construção social do patrimônio ocorrida com a constituição de uma “administração específica”, pode coincidir “com um progressivo desprendimento dos cidadãos em relação a seus patrimônios históricos e naturais, transferidos para o domínio turístico” (POULOT, 2009, p. 227).

O patrimônio precisa ser compreendido como um local onde a grandeza valorativa de bens de preservação patrimonial esteja socialmente e economicamente, imbricada à dimensão da construção de uma dimensão pública de espaço. O tratamento do centro histórico implica em um universo de campos inter-relacionados como “Los sistemas urbano, geográfico, socioeconómico, cultural, cronológico y de gobierno forman parte importante de esta universo, centrado sobre lá conservación del Patrimonio, e indudablemente de carácter complejo” (FERRÁN, 1998, p. 45).

Dentro dessa visão sistêmica de preservação do patrimônio, ações implantadas ou em fase de execução como o restauro e a nova destinação da antiga Fábrica Santa Amélia para os cursos de hotelaria e turismo da UFMA, são

interessantes dentro do âmbito do PAC Cidades Históricas com uma reutilização para imóveis abandonados por vários anos. É necessário ser dadas funções relacionadas às necessidades atuais para trazer a ocupação e utilização do conjunto arquitetônico. Contudo, sem que ocorra uma enérgica política de reutilização habitacional e uma melhoria da mobilidade na zona histórica torna-se complicada a tarefa de atrair e manter pessoas residindo nos imóveis do patrimônio arquitetônico.

Com o atual estágio de intervenções no Centro Histórico de São Luís se faz indispensável uma atuação mais incisiva dos órgãos de gestão do patrimônio histórico em suas três esferas governamentais de forma integrada através do Núcleo Gestor do Centro Histórico. Um comportamento de mais presença, tanto no sentido de proteger os bens tombados, quanto no sentido de disseminar no seio social a importância e o interesse na preservação do conjunto arquitetônico.

Os desafios para gestão do espaço tombado são perenes pela própria natureza da preservação permanente do conjunto arquitetônico e da constante dinâmica social/econômica, que é fluida, contudo produção de novas estratégias e/ou o aperfeiçoamento das adotadas é fundamental para garantia de proteção desse espaço de grande valor cultural para a posteridade.

## REFERÊNCIAS

### *Projetos, Relatórios, Artigos e Livros*

AIRES, Elaine. **Interesses políticos nas cenas do patrimônio histórico cultural: o caso de São Luís, “Patrimônio da Humanidade”**. Outros Tempos, São Luís, Vol. 01, esp., p. 146-166, 2007.

ALMEIDA, Eneida de. O “construir no construído” na produção contemporânea: relações entre teoria e prática. Tese de Doutorado. São Paulo, 2009. USP.

ANDRADE JUNIOR, Nivaldo Vieira de. **Rediscutindo alguns aspectos da preservação do patrimônio urbano: a cidade como palimpsesto e a estratificação dos sítios de valor histórico-artístico**. SHCU. v. 10. n. 2 (2008). Disponível para a acesso em: <<http://www.anpur.org.br/revista/rbeur/index.php/shcu/article/view/1210>>. Acessado em: 15.09.2014

ANDRÈS, Luiz Phelipe de Carvalho Castro. (Coord.). **Centro Histórico de São Luís-MA**. Patrimônio mundial. São Paulo: Audichomo, 1998.

\_\_\_\_\_, Luiz Phelipe de Carvalho Castro. **Reabilitação do Centro Histórico-Patrimônio da Humanidade**, 2012.

ANDRIEUX, Jean-Yves. **Patrimoine et histoire**. Paris: Belin Sup, 1997.

ANICO, Marta. **A pós-modernização da cultura: patrimônios e museus na contemporaneidade**. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 11, n.º 23, p. 71-86, jan/jun 2005.

ARAUJO, Viviane da Silva. **Fragmentos urbanos da modernidade: a fotografia em Buenos Aires e no Rio de Janeiro na passagem do século XIX para o XX**. 208 f. Tese (doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de História, 2013.

AZEVEDO, André N.. **A Reforma Urbana do prefeito Pereira Passos e o ideal de uma civilização nos trópicos**. Intellèctus. Ano XIV, n. 2, p. 72-87, 2015. Disponível: <http://www.epublicacoes.uerj.br/index.php/intellectus/article/download/20981/15156>. Acessado em: 20.06.2016.

AZEVEDO, Raul de. **Terras e homens: ensaios**. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti, 1948.

BARREIRA, Irllys Alencar F.. A cidade no fluxo do tempo: invenção do passado e patrimônio. **Sociologias**, Porto Alegre , n. 9, p. 314-339, Jan. 2003. Disponível

em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1517-45222003000100011&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222003000100011&lng=en&nrm=iso)>. Acessado em 21 de setembro de 2015. <http://dx.doi.org/10.1590/S1517-45222003000100011>.

BENÉVOLO, Leonardo. **História de la arquitectura moderna**. Barcelona: Gustavo Gili, 1974.

BINERI, Nikelina. **“Negative” Cultural Heritage: destruction or conservation?** 1st International Conference on Architecture & Urban Design Proceedings 19-21 Abril 2012. Disponível em: [http://www.academia.edu/1526368/\\_Negative\\_Cultural\\_Heritage\\_destruction\\_or\\_conservation](http://www.academia.edu/1526368/_Negative_Cultural_Heritage_destruction_or_conservation)

BOGÉA, Kátia et al. **Centro histórico de São Luís, patrimônio mundial**. São Luís, 2005.

BOITO, Camillo. **Os restauradores**: conferência feita na exposição de Turim em 7 de junho de 1884. Tradução: Paulo Mugayar Kühl, Beatriz Mugayar Kühl. Apresentação: Beatriz Mugayar Kühl. 3. ed. Cotia-SP: Ateliê Editorial, 2008.

BORRALHO, José Henrique de Paula. **Terra e céu de nostalgia**: tradição e identidade em São Luís do Maranhão. 295 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual Paulista, Assis, 2000.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. 8ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

BRASIL, Ministério da Cultura. **Portaria nº 93. Homologa a rerratificação do tombamento do Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico da cidade de São Luís, Estado do Maranhão**. Diário Oficial, Brasília, DF, 24 jan. 2005. Seção 3, p. 6.

\_\_\_\_\_, Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Termo de Adesão Local dos Sítios Históricos de São Luís/MA**. Diário Oficial, Brasília, DF, 30 out. 2013. Seção 1, p. 6.

\_\_\_\_\_, Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Programas Urbanos. **Reabilitação de Centros Urbanos/Coordenação Geral de Raquel Rolnik e Renato Balbim** – Brasília: Ministério das Cidades, dezembro de 2005.

\_\_\_\_\_, Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas do Turismo. **Turismo cultural; orientações básicas**. Brasília: Ministério do Turismo, 2006.

BURNETT, Carlos Frederico Lago. **São Luís por um triz: escritos urbanos e regionais**. São Luís, 2011. Disponível em <http://www.secid.ma.gov.br/?s=s%C3%A3o+lu%C3%ADs+por+um+triz>

CAFETEIRA, Epitácio. **Reviver**. Prefácio de Américo Azevedo Neto. Brasília: Centro Gráfico Senado, 1994.

CAMÉLO, Júlia Constança Pereira. **Ocultar e preservar**: a saga da civilidade em São Luís do Maranhão. 201 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2010.

CAMPELLO, Galuco. **Patrimônio e Cidade, Cidade e Patrimônio**. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, nº 23, p. 117-125, 1994.

CANTANHEDE, Palmério de Carvalho. **Saneamento das cidades e sua aplicação à Capital do Maranhão**: relatório apresentado ao Governo do Estado. São Luís: Typ. Frias, 1902.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O turismo e a produção do não-lugar**. In: YÁZIGI, Eduardo; CARLOS, Ana Fani Alessandri e CRUZ, Rita de Cássia Ariza da (orgs.). Turismo: Espaço, paisagem e cultura. São Paulo: Hucitec, 1999.

CARVALHO, Karoliny Diniz. SIMÕES, Maria de Lourdes Netto. **Análise do Modelo de Preservação do Centro Histórico de São Luís do Maranhão**: Uso Social e Uso Turístico. Revista Turismo Visão e Ação – Eletrônica, Vol. 14 - nº 2 - p. 196–213-2012.

CERÁVOLO, Ana Lúcia. **Interpretações do Patrimônio**: arquitetura e urbanismo moderno na constituição de uma cultura de intervenção no Brasil, anos 1930-60. Tese Doutorado. USP-São Carlos, 2010.

CARDOSO, Letícia Conceição Martins. **O Teatro do Poder**: Cultura e Política no Maranhão. 179 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade Federal do Maranhão. São Luís, 2008.

CARDOSO, Paula Paoliello. **A reabilitação de edifícios para uso residencial multifamiliar no centro histórico de São Luís/MA**. 149 f. Dissertação (Mestrado) – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural, Rio de Janeiro, 2012.

CAVALCANTI, Maria Laura V. C. “**Por uma antropologia dos estudos de folclore**. O caso do Maranhão”. In: FERRETTI, Sérgio; RAMALHO, José Ricardo. Amazônia. Desenvolvimento, meio ambiente e diversidade sociocultural. São Luís: EDUFMA, 2009.

CHAGAS, Maurício de Almeida. **Modernismo e Tradição**: Lina Bo Bardi na Bahia. Salvador, 244 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia, 2002.

CHOAY, Françoise. **A Alegoria do Patrimônio**. 3. ed. São Paulo: Estação da Liberdade - UNESP, 2006.



CONSELHO DA EUROPA. **Resolução relativa aos princípios e métodos de conservação e de reanimação de sítios e conjuntos de interesse histórico ou artístico**, 1968a.

\_\_\_\_\_. **Resolução relativa à conservação dos sítios, monumentos e conjuntos de interesse histórico ou artístico no quadro do ordenamento do território**, 1968b.

\_\_\_\_\_. **Carta europeia do património arquitetónico**, 1975.

COSTA, Gilmar de Siqueira. **Reutilização de imóveis de interesse patrimonial, voltados para a habitação**: um estudo de caso na Ribeira-Natal/RN. 233 f. Dissertação (Mestrado em Conforto no Ambiente Construído; Forma Urbana e Habitação) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2006.

CURY, Isabelle (Org.). **Cartas Patrimoniais**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2000.

DE VENEZA, 1964, C.. CARTA DE VENEZA 1964 - CARTA INTERNACIONAL SOBRE A CONSERVAÇÃO E O RESTAURO DE MONUMENTOS E SÍTIOS. **Cadernos de Sociomuseologia**, América do Norte, 15, Jun. 2009. Disponível em: <<http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/334>>. Acesso em: 15 Sep. 2014.

DELGADO, Andréa Ferreira. **Goiás**: a invenção da cidade “patrimônio da humanidade”. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 11, n. 23, p. 113-143, jan/jun 2005.

DURKHEIM, Émile. **Julgamento de valor e Julgamentos de realidade**. In: Sociologia e Filosofia. Rio de Janeiro: Forense, 1970.

ELIAS, Norbert. **A sociedade de corte**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

ESPÍRITO SANTO, José Marcelo do. **Tipologia da arquitetura residencial urbana em São Luís do Maranhão**: um estudo de caso a partir da Teoria Muratoriana. 128 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006.

FERRÁN. Carlos. **Restauración, Protección y Renovación de Centros Históricos**: critérios e propostas. In: OREJA, Miguel A. Castillo (Org.). Centros Históricos y conservación del patrimonio. Madri: Fundación Argentaria, 1998.

FERREIRA, Márcia Milena Galdez. **“Tudo é Desterro”?**: construção e desconstrução de regiões no Centro Histórico de São Luís. 144 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Maranhão, 2005.

FIGUEIREDO, Margareth Gomes de (Org.). **Catálogo dos Azulejos das Cidades Históricas do Maranhão**. São Luís: Editora Cvr, 2006.

FIGUEIREDO, Vanessa Gayego Bello. **Da Tutela dos Monumentos à Gestão Sustentável das Paisagens Culturais Complexas: Inspirações à política de preservação cultural no Brasil**. UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – São Paulo, 2014.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O Patrimônio em Processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Minc-Iphan, 2005.

FORERO, Juliana. **Where is the Culture?** Cultural Heritage Trends and Challenges. International Conference on Humanity, History and Society. IPEDR vol.34. Singapore: IACSIT Press, 2012

FORTUNA, Carlos. **Simmel e as cidades históricas italianas – Uma introdução**. Revista Crítica de Ciências Sociais, 67, Dezembro 2003.

FREITAG, Bárbara. **A revitalização dos centros históricos das cidades brasileiras**. CADERNO CRH, Salvador, n. 38, p. 115-126, jan./jun. 2003.

FUNARI, Pedro Paulo de Abreu; PELEGRINE, Sandra de Cássia Araújo. **Patrimônio histórico e cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Déficit habitacional municipal no Brasil**. Fundação João Pinheiro. Centro de Estatística e Informações – Belo Horizonte, 2013.

GIOVANNONI, Gustavo. **Gustavo Giovanoni: Textos Escolhidos**. Cotia, São Paulo: Ateliê Editorial, 2013.

GISIGER, John Ulric. **Renovação urbana da Praia Grande**. São Luís: Secretaria de Coordenação e Planejamento do Estado do Maranhão, 1978.

GIUCCI, Guillermo. **A vida cultural do automóvel: percursos da modernidade cinética**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

GODINHO, Victor. **A Peste no Maranhão**. Relatório apresentado ao Exmo. Snr Coronel Alexandre Collares Moreira, Governador do Estado do Maranhão pelo Dr. Victor Godinho, Chefe do Serviço Extraordinário do Serviço de Higiene. São Luís: Typografia Teixeira, 1904.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **Monumentalidade e cotidiano: os patrimônios culturais como gênero de discurso**. In: OLIVEIRA, Lucia Lippi. (org.). Cidade: história e desafios. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

\_\_\_\_\_, José Reginaldo Santos. **Ressonância, materialidade e subjetividade**: as culturas como patrimônios. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 11, n.º 23, p. 15-36, jan/jun 2005.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo: Loyola, 2003.

HOBBSAWM, Eric. **A era das revoluções (1789 - 1848)**. 17 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

\_\_\_\_\_, Eric. **Era dos extremos: o breve século XX, 1914 -1991**. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence. (orgs.). **A Invenção das Tradições**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

IBGE. **Censo Demográfico 2000**: Agregado por Setores Censitários dos Resultados do Universo. 2ª ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2003.

\_\_\_\_\_. **Características étnico-raciais da população**: um estudo das categorias de classificação de cor ou raça 2008. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

\_\_\_\_\_. **Base de informações do Censo Demográfico 2010**: Resultados do Universo por setor censitário, Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

ICOMOS. **Carta de Veneza**, Carta internacional sobre a conservação e o restauro. Veneza, 1965.

\_\_\_\_\_. **Carta de Manila**, Carta do turismo cultural, 1976.

\_\_\_\_\_. **Carta de Burra**, Carta australiana para sítios de significado cultural, 1979.

\_\_\_\_\_. **Carta de Washington**. Carta para a salvaguarda das cidades históricas das áreas urbanas, 1987.

\_\_\_\_\_. **Documento de Nara sobre a Autenticidade**, 1994.

\_\_\_\_\_. **Advisory Body Evaluation**. Opinion, p. 1-9, September, 1997.

ICRROM. **Estatuto**, 2013. Disponível em: <http://www.iccrom.org/about/statutes/>

IPEA. **Caracterização e Quadros de Análise Comparativa da Governança Metropolitana no Brasil**: arranjos institucionais de gestão metropolitana - Região Metropolitana da Grande São Luís. Rio de Janeiro: IPEA, 2014.

IPHAN. **Cidades históricas; inventário e pesquisa:** São Luís. Distrito Federal: Editora do Senado Federal, 2007.

\_\_\_\_\_. **Patrimônio, Desenvolvimento e Cidadania** - PAC Cidades Históricas. Brasil, 2009.

\_\_\_\_\_. **BENS TOMBADOS E PROCESSOS DE TOMBAMENTO EM ANDAMENTO.** Disponível em <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Lista%20Bens%20Tombados%20Dez%202015.pdf>>

JEUDY, Henri-Pierre. **Espelho das cidades.** Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005.

KIDDER, Daniel Parish. **Reminiscências de viagens e permanências nas províncias do norte do Brasil:** compreendendo notícias históricas e geográficas do império e das diversas províncias. São Paulo/Belo Horizonte: Edusp/Itatiaia, 1980.

KUHL, Beatriz Mugayar. **Notas sobre a Carta de Veneza.** An. mus. paul., São Paulo, v. 18, n. 2, p. 287-320, Dec. 2010. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-47142010000200008&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-47142010000200008&lng=en&nrm=iso)>. Acessado em: 19 de junho de 2015. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-47142010000200008>.

\_\_\_\_\_, Beatriz Mugayar (Org.). **Gustavo Giovannoni: Textos Escolhidos.** 1. ed. Cotia: Ateliê Editorial, 2013.

LAHIRE, Bernard. **Los limbos del constructivismo.** In: Lo que el trabajo esconde: materiais para un replanteamiento de los análisis sobre el trabajo. Traficantes Del sueños, 2005.

LE GOFF, Jacques. **História e memória.** Tradução de Bernardo Leitão [*et.al.*] 5º ed. Editora da Unicamp: Campinas, 2003.

LIMA, Carlos de. **Caminhos de São Luís:** (ruas, logradouros e prédios históricos). São Paulo: Siciliano, 2002.

LIMA, Elaine Ferreira. **Da nação ao mercado:** patrimônios mundiais e intervenções urbanas em perspectiva comparada. 271 f. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação do Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Luís: USP, 2014.

LINO, Fernanda Noia da Costa. **A preservação do patrimônio cultural urbano:** fundamentos, agentes e práticas urbanísticas. 187 f. Tese (Doutorado). São Paulo: USP, 2010.

LOPES, José Antonio Viana. (Org). **São Luís Ilha do Maranhão e Alcântara: guia de arquitetura e paisagem**. Ed. Bilingüe. Sevilla: Consejería de Obras Públicas y Transportes, Dirección General de Arquitectura y Vivienda, 2008.

LOPES, José Antonio Viana. **Capital Moderna e Cidade Colonial: o pensamento preservacionista na história do urbanismo ludovicense**. 2004. 192 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2004.

MAFFESOLI, Michel. **Notas sobre a pós-modernidade: o lugar faz o elo**. Rio de Janeiro: Atlântica, 2004.

MARANHÃO, Secretaria de Coordenação e Planejamento. **Projeto de Urbanização da Praia Grande - 1ª etapa: Plano de Circulação no Centro Histórico (PCCH)**. São Luís, 1981.

\_\_\_\_\_, Secretaria de Coordenação e Planejamento. **Programa de Preservação e Revitalização do Centro Histórico de São Luís: (Projeto Praia Grande) – versão preliminar período 1987/1991**. São Luís, 1986a.

\_\_\_\_\_. **Programa de Humanização do Centro Histórico de São Luís**. São Luís, 1986b.

\_\_\_\_\_. **Catedral da Sé: Projeto de Restauração do Retábulo e do Altar-Mor e painéis da sacristia**. São Luís, 1992.

\_\_\_\_\_. Secretária de Estado da Cultura. **Portaria nº 147/95**. São Luís, 1995.

\_\_\_\_\_. **Estratégia para o desenvolvimento turístico do Maranhão**. São Luís, 1996a.

\_\_\_\_\_. **Programa de Habitação no Centro Histórico**. São Luís, 1996b.

\_\_\_\_\_. **Projeto rede elétrica subterrânea do Centro Histórico de São Luís**. São Luís, 1997a.

\_\_\_\_\_. **Estudo de viabilidade sócio-econômica de projetos da infraestrutura do Centro Histórico de São Luís: projetos de redes elétrica e de telefonia subterrâneas**. São Luís, 1997b.

\_\_\_\_\_. **Estudo de viabilidade sócio-econômica de projetos de revitalização do Centro Histórico de São Luís: Escola de Música do Estado do Maranhão, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e sobrado da Rua Formosa**. São Luís, 1998.

\_\_\_\_\_. **Constituição do Estado do Maranhão de 1989**. São Luís: CGE, 2014. Disponível em: <<http://www.stc.ma.gov.br/constituicao-do-estado-do-maranhao/>>.

MARATUR. Empresa Maranhense de Turismo. **Plano Estadual de Turismo do Maranhão 1995-1999**. São Luís, 1995.

MARTINS, Marina de Miranda. **Do mar ao ultramar**: a transmigração do lioz português para São Luís do Maranhão. Revista de História da Arte e Arqueologia n. 19 / jan/jun de 2013.

MARX, Karl. **O Capital**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

MEIRA, Ana Lúcia Goelzer. **O patrimônio histórico e artístico nacional no Rio Grande do Sul no século XX**: atribuição de valores e critérios de intervenção. 483 f. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

MEIRELES, Mário Martins. **História do Maranhão**. 2ª ed. São Luís: Fundação Cultural do Maranhão, 1980.

MERLLIÉ, Dominique et al. **Iniciação a prática sociológica**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

MESKELL, Lynn. **Negative Heritage and Past Mastering in Archaeology**.: Anthropological Quarterly, Vol. 75, No. 3 (Summer, 2002), pp. 557-574. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/3318204>. Acesso em: 15 jan. 2016.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO. **PAC CIDADES HISTÓRICAS - MARANHÃO**. Disponível em: <http://www.pac.gov.br/infraestrutura-social-e-urbana/pac-cidades-historicas/ma>> Acessado em: 15 jul. 2016.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. **Ofício nº 431/95-GPC/PR/MA**. São Luís, 1995.

MIRANDA, Marcos Paulo de Souza. **Tutela do Patrimônio Cultural Brasileiro**: doutrina, jurisprudência, legislação. Belo Horizonte: Del Rey, 2006.

MORAES, Jomar. **Guia de São Luís do Maranhão**. 2 ed. São Luís: Legenda, 1995.

MOSES, Sarah. **Stigmatized Space**: Negative Heritage in Historic Preservation. (Mestrado em História). Universidade da Pennsylvania, Philadelphia, 2015. Disponível em: [http://repository.upenn.edu/hp\\_theses/588](http://repository.upenn.edu/hp_theses/588)

MOTA, Antonia da Silva. **A dinâmica colonial portuguesa e as redes de poder local na Capitania do Maranhão**. 2007. 199 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007.

OLIVEIRA, Fernando Vicente de. **Capacidade de carga nas cidades históricas**. Campinas: Papirus, 2003.

PEIXOTO, Paulo (2003), **Centros Históricos e Sustentabilidade Cultural das Cidades** in Sociologia, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 13, pp. 211-226.

PICCINATO, Giorgio. **A conservação dos centros históricos entre América e Europa: o caso brasileiro.** In: PÊSSOA, José. Atlas dos Centros Históricos do Brasil. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2007.

PINHO, Osmundo de A. **Espaço, poder e relações raciais: o caso do Centro Histórico de Salvador.** Afro- Ásia, Salvador, n. 21-22, p. 257-274, 1999.

POLLAK, Michael. **Memória, Esquecimento e Silêncio.** Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

POULOT, Dominique. Uma história do patrimônio no Ocidente, séculos XVIII-XXI: do monumento aos valores. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

PRODETUR. **Relatório Final de Projeto: PRODETUR/NE I.** Disponível em <[http://edi.bnb.gov.br/content/aplicacao/prodetur/downloads/docs/docum\\_9\\_pcr\\_i.pdf](http://edi.bnb.gov.br/content/aplicacao/prodetur/downloads/docs/docum_9_pcr_i.pdf)> [Acessado em: 08.07.2013].

PROENÇA, Rogério Leite. **Contra-usos da Cidade - Lugares e Espaço Público na Experiência Urbana Contemporânea.** São Paulo: Unicamp, 2007.

REIS, Eliana Tavares dos. **Em nome da “cultura”:** porta-vozes, mediação e referenciais de políticas públicas no Maranhão. *Soc. estado*. [online]. 2010, vol.25, n.3, pp. 499-523. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-69922010000300005&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922010000300005&lng=en&nrm=iso)>.

REIS, Flávio Antonio Moura. **Grupos políticos e estrutura oligárquica no Maranhão: 1850/1930.** Dissertação (Mestrado em Ciências Políticas), Campinas (SP): IFCH/UNICAMP, 1992.

RIBEIRO JÚNIOR, José Reinaldo Barros. **Formação do espaço urbano de São Luís: 1612 – 1991.** 2ª ed. São Luís, FUNC, 2001.

RIEGL, Alois. **O Culto Moderno dos Monumentos.** Lisboa: Edições 70, 2013.

ROSSI, Túlio Cunha. **Projetando a Subjetividade: A construção social do amor a partir do cinema.** Tese (Doutorado em Sociologia), São Paulo: USP, 2013.

RUSKIN. John. **A lâmpada da memória.** Tradução e apresentação Maria Lucia Bressan Pinheiro. Cotia-SP: Ateliê Editorial, 2008.

SEGRE, Roberto. **Século XXI**: a síndrome do patrimônio. *Resenhas Online*, São Paulo, ano 09, n. 104.01, Vitruvius, ago. 2010 <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/resenhasonline/09.104/3739>>. Acessado em 15. set de 2014.

SÃO LUÍS. **LEI Nº 4.493**, DE 08 DE JUNHO DE 2005. CRIA A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE PATRIMÔNIO HISTÓRICO - FUMPH E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

\_\_\_\_\_. **LEI Nº 4.669** DE 11 DE OUTUBRO DE 2006.

SERRA, Astolfo. **A Balaiada**. 2 ed. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1946.

SILVA, Fernando Fernandes da. **As Cidades Brasileiras e o Patrimônio Cultural da Humanidade**. São Paulo: Peirópolis – Edusp, 2003.

SILVA, Georgia Patrícia da. **De volta à Praia Grande**: o "velho" centro com o "novo" discurso. 200 f. Tese (Doutorado em Políticas Públicas) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2010.

SILVA, João Ricardo Costa. **A Construção do Patrimônio**: a trajetória de preservação do Centro Histórico de São Luís. 193 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2009.

SILVA, Ronald Almeida. **Proposta do Governo do Estado do Maranhão para a Inclusão do Centro Histórico de São Luís na Lista do Patrimônio Mundial da UNESCO**. 2. ed. São Luís, 1997.

SIMMEL, Georg. **Veneza**. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 67, Dezembro 2003.

\_\_\_\_\_, Georg. **As grandes cidades e a vida do espírito (1903)**. *Mana* [online]. 2005, vol.11, n.2, pp. 577-591. ISSN 1678-4944. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010493132005000200010&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010493132005000200010&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 04 Jan. 2016.

\_\_\_\_\_, Georg. **Questões fundamentais da sociologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

SIRVINSKAS, Luis Paulo. **Manual de Direito Ambiental**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

SOUSA, Sílvia Ávila de. **Contributos para a Avaliação da Performance da Gestão dos Centros Históricos**. Dissertação (Mestrado em Planeamento e Projecto do Ambiente Urbano). Universidade do Porto. Porto, 2006.



SOCIEDADE DAS NAÇÕES. **Resolução sobre a conservação de monumentos históricos e de obras de arte**, 1932.

SOUZA, Jessé e ÖELZE, Berthold. **Simmel e a modernidade**. 2. ed. Brasília: UnB, 2005.

STUART, Hall. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2011.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. **A Crise da Memória, História e documentos reflexões para um tempo de transformações**. In: SILVA, Zélia Lopes (org.). Arquivos, patrimônio e memória: trajetórias e perspectivas. São Paulo: UNESP, 1999.

UNESCO. **Convenção para a proteção dos bens culturais em caso de conflito armado**. Haia, 1954.

\_\_\_\_\_. **Recomendação para a salvaguarda da beleza e do carácter das paisagens e sítios**. Paris, 1962.

\_\_\_\_\_. **Recomendação sobre a conservação dos bens culturais ameaçados pela execução de obras públicas e privadas**. Paris, 1968

\_\_\_\_\_. **Convenção para a protecção do património mundial, cultural e natural**. Paris, 1972.

\_\_\_\_\_. **Carta de Nairobi 1976** - Recomendação sobre a salvaguarda dos conjuntos históricos e da sua função na vida contemporânea. NAIROBI, 1976. Cadernos de Sociomuseologia, América do Norte, 15, Jun. 2009. Disponível em: <<http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/339/248>>. Acesso em: 30 Jun. 2015

\_\_\_\_\_. **Constituição da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura**, 2002.

\_\_\_\_\_. **Convention Concerning the Protection of the World Cultural and Natural Heritage**. World Heritage Committee - 21<sup>a</sup> session (Naples, Italy). 1 - 6 December, 1997. Report. Paris, 1998.

UFMA, Ascom. **Nota de esclarecimento sobre o Prédio do SIOGE**. Disponível em:< <http://portais.ufma.br/PortalUfma/paginas/noticias/noticia.jsf?id=44171> >. Acesso em: 12 de junho. 2016.

UNESCO. **Convention Concerning the Protection of the World Cultural and Natural Heritage**. World Heritage Committee - 21<sup>a</sup> session (Naples, Italy). 1 - 6 December, 1997. Report. Paris, 1998.

VIOLLET-LE-DUC. Eugène Emmanuel. **Restauração**. Apresentação e tradução Beatriz Mugayar Kühl. 4. ed. Cotia-SP: Ateliê Editorial, 2006.

VIVEIROS, Jerônimo José de. **História do Comércio do Maranhão (1612 – 1895)**. São Luís: Associação Comercial, 1954.

VIVEIROS FILHO, Francisco Fuzzetti de. **Urbanidade do Sobrado**: um estudo sobre a arquitetura de sobrado de São Luís. São Paulo: Hucitec, 2006.

WEBER, Max. **A dominação não-legítima** (Tipologia das cidades). In: Economia e Sociedade. Fundamentos da sociologia compreensiva. Vol. II. Brasília: UnB, 2004.

YÚDICE, George. **A conveniência da cultura**: uso da cultura na era global. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006.

ZANIRATO, Silvia Helena; RIBEIRO, Wagner Costa. **Patrimônio cultural**: a percepção da natureza como um bem não renovável. Rev. Bras. Hist., São Paulo, v. 26, n. 51, Junho 2006. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-01882006000100012&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882006000100012&lng=en&nrm=iso)>. Acessado em 24 de agosto. 2014. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-01882006000100012>.

ZARYN, Alksandra. “**The First General Assembly of ICOMOS 1965 Cracow Poland**: Regulations, Bylaws and National Committees” in Thirty Years of ICOMOS, *Scientific Journal*: 3-6, 1995.

ZENKNER, Thaís Trovão dos Santos. **A construção de um patrimônio**: São Luís de 1850 a 1899. In: Seminário de História da Cidade e do Urbanismo, 11. 2010, Vitória. Vitória, 2010. p. 1 - 13. Disponível em: < <http://web3.ufes.br/xishcu/cd-anais/trabalhos/181.pdf>>. Acesso em: 17 jul. 2016.

### *Periódicos*

Jornal A Campanha 08/05/1903

Jornal DIÁRIO DO NORTE, São Luís, 26 abr. 1939.

Jornal O ESTADO DO MARANHÃO, São Luís, 08 jun. 1974.

Jornal O ESTADO DO MARANHÃO, São Luís, 02 set. 1993.

Jornal O ESTADO DO MARANHÃO, São Luís, 06 set. 1975.

Jornal O ESTADO DO MARANHÃO, São Luís, 06 set. 1988

Jornal O ESTADO DO MARANHÃO, São Luís, 08 set. 1985

Jornal O ESTADO DO MARANHÃO, São Luís, 08 set. 1986.

Jornal O ESTADO DO MARANHÃO, São Luís, 08 set. 1989.

Jornal O ESTADO DO MARANHÃO, São Luís, 08 set. 1991.

Jornal O ESTADO DO MARANHÃO, São Luís, 08 set. 1991.

Jornal O ESTADO DO MARANHÃO, São Luís, 12 mai. 1985.

Jornal O ESTADO DO MARANHÃO, São Luís, 17 set. 1975.

Jornal O ESTADO DO MARANHÃO, São Luís, 20 set. 1988.

Jornal O ESTADO DO MARANHÃO, São Luís, 08 set. 2001.

Jornal O ESTADO DO MARANHÃO, São Luís, 08 set. 2007.

Jornal O ESTADO DO MARANHÃO, São Luís, 08 set. 2008.

Jornal O GLOBO - SÃO LUÍS, São Luís, 20 out. 1948.

Jornal O IMPARCIAL, São Luís, 04 dez. 1997.

Jornal O IMPARCIAL, São Luís, 07-08 set. 1984.

Jornal O IMPARCIAL, São Luís, 08 set. 1996.

Jornal O IMPARCIAL, São Luís, 08 set. 1997.

Jornal O IMPARCIAL, São Luís, 09 set. 1979.

Jornal O IMPARCIAL, São Luís, 09 set. 1993.

Jornal O IMPARCIAL, São Luís, 15 set. 1979.

Jornal O IMPARCIAL, São Luís, 16 set. 1994.

Jornal O IMPARCIAL, São Luís, 17 set. 1978.

JORNAL PEQUENO, São Luís, 23 set. 1984.

JORNAL PEQUENO, São Luís, 04 dez. 1997.

**ANEXO - CRONOLOGIA DE TOMBAMENTOS<sup>131</sup>**

**1940 – Tombamento Federal do Sambaqui do Pindahy**, Processo 211-T-39; Inscrição nº 06, Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico. Fls. 02, Data: 19/01/1940; monumento situado no município de Paço do Lumiar (Ilha de São Luís).

**1940 – Tombamento Federal da Capela de São José da Quinta das Laranjeiras**, Processo nº 209; inscrição no Livro das Belas-Artes, folha 48, em 16 de abril de 1940.

**1940 – Tombamento Federal do Portão armoriado da Quinta das Laranjeiras**, Processo nº 210; inscrição no Livro das Belas-Artes, folha 48, em 16 de abril de 1940.

**1948 – Tombamento Federal do Conjunto Arquitetônico e Urbanístico da Cidade de Alcântara** (sede do município), erigida em Monumento Nacional pelo Decreto nº 26.077-A, de 22/12/1948; Processo nº 390-T; Inscrição nº 254, Livro Histórico, vol. 1, fls, 43. Data: 29/12/1948; Inscrição nº 521, Livro das Belas-Artes, vol. 1, fls. 95. Data 10/10/1974; Inscrição nº 067, Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, fls. 15. Data: 10/10/1974.

**1950 – Tombamento Federal da Fonte do Ribeirão**, Processo nº 428; inscrição no Livro de Belas-Artes, folha 76, em 14 de julho de 1950.

**1954 – Tombamento Federal do Retábulo da Igreja Nossa Senhora da Vitória**, Processo nº 505; inscrição no Livro de Belas-Artes, folha 79, em 23 de agosto de 1954.

**1955 – Tombamento Federal Igreja: Desterro e conjunto arquitetônico do respectivo bairro**. Processo nº 454-T-51, Inscrição nº 443, Livro das Belas-Artes, vol. 1, fls. 81, Data: 23/12/1955.

**1955 – Tombamento Federal da Praça Benedito Leite: conjunto arquitetônico e paisagístico**; Processo nº 454-T54; Inscrição nº 430, Livro do Tombo de Belas-Artes, vol. 1, fls. 81, Data: 23/12/1955.

---

<sup>131</sup> Os dados foram organizados das seguintes fontes: SILVA, 1997; ANDRÈS, 1998; IPHAN, 2015. Não foram incluídos processo de tombamentos em andamento ou provisórios.

**1955 – Tombamento Federal Praça João Francisco Lisboa: conjunto arquitetônico e paisagístico;** Processo nº 454-T54; Inscrição nº 431, Livro de Belas-Artes, vol. 1, fls. 81, Data: 23/12/1955.

**1955 – Tombamento Federal do Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Praça Gonçalves Dias.** Processo nº 509, anexado no Livro de Belas-Artes, folha 81, em 23 de dezembro de 1955.

**1961 – Tombamento Federal Casas à Avenida Pedro II, 199 a 205.** Processo nº 599, inscrição no Livro de Belas-Artes, folha 58, em 09 de agosto de 1961.

**1962 – Tombamento Federal Casa na Rua Colares Moreira, nº 84, Sede da Academia Maranhense de Letras.** Processo nº 645, inscrição no Livro Histórico, folha 58, em 09 de novembro de 1962.

**1963 – Tombamento Federal da Fonte das Pedras.** Processo nº 600, inscrição no Livro de Belas-Artes, folha 86, em 12 de julho de 1963.

**1974 – Tombamento Federal São Luís, MA: conjunto arquitetônico e paisagístico,** incluindo os **Bairros da Praia Grande, Desterro e Ribeirão,** e complementando áreas já tombadas anteriormente no Centro Histórico de São Luís, o que resultou na adição de cerca de 60 hectares de zona urbana central sob proteção federal e quase 1000 edificações de interesse histórico nesses três bairros; Processo nº 454-T-57, Inscrição nº 64, Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, fls. 15. Data: 13/03/1974; Inscrição nº 513, Livro das Belas-Artes, vol. 1, fls. 93, Data: 13/03/1974. Rerratificação da área 15/07/2014.

**1975 – Tombamento Federal Fortaleza de Santo Antônio: remanescentes.** Processo nº 930, inscrição no Livro Histórico, folha 75, em 06 de agosto de 1975.

**1978 – Tombamento Federal do Palacete Gentil Braga - Rua Osvaldo Cruz, nº 782.** Processo nº 940, inscrição no Livro de Belas-Artes, folha 99, em 01 de novembro de 1978.

**1981 – Tombamento Federal do Sítio Santo Antônio das Alegrias do Físico: ruínas.** Processo nº 1.017, inscrição no Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, folha 24 e inscrição no Livro Histórico, folha 84, em 29 de janeiro de 1981.

**1986 – Tombamento Estadual do Centro Histórico da Cidade de São Luís**, de uma área urbana com 160 hectares (incluindo o núcleo tombado pelo IPHAN e seu entorno), através do Decreto nº 10. 089 de 06/03/1986.

**1987 – Tombamento Federal Prédio da Antiga Fábrica Santa Amélia localizado na Rua Cândido Ribeiro, 250.** Processo nº 1.144-T85; Inscrição nº 513, Livro do Tombo Histórico, vol. 1, fls. 98, Data: 10/07/1987.

**1998 – Prédio do Engenho Central São Pedro, onde funcionou a Companhia Progresso Agrícola do Maranhão, inclusive a chaminé contígua.** Processo nº 1202, inscrição no Livro do Tombo Histórico em 12/1998.

**2005 – Tombamento Federal do Terreiro Casa das Minas Jeje, situado na Rua de São Pantaleão nº 857 e 857A.** Processo nº 1464. Inscrição no Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico e no Livro Histórico em fevereiro de 2005.

**2012 – Canoa Costeira, de nome Dinamar.** Processo nº 1616. Inscrição no Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, no Livro Histórico e das Belas Artes em **10.2012.**

## ANEXO - EXTRATO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA<sup>132</sup>

Processo nº: Signatários: A Prefeitura Municipal de São Luís, O Governo do Estado do Maranhão, O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Espécie: Termo de Cooperação Técnica, não envolvendo transferência de recursos entre as partes. Objeto: Estabelecimento de bases de cooperação técnica entre os partícipes, visando o desenvolvimento de ações compartilhadas e convergentes, dirigidas à preservação dos mencionados Sítios, localizados em São Luís, no estado do Maranhão, e atuar em área urbana de interesse patrimonial, conforme definida no Termo de Adesão Local para a Gestão Compartilhada dos Sítios Históricos de São Luís, bem como a constituição de Comissão Gestora Local dos Sítios Históricos de São Luís. Instituições e Entidades do Grupo Dirigente: pelo Município de São Luís: Secretaria Municipal de Educação; Secretaria Municipal de Turismo; Secretaria Municipal de Terras, Habitação, Urbanismo e Fiscalização Urbana; Núcleo Gestor do Centro Histórico de São Luís; Instituto de Pesquisa e Planejamento do Município; Instituto Municipal de Controle Ambiental; Instituto Municipal da Paisagem Urbana. Pelo Estado do Maranhão: Secretaria de Estado da Cultura; Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais; Secretaria de Estado Extraordinária para o Desenvolvimento do Turismo no Maranhão; Secretaria de Estado de Infra-Estrutura; Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão; Secretaria de Estado de Educação; Centro de Pesquisa de História Natural e Arqueologia do Maranhão; Universidade Estadual do Maranhão. Pelo Governo Federal: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Iphan / 3ª Superintendência Regional (presidência); Ministério das Cidades, Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais e Renováveis; Gerência do Patrimônio da União; Universidade Federal do Maranhão e Caixa Econômica Federal/ GIDUR. Pela Sociedade Civil Organizada: Instituto de Arquitetos do Brasil/MA; Associação Comercial do Maranhão; Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Maranhão; Sistema Federação do Comércio do Estado do Maranhão; Câmara de Dirigentes Lojistas; Academia Maranhense de Letras; Arquidiocese de São Luís do Maranhão; Fórum Maranhense de Cidades; Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão; Centro de Ensino Unificado do Maranhão. Instituições e Entidades do Grupo Técnico: pelo Município de São Luís: Secretaria Municipal de Educação; Secretaria Municipal de Turismo; Núcleo Gestor do Centro Histórico de São Luís; Instituto de Pesquisa e Planejamento do Município; Instituto Municipal de Controle Ambiental; Instituto Municipal da Paisagem Urbana. Pelo Estado de Pernambuco: Secretaria de Estado da Cultura; Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais; Secretaria de Estado de Infra-Estrutura; Secretaria de Estado de Educação; Centro de Pesquisa de História Natural e Arqueologia do Maranhão; Universidade Estadual do Maranhão. Pelo Governo Federal: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Iphan / 3ª Superintendência Regional (coordenação); Universidade Federal do Maranhão e Caixa Econômica Federal/GIDUR. Pela Sociedade Civil Organizada: Centro de Ensino Unificado do Maranhão. Data de Assinatura: 24 de novembro de 2004. Vigência: 5 (cinco) anos, prorrogáveis mediante aditamento específico. Assinaram: Tadeu Palácio pelo Município de São Luís, José Reinaldo Tavares, pelo Estado do Maranhão e Sérgio da Silva Abrahão pelo Iphan. Testemunharam: Representantes do CREA - MA e do Ministério Público Estadual.

<sup>132</sup> Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Termo de Adesão Local dos Sítios Históricos de São Luís/MA. Diário Oficial, Brasília, DF, 30 out. 2013. Seção 1, p. 6.